

**Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da
Terra Indígena Kanela /Memortumré**

Portaria nº 1122 de 30/11/00 e Portaria nº 1359/PRES, de 1/11/04.

Componentes:

Antropólogo coordenador: Jaime Garcia Siqueira Jr.

Geógrafa ambientalista: Mariana Wiecko Volkmer de Castilho

Eng. Agrônomo ambientalista colaborador: Augusto Marcos de Oliveira Santiago

Eng. Agrimensor: Renato D'Alencar

Brasília (DF), janeiro de 2012



RELATÓRIO FINAL CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA KANELA / MEMORTUMRÉ

Índice

Introdução5

Número e data da portaria constituinte do Grupo Técnico

Histórico do procedimento administrativo de demarcação da TI Kanela

Normas e conceitos empregados para a elaboração no relatório de identificação e delimitação da TI Kanela/Memortumré

Participação dos Ramkokamekra

Fontes utilizadas neste relatório e trabalhos de campo do Grupo Técnico

I – Dados gerais11

1.1 Origem e língua

1.2 Histórico do contato

1.3 Devassa e Ocupação Inicial do Vale do Itapecuru

1.4 Os Timbira e as frentes de conquistas e colonização do sul do Maranhão

1.5 A Frente Agrícola e a Ocupação do Alto Itapecuru

1.6 A Frente Pastoril Tradicional e o Território de Pastos Bons

1.7 Tentativas de Articulação entre as Frentes Agrícolas e Pastoril

1.8 A Conquista das “Nações Gentias”

1.9 Bandeiras e as Tropas de Linha

1.10 As expedições repressivas contra os Timbira e a militarização da conquista no sul do Maranhão (1789-1818)

1.11 Expedições repressivas contra os Timbira (1793-1818)

1.12 Os Timbira do Alto Itapecuru

1.13 Capiékran ou “Canellas Finas”

1.14 Conflito, Dominação e Resistência dos Timbira

1.15 A estabilização da colonização no sul do Maranhão (1845-1870)

1.16 A política indigenista do 2º. Império no Maranhão: as colônias indígenas (1845-1872)

1.17 Consolidação da dominação colonial dos Timbira

1.18 A Legislação Indigenista do Império e os Índios no Maranhão

1.19 A Efetivação da Dominação dos Timbira

II – Habitação permanente49

2.1 Aldeamentos do século XX e o SPI/FUNAI

2.2 A forma de ocupação e o território tradicional Canela-Ramkokamekra

2.3 A Aldeia Escalvado

III – Atividades produtivas62

3.1 Agricultura

3.2 Extrativismo

3.3 Caça

3.4 Pesca

3.5 Geração de Renda

3.6 Considerações Finais

IV – Meio ambiente85

4.1 Geografia Física do Centro-Sul Maranhense

4.2 A caracterização ambiental da Terra Indígena pelos Canela-Ramkokamekra

4.3 Considerações Finais

V – Reprodução física e cultural99

5.1 Organização social e aspectos culturais

5.2 Demografia e histórico da população

5.3 Demografia: quadro resumo

5.4 Estado de higidez do grupo

5.5 Áreas necessárias à reprodução física e cultural dos Canela-Ramkokamekra

VI – Levantamento fundiário115

6.1 Histórico da ocupação não indígena e o esbulho sofrido pelos Canela-Ramkokamekra

6.2 Os Municípios de Barra do Corda e Fernando Falcão Barra do Corda

6.3 Caracterização fundiária da ocupação não indígena na área delimitada

Luiz

VII – Conclusão e delimitação135

Argumentação e justificativa da proposta de identificação de limites

Limite nordeste

Limite norte/noroeste

Limite oeste/sudoeste

Limite sul

Limite leste

Conclusão

Bibliografia141

Anexos

1. Portarias de designação do GT Canela
2. Mapa etnohistórico de Curt Nimuendajú
3. Mapa de ocupação da área Canela (Crocker, 1994)
4. Mapa da área proposta por Nimuendajú em 1935
5. Mapas mentais elaborados pelos Ramkokamekra em 2004
6. Mapas de uso da área Ramkokamekra (roças, extrativismo, caça e pesca)
7. Mapa de ocupação dos Ramkokamekra (aldeamentos e pontos de passagem)
8. Relação de aldeamentos Ramkokamekra
9. Relatório Ambiental
10. Carta de Anuência dos Canela-Ramkokamekra
11. Versões do mito de *Catxekwy*
12. Fotos dos Ramkokamekra da aldeia Escalvado durante trabalho do GT
13. Fotos de localidades visitadas

Introdução

Número e data da portaria por meio da qual foi constituído Grupo Técnico

O presente Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI Kanela/Memortumré, anteriormente denominada TI Kanela/Buriti Velho, foi elaborado em atendimento as Portarias n. 1122/PRES de 30/11/00, n. 1359/PRES, de 1/11/04 e n. 1449, de 23/11/04, do Presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em conformidade com o Decreto n. 1775, de 08 de janeiro de 1996 e balizado pela Portaria MJ n. 14 de 09 de janeiro de 1996.

As referidas portarias designaram Grupo Técnico com o objetivo de desempenhar os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena, localizada nos municípios de Fernando Falcão e Barra do Corda, composto por Jaime Garcia Siqueira Jr. – antropólogo/coordenador, Mariana Wiecek Volkmer de Castilho – geógrafa/ambientalista, Renato D'Alencar – engenheiro agrimensor e Augusto Marcos de Oliveira Santiago – agrônomo/ambientalista colaborador, no período de 24 de novembro a 16 de dezembro de 2004.

Histórico do Processo de Demarcação da Terra Indígena Kanela

O histórico do processo administrativo de demarcação da Terra Indígena Kanela, teve início com a Lei n. 1079 de 25 de abril de 1923, por meio da qual o Estado do Maranhão concedeu aos índios da Aldeia "Ponto" quatro léguas quadradas de terras; não existindo, todavia, evidências documentais, até 1977, de que tenha sido realizada a demarcação física da Terra Indígena Kanela.

Nesse ano, por meio do Edital de Concorrência Pública, a FUNAI promoveu a medição e demarcação da "Área Indígena Kanela", com superfície aproximada de 125.000 ha e perímetro de 155.000m. Em 06 de setembro de 1982, a terra indígena foi declarada como de posse permanente do Grupo Indígena Kanela, homologada pelo Decreto n. 87.960 de 21 de dezembro de 1982, e registrada sob a Certidão n. 03/83 na Delegacia do Serviço do Patrimônio da União, no Maranhão em 22 de abril de 1983. Essa demarcação, que não foi embasada em qualquer estudo técnico, entretanto, excluiu porções fundamentais do território ocupado pelos Canela-Ramkokamekra, levando-os a

reivindicarem, por meio de carta à FUNAI, o reconhecimento de toda a extensão da terra tradicionalmente ocupada.

Buscando garantir o direito dos Canela-Ramkokamekra em conformidade com a Constituição Federal de 1988 e considerando a existência de vícios no processo demarcatório de 1977, a FUNAI publicou, em 30 de outubro de 2000, a Portaria nº 1122, que constituiu um Grupo Técnico para realizar estudos de identificação e delimitação das Terras Indígenas Kanela – Buriti Velho e Porquinhos – Aldeia Chinela, ambos coordenados pelo antropólogo Jaime Garcia Siqueira Jr.

Todavia, a memória vívida do massacre ocorrido em 1963 e dos recentes conflitos com não-índios gerou um clima de insegurança junto aos Canela-Ramkokamekra da aldeia Escalvado, o que levou a priorização do processo de identificação e delimitação da TI Porquinhos. Em 2004, em uma atmosfera de maior segurança, os Canela-Ramkokamekra voltaram a pleitear a demarcação de sua terra, manifestando-se pela continuidade dos estudos de identificação já iniciados, os quais foram retomados com a publicação da Portaria nº 1359, em 1º de novembro de 2004.

Com a retomada dos estudos, os Canela-Ramkokamekra solicitaram o acréscimo do termo *Memortumré* ao nome da terra indígena Kanela. O termo, que significa “raiz”, é uma forma de marcar a relação com os antepassados e a terra que tradicionalmente ocupam.

Cumprе ressaltar que o procedimento administrativo de identificação e delimitação da Terra Indígena Kanela vem observando rigorosamente todos os requisitos exigidos pelo Decreto n.º 1175/96. Por sua vez, o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Kanela/Memortumré obedeceu plenamente às normas da Portaria M.J. n.º 14/96, que estabelece as regras para elaboração do relatório de identificação, desenvolvendo todos os elementos necessários para caracterização e comprovação da tradicionalidade da ocupação indígena, conforme conceito definido pelo art. 231 § 1 da Constituição Federal de 1988.

Exatamente para suprir os vícios administrativos existentes durante a demarcação de 1977/1978, que afrontaram os direitos constitucionais assegurados ao Povo Canela-Ramkokamekra pelo art. 231 da Constituição Federal de 1988, a Funai constituiu o Grupo Técnico para proceder os estudos de identificação e delimitação da TI Kanela/Memortumré. Cumprе asseverar que a administração pública tem o poder-dever de rever seus atos quando cívados de vícios, conforme entendimento consolidado pela



Súmula n.º 473 do Supremo Tribunal Federal. Neste sentido, a Funai instaurou o processo de identificação e delimitação da TI Kanela, uma vez que o primeiro procedimento de demarcação da TI Kanela, conduzido antes de 1988, apresentava vícios administrativos e ilegalidades que resultaram na supressão de porções de terras tradicionalmente ocupadas pelos Canela-Ramkokamekra.

Ou seja, as razões e motivos que fundamentam de forma articulada o processo de identificação e delimitação TI Kanela podem ser assim elencados: (i) a demarcação da TI Kanela foi realizada anteriormente à Constituição de 1988, na qual se constatou a exclusão de terras tradicionalmente ocupadas e imprescindíveis à reprodução física e cultural desse povo indígena; (ii) o processo de demarcação da TI Kanela, efetuado pela Funai na década de 70, foi desprovido de estudos históricos e antropológicos que a fundamentassem, resultando em limites insuficientes e inadequados à reprodução física e cultural dos Ramkokamekra.

De forma similar ao caso da TI Porquinhos dos Canela-Apanjekra, onde o cacique Eusébio foi pressionado pelos regionais a abrir mão de parcelas importantes do seu território tradicional durante a demarcação de 1977, em troca de pequenos benefícios materiais, também entre os Canela-Ramkokamekra o então cacique Pedro Gregório fez o mesmo durante a demarcação de 1978/1979. Dessa forma, áreas de ocupação tradicional importantes ficaram de fora dos limites então definidos: além do Bacuri dos Trajino, todas as áreas margeadas pelos rios Ourives e Alpercatas e as áreas confrontantes com a TI Porquinhos.

Os índios solicitaram por meio de um documento o reconhecimento de parte da terra denominada Bacuri (a leste), que ficou de fora da área demarcada, representando a possibilidade de reaver as terras da antiga aldeia da Mucura (a nordeste).

Além da infinidade de equívocos constatados no processo de demarcação da terra, fica evidente a falta de estudos adequados e especializados junto aos Ramkokamekra para subsidiar o território tradicionalmente ocupado por esse grupo. As lideranças, por sua vez, estavam pressionadas e ainda amedrontadas com o massacre de 1963¹.

Os Canela-Ramkokamekra manifestaram diversas vezes seu interesse pela demarcação correta de sua terra tradicional, corrigindo os erros cometidos por ocasião

¹Trata-se do caso mais conhecido entre as diversas investidas contra os Ramkokamekra. O episódio teve tamanha proporção que levou os agentes do SPI a retirarem os Canela de seu território. O grupo foi obrigado a permanecer em uma aldeia Guajajara até 1968, quando só então pôde iniciar o retorno, aos poucos, ao seu território.

da demarcação de 1977/1978. A delimitação ocorrida nessa época aconteceu de maneira desastrosa, sem a participação efetiva dos índios e sem a realização de estudos técnicos adequados, não respeitando os critérios de ocupação tradicional dos Ramkokamekra, ficando seus traçados sujeitos a pressões políticas e interferências de fazendeiros locais. Nesse sentido, o presente Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação, fornece elementos técnicos objetivos para subsidiar o ajuste da superfície da TI Kanela às exigências da legislação vigente.

Normas e conceitos empregados para a elaboração do relatório de identificação e delimitação da TI Kanela/Memortumré

Os trabalhos tiveram continuidade junto aos Canela-Ramkokamekra da aldeia Escalvado (TI Kanela) por meio das seguintes estratégias:

- Incursões às áreas de caça, pesca, roça e unidades de paisagem;
- Entrevistas;
- Reuniões com a comunidade;
- Incursões aos limites propostos.

Incursões às áreas de caça, pesca, roça e a unidades de paisagem

Foram realizados deslocamentos para observação direta às mais diversas unidades de paisagem e aldeamentos antigos, desde a chegada à aldeia, durante o transporte das lideranças dos acampamentos de roça para Escalvado; durante a coleta de palhas para cobertura das casas; pescarias; coletas de alimentos na roça e demais atividades do cotidiano. Nestas ações o apoio e acompanhamento das principais lideranças e tantos outros foi fundamental.

Entrevistas

A coleta de dados se deu principalmente por meio de entrevistas na aldeia e em caminhadas, guiadas a ecossistemas-chave e unidades de paisagem, bem como a pontos de antiga ocupação indígena. Os informantes foram previamente escolhidos pela comunidade.

A participação dos Canela-Ramkokamekra

Reuniões com a comunidade

A identificação e delimitação da totalidade das áreas tradicionalmente ocupadas é uma antiga reivindicação dos Canela-Ramkokamekra. Com a chegada dos membros do GT, este passou a ser o assunto principal no pátio, nas casas e em todos os lugares. Após os primeiros dias nos reunimos no pátio varias vezes levantando informações, discutindo o trabalho, áreas importantes. Algumas lideranças se destacaram na discussão dos limites e foram escolhidas como responsáveis pelo acompanhamento e orientação da equipe: Francisquinho Tep-Hot, Abilinho *Itomim*, José Pires *Karroro*, José Diogo *Peprér*, Marcelino Lopes *Haupyy* (cacique). A maioria participou da demarcação em 1971.

Entre velhos e crianças, homens e mulheres, todos participaram do processo. A avaliação do desgaste a ser gerado e das dificuldades a serem enfrentadas fez parte das discussões, porém em pouco tempo o objetivo era único, levantar histórias e informações concretas sobre a história de ocupação de seu território.

Incursões aos limites propostos

Alguns dias após nossa chegada, depois de discutirmos exaustivamente os limites da área, organizamos nossa expedição, responsável por marcar os principais pontos do novo mapa e reconhecer áreas de uso atual e ancestral.

As expedições foram organizadas em etapas:

- Limite leste da área, em local denominado Bacuri dos Trajino;
- Limites norte/nordeste da área, em locais denominados Vamos Ver e Estaleiro;
- Limites norte/noroeste da área;
- Limite oeste da área, em local denominado Porcos, passando pelo Bacabal dos Maciel e cabeceira do riacho Por Enquanto;
- Limite sul da área, acompanhando o rio Alpercatas.

Fontes utilizadas neste relatório e trabalhos de campo do Grupo Técnico

O trabalho de campo foi realizado para a coleta de dados no período de 24 de novembro a 16 de dezembro de 2004.

As principais fontes foram primárias, por meio da participação de informantes Ramkokamekra e da observação direta do antropólogo. Foram utilizadas também diversas fontes secundárias, com a consulta ao arquivo de documentos da FUNAI em

Saini

Brasília e em Barra do Corda, às fontes historiográficas que se referem aos Timbira e Canela-Ramkokamekra e à etnografia realizada sobre esses grupos, em especial os trabalhos de Nimuendaju e W. Crocker.

I – DADOS GERAIS

1.1 Origem e língua

Os Canela-Ramkokamekra estão localizados no centro do estado do Maranhão, na parte meridional dos municípios de Barra do Corda e Fernando Falcão. Falam um dialeto pertencente à família lingüística Jê e são considerados um dos grupos dos chamados Timbira Orientais; os outros são os Krahô, Gavião-Pykobjê e Krikati. Habitaram ao norte e a leste do rio Tocantins, espalhando-se por toda a bacia do Gurupi, do baixo e médio Pindaré, do baixo Grajaú e do baixo Mearim. Os Timbira Orientais são grupos com mais de cento e cinquenta anos de contato com a sociedade nacional.

A proximidade lingüística e cultural dos diversos grupos Timbira foi objeto de consideração por Paula Ribeiro, para o qual as diferenças lingüísticas entre esses grupos seriam limitadas.

Seus costumes gerais se diversificam um pouco; e de ordinário na privada linguagem, que dissemos pertencer a cada uma das nações, se acha aquela diferença trivial que a distancia de umas e outras povoações da mesma raça lhe permite... muito pouco se desviam em alguns dos outros seus vocábulos (Ribeiro, 1841: 180).

Habitantes tradicionais de uma região de cerrado entre o sul do estado do Maranhão e o norte do estado do Tocantins, a nação Timbira soma uma população total de aproximadamente 9.000 índios, aproximadamente, distribuída em mais de 70 aldeias. Seus territórios são descontínuos, formam pequenas ilhas de 50 a 150 mil hectares cercadas por pequenas fazendas de criação de gado, em uma região onde a luta pela posse da terra é violenta.

Os vários grupos Timbira se reconhecem uns aos outros como parentes e membros de um mesmo povo, sendo para eles o sinal visível do parentesco o fato de todos os indivíduos cortarem o cabelo da mesma maneira, usarem grandes discos distendendo o lóbulo das orelhas, disporem as casas da aldeia em círculo e possuírem, como esporte predileto, a corrida de toras. Foram bem conhecidos na literatura antropológica os Canela-Ramkokamekra, em particular pela monografia de Curt Nimuendaju (1946) que esteve cerca de 15 meses com esse grupo entre 1929 e 1936. A semelhança da organização social deste grupo com os demais permitiu a generalização da descrição para todos, indicando o autor as variantes que por acaso ocorressem.

Esses grupos possuem uma organização social complexa e os indivíduos pertencem a uma grande quantidade de associações, além da família e das classes de

idade: sociedades da estação festiva, metades de terreiro, metades da estação chuvosa etc. Vale destacar um desses pares de metades, aquele constituído pela oposição *Katamyé/Wakmenyé*.

Homens e mulheres se afiliam a essas metades segundo os nomes pessoais de que sejam portadores. A primeira delas está associada ao ocidente, à periferia da aldeia, ao norte, à estação chuvosa, aos adornos de folhas verde-escuro, à pintura corporal com traços horizontais; a ela pertencem os dois "prefeitos" que administram a aldeia durante a estação chuvosa. A segunda se liga ao oriente, à praça da aldeia, ao dia, à estação seca, aos adornos de folhas verde-claro, à pintura corporal de traços verticais." (Mellati, 103:1981)

A execução do cerimonial constitui sua preocupação máxima: "...o cerimonial é da maior importância, absorvendo grande parte do tempo e da energia dos indivíduos. Ao mesmo tempo é tão predominantemente secular que considerá-lo como parte de uma religião é violentar os fatos." (Nimuendaju, 12:1946)

Por intermédio do cerimonial, compreendemos como são fortes os laços que prendem os indivíduos aos diferentes grupos e associações; o lugar deles durante a festa não é marcado pelo fato de pertencerem à determinada família ou terem certo status na hierarquia tribal, e sim pelo fato de pertencerem a uma determinada associação – a dos Jaguar, dos Agutí, dos Mascarados, dos Falcões etc. Ninguém pode se furtar, sob nenhum pretexto, de participar das diferentes fases de uma festa; brigas e ressentimentos devem ser postos inteiramente de lado para que os inimigos de ontem possam hoje concorrer ao cerimonial em vias de desenvolvimento.

Se os laços grupais são assim apertados, os laços familiares – especialmente os da família grande – não o são menos, a ponto da maior afronta entre os Timbira consistir em dizer a alguém, abertamente, que "não tem parentes". Tais laços dão ao indivíduo sentimentos de segurança e de proteção, pois é à família grande que incumbe a defesa de seus membros dentro do grupo, cabendo a ela também indenização todas as vezes que uma falta ou um crime é cometido contra eles. Durante disputas é, pois, freqüente um indivíduo ameaçar a outro dizendo: "Olhe que minha família é muito numerosa..."

Estas são sociedades que conseguiram manter uma autonomia política frente ao Estado brasileiro. Consideradas como "sociedades de festa", mantêm um grande número de seus rituais que marcam o tempo, regulam a vida social e a harmonia com o universo. Trata-se de uma sociedade de caçadores e coletores que conseguiram manter sua língua e uma organização social própria.

Melatti, ao falar de pólos de articulação indígena e ao criticar a rigidez dos critérios adotados por Galvão para a definição das chamadas “áreas culturais”, cita o exemplo dos Canela-Ramkokamekra, incluídos na área cultural Tocantins-Xingu:

Muito provavelmente, os atuais Canela nunca viram um Bororo, mas tem contatos frequentes com os Guajajara, que, não obstante, foram incluídos em outra área cultural: a Pindaré-Gurupi. Certamente, os Canela têm maior semelhança cultural com os Bororo, inclusive lingüística (o que ainda não se sabia quando Galvão escreveu seu trabalho), pois uns e outros pertencem ao tronco Macro-Jê, enquanto os Guajajara são do tronco Tupi. As semelhanças entre os Bororo e os Canela, apesar das quinze centenas de quilômetros que os separam, se devem provavelmente à adaptação ao cerrado, ao contato com segmentos da sociedade nacional interessados na mesma atividades econômica, a pecuária, mas sobretudo a uma possível origem comum. Num tempo bastante remoto os ancestrais dos Bororo teriam tido relações diretas com os ancestrais dos Canela, o que não acontece com os Canela e os Bororo de hoje. Os Bororo vivem em Mato Grosso, enquanto os Guajajara, no Maranhão. As relações entre esses dois últimos grupos parecem ser hoje bastante assíduas e já ocorriam desde o início deste século, apesar de não serem francamente hostis. Diz-nos Curt Nimuendaju (...), que os Canela forneceram quarenta homens para integrar as tropas que foram combater os Guajajara revoltados em 1901. Conta-nos também que, em 1931, os Guajajara fizeram sua primeira visita aos Canela, os quais elevaram um jovem dos visitantes à dignidade de “chefe honorário”, isto é, uma espécie de representante diplomático. (...) Acredito que a melhor solução não é discutir se os Canela devem continuar na área cultural Tocantins-Xingu ou serem arrolados na Pindaré-Gurupi, mas sim levar em consideração suas relações atuais tanto com tribos da primeira como da segunda área. Ao falar de relações atuais não estou me referindo a semelhanças culturais entre os grupos tribais, que é o critério a que Galvão dá o maior peso, mas sim a relações entre os membros dessas sociedades. (...) ao invés de se perguntar com quem se parecem os Canela, será melhor indagar: quem participa do mundo dos Canela? (1979: 22-24)

Suas aldeias são circulares. O círculo está formado pelas casas, que constituem o espaço doméstico e feminino. No centro da aldeia está o pátio, lugar masculino, onde se realizam os rituais e onde os homens se reúnem ao amanhecer e ao pôr do sol. As casas são habitadas por várias famílias extensas relacionadas entre si pela linha feminina (avó/mãe/filha). Assim, uma mulher nasce, cresce, procria, vive e morre na mesma casa. Os homens, quando se casam, vão residir na casa da esposa, mas sempre mantêm um forte laço com sua casa de origem, onde residem sua mãe e irmãs, pois será onde transmitirão seus nomes.

1.2 Histórico do contato

Ao contrário do que ocorreu em relação a alguns grupos indígenas no período pré-colonial, e no início da colonização do Brasil – especialmente aqueles situados na costa litorânea, os quais foram amplamente descritos por diferentes cronistas e

documentados por outros agentes coloniais – os grupos interioranos, em particular aqueles que de maneira imprecisa eram classificados como “tapuias” ficaram, em sua maior parte, desconhecidos durante os primeiros séculos da colonização. Apenas no final desse período, na virada do século XVIII para o XIX, alguns desses grupos passaram a ser documentados, especialmente em função do interesse da administração colonial e das frentes expansionistas na sua neutralização². Assim, os Aimorés, ou Botocudos do vale do Rio Doce, e os Timbira dos cerrados do sul do Maranhão e norte de Goiás constituem alguns dos exemplos de grupos “tapuia” descritos e comentados nos momentos iniciais da sua “conquista”.

Diante dessa limitação, uma das poucas fontes disponíveis sobre a sociedade e cultura dos grupos Timbira, bem como sobre o processo inicial das guerras de conquista que levaram à sua dominação pelos agentes da sociedade colonial, são os escritos do Major Francisco de Paula Ribeiro, que trabalhou como comandante de expedições e de destacamentos de milícias sediados nas povoações pioneiras da expansão luso-brasileira sobre o território Timbira. Esse oficial português, a despeito da sua inserção na luta colonial, foi o cronista que observou e interpretou com grande isenção muitos aspectos dessa sociedade, bem como por muitas vezes demonstrou sua indignação diante dos métodos de ação das bandeiras e dos moradores das vilas e povoações em relação aos Timbira. Em outros momentos, ao contrário, pesou mais a sua ideologia colonialista, quando defendeu a adoção de medidas radicais, em relação a alguns grupos Timbira, como a sua extinção total, para poupar os moradores dos ataques desses grupos e liberar suas terras para a ocupação pelas fazendas de criação e da grande lavoura (Ribeiro, 1848: 7).

Os grupos Timbira que ocupavam a bacia do Alpercatas e alto e médio Itapecuru (Ramkokamekra, Apânjêkra, Xâcamekra e Kencatejê) – as chamadas nações “Canela” – iniciaram contatos pacíficos com os colonizadores em épocas e de modos diferentes.

² Os trabalhos de Oliveira (2002) e Azanha (s/d) constituem-se como boas compilações de informações historiográficas, subsidiando significativamente este e a elaboração deste item.

1.3 Devassa e Ocupação Inicial do Vale do Itapecuru

As primeiras incursões ao vale do Rio Itapecuru por europeus foram realizadas antes mesmo do início da colonização deflagrada pelos portugueses. Atribui-se aos franceses ligados a La Ravardiére instalados na Ilha de São Luís em 1612, as primeiras expedições exploratórias a esse rio, motivadas ainda, pelos propósitos de escambo junto a grupos indígenas.

O Itapecuru foi, inicialmente, o rio mais cobiçado pelos colonos e transformou-se, rapidamente, na principal via de penetração ao interior da Capitania, uma vez que de grande extensão, banhava vales férteis e teria boas condições de navegabilidade proporcionando acesso aos “sertões” do Maranhão, e a outras capitanias, especialmente as do Piauí, Goiás e Bahia. Esses fatores tornam sua conquista uma prioridade da administração colonial.

Os primeiros núcleos de povoamento português no Maranhão foram estabelecidos a partir de antigas aldeias indígenas, ou de aldeamentos implantados pelos jesuitas. Alcântara (1648), Aldeias do Maracu, (Viana, 1655), ainda no século XVII; e Rosário (1716), Aldeias Altas (Caxias, 1741), Guimarães (1755) e Itapecuru (1768), já no século XVIII constituíram alguns desses núcleos, em torno dos quais se organizou a exploração colonial no Maranhão tendo como força-de-trabalho índios escravizados, capturados através das expedições de “descimento” e “resgate”.

A continuidade dessas expedições punitivas, e a conseqüente escravização e desarticulação étnica de muitos grupos indígenas, garantiu a interiorização da colonização portuguesa pelo Itapecuru. No último quartel do século XVII, o sertanista João Velho do Vale, a mando do Governador Gomes de Andrade, teria feito o reconhecimento dos rios Itapecuru, Mearim e Munim mantendo, para isso, duradouros contatos com vários grupos indígenas, e estabelecendo as bases de sua sujeição. Posteriormente, esse sertanista teria realizado a abertura de uma estrada entre a Capital do Maranhão e a Bahia favorecendo, ainda mais, o tráfico de índios escravizados desta para aquela Capitania.

Nas últimas décadas do século XVII, o interesse pela ocupação do Itapecuru tornou-se tal, que o Estado português ordenou a mobilização de forças de outras capitanias, e até do Estado do Brasil para dar combate aos índios do Itapecuru, Mearim e Munim. Nesse sentido, várias cartas régias foram dirigidas ao Governo do Maranhão,

o qual chegou a contratar serviços de um bandeirante paulista para a redução desses índios. A própria Casa da Torre, um dos potentados baianos, detentora de direitos de exploração de grandes extensões de terra que se estendiam além do rio Parnaíba, foi autorizada a participar das "guerras justas" no Maranhão. Em 1691, Francisco Dias D'Ávila, teria sido incumbido de *dirigir caça aos bárbaros confederados no Itapecuru e Mearim*, trabalho que teria apressado a morte, ainda jovem, desse devassador de índio.

Situada em local estratégico, Aldeias Altas tornou-se logo uma passagem obrigatória para o Piauí e Bahia, e ainda, para os "sertões de Pastos Bons", então limite da ocupação colonial pelo território Timbira, operado pela frente pastoril nordestina, que avançava rumo ao Tocantins.

1.4 Os Timbira e as frentes de conquistas e colonização do sul do Maranhão

Derrotados os últimos grupos Jê que ainda ofereciam resistência à expansão dos rebanhos nos limites setentrionais do Piauí, a frente pastoril piauiense investiria a partir daí sobre os vastos campos do centro sul maranhense - ocupado por grupos Timbira e Akwê.

A primeira delas - via rio Tocantins - somente terá alguma significação para os Timbira nas primeiras décadas do século XIX com a fundação, às margens daquele rio, dos núcleos de São Pedro de Alcântara e Três Barras (nas proximidades da atual Carolina) e, pouco mais tarde, do de Boa Vista (atual Tocantinópolis). Estes núcleos foram estabelecidos para servirem de entrepostos comerciais entre o interior pastoril do Maranhão e a cidade de Belém e sul de Goiás. Dois deles (São Pedro e Boa Vista) só puderam se sustentar em função da ligação que estabeleceram com a frente pastoril, que anos antes, já havia ocupado grande parte do sul do Maranhão.

A penetração pelas frentes de conquista "nco-brasileiras" deu-se simultaneamente por três vias, cada uma delas buscando alvos econômicos diversos (Nimuendajú, 1946; 6): a primeira utilizando os cursos do Tocantins a partir de Belém e de Goiás, visava a preação de índios; a segunda, utilizando os cursos do Itapecuru e Mearim desde São Luís, procurava a ocupação agrícola de seus vales enquanto prolongamento e diversificação da agricultura praticada na costa maranhense a terceira, produto de expansão das fazendas de gado do Piauí, atingiu o alto Itapecuru em meados do século XVIII conquistando todo o sul do Maranhão.

Apesar de liberado durante a navegação em 1782, o Tocantins continuaria sendo pouco utilizado como rota de ligação entre o norte e o sul, devido ao pouco interesse comercial da região e aos riscos que apresentavam as "correrias" perpetradas pelos Apinajé nas proximidades da desembocadura do Araguaia. Para enfrentar este último obstáculo o governo do Pará estabeleceu, em 1770, o posto militar de Alcobaça (atual Tucuruí); pelo mesmo motivo, o governo do Goiás fundou em 1797 o posto militar de São João das Duas Barras, na boca do Araguaia. Anos antes da fundação deste posto, o cabo Thomas de Sousa Vila Real havia navegado o Tocantins de Belém a Goiás estabelecendo contato pacífico com alguns Apinajé e Carajá. Até o início do século XIX a penetração do território Timbira através do curso do Tocantins não havia produzido outras consequências além destes contatos esporádicos com os Apinajé.

O avanço da frente pastoril piauiense sobre o território Timbira foi mais rápido do que a frente agrícola que penetrava o Itapecurú, apesar desta colonização ser mais antiga. Desde o início do século XVI os portugueses vinham explorando o Itapecurú, submetendo e escravizando grupos Tupi que ocupavam seu baixo curso. Neste período os Jesuítas estabeleceram três aldeamentos ao longo do rio. Mas a dificuldade de navegação em seus cursos médio e alto não permitiu a exploração do Itapecurú além do antigo aldeamento de Aldeia Alta (atual Caxias). Esta vila viria a ser (até 1760) o ponto mais avançado da expansão neo-brasileira na região (Marques 1879: 1970, 186).

Este quadro se modificará a partir de 1775. Com a criação da "Companhia Geral do Comércio do Maranhão e Grão-Pará" as atividades agrícolas na província do Maranhão ganharam novo impulso. Favorecida por condições excepcionais que prevaleciam no mercado externo (a revolução industrial na Europa, fazendo crescer a demanda do algodão; a guerra de independência das colônias inglesas da América, maiores produtores mundiais, interrompendo a exportação do produto para a Europa) a expansão da cultura do algodão (e mais tarde do arroz da "Carolina") deu um grande salto nos últimos anos do século XVIII: enquanto em 1760 eram exportados 651 arrobas, em 1770 esta cifra subiria para 15.000 para chegar a perto de 50.000 arrobas em 1783 (Marques, op.: 78). Esta expansão exigiu e continuaria a exigir novas áreas de cultivo e colonização. Se até 1750 as atividades agrícolas de grande porte no sertão maranhense se restringiam ao vale do Itapecurú (até Caxias) e ao Baixo Mearim, a partir do último quartel daquele século a expansão agrícola pressionará o território Timbira pelo norte - buscando novos terrenos e/ou a mão-de-obra indígena.

Ao sul daquele território, a rápida expansão da frente pastoril piauiense, atingindo em 1730 as margens do rio Parnaíba levaria ao estabelecimento das primeiras fazendas de gado no sul do Maranhão poucos anos depois. Com a fundação em 1760 da vila de São Bento dos Pastos Bons, entre o alto Itapecurú e o Parnaíba, se completaria o círculo da colonização neo-brasileira em torno do território Timbira (Nimucundajú, 1946: 6).

A fundação desta vila viria a contribuir para o avanço dos rebanhos bovinos rumo ao Tocantins. Situada na fronteira sul do território Timbira e em ponto estratégico para a "extração" das boiadas piauiense para Caxias e o Tocantins, Pastos Bons se tornaria o centro de onde partiriam, daquela data em diante, todas as ações punitivas destinadas aos grupos Timbira que resistiam à colonização do sul do Maranhão.

Um pouco mais ao norte, a resistência dos grupos Timbira localizados nos altos cursos dos rios Mearim e Grajaú vinha impedindo a expansão das atividades agrícolas nos seus férteis vales (Nimcundajú, 1946: 6). De Caxias para cima, pelo curso do Itapecurú, outros grupos Timbira ofereciam sérios obstáculos à expansão das culturas do algodão e do arroz no auge do período exportador destes produtos.

Um historiador maranhense no início do século XIX reconhecia que o maior entrave à expansão da agricultura do Maranhão era "a falta de terras por causa do gentio", sugerindo sua "pacificação" por meios violentos (Gaioso - (1818) 1970: 228-239).

A província do Maranhão, parca em recursos minerais, concentrava sua atividade econômica na agricultura e criação de gado. Uma provisão régia datada de 31 de março de 1730 determinava que os habitantes de capitania do Maranhão não deviam "se entender com minas" e sim "se aplicar a agricultura e criação de gados" (Marques, 1970: 516). Ao longo do século XVIII, a expansão destas duas atividades será a preocupação central dos governadores da capitania em relação ao rebanho bovino, era necessário expandi-los na direção do Tocantins (visando o abastecimento das minas), ao mesmo tempo em que se recomendava uma "luta sem trégua" aos grupos indígenas (Timbira e Akwê) que atacavam os rebanhos que se dirigiam ao Goiás e desfaziam as fazendas que tentavam se estabelecer no distrito de Pastos Bons. Para fazer frente ao obstáculo representado pelos índios, um observador da coroa sugeriam aos administradores do Maranhão, em fins do século XVIII, "que se levantassem uma linha de povoação aos sertões dos Parnaíba e o Tocantins de modo que as Nações que ficassem ao Norte, vendo que por toda a parte as cercávamos viriam com mais

facilidade à nossa sujeição". Seu projeto que poucas décadas depois viria a se realizar, era o de "... dilatar as povoações de Pastos Bons (com gado) e a partir delas colonizar (com agricultura) os vales do Mearim e Pindaré"(Anônimo, 1800: 87/88).

Apesar destes esforços, o processo de expansão das frentes agrícolas e pastoril, ao norte e ao sul do território Timbira, não vinha se verificando com ritmo desejado e esperado pela Coroa: a resistência oferecida por aqueles grupos - e pelos Akwê ao sul - impediam a colonização dos terrenos centrais do Maranhão. As "entradas" contra os Timbira não alcançavam a mesma eficácia obtida em outras partes da colônia.

1.5 A Frente Agrícola e a Ocupação do Alto Itapecuru

É nesse período que se desenvolvem os dois grandes fluxos que definirão o povoamento no interior do Maranhão. Um desses fluxos partindo do litoral, foi ocupando gradativamente áreas mais avançadas ao longo dos vales dos seus principais rios – Mearim, Pindaré, Munim e, especialmente do Itapecuru – sendo responsável pelo surgimento de diversos núcleos de povoamento, sob a atuação de uma frente de ocupação agrícola com diferentes momentos e interesses econômicos.

Até as primeiras décadas do século XVIII, as atividades econômicas desenvolvidas tanto por colonos, como pelos próprios missionários, se estruturavam a partir da presença de *aldeamentos* indígenas organizados, em sua maior parte pelos jesuítas, de onde se obtinha a mão-de-obra necessária para as atividades agrícolas e de serviços que iam se organizando. Um dos ricos fazendeiros da região, Raimundo Gaioso considerava o Itapecuru como um dos principais rios "da terra firme" no Maranhão colonial.

Agente colonial diretamente envolvido, tanto nas expedições de expulsão e sujeição de índios, como fazendeiro interessado na expansão das áreas de cultivo, Gaioso avaliava as condições de navegabilidades de sua extensão até Pastos Bons. Para esse agente, o Itapecuru era

... muito navegável até o arraial das Aldeias Altas, hoje Nova Vila de Caxias... porém do dito Alto Arraial para cima, para onde ainda continua o dito rio até Pastos Bons, perto daquela vila já tem chegado algumas embarcações pequenas é perigoso pelas suas cachoeiras e a **multidão de gentio bravo**, que ocupa uma grande parte daquelas matas, e suas beiradas (Gaioso, [1818] 1970:98).

Conforme se constata no discurso deste cronista e agente colonial, a existência de obstáculos naturais, e principalmente, a presença de grupos indígenas autônomos no

curso deste rio ocupando as densas matas constituíam os principais entraves ao avanço dessa frente pelo alto Itapecuru. Esses grupos, cujos territórios se estendiam, ainda, pelos Alpercatas e outros afluentes seriam, dentre outros, os Timbira "Canellas Finas" e "Mateiros", cuja resistência retardaria a ocupação dessas terras pelos agentes da frente agrícola vinculada à economia agro-exportadora que se ampliava. Os cronistas e a documentação oficial da administração colonial, nas principais décadas do século XIX denominaram os grupos Timbira do Alto Itapecuru como "Canellas Finas" e "Timbiras Matteiros". Trata-se dos grupos que o Major Francisco de Paula Ribeiro refere-se como *Capiekran* e *Sakamekran*, antepassados dos atuais Canela-Ramkokamekra.

A rápida expansão das fazendas monocultoras de algodão e açúcar, dado seu caráter extensivo, e o conseqüente esgotamento precoce das terras de plantio requeriam a incorporação de novas áreas, as quais existiam em abundância e formadas por matas de grande fertilidade, que se estendiam ao longo do alto curso do rio Itapecuru e seus afluentes. No avanço rumo às cabeceiras desse rio, agricultores e criadores defrontaram-se com a presença de vários grupos indígenas, especialmente Timbira, os quais, segundo Gaioso, constituíam o grande obstáculo à ocupação colonial da região. Assim, diante de uma tentativa anterior de ocupação das terras do Alpercatas, importante afluente do alto Itapecuru afirmava Gaioso.

... outro (rio) chamado das Alpercatas, onde se pretendeu no ano de 1809 formar um arraial, que por ser muito infestado de gentio, é inabitável para a cultura; porém ambos esses inconvenientes poderiam achar remédio, logo que para superá-los se dessem providencias ativas (Gaioso, 1970:99).

Assim, a despeito das expedições exploratórias, e das tentativas de estabelecimento de um núcleo militar que possibilitasse a ocupação das terras do alto Itapecuru pelos agentes da frente agrícola, estas esbarravam na resistência dos Timbira *Matteiros* e *Canellas Finas*.

1.6 A Frente Pastoril Tradicional e o Território de Pastos Bons

Surgida independente do processo de ocupação colonial do vale do Itapecuru e de outros grandes rios maranhenses, que se deu a partir do litoral, a ocupação das chapadas e cerrados do sul do Maranhão esteve associada, em seu momento inicial, às demandas da economia açucareira nordestina. Fornecendo carne, couro e força motriz aos engenhos nordestinos e à região aurífera das Minas Gerais, o povoamento inicial do sertão maranhense foi realizado por vaqueiros e criadores vindos do vale do São

Francisco, num lento movimento expansionista antecedido pelo devassamento e ocupação do atual território do Piauí.

Somente a partir das primeiras décadas do século XIX é que a área pastoril do sul do Maranhão, chamada pelos contemporâneos como "sertão de Pastos Bons", se articulou à região litorânea e, especialmente, à economia algodocira, cujo principal núcleo era a então vila de Caxias. Nesse processo de intersecção entre as duas frentes expansionistas deu-se, ainda, a ocupação inicial das terras situadas no alto Itapecuru e Alpercatas, território tradicional de alguns grupos Timbira, dentre os quais, os grupos formadores dos atuais *Canela-Ramkokamekra*.

1.7 Tentativas de Articulação entre as Frentes Agrícolas e Pastoril

Durante a segunda metade do século XVIII, quando se estruturava a economia agro-exportadora do vale do Itapecuru, e se expandiam às lavouras algodoeiras, era iniciado o processo de conquista e ocupação do tradicional território Timbira, e de outros grupos autônomos situados a oeste do rio Parnaíba. Ao norte e noroeste de Pastos Bons, as terras circunscritas ao alto curso do Itapecuru e do Alpercatas, encontravam-se, ainda, sob o controle dos grupos Timbira, conforme atesta o cronista:

O rio Itapecuru tem seus princípios a sudeste no sertão ainda inculto, e habitado por diversas nações de índios silvestres, todas conhecidas com o nome geral de Timbira (Ribeiro, 1919, in: Cardoso, 1947:63).

Era evidente o interesse dos agentes coloniais vinculados às duas frentes expansionistas, pela incorporação desse território ao processo de expansão da economia agro-exportadora, e das fazendas de criação. Assim, Paula Ribeiro apresenta a *ribeira* do alto Itapecuru, como o território situado entre a barra do riacho Corrente e as cabeceiras do Itapecuru e Alpercatas, e limitada ainda pelos riachos Balseiro e São Domingos. Atestando as boas condições da região para a pecuária tradicional, e para a grande lavoura Ribeiro afirma:

Ao centro seus campos de criar os gados e suas excelentes matas próprias de lavrar encostadas ao Rio Itapecuru tem proporções atendíveis. Cortada por esse memorável rio, pode por isso mesmo adquirir tantas vantagens de quantas se pode fazer idéia... (Ribeiro, 1919, in Cardoso, 1947:62).

As tentativas de estabelecimento da navegação por todo o Alto Itapecuru esbarravam na oposição dos "Timbira Matteiros" (Sakamekran) e "Canellas Finas" (Capiékran), os quais nas primeiras décadas do século XIX já haviam destruído grande

número de fazendas ali estabelecidas. Em 1764, já havia sido aberta uma estrada desde Caxias nessa direção, o que demonstra as iniciativas de aproximação da ocupação agrícola com a pastoril, conectando aquela vila ao principal núcleo pastoril, Pastos Bons. Essa iniciativa dos agentes coloniais seria frustrada pela reação dos Timbira, que destruíram a maioria das fazendas e despovoaram quase por completo essa "ribeira". Conforme aponta Marques:

Achavam-se por essas vizinhanças muitas fazendas de gado destruídas pelo gentio "Timbira do Mato", tão feroz que nem as crianças poupava... (Marques, 1970:91).

Com a criação, em 1807, da guarnição do Arraial do Príncipe Regente, na confluência do Itapecuru com o Rio Alpercatas, vislumbrou-se a possibilidade de retomada da navegação deste rio, e o restabelecimento das fazendas de criação e das lavouras, através de um porto que favorecesse a importação e exportação de produtos dos moradores de Pastos Bons, distante a 18 léguas do referido arraial. O estabelecimento do Arraial teria garantido temporariamente a reocupação das fazendas destruídas, e a ampliação de novas áreas de criação e de lavoura:

Desinfetados dos gentios esses lugares, sujeitaram-se ao poder real, as fazendas compreendidas em 50 léguas do rio Itapecuru... muito além do Arraial, e as que existiam, mais 18 léguas ao centro, até então ocupadas exclusivamente pelo Timbira do Mato (Marques, 1970: 91).

Nesse período, havia sido localizada, a cerca de duas léguas desse Arraial, uma aldeia abandonada dos Timbira, na qual foram contadas cerca de 500 casas, o que indicaria que esse grupo – provavelmente formado pelos *Sakamekran* ou *Capiekran* – teria estrategicamente abandonado o local em busca de maior segurança.

Em resposta aos ataques perpetrados por esses e outro grupos Timbira contra estabelecimentos coloniais, várias "bandeiras" foram organizadas, nesse período; uma destas partindo de Pastos Bons se encontraria com outra, procedente de São Pedro de Alcântara, no Tocantins, a fim de dar combate e destruir os *Sakamekran*, ou "Timbira Matteiros" e os *Picobgés* – os "Gaviões", grupo Timbira do alto Grajaú – e outros grupos que impediam o avanço das frentes agrícola e pastoril. Dessa expedição teria resultado *muita mortandade, e o aprisionamento de 84 índios* (Marques, 1970: 91).

A estratégia de ocupação colonial do território Timbira, nas primeiras décadas do século XIX implicou, ainda, no estabelecimento de fazendas de criação por conta da Fazenda Real. Vista como empreendimento pouco oneroso, regulador do fornecimento de carne às populações sertanejas, e estimulador da *domesticação e utilização de grande número de índios selvagens na pecuária*, foi decidida a implantação de diversas

fazendas reais na região do Rio Alpercatas. Na condição de comandante do distrito de Pastos Bons foi atribuída, ao capitão Francisco de Paula Ribeiro, em 1819, a incumbência de escolher *os lugares mais acomodados para as mencionadas fazendas na ribeira do Rio Alpercatas* (APEM, 1997: Doc. 180, 79-80).

1.8 A Conquista das “Nações Gentias”

O principal cronista, e também agente do processo de dominação dos Timbira no interior do Maranhão, nas últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX, Francisco de Paula Ribeiro, considerava que a região de campos e cerrados situada entre o Parnaíba e o Tocantins constituía o último refúgio de grupos indígenas, que em período anterior habitavam o litoral do Maranhão, e o interior de outras capitanias. Esses grupos teriam se deslocado para as chapadas do sul do Maranhão, em diferentes momentos, em fuga das frentes expansionistas (Ribeiro, 1842: 184-185).

Essa avaliação, em seu todo seria certamente equivocada, mas em termos relativos, guarda sua veracidade. De fato, para as chapadas e cerrados do sul do Maranhão e norte de Goiás se dirigiam grupos tribais acossados pelos criadores do Piauí e vale do São Francisco, nos séculos XVII e XVIII, e outros pressionados pelas frentes coloniais que avançavam pelo alto curso Pindaré, Mearim, Grajaú e Itapecuru. Também na fuga das frentes de ocupação teriam ingressado no cerrado maranhense, grupos tipicamente florestais, como os “Amanajó” – *Amanayé*, que se estabeleceram próximo a Pastos Bons.

1.9 Bandeiras e as Tropas de Linha

Conforme foi abordado, há uma discussão travada entre pesquisadores em relação à ocupação da região de cerrados e campos naturais situados entre os rios Parnaíba e Tocantins; enquanto uma corrente defende a tese de um empreendimento organizado e financiado pela administração colonial, a qual teria fornecido as condições estruturais para o ingresso de vaqueiros e criadores nessa região; outra pretende que a ocupação desses “sertões” foi obra da iniciativa particular de fazendeiros e outros agentes da frente pastoril interessados nessa empreitada. (Cabral, 1992: 19).

Uma leitura cuidadosa de cronistas, historiadores e documentos coloniais sobre a ocupação humana do vale do Itapecuru e do “sertão de Pastos Bons” leva a crer numa

ação conjunta e simultânea entre a administração colonial e os agentes da frente pastoril como modo de devassamento e estabelecimento de fazendas e núcleos populacionais nesse extenso território. Se a ação das frentes expansionistas foi fundamental à ocupação colonial desse território, entretanto, os governos especialmente o da Capitania do Maranhão ofereceram tropas, armas e definiram uma política de distribuição de terras, através de sesmarias, que garantiram essa ocupação.

Essa discussão remete ao processo de conquista desse território e os seus principais agentes. De outro lado, remete à histórica resistência desenvolvida especialmente pelos grupos Timbira, e às estratégias utilizadas, de lado a lado, nas tentativas de efetivação da conquista colonial, e de defesa da autonomia étnica desses grupos. Um dos principais meios para efetivar a conquista do território Timbira pela sociedade colonial foram as ações da "bandeiras". Em relação às expedições organizadas por "paulistas" em diversas partes do território da Colônia inclusive na vasta região pastoril que se estende desde o vale do São Francisco até as "bordas" do Parnaíba – as bandeiras organizadas no sul do Maranhão teriam suas particularidades.

Em seus mais de vinte anos de trabalho no sertão pastoril, onde comandou tropas no combate aos grupos Timbira, o Major Francisco de Paula Ribeiro, sucessivamente comandante de destacamento de linha, comandante militar do distrito de Pastos Bons, fundador e comandante do destacamento sediado no Arraial do Príncipe Regente no Alto Itapecuru e Alpercatas, atesta que todas as expedições realizadas contra os Timbira, Gamella e outros grupos autônomos se mostraram infrutíferas, uma vez que os recursos fornecidos pelo Estado, isto é, pela administração colonial no Maranhão, em termos de tropas, armas e munições eram sempre insuficientes.

Dentro dessas condições materiais e humanas tão precárias, atesta Paula Ribeiro, tornava-se praticamente impossível às bandeiras derrotar em seu próprio território os Timbira, sempre formados por grandes grupos de guerrilheiros adaptados ao ambiente do cerrado e das matas ciliares, e sempre preparados para o confronto com grupos inimigos. Inversamente, uma *bandeira*:

...acha muitas vezes obrigada a penetrar mais de cem léguas desconhecidas, segundo as circunstâncias ocorrentes, para acometer uns poucos de mil selvagens, que dentro da sua própria casa bem armados dos seus arcos, flechas e tamaranas, em que são destríssimos, estão zombando de clavinhas velhas, e que sobre os paizanos esmorecidos atiram das suas emboscadas sem aparecer a descoberto, guerra em que são assaz exercitados, e para o qual lhe subministra vantajoso auxílio a espessura dos matos por estreitos caminhos... (Ribeiro, 1841: 397).

Além das péssimas condições materiais, essas bandeiras careciam de uma organização e disciplina militares, que segundo esse cronista as descaracterizavam completamente enquanto uma força armada:

Eis aqui pois formada uma bandeira, nome desde muito tempo dão os moradores a estes ajuntamentos, e dão-lhe tanto sem motivo, quanto porque é insígnia esta que não aparece ali, como porque primeiro se lhes deveria chamar bandos de homens tumultuosos, do que batalhão concertado... (Ribeiro, 1841: 397-398).

Diante de tais condições, as bandeiras organizadas em Pastos Bons ou Caxias, mas também vindas de São Pedro de Alcântara mostravam-se geralmente impotentes para vencer os Timbira, Gamella e outros grupos então autônomos.

...vindo daqui que os Gamella de Codó, os Sakamekrans, e os Piocobgês nunca jamais poderão ser forçados por semelhantes expedições, antes hão de sempre batê-las como qualquer gato bate um pinto... (Ribeiro, 1841: 397-398).

Assim, segundo a avaliação desse militar envolvido na luta contra os Timbira, a indisciplina, além das péssimas condições materiais formavam alguns dos principais problemas que levavam ao fracasso das bandeiras. De outro lado, o freqüente abandono dessas expedições pelos *paizanos*, motivados pela fome, saudades da família ou esgotamento físico, ou sob a alegação de que as propriedades beneficiadas por essas ações não lhes pertencia, além da falta de remuneração de seu trabalho, e a sua indiferença a cerca da "civilização" dos gentios constituíam alguns dos principais fatores de insucesso das "bandeiras" (Ribeiro, 1841: 400).

Paula Ribeiro atribuiu, ainda, a um método equivocado de confronto, o fracasso dessas bandeiras em "reduzir" os Timbira, o que impediria o progresso dos povoados e das fazendas de lavouras e criação, bem como a segurança das famílias estabelecidas nessa áreas em conflito, cuja perda das propriedades e a destruição das mesmas se tornariam em fato geral, caso não fossem tomadas outras providências (Ribeiro, 1841: 400).

Concluindo sua análise sobre as "bandeiras" e as razões de seu fracasso diante dos Timbira, Paula Ribeiro aponta uma série de chefes de bandeiras derrotadas ou destruídas pelos Timbira em diferentes momentos. O próprio cronista teria comentado uma frustrada expedição aos Gamella de Viana em 1810, a qual após mais de 15 dias premidos nas matas por esse grupo, e padecendo fome e sede retornou sem lograr seu objetivo, havendo sido mortos mais de 30 dos 70 soldados que o acompanhavam. (Ribeiro, 1841: 398-400).

O ressurgimento das "bandeiras" no sul do Maranhão, no final do século XVIII e início do XIX, respaldadas em Cartas Régias e Resoluções que autorizavam a utilização de índios capturados em guerra como trabalhadores e educandos sob a responsabilidade de grandes fazendeiros e outros, se legitimava na necessidade de desobstruir os territórios em ocupação pelas frentes expansionistas desse período. Legalizadas através de Cartas Régias publicadas em 1807, 1808, 1809 até 1813, essas expedições acabaram reintroduzindo o cativeiro de índios no Brasil, abolido durante o período pombalino. Na Amazônia em geral, e nas regiões da expansão agrícola e pastoril do Maranhão, em especial, as "bandeiras" reintroduziram a escravidão e o comércio de índios, os quais passaram a ser abertamente capturados e vendidos nos mercados públicos de Caxias, Belém, São Luís e no Piauí, até as primeiras décadas do século XIX. A ação dessas "bandeiras", bem como das expedições "oficiais" organizadas pela administração colonial teriam desencadeado o processo de conquista territorial e de dominação dos grupos Timbira.

1.10 As expedições repressivas contra os Timbira e a militarização da conquista no sul do Maranhão (1789-1818)

A rigor não existiu no sul do Maranhão, no período de vigência do diretório pombalino, uma política de aldeamentos tal como aquela posta em prática em Goiás, nas últimas décadas do século XVIII, desenvolvia uma série de ações buscando implementar as medidas estabelecidas no diretório pombalino - no Maranhão os governadores deixariam para "particulares" as tarefas de colonização. No período de vigência daquele diretório, nenhuma medida foi tomada no sul da província do Maranhão que estimulasse contatos pacíficos com os grupos Timbira hostis. Ao contrário, as autoridades locais de Caxias e Pastos Bons - pólos da colonização dos territórios Timbira no sul - continuariam a patrocinar expedições repressivas, cujos objetivos declarados eram a preação de escravos. A princípio organizadas por particulares, no início do século XIX transformar-se-iam em expedições militares, com tropas de linha comandadas por oficiais graduados e contando com o apoio das autoridades locais.

Valendo-se das cartas régias expedidas em 1808 nas quais se determinava a "guerra aos Botocudos de Minas Gerais" e que foram estendidas mais tarde para todos os grupos indígenas que se "recusavam a prestar vassalagem a S.M. El Rei"(Paula

Ribeiro: 1841, 455) a partir de 1809 tem início uma verdadeira campanha militar contra os grupos Timbira do sul do Maranhão. A razão da militarização das ações contra os Timbira deveu-se aos fracassos sucessivos das campanhas organizadas por particulares, em Caxias e Pastos Bons.

O major Francisco de Paula Ribeiro - que durante os primeiros anos do século XIX comandou as guarnições estacionadas em Pastos Bons e no arraial do Príncipe Regente - apresentou um balanço daqueles fracassos como argumento para justificar a militarização das ações contra os Timbira: segundo ele, nada menos do que 12 expedições foram derrotadas entre 1802 e 1808, resultando na morte de seus comandantes e de dezenas de soldados e "paisanos" (idem, *ibidem*, 446/447). Todas estas expedições foram feitas contra os Ramkokamekra, Xacamekra e Pykopjê, grupos que dominavam os sertões a noroeste do rio Alpercatas e que vinham impedindo o avanço da frente pastoril em direção a Tocantins.

Buscando reprimir as ações daqueles grupos, o governador da capitania ordenou em 1807 a fundação do arraial do Príncipe Regente, na confluência dos rios Alpercatas e Itapecuru e ali estacionou o major Paula Ribeiro com uma tropa de linha composta por 60 soldados (Marques [1870] 1970: 91). Durante os quatro anos de existência do arraial, sua guarnição perdeu 20 homens, mortos pelos índios; por outro lado as expedições militares que de lá partiam produziram "muita mortandade e o aprisionamento de 84 índios" (idem, *ibidem*: 91; Nimuendajú, 1946: 34; Paula Ribeiro, 1841: 299). Esta guarnição, enquanto existiu, permitiu o estabelecimento de algumas fazendas entre as Alpercatas e Itapecuru. Desfeito o abandono da povoação nascente de São Zacarias. (Paula Ribeiro, *idem*: 298).

Os Ramkokamekra (os "Capietrãs" de Paula Ribeiro) também estabeleceram um "acordo de paz" com as expedições repressivas. Em 1814 - depois de resistirem durante mais de vinte anos às expedições punitivas e preadoras aceitaram a paz proposta pelo alferes da guarnição da vila de Caxias, Joaquim Picaluga. A condição imposta pelos índios para aceitarem " meterem-se em paz" era a de que o militar se comprometesse a prestar auxílio aos Ramkokamekra na guerra que então moviam contra seus vizinhos Xacamekra. No ano seguinte a expedição conjunta consegue submeter uma pequena aldeia Xacamekra, cujos homens foram aprisionados e vendidos em leilão na praça pública de Caxias; algumas mulheres e as crianças aprisionadas ficaram entre os Ramkokamekra (Paula Ribeiro: 1841 , 306/313). Depois deste evento, os Ramkokamekra, cumprindo o acordo, deslocaram sua aldeia para as proximidades de

Caxias onde permaneceram por quase dois anos. Contudo, as autoridades da Vila de Caxias não cuidaram de lhes ceder uma área de terra; sem terreno fixo - portanto sem roças - passaram a assaltar os roçados dos moradores da vila e seus gados. A resposta das autoridades de Caxias foi a de prender o chefe, Tempé, por algum tempo. Mas tão logo solto, os assaltos prosseguiram. Para se verem livres dos indesejáveis aliados, os habitantes de Caxias introduziram entre os índios roupas contaminadas pelo vírus da varíola. Aqueles que conseguiram escapar do contágio retornaram para seu antigo habitat à oeste do rio Alpercatas. Parte destes "fugitivos" foram ainda perseguidos e mortos, pois se recusavam a voltar (idem: ibidem, 311-2).

Comentando o fracasso desta experiência, o major Francisco de Paula Ribeiro reputou-o à não observância, por parte das autoridades de Caxias, das três condições que considerava "primárias" para um bom tratado de paz: 1ª.) "uma sólida instrução do sistema social que fazia a nossa civilização (as leis que o sustinham e quais os castigos destinados para aqueles que as infringiam); 2ª.) afixarem-se-lhe limites territoriais (...) dentro dos quais puderam sair deles enquanto não fossem bem instruídos no nosso idioma (...) 3ª.) finalmente, fazê-los tremer aos primeiros delitos cometidos e ainda mais se reincidissem" (Paula Ribeiro: 1841, 307-8). Apesar das "vultuosas soma despendidas pela fazenda Real visando firmar a pacificação destes índios" (idem: ibidem, 313), os Ramkokamekra acabaram por retornar, dizimados, ao seu antigo habitat.

1.11 Expedições repressivas contra os Timbira (1793-1818)

1793 - 1801: várias "entradas" comandadas por Domingos Lopes e Manoel Lopes contra os Ramkokamekra, "... fazendo sobre eles inúmeros prisioneiros, especialmente no sexo feminino e nos rapazes" (Paula Ribeiro, 1841: 304).

1794: "entrada" comandada por Felix do Rego e Domingos Lopes contra os Xákamekra; matam alguns índios sem poderem fazer prisioneiros (idem, ibidem: 305)

1801: "entrada" composta por 200 "paisanos" e comandada por Eugênio Antonio contra os Xákamekra; derrotada (idem, ibidem: 300).

1801: expedição punitiva com tropas de linha comandada por Francisco de Paula Ribeiro e dirigida contra os Ramkokamekra; derrotada (idem, ibidem: 305).

1807 - 1811: várias expedições com tropas de linha partindo do arraial do Príncipe Regente e comandadas pelo major Francisco de Paula Ribeiro contra os Xácamekra e Ramkokamekra; matam muitos índios e aprisionam 84 (idem, ibidem: 192).

1809: "entrada" comandada por Manoel José de Assumpção contra os Mãcamekra (Krahô); composta por "150 paisanos e 20 soldados de linha" aprisionam mais de 70 índios que são remetidos para São Luís (idem, ibidem: 320).

1810 - 1811: duas "entradas" comandadas por Antonio Francisco dos Reis contra os Pykopjê; derrotadas (idem, ibidem: 315).

1814: "entrada" comandada pelo alferes Joaquim Alvares Picaluga contra os Ramkokamekra; consegue um acordo de paz com os índios (idem, ibidem: 306).

1814: "entrada" contra os Carêc'catejê comandada por Francisco Pinto de Magalhães e auxiliada pelos Mãcamekra; fazem prisioneiros que são enviados ao Pará (idem, ibidem, 450).

1815: "entrada" comandada pelo "expediente judicial da vila de Caxias" e auxiliada pelos Ramkokamekra contra os Xácamekra; conseguem submeter aldeia matando vários índios e aprisionando outros que são vendidos na praça de Caxias (idem, ibidem: 311).

1815: "entrada de paz" contra os Pãrecamekra, comandada por Antonio Moreira da Silva consegue um acordo de paz com os índios; depois de um curto período de convivência pacífica, com os habitantes da povoação de São Pedro de Alcântara (atual Carolina), o chefe Pãrecamekra é preso, muitos outros vendidos como escravos no Pará e os restantes refugiam-se entre Mãcamekra (idem, ibidem: 318).

1815 - 1816: "entrada" comandada por Francisco Pinto Magalhães contra os "Augutgês", Pãrecamekra (2ª aldeia) e os "Pôcatêgê"; contando com o auxílio dos

Mãcamekra / Pãrecamekra, 130 índios dos dois últimos grupos são vendidos ao Pará; os restantes passam a habitar entre os Mãcamekra / Pãrecamekra (idem, ibidem: 451).

1818: "entrada" comandada por Francisco Germano de Moraes contra os Xácamekra; derrotada e "comprando esta sua retirada segura a troco de todas as facas velhas que a sua tropa se guarnicia" (idem, ibidem: 447).

1.12 Os Timbira do Alto Itapecuru

Sakamekran ou Timbira Matteiros

Além dos *Sakamekran* e os *Capiekran*, outro grupo Timbira referido pelos cronistas coloniais foram os *Ponecrá* (Ribeiro, 1848: 4243), os quais tinham como território tradicional as campinas situadas nas cabeceiras da Serra das Alpercatas, próximo às nascentes desse rio. Vinculados por aliança aos *Makamekran* ou *Caraús*, os *Ponecrá* ou *Áponyekrans* (Martius & Spix, 1981: 258) tiveram seu destino histórico associado ao dos *Sakamekran* e *Capiekran*, e ao processo de conquista das matas e cerrados do alto Itapecuru, e do alto Grajaú e Mearim pelos agentes ligados às frentes de expansão coloniais nos séculos XVIII e XIX.

No início do século XIX, os *Sakamekran* distribuíam-se por duas aldeias situadas na "grande mata" que se estendia entre o Alto Itapecuru e o Alto Mearim, próximas a uma grande lagoa, os quais eram denominados pelos colonizadores como "a da Lagoa" e "a do Pintado". Esse território era pretendido pelas autoridades coloniais e pelos "moradores", para o estabelecimento de fazendas de algodão e de criação que se expandiam no Alto Itapecuru. Pelo lado norte, na mesma "grande mata" limitavam-se com o território dos *Gamella de Codô*; ao sul com os *Capiekran*, grupo tradicionalmente inimigo dos "Matteiros".

Protegidos no interior das matas, os *Sakamekran* dividiam-se em numerosos grupos que realizavam ataques repentinos à fazendas do Alto Itapecuru e aos viajantes da estrada aberta no final do século XVIII, entre a vila de Caxias e o distrito de Pastos Bons, acompanhando as margens desse rio:

...hostilizavam esses índios, desde os primeiros tempos da povoação de Pastas Bons, toda a estrada que sobe da vila de Caxias pelo distrito Serra até o lugar capital daquele distrito... saindo eles dos domicílios em que vivem (a 'Mata Grande') as atravessam e se dispersam entre escoltas numerosas, para atacarem não só aos viajantes; que sempre deles se receiam nesta passagens, mas muito principalmente as povoações da mesma

estrada; sendo pôr esta razão que eu encontrei neste caminho despovoadas algumas (Ribeiro, 1848:41).

Descritos por Paula Ribeiro como... de todas as tribos Timbiras, a que mais cruelmente tem investido na perseguição de nossos estabelecimentos naquelas partes (Ribeiro, 1841: 299), os Sakamekran sofreram retaliações de sucessivas "bandeiras" partidas de Pastos Bons e de Caxias, às quais respondiam sempre com novos ataques às fazendas. Foram considerados como o mais poderoso grupo Timbira do distrito, tendo juntamente com os Capiiekran provocado a destruição de grande parte das fazendas agrícolas e de criação situadas entre o Alto Itapecuru e o Parnaíba:

Já em outros tempos foram povoados seus campos em Pastos Bons, os melhores para a criação de gados, e ali com mais de sessenta estabelecimentos deste gênero formavam essa ribeira uma das mais populosas deste distrito; porém os índios Sakamekran... e outros que com eles confinam, tornaram a vertê-los em desertas solidões, destruindo a maior parte dos ditos estabelecimentos... (Ribeiro 1848: 65).

Várias foram às tentativas de neutralizar os Sakamekran levadas a efeito pelas bandeiras e pelas tropas de linha oficiais. Em 1815, numa dessas ocasiões, foram abordados por uma dessas bandeiras vinda de Caxias, a qual se fazia acompanhada de um grupo de índios Timbira Capiiekran, aos quais haviam se "aliado". Seduzidos por falsas promessas de paz e pela oferta de presentes, os Sakamekran apresentaram-se ao solicitado encontro. Conforme narra Paula Ribeiro:

...foram, contudo, obrigados a escutar... as proposições de paz que se lhes ofereceram convidando-os com promessa de bom acolhimento em nome d'el Rei Nosso Senhor, sincero agasalho para suas famílias, ferramentas para seus cultivos e, finalmente, com uma inviolável aliança contra quaisquer outros gentios seus inimigos... (Ribeiro, 1841: 302).

As conseqüências da aceitação das propostas feitas pelos líderes da bandeira foram aos Sakamekran as mais desastrosas possíveis: muitos deles foram mortos no mesmo local atraçoadamente, enquanto outros foram acorrentados e levados a Caxias sendo vendidos como escravos em praça pública:

Quão diferente não foi deste acolhimento protestado aquele acolhimento pôr eles encontrado nos ferros que imediata e atraçoadamente lhes lançaram; nas vidas que ainda a sangue frio se lhes tiraram sem causa; e na partilha que dos seus filhos, das suas famílias e deles próprios se fez em tom de escravos perpétuos, chegando a serem vendidos ou arrematados em hasta pública na mesma vila de Caxias (Ribeiro, 1848: 42).

Vendidos como escravos aos fazendeiros da região, e logo levados aos desencaroadores de algodão, os *Sakamekran* foram tratados como animais de tração:

Elevados aos escarouçadores dos algodões daqueles fazendeiros do distrito, aonde, amarrados como galés, ao banco e ao remo, foram asperamente seus corpos fustigados

para adiantar as tarefas do serviço que se lhes consignava, padecendo no entanto de insuportáveis fomes (Ribeiro, 1848: 42).

Diante dessa ação dos *paizanos*, os *Sakamekran*, já renitentes ao contato com os colonos teriam destes se tomado inimigos irreconciliáveis, passando inclusive a rejeitar àqueles seus pares que conseguiam fugir da escravização imposta nas fazendas do distrito de Caxias, pôr temer a transmissão de doenças adquiridas no contato com os "cristãos", os quais eram mortos em seu regresso. Durante as primeiras décadas do século XIX, uma epidemia de *bexiga* (variola) grassava todo o interior do Maranhão e Piauí, o que fez com que muitos *Sakamekran* fugidos fossem buscar abrigo junto a outro grupo Timbira:

Com efeito nada mais houve que os seduzisse desde então a cair segunda vez nas cadeias, pôr mais diligências que para esse fim se lhe tem feito; pois nos juraram para sempre um irreconciliável ódio, levado tanto ao infinito que assassinavam qualquer dos seus parentes que escapando dos nossos ferros tornavam aos seus lugares: não os queriam mais consentir ao pé de si para não lhe contaminassem... procedimento este que fez com que dali em diante aqueles que fugiram fossem abrigar-se a outra nação vizinha denominada Poncra (Ribeiro, 1848 42-43 59).

Os ofícios e as correspondências oficiais do governo da Capitania do Maranhão às autoridades de Caxias nesse período refletem essa preocupação, e as ações determinadas para a *redução* ou a destruição desses e outros grupos Timbira, se realizavam através de estratégias as mais variadas. Em uma dessas tentativas de aproximação aos *Sakamekran* - em vista da sua irredutibilidade diante das desastrosas e falsas "propostas de paz" apresentadas pelos chefes de bandeira e expedições oficiais - a mando do Juiz de Fora de Caxias foi enviada uma embarcação pelo alto rio Itapecuru, carregada de ferramentas recolhidas ou tomadas aos moradores, a ser entregues aos "Matteiros", na tentativa de seduzir-lhes à "pacificação".

Tendo entregue os presentes no Porto d'Almeida, uma povoação onde se pretendia realizar a "redução" dos "Mateiros", a embarcação retomava à vila de Caxias carregada de algodão, trazendo alguns robustos *Sakamekran*, que viriam acertar "os termos de paz" junto às autoridades locais. Entretanto, durante a viagem, esses Timbira teriam atacado os remeiros e demais embarcados, matando-os e incendiado a embarcação e a sua carga. Apenas um menino que conseguira fugir da chacina lançando-se ao rio, teria retornado a Caxias e narrado os fatos. Na visão de Paula Ribeiro essa reação dos *Sakamekran* era esperada:

...consideramos ser muito natural que os Timbira temendo ver-se novamente arrematados na praça de Caxias, procurassem evitá-lo desse modo...(Ribeiro, 1841: 303-304).

Em suas crônicas sobre a conquista do sul do Maranhão, Paula Ribeiro atribui às falsas propostas de paz das bandeiras, a agressividade e o ódio dos Timbira aos moradores, que teriam resultado na destruição da maioria das fazendas do Alto Itapecuru e do Alpercatas, estabelecidas nas primeiras décadas o século XIX. Acreditava que se os *Sakamekran* e outros grupos não tivessem sido enganados,

...certamente já se teriam reduzidos estes e outros muitos a seu exemplo, e se já teria completado a grande obra da pacificação do resto do Itapecuru, tão desejada quão vantajosa são os interesses que ela promete a esta capitania do Maranhão... (Ribeiro, 1848: 43).

As tentativas de neutralização dos *Sakamekran* pelas autoridades coloniais prosseguiram tendo como estratégia básica a realização de expedições punitivas em aliança com grupos inimigos, e o aldeamento desses grupos em locais previamente escolhidos, associado a uma rápida ocupação de seu território por fazendas agrícolas e de criação. Nesse sentido, dentre as atribuições do Juiz de Fora de Caxias, a principal autoridade do Estado colonial nessa região, encontrava-se a distribuição de sesmarias aos colonos, logo que se “desinfetasse” os territórios dos “gentios”. Assim, os comandantes de *bandeiras* ou de expedições oficiais que logravam sucesso nas tentativas de aproximação ou de expulsão e combate aos “gentios” eram logo premiados com datas de sesmaria nas terras conquistadas.

Contam os historiadores sobre a emergência de conflitos entre sesmeiros, cujas fazendas estabelecidas na ocupação inicial desses território foram destruídas pelos Timbira; quando da reconquista desses territórios pelas forças da dominação colonial seriam distribuídas novas sesmarias. O Alto Itapecuru, que vivera na segunda metade do século XVIII, um período de riqueza e prosperidade em função da inserção do algodão maranhense na economia mundial, tornara-se uma região onde se concentravam os interesses da administração colonial e dos próprios colonos, e cuja presença de grupos indígenas – especialmente os Timbira e *Gamella* - impediam a expansão.

Desse modo, afastar os *Sakamekran* e outros grupos que permaneciam renitentes em seus territórios, e ainda, provocavam a destruição de fazendas e o despovoamento das áreas recém-conquistadas pela sociedade colonial, tornara-se uma prioridade da administração colonial, cujas linhas de atuação passaram a ser definidas a nível “das cortes”. Como afirmava Paula Ribeiro, a “*paz dos Capiékran*” - e, também, do *Gamella* e *Sakamekran* - era uma política de estado das Cortes, sem entretanto definir-se as estratégias sobre esse processo.

1.13 Capiékran ou "Canellas Finas"

Os Timbira *Capiékran*, chamados pelos moradores de Caxias e do distrito de Pastos Bons como "Canellas Finas" tinham seu território tradicional a oeste do rio Alpercatas, *nos primeiros campos de Pastos Bons, que encostavam àquelas suas grandes matas gerais*. Situado ao sul dos *Sakamekran*, o território dos "Canella Fina" estendia-se, em sua maior parte, por uma área de cerrado entrecortada por matas de galeria, limitada pelos cursos do Alpercatas e do Corda, afluente do Mearim. Não se sabe precisamente o sentido etimológico da palavra *capiékran*, empregada por Paula Ribeiro - entretanto, a palavra "Capi" refere-se a um herói mítico Canela-Rankokamekra, provavelmente extensivo a outros grupos Timbira. Informalmente *Capiékran* seria, então "o povo de Capi". De outro lado, o termo "Canella Fina" seria uma referência ao uso como adorno, de uma estreita faixa de algodão amarrada abaixo dos joelhos, o que facilitaria o seu desempenho nas corridas, tornando mais ágeis esses índios (provavelmente seria um sinal diacrítico dos próprios *Capiékran* em relação a outros grupos Timbira.).

Nas primeiras décadas do século XIX, os *Capiékran* formavam várias aldeias que se estendiam por esse território, o qual em sua porção sul e sudeste, se avizinhou com fazendas de criação e povoados já estabelecidos pela frente pastoril, desde Pastos Bons. De outro lado, em sua porção nordeste, os *Capiékran* recebiam os impactos das bandeiras de colonos que procuravam estabelecer fazendas agrícolas e de criação, ao longo do alto Itapeturu, e do Alpercatas. Desse modo, o território dos *Capiékran* situava-se em área de confluência entre a frente agrícola que se expandia pelo vale do Itapeturu, e depois também pelo Mearim e Grajaú, e a frente pastoril, que a partir de Pastos Bons avançava em várias direções rumo ao Tocantins.

Ao final do século XVIII, quando se consolidou a ocupação econômica no vale do Itapeturu pela grande lavoura algodoeira, e se iniciou a expansão pastoril pelo território Timbira, denominado pelos sertanejos "sertão de Pastos Bons", os *Capiékran* tomaram-se objeto da ação das *bandeiras* e de expedições oficiais vindas de Caxias e Pastos Bons. Sendo seu território localizado preponderantemente em área de cerrado, esse grupo tomava-se alvo preferencial dessas tropas, uma vez que, no confronto direto, e em terreno aberto prevaleciam as armas de fogo dos *paizanos*, ao contrário do que ocorria com os *Sakamekran*, cujo território situado em densa mata, lhes tomava o

embate francamente favorável, especialmente por possibilitar ataques de surpresa. Assim, os *Capiekran* foram atacados quase todos os anos pelos:

Escandalizados paizanos do distrito, levavam sempre a pior quando sucedia que pudessem ser surpreendidos, ocasião esta para a qual tomavam sempre e tomam os mesmos paizanos suas medidas em todas as expedições que promovem, como única em que pôr fortuna não poderiam ser sentidos, porque do contrário ganhavam esses *Capiekran* a altura das serras; e não havia esforços bastante para apanhar-se um só... (Ribeiro, 1841: 304).

Conforme atesta Paula Ribeiro, o comandante de Pastos Bons Domingos Lopes teria sido o último líder de "bandeira" a fazer prisioneiros entre os *Capiekran*, até o início do século XIX. Assim, entre 1793 até 1801, em vários ataques teria aprisionado muitos rapazes e moças desse grupo Timbira. Como vingança a essas ofensas", os *Capiekran* teriam destruído numerosos estabelecimentos coloniais, especialmente fazendas e povoados, praticamente despovoando toda a região ao norte de Pastos Bons, situada nas vertentes do Itapecuru e Alpercatas:

...porém como apesar desse sistema não descuidassem em tirar dessas suas perdas a vingança que podiam, assolaram e fizeram despovoar todas as fazendas de gado, que aquém e além daquele Alpercatas pertenciam a Pastos Bons, padecendo em particular muitas de suas crueldades e assassinatos os populosos estabelecimentos denominados Campo Largo, Pico, Barreiras... e finalmente outras, que até o presente sem mais gados e sem habitantes se conservam devolutas (Ribeiro, 1841: 305).

A despeito de constituírem grupos inimigos, os ataques sistemáticos dos *Capiekran* e dos *Sakamekran* às fazendas que se implantavam nas vertentes do alto Itapecuru e do Alpercatas acabaram pôr expulsar temporariamente os fazendeiros e agricultores, bem como os moradores dos núcleos populacionais que se formavam entre o distrito de Pastos Bons e a vila de Caxias. Isso aumentaria o período de vida autônoma desses grupos, cujas rivalidades e diferenças irreconciliáveis seriam, entretanto, amplamente exploradas pelos agentes coloniais.

Em vista dessas "destruições" promovidas pelos *Capiekran* e pelos *Sakamekran* em todo o Alto Itapecuru, e dos "prejuízos" aos particulares e à "Fazenda Real" com o interrupção da ocupação colonial nas terras do alto Itapecuru e Alpercatas, o então Governador e Capitão-General do Maranhão, Dom Francisco de Meio Manuel da Câmara teria resolvido estabelecer, em 1807, um posto militar nas confluências desses dois rios — o Arraial do Príncipe Regente - onde situou uma tropa de 50 soldados sob o comando do então Tenente de Regimento de Linha do Maranhão, Francisco de Paula Ribeiro. E posto deveria, ainda, possibilitar a retomada da

navegação do alto Itapecuru interrompida pelos ataques desses Timbira (Marques, 1970: 91).

Com a implantação do Arraial do Príncipe Regente, e a permanência de um regimento, e a implantação de um porto navegável no Alto Itapecuru, na sua junção com o Alpercatas, muitas fazendas de gado e agrícolas destruídas pelos “Timbiras Matteiros” e pelos “Canellas Finas” se restabeleceram, enquanto novas fazendas surgiriam. Assim, nas primeiras décadas do século XIX, as bandeiras de Pastos Bons e as expedições enviadas de Caxias começavam a minar a resistência desses dois grupos Timbira.

O conhecimento recíproco resultante de longo tempo de guerras intestinas contra as “bandeiras”, que se estendiam desde as últimas décadas do século XVIII, teria sido outro fator favorável aos colonizadores através de prisioneiros recíprocos índios e brancos passaram a requerer-se mutuamente: uns como escravos a serem vendidos nas feiras de Caxias, São Luís e Belém; outros como fornecedores de ferramentas e outros objetos. Esse diálogo seria ainda mais letal aos Timbira, do que as guerras contra as bandeiras. Já não era apenas a necessidade de terras para a criação, nem a defesa dos estabelecimentos que motivavam a ação dessas bandeiras:

Era já o valor do índio como mercadoria que não permitia o estabelecimento da paz. (Ribeiro, D., 1982:59).

A “redução” dos “Canela Fina” passou a constituir, então, uma prioridade da administração colonial portuguesa no Maranhão, pois através desta se reimplantariam as fazendas destruídas no alto Itapecuru, e novas áreas agrícolas e de criação se abririam. Em 1814, surgiria essa oportunidade: após sofrer derrota em guerra para os *Sakamekran*, os *Capiekran* atenderam às tentativas de uma bandeira de Caxias, que lhes apresentou proposta de paz e aliança, sob a promessa de realizarem, conjuntamente, guerra aos *Sakamekran*.

Teve, contudo modo de falar-lhe, mandando às fraldas de uma grande serra, a que se recolhera, oferecer-lhes paz, que imediatamente aceitaram, ainda que receosos de alguma travessura igual às que tinham já visto praticar sobre outros gentios (Ribeiro, 1841: 306).

O encontro entre a bandeira de Joaquim Álvares Guimarães e um grupo de *Capiekran*, sob a liderança de seu chefe *Tem'pé* assim teria ocorrido: diante da oferta de paz e aliança proposta pelo líder da bandeira, *Tem'pé* teria descido sozinho e desarmado da montanha e vindo até a tropa, com a qual teria mantido cordial contato, e recebido como presente uma cabeça de gado, alguns pedaços de tabaco e facas velhas, como demonstrações da “probidade” da proposta de paz dos “cristãos”. Outros *Capiekran* se

aproximaram e se abraçaram com os membros da bandeira. Esse "acordo de paz" é retomado adiante, nas conclusões do relatório.

Tratou-se que seríamos amigos; que seriam comuns uns e outros interesses e terrenas; que receberiam ferros para fazer suas lavouras e que mudariam suas aldeias para junto de nossos povoados; porém nenhum desses artigos lhes foi tão interessante como de se lhes prestarem socorros de gente com espingardas para destruir os Sakamekrans, insistindo tanto nesta aliança, que sem ela parecia não efetuar-se a par (Ribeiro, 1841: 306).

Firmado o acordo de paz, os *Capiekrans* retomaram a suas aldeias, sob a promessa de no início do ano seguinte estabelecerem-se no lugar Buritizinho, a oeste do Itapecuru, a fim de organizar a guerra contra os *Sakamekran*, *circunstância que não esqueciam, em qualquer de suas relações*. Conforme mostra Paula Ribeiro, no estabelecimento de paz com os agentes coloniais, os *Capiekrans* eram movidos pôr seus próprios interesses:

Implacáveis inimigos entre si estas duas nações pôr causa dos frutos e das caças silvestres único precioso que os move, e balida esta pela Timbira Mateira, veio refugiar-se entre nos junto à fazenda Buritizinho, que pertence a Antônio Martins Jorge, não tanto pôr natural inclinação que nos tivessem, quanto para com o nosso auxilio se vingar, como se vingou, da sua inimiga naquela expedição de junho ou julho de 1815...movidos pelos seus próprios fins (Ribeiro, 1848: 4344).

Dessa forma constata-se que se os *Capiekrans* foram usados pelos agentes coloniais para efetivação de seu domínio sobre outros grupos Timbira, estes também tiraram partido dessa "aliança", colocando-a a serviço de suas rivalidades étnicas contra os *Sakamekrans*. Entretanto, tanto do ponto de vista da administração colonial, como dos criadores e agricultores locais, a paz com os Timbira parecia condição essencial para a ocupação das áreas de matas e cerrados da "ribeira" do Alto Itapecuru. De outro lado, aos próprios *Capiekrans*, a situação de confronto com as "bandeiras" já não se sustentava, e a aliança com o colonizador parecia ser o meio mais eficaz de resolver sua principal demanda, a guerra contra os *Sakamekrans*.

Pareceu então aos fazendeiros do distrito, e aos mesmos *Capiekrans*, ver acabar os trabalhos que de uma teimosa guerra lhes resultavam, e tivera assim mesmo acontecido, se depois de concluída a grande obra desta redução, tivessem as que a dirigido sabido aproveitar suas vantagens... (Ribeiro, 1841: 306-307).

Entretanto, os resultados dessa aliança com os "cristãos" seriam mais desastrosos aos *Capiekrans* do que os longos anos de guerra com as bandeiras. Com recursos e decisões das autoridades de Caxias, os *Capiekrans* foram aldeados, na fazenda

Buritizinho, no alto Itapecuru, de Antônio Martins Jorge, e participaram, juntamente com forças oficiais de Caxias, de uma vitoriosa expedição contra os *Sakamekran*.

Aos "Canella Fina" parecia que seus objetivos da aliança com os agentes coloniais estavam sendo alcançados. Após essa expedição, em meados de 1815 retomaram novamente ao local do aldeamento, sem entretanto, que lhes fosse preparada qualquer base de sobrevivência. Deixados a própria sorte, os *Capiekran* se dispersaram em grupos, e passaram a colher nas lavouras e a caçar o gado dos colonos, os quais se viam impossibilitados de qualquer reação, a fim de não violar a "paz dos Timbira".

...deixados em abandono quanto ao modo da sua civilização, se dispersaram em magotes entre os nossos estabelecimentos e perpetraram sobre os habitantes de todo o distrito enormíssimas extorsões furtando-lhes imensidade de gado, matando-lhes as pequenas crias, e devorando as roças de mantimentos com tão decisiva destruição, que exasperados muitos dos referidos habitantes abandonaram suas propriedades e fugiram da capitania (Ribeiro, 1848: 44).

Uma nova situação de conflito se criara. Se durante o período de "guerras intestinas" contra os Timbira, aos moradores eram dados o direito e o dever de organizar-se em "bandeiras" ou fornecer recursos para as campanhas de guerra contra esses grupos, no quadro que se formara os colonos ficaram impossibilitados de reagir às ações dos *Capiekran*:

Havia-se figurado brilhantemente na Corte o quanto a par dos *Capiekrans* era útil a todos aqueles sertões, pintando-se de cores tão agradáveis as circunstâncias com que se fazia a sua redução, e tanto bem morigerado a direção que se lhe aplicava, que não havia mais que desejar; pois que brevemente resultaria dela um grande adiantamento para toda a capitania (Ribeiro, 1841: 309-310).

Segundo Paula Ribeiro, a "paz com os *Capiekran*" havia se transformado em motivo de competição e de jogo de interesses entre diferentes autoridades da administração colonial, pretendendo cada qual tornar-se o "autor" da sua "redução". Tendo em vista os altos interesses econômicos e políticos envolvidos na ampliação das lavouras algodoeiras do vale do Itapecuru, três documentos régios foram editadas, em 1815 e 1816, em relação aos *Capiekran* determinando recursos para a sua redução.

projetou-se primeiro fazer descer os *Capiekran* para a ilha do Maranhão, ou ainda, à Capital; pensamento que não era fora de propósito, porque havia aqui muitos com quem reparti-los para os educar e sustentar longe dos seus lares, e debaixo das condições ordenadas no e 2º artigos do parágrafo 2º da Carta Régia expedida para Minas Gerais em 02 de dezembro de 1808, sobre os índios Botocudos e outros; porém opoz-se a isso o respectivo governador e capitão-general, dando-lhe cuidado a sua arrumação " (Ribeiro, 1848: 57).

A fim de “resolver de vez” a questão dos *Capiekran*, estes foram atraídos à vila de Caxias, então infestada por epidemia de “bexiga” (variola), sob a alegação de realizar nova expedição conjunta contra os *Sakamekran*. Novamente deixados ao abandono, os *Kapiekran* procuraram colher legumes nas roças dos moradores, mas nas primeiras tentativas foram violentamente rechaçados:

...e ali, sem lhes aplicar o sustento preciso a sua multidão, se lhe fez conhecer um terrível estado de sujeição formal, prendendo-os em troncos, dando-lhes pancadas ou em suas mulheres, como sucedeu na do seu principal chamado Tem' pé, e tirando até a vida a alguns: violências pelas quais protestando, e pela traição que se lhes faria, fugiram para se pôr em salvo, mas foi já tarde, porque a desgraça ia entre eles na epidemia das bexigas que levavam, e a qual eles acreditaram que muito de propósito se lhes tinha introduzido chamando-os àquele lugar em tão crítica ocasião (Ribeiro, 1848: 44).

Ao tentarem fugir de Caxias os *Capiekran* foram, ainda, baleados pelos moradores, em local estrategicamente posicionados, e os sobreviventes disseminariam a “bexiga” entre os próprios “Canela Fina”, os quais espalhariam a epidemia junto a outros grupos:

Assim mesmo consternados, fugitivos e sem defesa, foram mandados atacar em sua retirada nas vizinhanças do lugar de São José, ficando pôr aqueles campos mortos bastantes, que aos depois serviram de pasto às feras e aos urubus. O mal que consigo levavam não lhes foi só a eles fatal, porque totalmente se comunicou a todas as mais povoações selvagens da capitania e mesmo às nossas, que naquelas distâncias nunca o haviam provado desde os primeiros tempos dos seus estabelecimentos (Ribeiro, 1848:44-45).

A disseminação da variola entre os grupos Timbira foi rápida tendo atingido em 1817 os índios da margem esquerda o Tocantins. O próprio Paula Ribeiro teve a oportunidade de encontrar dois Apinajé feridos do sobredito contágio:

Não será fácil de fazer idéia segura de quantas mil almas nele terão perecido, uma vez que se sabe o extravagante método porque esses homens brutais haviam pretendido curar-se - que era deitando-se aos rios para refrescar-se, apenas sentiam o calor das febres, ou tirando-se logo as vidas aqueles que apareciam com mais claro sintoma de semelhante moléstia (Ribeiro 1848:45).

O resultado final desse processo seria a quase extinção dos *Capiekran* enquanto grupo etnicamente organizado. Conforme aponta Paula Ribeiro, os sobreviventes dessa epidemia encontravam-se fragmentados e dispersos pelas margens do Grajaú, alguns a oeste do alto Itapecuru, e seu antigo território já estaria, na avaliação desse cronista, ocupado por outros grupos Timbira. Alastrando-se a variola por todo o território habitado pelos Timbira, a qual provocaria uma mortandade nunca vista entre esses

grupos indígenas, os colonos poderiam, finalmente, obter os resultados da propalada "paz dos Timbira".

Paula Ribeiro conclui essa narrativa apontando para a impossibilidade de 'reduzir' os Timbira, a não ser pelo método que considera correto, que seria a aplicação de vários preceitos contidos nas Cartas Régias expedidas partir de 1808. Lamenta, por outro lado, o fato de que os *nostros habitantes havendo-se tanto invejado da extinção dos mesmos Capiékran não tenham ao menos tirado lucro de aproveitá-los, como se propunham...* (Ribeiro, 1841 :315). Refere-se provavelmente ao não aproveitamento dos *Capiékran* como escravos e a conseqüente ocupação de seu território pelas fazendas de criação:

Eis aqui no que parou a redução dos chamados Canellas Finas, que talvez alguma bulha faria à Corte, e que algumas pequenas somas custou à Real Fazenda de El-Rei nosso senhor, não tantas quantas eram preciso para que a eles se lhes preparasse um destino mais feliz, e poupasse aos habitantes da capitania os desgostos que a necessidade daqueles lhes fez suportar (Ribeiro, 1848:45).

O estabelecimento de um campo de relações entre os *Sakamekran* e *Capiékran* e a sociedade colonial luso-brasileira teria, portanto, como maior consequência a perda de sua autonomia étnica, a destruição e drástica redução demográfica desses grupos resultante das matanças e da escravização, e ocupação de seu território pelos agentes coloniais. As rivalidades inter-tribais habilmente exploradas pelos colonizadores constituiu, também, em fator da dominação étnica desses grupos Timbira.

De outro lado, os *Capiékran* lograram obter vantagens sobre esse processo de paz com os agentes coloniais. Ainda que temporariamente, a aliança com os "cristãos" levou-os à uma vitória sobre seus inimigos, os *Sakamekran*, os quais combateram junto a uma bandeira de Caxias. É verdade que essas "vantagens" imediatas significaram, a médio e longo prazo, a sujeição desses grupos e a tomada de grande parte de seus territórios pelos agentes vinculados à sociedade colonial.

1.14 Conflito, Dominação e Resistência dos Timbira

Conforme vimos acima, a *dominação colonial* dos Timbira foi resultante do processo de ocupação dos territórios habitados por esses e outros grupos indígenas pelos agentes da sociedade colonial no Maranhão vinculados às duas grandes frentes de expansão, iniciadas ainda no período colonial:

A pressão sobre os Timbira, especialmente sobre os territórios controlados pelos grupos mais orientais, como os *Sakamekran* e *Capiekran* no alto Itapecuru, foi realizada, num momento inicial, pelos agentes da frente agrícola, que partindo do litoral ocupou gradativamente os vales dos rios centrais do Maranhão, especialmente o vale do Itapecuru, onde, a partir de meados do século XVIII se desenvolveu a economia agro-exportadora fundada na grande propriedade algodoeira de produção extensiva, e baseada na força de trabalho escrava africana.

De outro lado, o território Timbira situado nas chapadas e no cerrado ao sul do Maranhão foi devassado pelos agentes da frente de expansão pastoril tradicional que, a partir dos sertões do rio São Francisco, após um secular movimento, atingiu nesse mesmo período, as terras banhadas pelo rio Parnaíba, e a partir de Pastos Bons organizou bandeiras e tropas oficiais para a conquista e o avanço da ocupação até o Tocantins.

Esse empreendimento contou com a decisiva participação do Estado, através da administração colonial portuguesa no Maranhão. Autorizando os fazendeiros a ministrar guerra contra os Timbira e outros grupos, enviando tropas e recursos, distribuindo direito de ocupação sobre os territórios conquistados, e até promulgando instrumentos legais que favorecessem essa ocupação e a “redução” dos grupos “pacificados”, o Estado teve participação direta na conquista dos territórios e da sociedade Timbira, o que determinou o estabelecimento da dominação colonial sobre esse outro grupo, e mais amplamente, a implantação da situação colonial nas áreas conquistadas.

1.15 A estabilização da colonização no sul do Maranhão (1845-1870)

A partir de meados do século XIX o quadro no sul do Maranhão, na região compreendida entre o Tocantins e o alto de Itapecuru até Caxias, se tornaria mais ou menos estável. Quebrada a resistência que antes ofereciam os grupos Timbira (principalmente os Xácamekra), a frente pastoril pôde acomodar-se. Os fazendeiros passaram a ocupar vastos terrenos com seus rebanhos, confinando os grupos “Canela” (Xacamekra, Ramkokamekra, Apaniekra e Kencatejê) em territórios reduzidos, mantendo com eles relações menos hostis.

A tática utilizada pelos fazendeiros vizinhos àqueles grupos – e que se tornará uma espécie de norma da relação desde então – era de oferecer algumas cabeças de gado, a cada ano, para o chefe da aldeia em troca da ocupação das pastagens que

ficavam dentro do que era considerado o "terreno dos índios". Mediante este acordo, os fazendeiros asseguravam novas pastagens do mesmo tempo em que evitavam que os índios matassem suas reses. Além disso, os fazendeiros da região haviam conseguido deslocar os Krahô para o sul estimulando estes índios a expulsarem os Akwê (Xerente/Xavante) para longe do rio Manoel Alves Grande desobstruindo, por esta via, o acesso dos rebanhos ao Tocantins.

No centro maranhense – cabeceira e altos cursos dos rios Mearim e Grajaú – a frente agrícola, ao contrário, não vinha encontrando as mesmas facilidades de penetração. Depois de ter sido navegado em toda sua extensão em 1811 (Marques: 1970/1870/311) o rio Grajaú, ao longo dos seus cursos alto e médio, permaneceu sem colonização até a década de 40.

As tentativas anteriores de ocupação, principalmente entre 1814/1817, foram frustradas devido aos ataques dos Pykopyê. Em 1835, os colonizadores conseguiram fixar uma povoação a margem direita do rio, elevada à vila no mesmo ano com o nome de Senhor do Bonfim da Chapada (atual Grajaú).

Com o apoio do governo da província é fundada em 1841 a povoação de Barra do Corda, no alto do Mearim estabelecendo outra cunha colonizadora em direção aos territórios Pykopyê e Krikati. Completando o cerco sobre os territórios destes últimos grupos, em 1854 o governo do Pará fundaria, na margem direita do Tocantins à trinta e oito léguas abaixo de Boa Vista, a colônia militar de Santa Tereza (atual Imperatriz). O religioso carmelita Frei Manoel Procópio foi designado para levantar as primeiras casas da nova povoação. Além de servir de porto para as embarcações que se dirigiam a Belém e Goiás, deveria ser o ponto de onde as boiadas dos sertões maranhenses seriam conduzidas ao Pará. Seis anos depois de fundada, teve início a construção de uma estrada que, partindo de Santa Tereza, deveria alcançar a vila de Monção, passando pela vila da Chapada. Porém, "começada a estrada, foi a sua execução suspensa pela correria de índios" (Marques, 1970/1870/ : 566-570) Estes índios eram provavelmente os Krikati.

1.16 A política indigenista do 2º. Império no Maranhão: as colônias indígenas (1845-1872)

Em meados do século XIX a província do Maranhão apresentava um quadro de estagnação econômica inteiramente baseada no aspecto demográfico. Com uma

economia inteiramente baseada no trabalho escravo dos negros, o Maranhão chegou perto da penúria quando os proprietários de escravos começam a vender a mão-de-obra para outros centros mais desenvolvidos, especulando com seu preço. Entre 1860 e 1869 saíram do Maranhão para outras províncias 3.690 escravos (Marques, 1970 [1879]: 265). Para fazer frente à escassez crescente de mão-de-obra, o governo da Província (que anos antes havia tentado – sem êxito – a colonização européia, principalmente com os portugueses), deu início a um programa de integração dos grupos indígenas visando prepara-los para o “trabalho produtivo” através de “colônias indígenas”. Entre 1840/1870 são fundadas seis destas colônias (idem: *ibidem*, 206): em 1840 é fundada a Colônia de São Pedro do Pindaré (margem direita deste rio, com 120 índios Guajajara); em 1854 foram fundadas as colônias Januária (no mesmo Pindaré) e Leopoldina (à margem direita do Mearim) – a primeira com índios Guajajara e a segunda com “158 Timbiras, 87 Grenzese 91 Pobzéz” (idem: *ibidem*, 206). Em julho de 1870, uma lei provincial autorizou o governo a criar mais três colônias que seriam estabelecidas em 1872 com índios Guajajara (idem, *ibidem*: 207). Todas estas colônias tinham, como diretores, padres seculares ou militares, ambos nomeados pelos presidentes da província.

Além de procurar integrá-los à economia regional e à fé cristã as Colônias deveriam servir para atrair grupos indígenas dispersos e assenta-los em terrenos legalizados o governo da província pretendia adquirir estes terrenos de particulares como foi o caso da Colônia de São Pedro do Pindaré – mediante a concessão de terras devolutas (idem, *ibidem*: 306). O modo como o governo provincial administrava as colônias transparece no relatório do presidente da província enviado à assembléia em 1866: os índios da Colônia Leopoldina haviam produzido, entre 65/66, 48 sacas de algodão que foram comercializadas pelo diretor debitado os investimentos feitos ao longo daqueles dois anos na Colônia, “foram recolhidos aos cofres do Tezouro o lucro de 1.175\$217 réis” (Relatório do Presidente da província, 1866 – Apud Gomes, 1977, 102).

Contudo, os resultados alcançados com esta política foram nulos. Alguns anos após seu estabelecimento, as três primeiras colônias fundadas (São Pedro do Pindaré, Januária e Leopoldina) já mostravam sinais de decadência, como afirmava, em relatório, o presidente da província: “Da colonização indígena nenhum resultado se há conseguido. As três colônias ou missões, criadas nas margens do Pindaré... e no alto Mearim... não tem tido desenvolvimento; ao contrário, vão de dia em dia retrogradando,

o que se deve em grande parte atribuir à falta de bons missionários que as dirijam” (Souza, João Silveira; Apud Moreira Neto, 1971: 112 / 113).

Após o regulamento de 1845, as colônias indígenas ficaram ligadas à diretoria Geral dos Índios da província. Em 1858, além das colônias, o governo do Maranhão havia estabelecido 14 diretorias parciais na província; em 1870 este número subiria para 18.

O diretor geral dos índios do Maranhão, em relatório datado de 1887, apresentava o seguinte quadro da situação dos índios Timbira na província, descrevendo a situação nas colônias indígenas e o estado das “diretorias parciais”:

Colônia Januária – “ situação deteriorada; vivem nela somente 25 índios Guajajara, ali subsistindo em condições precárias. Recentemente localizou-se próximo à colônia um grupo Timbira do Turf que havia sido expulso de suas terras pela construção de uma linha telegráfica... São aproximadamente 80 indivíduos; Colônia Leopoldina, em melhores condições que a precedente, é composta por 201 índios Timbiras, Crenzes e Podzes.

As terras são do Estado e se acham medidas; Diretoria Parcial do Rio Corda, índios Canela; D.P. Jusuaráu, duas léguas do centro do Mearim com os índios Caratejê; Alpercatas, índios Canela e Matciros (Xácamekra); Tapera da Leopoldina, compreende aldeias dos índios. Gavião (Pukopjê) e Caratejês, desde Leopoldina até a vila da Chapada; Capivari, no município de Viana, com índios Timbira e Caracati (?); Santa Tereza, na margem direita do Tocantins, da embocadura do rio Gurupi até a vila de Santa Tereza, com índios Piacobigês ou Gavião, Caragê e Caracati; Imperatiz, no município do mesmo nome, com índios Carati; Gugui, no alto sertão do Gurupi, com índios Timbira e Amanagês; Amarante, nas cabeceiras do Pindaré e Grajaú, com índios Timbira (Pereira de Castro, 1887 apud, Moreira Neto, 1971: 124 – 125).

1.17 Consolidação da dominação colonial dos Timbira

Nos ateremos agora em apontar o processo que levou à efetivação da dominação colonial sobre os grupos Timbira no Maranhão, e especificamente sobre os grupos étnicos formadores dos atuais Canela-Ramkokamekra – os *Capiekran* ou “Canella Finas”, e os *Sakamekran* ou “Timbiras da Matta” – assim como os *Apãnjekra*-Canela,

conforme sua emergência nos documentos oficiais coloniais e pós-coloniais do século XIX.

Esse processo será considerado em dois momentos, respectivamente delimitados pela efetivação das “guerras de conquistas” movidas pelas expedições punitivas oficiais e pelas bandeiras realizadas em conjunto com os “moradores” locais contra os Timbira em geral e os “Canelas” e “Matteiros” em especial, e pela inserção desses grupos na legislação e nas ações definidas no âmbito da política indigenista imperial, implementadas nas províncias através do sistema de diretorias e colônias indígenas. Em termos diacrônicos, o primeiro momento se desenvolve até meados do século XIX; o segundo momento daí até o término do período imperial.

Os temas e situações até aqui apresentados mostram como as duas primeiras décadas do século XIX foram cruciais no desencadeamento do processo de dominação dos grupos Timbira em geral, e dos *Capiekrans* e *Sakamekrans* em particular. Ressalta-se, aqui, a ação e as estratégias da administração colonial na sujeição desses grupos através das expedições de guerra, especialmente da continuidade das “bandeiras”, e do aldeamento dos grupos dominados.

De acordo com os dados apresentados, enquanto os “Canella Fina” optaram pela “aliança” decorrente da aceitação dos termos de paz junto aos agentes coloniais, firmada em 1814, e a sua conseqüente sujeição nos aldeamentos, os “Matteiros” permaneceram autônomos por toda essa década e as seguintes, embora alguns grupos locais derrotados pelas bandeiras de Caxias e Pastos Bons tenham também se submetido nos aldeamentos. Nesse sentido, a povoação “Almeida d’El Rei”, implantada no alto Itapecuru em 1817, passou a receber índios “Matteiros” e o “resto dos Canella Fina”, o que supõe que totalidade dos *Capiekrans*, aldeados anteriormente na fazenda Buritizinho, foi transferida para essa povoação de índios.

1.18 A Legislação Indigenista do Império e os Índios no Maranhão

Conforme foi apontado, a “questão indígena” nas primeiras décadas do século XIX esteve vinculada, sobretudo, à conquista dos “espaços vazios”. Tratava-se, portanto, de uma questão de *territorialização*. Nas áreas de predominância de “índios bravios” ou “selvagens”, as ações oficiais voltaram-se para seu controle concentrando-se em “aldeamentos”, o que em termos práticos significava, de um lado, a desocupação dos “sertões”, especialmente nas áreas requeridas para a expansão das fronteiras

agrícola e pastoril; de outro o confinamento desses grupos em áreas “concedidas” pela administração colonial, e a sujeição dos mesmos, com a quebra da sua autonomia étnica. Por fim, significava a possibilidade de transformar essas populações em força-de-trabalho útil ao projeto expansionista imperial.

Com a abolição do “Diretório dos Índios” (1798), a “questão indígena”, como foi visto, passaria a ser regulamentada através de Cartas Régias, Avisos e outros documentos promulgados pontualmente, e direcionados a grupos e situações de contato específico. Os grupos indígenas passaram a ser classificados, no início do século XIX, em “bravios” ou “selvagens” – tal qual aparecem nos documentos oficiais no Maranhão – de um lado, e “domésticos” ou “mansos”, de outro. Na categoria dos índios “bravos” foram incorporados os grupos presentes nas fronteiras da ocupação econômica, e contra estes eram movidas expedições punitivas e de sujeição respaldadas nesses documentos régios (Carneiro da Cunha, 1992: 4-7).

Assim, no Maranhão foram organizadas, nas primeiras décadas desse século, um grande número de expedições oficiais e de “bandeiras” voltadas a sujeição e/ou ao extermínio dos diversos grupos indígenas ainda autônomos, especialmente aqueles localizados nos cursos dos rios centrais da Capitania, por onde se desenvolvia a fronteira agrícola, e em toda a extensão do “Sertão de Pastos Bons”, devassado pelos agentes da frente pastoril. Os alvos preferenciais dessas bandeiras foram os diversos grupos Timbira, mas também os *Gamella* de Viana e de Codó, além dos *Tenetehara*, que em pequenos grupos deslocavam-se do alto Pindaré para os vales do alto Mearim e Grajaú.

No final da primeira metade do século XIX seriam criadas as primeiras Diretorias Parciais de Índios no interior do Maranhão. Assim, a fim de reunir todas as aldeias Canela situadas na comarca da Chapada em uma só diretoria seria criada a Diretoria Parcial da Chapada, a qual envolveria, ainda, os grupos de “Matteiros” autônomos. A sugestão de reunir todos os grupos Canela – do Alpercatas, do rio Corda e alto Grajaú – e os Matteiros numa única aldeia demonstra as estratégias da administração provincial em expropriar os territórios residuais desses grupos, e através desse processo de *territorialização* consumir a dominação étnica desses grupos.

Assim como ocorreu em relação aos “Matteiros”, os “Canela” foram envolvidos pelo sistema de diretorias parciais implantado no Maranhão. Conforme o citado, já em 1847 fora criada na Comarca da Chapada, a 3ª Diretoria Parcial de Índios denominada “Alpercatas”, envolvendo 03 aldeias de índios “Canela” “pacificados” totalizando 600

índios. Essas aldeias encontravam-se localizadas, respectivamente no rio Alpercatas, nas cabeceiras do Corda, da Estiva e na Serra Branca.

A essa diretoria se vinculou, posteriormente, o grupo de índios "Matteiro", que em 1860 havia se reunido aos Canela. (Relatório do Diretor Geral de Índios, 1862).

1.19 A Efetivação da Dominação dos Timbira

Assim, conflitos com os criadores do sertão cordino foram freqüentes após a ocupação de seu território pelos agentes da frente pastoril. Limitados a uma área residual de seu território ancestral, e sujeita às investidas constantes do gado sertanejo sobre suas roças, e ao afugentamento da caça, os Canela-Ramkokamekra não escaparam à realidade vivida por outros grupos Timbira, com a ocupação cada vez mais intensa das terras, suas aldeias – e as áreas e elas subjacentes decorrentes do crescimento endógeno da frente pastoril, que resultaria na multiplicação das fazendas de criação.

Entreveros com os criadores do sertão cordino tenderia a se transformar em conflitos expressos, o que de fato se daria com mais constância, na primeira metade do século XX, como o que resultou na matança de quase toda a população de uma pequena aldeia dos Canela-Ramkokamekra, próximo à Serra Branca, por moradores do sertão de Grajaú, em 1789. Quando cessaram os conflitos decorrentes da disputa territorial, os quais levariam à segregação dos grupos Timbira em pequenas porções de seu antigo território, outros conflitos eclodiram, relacionados às formas de convivência entre os Canela-Ramkokamekra e outros grupos Timbira, e os criadores do sertão maranhense, em função dos novos limites territoriais entre aldeias e fazendas, e do controle dos recursos contidos, como roças e rebanhos.

Portanto, é no processo de territorialização que se efetiva a dominação étnica e territorial verificada até a primeira década do século XIX, os Timbira seriam gradativamente sujeitos pelos agentes coloniais, tanto os diretamente envolvidos com a frente de expansão pastoril, como aqueles vinculados à administração colonial, os quais agiam, numa consonância de interesses e estratégias.

Nesse sentido, é no contexto da territorialização, ou seja, da imposição de limites territoriais e da sujeição étnica, que se estabelece a consolidação da dominação dos Timbira, e em especial, dos Canela-Ramkokamekra. A continuidade da *política de aldeamento* implementada, agora, através das diretorias parciais e colônias indígenas revelam a perspectiva da política indigenista elaborada a nível central, no II Império, e

seguida em rigor pelas administrações provinciais. A implantação desse sistema no Centroeste Maranhense levaria alguns grupos ao desaparecimento enquanto unidades étnicas, seja por processos "naturais", como a disseminação de epidemias, seja pela matança e dispersão dos sobreviventes, seja, ainda, pelo amalgamento de "remanescentes" junto a grupos mais estruturados. Outros grupos sofreram a ação prolongada das tropas armadas, que aliadas a outras estratégias impuseram a sujeição étnica e territorial dos Timbira.

Entretanto, os Timbira também realizaram sua própria política junto aos agentes coloniais, voltada para a sua preservação étnica. Assim, os grupos que estabeleceram uma "aliança" explícita com os agentes coloniais – como os "Canela", e os "Macamekran" – obtiveram vantagens, embora ao preço da destruição ou sujeição de outros grupos. A despeito do violento processo que quase levou a sua extinção em 1815, os "Canela" lograram, através de uma "nova aliança", a continuidade de seus grupos locais em aldeias localizadas no âmbito de seu território tradicional, ainda que a maior parte desse território fosse gradativamente ocupada pelas fazendas de criação.

II – HABITAÇÃO PERMANENTE

...nós entrava no lugar que nós quiser porque nós temos como pra fazer o pinicado até chegar e depois registrar, mais hoje já não tem mais isso acabou essa liberdade pra nós. Agora nós temos que fazer o que? Lutar, explicar que somos donos, nós temos que mostrar que nosso interesse é de aumentar um pouquinho mais não é de querer tomar tudo do povo brasileiro. Não, acho que o povo brasileiro deve entender essa questão da terra... (Beato Raimundinho *Pat-Tset* Canela-Ramkokamekra, 2004)

A despeito da presença de agentes do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) na região, os massacres de índios prosseguiram no sertão maranhense e goiano ao longo da primeira metade do século XX. Em 1963, os próprios indígenas foram objeto de uma tentativa de massacre organizada por criadores de gado do sertão cordino localizados nos povoados limitrofes à área indígena.

Nesse período desenvolveu-se entre os Canela-Ramkokamekra um movimento messiânico, que tem sido analisado como decorrente das pressões aculturativas sobre o território e a sociedade indígena. Esse movimento foi liderado por uma profetisa Canela-Ramkokamekra que pregava a transformação das relações sociais entre seu povo e a sociedade nacional. Diante das previsões da profetisa e, sob sua autoridade, os Canela-Ramkokamekra passaram a abater abertamente o gado dos criadores, os quais organizaram uma ampla operação de represália com o objetivo de eliminar fisicamente os indígenas. Apesar da morte de alguns velhos como consequência dos primeiros ataques, o massacre somente não foi maior em função da ação determinada de alguns agentes do SPI, que se deslocaram com o apoio do então prefeito de Barra do Corda para a área de conflito e organizaram a retirada dos indígenas de seu território.

Como consequência desse movimento, os Canela-Ramkokamekra permaneceram até 1968 habitando em uma aldeia dos Guajajara, na região florestal de Barra do Corda, quando retornaram gradativamente ao seu antigo território. Teve início o processo de demarcação da Área Indígena Kanela.

A demarcação da Terra Indígena Kanela ocorreu entre os anos de 1977 e 1978, sendo homologada pelo Decreto n. 87.960, de 21/12/1982 do então presidente da República, João Batista Figueiredo e registrada no CRI e Secretaria do Patrimônio da União (SPU) em 1983 (FUNAI, 1982). A terra foi demarcada com 125.212 ha, contidos num perímetro de 148,879 km.

2.1 Aldeamentos do século XX e o SPI/FUNAI

Segundo Crocker (1994), os Canela-Ramkokamekra estabeleceram moradia pelo menos em seis locais diferentes entre 1880 e 1914 sendo que ele mesmo afirma ter visitado, nos anos cinquenta, locais onde teriam existido dois aldeamentos entre os anos de 1880 e 1890 (mapa em anexo).

Os Xâcamekra por sua vez, permaneceram hostis até 1845. Extremamente beligerantes, conseguiram derrotar a maioria das expedições repressivas que contra eles foram organizadas. Cessadas as hostilidades, suas aldeias originais espalharam-se, com alguns grupos deslocando-se pelas margens do Mearim e outros pelo Itapecuru. Cercados pelos colonizadores, restos deles procuraram abrigo (por volta de 1860) entre seus antigos inimigos, os Ramkokamekra, enquanto outros, em número de 40, habitavam no "morro do Bezerra", às margens do rio Mearim. Na última década do século XIX, muitos deles voltaram a se reunir nas cabeceiras do rio das Flores, no "Brejo da Mucura"; seu número não deveria ultrapassar a casa dos 50 indivíduos (Nimuendajú: 1946, 41). No início do século XX, cercados por fazendas e sem condições de se manterem na região, buscaram abrigo entre os Ramkokamekra, desaparecendo desde então como grupo autônomo.

Muitas famílias que vivem atualmente na aldeia Escalvado identificam-se com o sendo remanescentes e descendentes do grupo do Mucura, tais como Severo Ronkor, Abilinho Itomim, Zé Pires Karroro, Marcelino Haupyy, Aristides Gregório Kaprepre, Zé Gregório Poltoi, Roberto Txum e outros. O Mucura é uma área de ocupação histórica e um local onde ainda é possível identificar o pátio da antiga aldeia, o qual nem o povoado de não-índios existente atualmente teria destruído.

Agora do Mucura, eu sou filho de lá do Mucura. O Aristides Kaprepre, Zé Filho, estes tudo é de lá. Minha mãe, minha vó nascida lá, criada lá, minha mãe nascida lá depois saiu de lá pra cá pro Ponto e eu não sei como foi que aconteceu lá e saiu todos pra cá, mais eu sou lá do verdadeiro do Mucura, meu pai, minha mãe, minha avô, meu bisavô, Aristides Kaprepre também, pai do Kaprepre, Pedro Gregório Ketcy, mulher dele e os filhos tudo é do Mucura, Zé Filho, pai dele, mãe, tudo é do Mucura, tem bocado aí que é do Mucura. Aristides é um, Zé Filho é um, eu é outro também e o resto, tem um bocado dele aí.

[E o pessoal que quando morava lá no Mucura, vinha sempre visitar aqui o Ponto? Vinha participar de amikin?] Vinha, são parente quase próprio, ele não anda brigando, não anda falando um e outro, era quase conhecido, do verdadeiro, vinha pra festa dele, quando fazia a festa aqui vem aqui e termina a festa vão embora tudo. Quando tiver lá manda chamar eles daqui, vão lá... era assim, nunca não teve nem mal, nem falar mal a pessoa, até quando essa doença saiu de lá, cessão que digo, aí, morreu muita pessoa aí o chefe daqui, capitão daqui falaram pra ele pra não inventar mais se não acaba, os de lá pra acabar pra vir aqui puxar palha e lá nem mataram nê, aí chefe de lá conversou com ele e veio embora pra cá. Não tem

a tapera vêia bem ali na ponta do posto? Ele vinha esperar ali, misturar foi aqui aí pronto, nunca mais dividiu mas não tem mal nenhum, tudo é... (Paulo Adão Aproro Canela, 2004).

A presença do SPI nas primeiras décadas do século XX começou a ocorrer de forma frágil, no enfrentamento com os criadores de gado da região, que continuavam a praticar violências contra os Canela-Ramkokamekra. Conforme observamos no item anterior, merece destaque a participação do encarregado do SPI Castelo Branco em 1938, que matou gado dos fazendeiros, numa época em que já havia invasores não-índios nos Dois Riachos. Ele queria que vendessem gado para os índios, mas diziam que não tinha gado – então ele matou algumas cabeças que “não tinham dono”. Segundo os índios, um fazendeiro chamado Leão tentou falar com Castelo, mas teve que sair correndo. Levou fama de “valente” e foi substituído Olímpio Cruz porem 1940.

Eles cortam a madeira que chama cedro, lá no Vão da Serra e eles trazem para fazer as casas... aí ele mandou pra vender boi pro Castelo Branco, matar pra comer ainda de serviço aí, não quer vender. Mandou carta pro Bacabal... não tem boi pra vender. O Boi, num te disse, o boi anda aqui olha, e invadiu a roça do Viturino e no Brejo da Raposa. O gado entrou lá na roça... aí Castelo Branco mandou pegar boi e comeu e depois disso comeu. Aí, o fazendeiro disse: - Ó, Cobre... - Não, eu não estou fora da aldeia não, eu mandei em casa pra comprar boi e disse que não tem boi... mas de quem é esse boi que tá na aldeia dos índios? E então não tem dono, eu matei pra dar pros índios comerem e me ajudar fazer o serviço aqui. Eles chamaram lá pra Barra... - Não, eu queria comprar boi pra dar carne pros índios fazer serviço lá, mais ele não quer vender boi e parece que esse boi não tem dono, tem muito boi invadindo área na roça do Viturino, que era meu sogro, invadiu roça quebrando o bananal, aí eu matei o bicho, se quiser ver, pode vai ver lá que eu não estou fora da lei, não estou fora não, estou dentro da lei. Aí, voltou Olímpio Cruz de novo. Olímpio Cruz ficou no lugar do Castelo e vende a outra casa do posto e fez uma casa da educação e abriram um colégio mesmo na aldeia... (Zé Abílio Krotó Canela, 2004)

Olímpio Cruz foi sucedido por Antonio Gato, Doca Ferreira, Hugo Lima, Bento Vieira, Bento Venuto, Virgílio Carvão, Zé Pedro Sousa, (1963), Bento Vieira, Virgílio (veio para o Escalvado), Bento, Sebastião (chegou em 1970 e saiu em 1988), Jorge, Francisco, Eliete, Ferreirinha Cadete *Xtátu* (que era indígena), Roberto *Txum* (também *mehin*³, atual chefe de posto).

Desde o tempo de Nimuendajú, a mudança mais efetiva no equilíbrio das relações externas do grupo foi a criação, na aldeia do Ponto, do Posto Indígena pelo SPI. Nimuendajú encontra, portanto, os Ramkokamekra vivendo na aldeia do Ponto (1929-1935), sendo que nas suas últimas estadias, em 1935, ocorreu uma cisão da aldeia por causa de desentendimentos dos sucessores de um velho líder que havia morrido. Os grupos ficaram divididos em aldeamentos no Brejo dos Bois e Brejo dos Pombos, voltando a se juntar novamente em 1939 no Ponto. Assim permaneceram até

³ Indígena.

aproximadamente 1955, quando a aldeia se cindiu de novo, passando a existir a aldeia do Ponto (II) e a do Baixão Preto (o *pahi*, ou cacique, do Baixão Preto era Alcir *Caapertuk* e o chefe de posto era Alcebiades), pelo menos até 1963⁴. Conforme citamos acima, nesse ano ocorreu um movimento messiânico entre os Canela-Ramkokamekra, que culminou com o ataque de dezenas de fazendeiros e pistoleiros, morte e ferimentos de vários índios e o exílio do grupo na área dos vizinhos Guajajara⁵. Habitaram por curto período os arredores dos PI's Sardinha e Baixão dos Peixes, região de mata, mas sempre que possível faziam incursões ao seu território no cerrado, inclusive a região conhecida como Campestre.

Faz parte da forma de ocupação dos Ramkokamekra, o estabelecimento de pequenas aldeias temporárias (ver listagem e mapa em anexo para os aldeamentos mais antigos), como por exemplo: *Poótuk* (Brejo dos Bois), *Canutkó* (Brejo dos Pombos), *Po'hi Poco* (Campestre), *Kuntxéticaué* (Baixão Preto), *Ronpeirékokré* (Cabeceira da Piaçaba), Dois Riachos, *Paagré* (Aldeia Velha).

Depois de uma viagem do cacique Pedro Gregório *Ketxy* Canela a Brasília em 1966, a partir de 1967 começam a ocupar parte do seu território tradicional, distribuindo-se nas aldeias do Escalvado, Baixão Preto e Rodeador. Em 1969 formam outra aldeia também denominada *Katxorékré* (Buraco do Caititu) ou Escalvado, juntando novamente todos os grupos (o atual cacique, sr. Marcelino *Hauppy* teria sido o primeiro a chegar, seguido por Pedro Cachiara). Em 1971 é construído o novo posto da FUNAI e tem início o processo de demarcação da TI Kanela.

2.2 A forma de ocupação e o território tradicional Canela-Ramkokamekra

Padrões de migração e deslocamento

⁴ Segundo a memória dos índios, os *pa'hi* do Ponto foram: Luis Domingos → Cadete (Filho de Luis Domingos) = *Packré* → Major Delfino *Ropkó* → Doruteu (*Hotokót*) → Pedro Gregório (*Ketxy*) Antonio Lopes (*Koganán*). Segundo Nimuendajá, em agosto de 1930 o *pa'hi* era Teodoro *Kukrâcé*.

Os *pa'hi* do Escalvado foram: Delfino (*Parkré*) → Antonio Lopes → Faustino (*Ropkó*) → Coronel Duruteu (*Hotokót*) → P. Gregório → Raimundo Roberto.

⁵ Esse movimento messiânico foi presenciado e registrado por W. Crocker. E o prof. Adalberto Rizzo, segundo suas próprias informações, também teria presenciado um outro movimento messiânico quase concretizado em 1987.

Os grupos Jê do Brasil Central são considerados como pequenos grupos caracterizados pelo "padrão caçador". A interação entre tecnologia "simples" e um meio ambiente "pobre" forçaria estes grupos a se dividirem em bandos, durante o período do ano em que a escassez de alimentos não permitisse uma maior concentração da população.

Entretanto, Nimuendaju (1946) demonstrou a importância da agricultura para os Timbira. É fato incontestável que os Jê se dividem em pequenos grupos para caçar e coletar alimentos. Este padrão não decorre, necessariamente, de qualquer ausência cíclica de alimentos. Atividade tradicionalmente masculina, a caça impõe-se como um modo de produção dominante em relação à coleta, atividade tradicionalmente feminina.

Em suma, o acervo tecnológico dos grupos Jê caracteriza-se por uma pequena quantidade de equipamentos, ausência de canoas e de cerâmica, plumária pouco elaborada, trançado de palha relativamente desenvolvido, e a capacidade de descartar e reproduzir vários objetos, segundo as necessidades do momento. Os inventários da cultura material destas tribos são evidências de seu padrão de ocupação. Estas evidências deixam claro que sua cultura material gira em torno da premissa "mobilidade no espaço". Desta maneira, também a divisão de trabalho entre grupos de idade torna-se altamente funcional.

O padrão de "mobilidade espacial" dos grupos Jê é menos o resultado de um ambiente pobre – em termos de oferta de alimentos e de tecnologia simples – do que uma adaptação complexa à oferta de proteínas, à natureza do sistema sócio-político, e a pressões militares. Estes fatores também iluminam a importância da prevalência dos sistemas de oposição etária sobre o da oposição sexual.

A ocupação da área estudada e sua relação com a distribuição espacial da população

O povo Kanela vem vindo, passou pelo Bacuri da Rita, onde tem muito guariba. Foi passando, Atravessou o rio (Alpercatas) e não quis mais voltar pra trás. Aí veio descendo, chegou no vão da aldeia e ficou por lá. Um índio foi caçar e descobriu água e contou para os demais. Foram para este local e fizeram uma aldeia. O tempo foi passando, e os brancos chegando. Os brancos começaram a matar os índios e os índios matavam brancos. Aí o governo do Maranhão procurou: não sei aonde tá o índio, será que acabo o índio? Mataram tudo? Aí mandô soldado para averiguar. Ainda tem índio lá. Índio tá por cima da serra. Branco mata, índio mata também. Aí esperaram, levaram pano, arroz, farinha, carne. Tudo bagulho que tem. Fazia cinco dias que o velho índio não banhava e resolveu descer. A mulher disse: não, não vai, não. Cristão mata você. Não, você

fica. Se eu morre, eu sozinho que vô morre. Aí ele foi. Foi descendo a serra. Aí soldado viu e falou pro grupo. O índio foi chegando, o soldado passou a mão e disse: não mata, não, pode vir. O que você vem fazer aqui? Você vem banhar? Pode vir. Aí ele banhou, depois voltou. Na panela tinha carne, farinha, arroz, que ele não queria. Pelejo, pelejo, comeu poquinho. Aí o sargento disse: vai buscar os outros pra dividir. Tiraram um pedaço de pano, botaram a farinha, a carne. Vai e diz pra apanhá esse pano, esses facão. Espingarda, não. Aí levaram. Aí chegou, botou, explicou pra eles. Aí o pai disse: chamaram mesmo? Chamaram. Chamaram vocês para apanhar. Aí foram embora, desceram tudo. Só macho, mulher não. Aí chegaram. E mulher? Não quis vir, não. Vai buscá mulher. Tem pano aqui. Aí eles foram buscar. Aí já vem com mulher, com menino, com tudo. Desceram. Aí deu pano, tudo. Os índios começaram a aprender a comer farinha, arroz, agora tinham facão. A aldeia da serra se mudou para o bacabal antes de vir para aldeia velha, do Ponto (Aldeia Escalvado, dez 2004).

Antigos locais de moradia e de ocupação sazonal

Segundo Nimuendaju, havia uma evidente correlação entre a forte coesão interior e a vida de lutas dos grupos Timbira uns com os outros. Estavam em constante pé de guerra; os Kreyé de Bacabal, em reencontros sangrentos contra os Ramkokamekra e Cakamekra; os Kreyé de Cajuapára, inimigos dos Krikati; os Pykobjê, conhecidos por sua ferocidade; os Gavião, hostis a todos os grupos habitando em suas redondezas; os Krahô em suas lutas com os vizinhos; os Apãjekra em guerra contra os Ramkokamekra e assim por diante. Não poderiam, pois, permitir estes diversos grupos que no seu interior ocorressem disputas graves, pois um grupo internamente minado por ressentimentos não pode opor frente coesa ao ataque inimigo. A colonização portuguesa parece pouco ter alterado este estado de coisas devido ao aspecto de luta de que se revestiu contra os Jê; apenas aumentou o número de adversários dos povos Timbira, que atualmente não combatem somente entre si, porém também contra os caboclos da região.

Este estado de luta se relaciona, por sua vez, com o tipo de território ocupado por este povo. Planícies semi-áridas e capociras formam a maior parte das terras Timbira. As florestas, de significado econômico importante para esses índios, pois oferecem, além do único tipo de solo adequado à sua agricultura, os frutos indispensáveis de buriti e de babaçu, assim como a caça; são encontradas em pequena ocorrência ao longo dos ribeirões maiores e dos rios. Os grupos lutavam, portanto, entre

si pela conquista ou pela defesa desses territórios, que asseguram o bem-estar dos indivíduos.

A cultura Timbira apresenta dois aspectos diversos conforme a encarmos pelas relações intra-grupais, ou pelas relações inter-tribais. Enquanto as relações dentro do grupo são dominadas pela preocupação constante de garantir a paz e a harmonia internas, evitando toda a disputa e toda a rivalidade, as relações dos grupos uns com os outros se caracterizavam pela hostilidade e disputa permanentes. Como explicado na Parte I, a ocupação econômica e social da região de cerrados que constituiu o território tradicional dos grupos Timbira no Maranhão resultou da ação de diferentes frentes expansionistas que se desenvolveram, respectivamente, a partir de meados do século XVII, e entre a segunda metade do séc. XVIII e a primeira metade do séc. XIX. De um lado, uma frente agrícola, que partindo do litoral do Maranhão e tendo São Luís como centro irradiador, ocupou os vales dos rios centrais desta Capitania, especialmente o rio Itapecuru, e teve como limite as terras situadas entre a então vila de Caxias e o distrito de Pastos Bons.

De outro lado, na região sertaneja ao sul de Barra do Corda, após conquistar território de cerrados e campos naturais aos Timbira, nas primeiras décadas do século XIX, a frente pastoril ampliou endogenamente essa ocupação, com a multiplicação de fazendas e rebanhos. Nesse processo, crescia consideravelmente o número de criadores e seus rebanhos aumentavam rapidamente intensificando a pressão sobre a pequena porção do território ancestral dos Canela-Ramkokamekra e de outros Timbira ainda controlado por esses grupos, e consolidando uma situação histórica marcada por conflitos entre índios e criadores decorrente da usurpação territorial e da ocupação pelo gado.

No final do século XIX e início do século XX, as tensões e contradições presentes na *situação pastoril* no Centroeste Maranhense, eclodiriam na forma de conflito e massacres de índios pelos criadores locais. Uma vez estabelecida a *dominação colonial* dos Timbira, os conflitos entre esses e os criadores passariam a se concentrar no avanço dos rebanhos sobre o território residual que esses grupos mantinham sob seu controle, e o conseqüente abate do gado pelos índios revelando as contradições inerentes à *situação pastoril*.

Mais do que a representação de agentes tutelares, autoridades policiais e criadores locais, suas ações apontam algumas das questões cruciais presentes no campo indigenista do Centroeste Maranhense. Inicialmente, refere-se à invasão das

terras habitadas pelos Canela-Ramkokamekra, pelos criadores do sertão de Barra do Corda, os quais as consideravam como terras que pudessem ser incorporadas à pecuária extensiva. Utilizando-se de uma lógica decorrente da dominação colonial, onde os territórios indígenas eram vistos como apropriáveis, os criadores e "lavradores" do sertão cordino "naturalmente" avançavam sobre as terras tradicionais dos Canela-Ramkokamekra, seja através do próprio sistema de criação extensiva, onde o gado invadia livremente as roças de mata desse território como se tratassem de "terras livres" se apropriando ainda, de outros recursos naturais, como madeira e animais de caça.

Na perspectiva dos sertanejos, os índios eram (e são) tidos como invasores de "suas" terras tornando-se, por isso, vítimas de maus tratos, expulsão e freqüentemente de assassinatos pelos que se definem como "vizinhos". Como colocava Nimuendajú, um novo estágio nas relações entre os Timbira e moradores do sertão pastoril se alcançava nas primeiras décadas do século XX, quando a invasão dos territórios indígenas pelos sertanejos se dava em tão alto grau, que a antiga máscara de amizade forjada por meio das relações de *compadrio* davam lugar a manifestações de hostilidade, traições e ironias, quando não ao mero massacre individual ou coletivo de índios. (Nimuendaju, 1946: 5).

No dia 17 de junho dois índios furtaram novamente uma vaca, como eu mesmo tive de verificar. Dois dias depois veio à aldeia, não o Crl. Raimundo, mas o seu primo José de Arruda, com um bando de vaqueiros e parentes armados. Veio direitinho comigo: que ele tinha achado no taboleiro os rastros de índios que estiveram caçando uma rez (os vestígios da matança eles apagaram, como sempre); que eu desse jeito para que deixassem estes roubos, senão a aldeia seria exterminada; seu primo gastara, para ser absolvido no júri, a quantia de 4 contos e ele estava bem disposto a dispor da mesma quantia para o mesmo fim. Respondi-lhe que eu nada tinha que ver com tais queixas que deviam ser feitas ao subprefeito de polícia no Leandro, porquanto também não podia atender aos índios quando estes se queixavam a mim dos roubos de terras cometidos por ele, José de Arruda e seus parentes. (Nimuendaju, 1930: 171-2)

Nessa nova condição, os invasores se colocam como "legítimos donos" da terra, cuja posse era comprovada, muitas vezes, com titulações "centenárias" forjadas nos cartórios locais. Assim os Canela-Ramkokamekra, como outros grupos Timbira sobre os quais se implantou a situação pastoril e que, na década de 30 e 40 ocupavam apenas pequenos enclaves dentro de seu território tradicional. Desses eram gradativamente expulsos, com ações de violência, como os massacres perpetrados pelos agentes da frente pastoril, legitimada por meio de expedientes como

“informações” e “denúncias” forjadas, resultado da aliança dos criadores com as autoridades policiais e judiciais locais e regionais.

Tomás Arruda, primo do famigerado Raimundo Arruda que em 1913 aniquilou a aldeia Travessia dos Canelas, assaltou com 12 homens armados e alcoolizados um pequeno acampamento dos Canelas do Ponto na Baixa Preta e, ameaçando de morte imediata um índio velho, obteve dele a “confissão” de ter sido roubada e comida pelos Canelas uma vaca que desaparecera da fazenda daquele criador. Chicotearam outro índio e roubaram o que encontraram de ferramentas e armas. O delegado do S.P.I. não pôde obter nenhuma satisfação, porque o delegado de polícia da Barra é um primo do criminoso. Alguns dias depois REAPARECEU NA FAZENDA A VACA “COMIDA”, trazendo consigo uma cria nova! (Nimuendaju, 1931: 180)

Assim, a possibilidade de perda do controle de uma vasta área ocupada pela família Arruda e por outros “lavradores” estabelecidos no território tradicional dos Canela-Ramkokamekra levaria esses fazendeiros, com a cobertura de autoridades locais e regionais, e da emissão de um ousado telegrama dirigido ao Presidente da República, a planejar o extermínio dos Canela-Ramkokamekra. A despeito das ameaças e pressões, os agentes locais do SPI, com a determinação da organização central desse órgão procurariam viabilizar a demarcação territorial dessas “Terras para os Índios Canela”.

Quem muito se scandalizou com a minha volta foram os inimigos incondicionais dos Canelas, as famílias Arruda e Cravo, e seus aliados. (...) Desde que voltei agora, estão espalhando sistematicamente a notícia de que eu pessoalmente estou furtando gado deles quando estou na aldeia, preparando eles desta forma o terreno para qualquer violência que pretendam executar. (...) Não é sem certa tristeza que prevejo que brevemente os inimigos e perseguidores dos índios alcançarão o seu fim de impedir, por qualquer meio, a minha estada entre os Canelas. (Nimuendaju, 1935: 232-3)

A situação de dominação imposta pelos criadores aos Canela-Ramkokamekra, concretamente resultava na perda gradativa de seu território, na intervenção nas suas práticas e valores culturais com a imposição dos valores religiosos e sociais partilhados pelos sertanejos, e de uma lógica econômica determinada pela situação pastoril tenderia a se inverter com a intervenção do SPI. Nesse contexto, a “aliança” celebrada entre os Canela-Ramkokamekra e os agentes coloniais nas primeiras décadas do século XIX, e reafirmadas até o início do século XX – a despeito de conflitos eventuais – seria rompida e daria lugar a uma situação de conflito expreso, como a eclosão do massacre de 1913. Esse massacre ocorreu contra os Kencatejê, da aldeia Chinela (nas proximidades do rio Alpercatas), que depois disso deixaram de existir como grupo autônomo, incorporando-se aos Apãnejkra e Krahô.

Conforme foi apresentado, os fatos ocorridos em 1940 e 41 no "sertão" de Barra do Corda, onde a falsa expectativa de ataque dos Canela-Ramkokamekra à fazenda da família Arruda, e às populações de povoado vizinho teriam sido produzidas as condições que levariam ao massacre dos Ramkokamekra por fazendeiros e "lavradores" da região, o que não veio a ocorrer, em parte, pela ação de servidores do SPI em Barra do Corda, e de agentes da direção central do órgão indigenista – estavam relacionados à realização de uma demarcação judicial das "Terras dos índios Canela", de acordo com levantamentos realizados em 1936 por Curt Nimuendajú e outros agentes. Da perspectiva dos indígenas, a demarcação de suas terras, ainda que residuais, seria uma forma de acabar com as invasões cada vez mais intensas e permanentes do gado dos criadores, e das roças e povoações estabelecidas por lavradores nessa região, e com isso, criar um novo equilíbrio nas relações intersocietárias.

Esse documento revela uma faceta do trabalho de Nimuendaju junto aos Canela-Ramkokamekra, onde além de sua pesquisa etnográfica realizaria um levantamento que resultaria numa tentativa de demarcação do que poderia ser a "Terra Indígena Kanela".

Imediatamente, e debaixo de todo segredo, comencei então o levantamento das terras, auxiliado pelos índios. Não me foi possível obter em São Luiz nem uma corrente de medição, nem uma bússola prismática. Comprei 20 metros de corrente de prender cachorros, coloquei fixas e argolas nela e assim fiz uma boa corrente de medição. Os rumos tive de levantar com minha bússola de mão. Alguns alinhamentos eu medi à corrente, outros levantei à bússola e relógio. Foram 11 dias de duro trabalho, debaixo do sol abrasador dos chapadões, varando por cerrados, caatingas e serras. Quando os nossos vizinhos se aperceberam do que estávamos fazendo, já o trabalho estava findo – e eu com os meus pés em petição de miséria!

Voltei imediatamente à Barra, trabalhei três dias desenhando como nunca na minha vida e remeti dois exemplares do croquis e os dados necessários, um ao Dr. João Braulino e o outro ao Dr. Antônio Lopes, visto como o Dr. Achilles já tinha entregue o governo ao Carneiro de Mendonça.

Calculei a área total em **330.000 hectares, dos quais malmente a décima parte prestável para a lavoura**: as restingas estreitas e muitas vezes falhadas ao longo dos cursos volumosos de água. (Nimuendaju, 1936: 255 – grifos meus)

Nimuendaju também já identificava naquela época a escassez de terras agricultáveis na terra Canela-Ramkokamekra, o que perdurou e se agravou até os dias de hoje. Para uma melhor visualização dos locais de habitação permanente e antigos locais de moradia e ocupação sazonal, consultar listagem de aldeamentos e mapas em anexo.

2.3 A Aldeia Escalvado

Atualmente, uma população de quase 2.000 índios está concentrada na aldeia Escalvado, implantada em 1966. A aldeia está localizada no ambiente de chapada, onde predomina o cerrado. Foi construída em lugar plano, em solo arenoso e perto de córregos.

Como parte de tradição comum aos Timbira, as casas estão dispostas uma ao lado da outra, ao longo de um largo caminho, formando um grande círculo. De cada casa sai um caminho em direção ao centro da aldeia: o pátio, onde os homens se reúnem ao amanhecer e ao anoitecer. Vicinais prolongam-se da aldeia em direção aos setores de roça e vários caminhos levam em direção aos locais de banho, lavagem de roupa e busca de água, para beber e preparar alimentos.



Figura 01 Reunião no pátio da aldeia. Sentados nas cadeiras estão os representantes dos Prokahma (os velhos)

feita por amarração com cipó escada.

De forma geral as casas não apresentam divisões e, nos fundos, uma pequena cobertura de palha costuma ser destinada à cozinha. Atrás da maioria das casas localizam-se outras, da mesma família, formando uma segunda fileira e, às vezes, casas mais distante iniciam uma terceira fileira (figura abaixo).

As casas são retangulares e, em sua maioria, possuem o teto de duas águas coberto de folhas de palmeira de inajá e/ou babaçu; material que também pode ser utilizado na construção das paredes. Para a construção dos caibros, travessas e forquilha são utilizadas madeiras como Cedro do Brejo e Sucupira, respectivamente. Essas espécies são encontradas na chapada e nas matas em direção ao rio Alpercatas. Toda a trama é



Figura 02 Disposição das casas na aldeia Escalvado.

Nos quintais das casas, em geral, são cultivados o tingui, o urucum e algumas frutíferas como banana, mamão e laranja, além de uma pequena horta com temperos. Animais como porcos, galinhas, patos, bois, jegues e cachorros circulam soltos pelos arredores das casas e nas proximidades dos riachos. A aldeia é cercada por mangueiras e coqueiros.

Na aldeia Escalvado existem, ainda, edificações como o Posto de Saúde Indígena, onde duas enfermeiras não-índias se revezam, com o auxílio de seis agentes de saúde indígena; o Posto da Funai, o prédio da escola que atende o ensino fundamental, com professores índios e não-índios e as casas dos missionários (inseridas no círculo das casas). Os Canela-Ramkokamekra, divididos em duas metades, ocupam a aldeia da seguinte maneira: os Harâkatejê, na parte oeste e os Kãikatejê, a parte leste do círculo das casas.



Figura 03 Índia Teresa dando os últimos arremates no jirau.

Os Canela-Ramkokamekra dormem em estrados (jiraus), feitos de talo de inajá e amarrados com embira, e forrados com esteiras. Contudo, é comum encontrar algumas redes atadas. Não raro, em todas as casas são encontradas panelas de ferro, vasilhas, talheres, adquiridas do contato. Um dos instrumentos de trabalho das mulheres é o tipiti utilizado no

beneficiamento da mandioca.

Acampamentos de roça

Uma das bases a partir das quais os Canela-Ramkokamekra realizam o manejo de seu território são os acampamentos de roça. Esses acampamentos são geralmente habitados por famílias extensas. Grande parte do território é habitado e gerido a partir destes aldeamentos que são estrategicamente posicionados em função da disponibilidade de recursos naturais: áreas de caça e pesca, pontos para instalação de roças; áreas de coleta de espécies de usos culturais, medicinais ou de

Figura 04 Setor de Roça Galheirinho



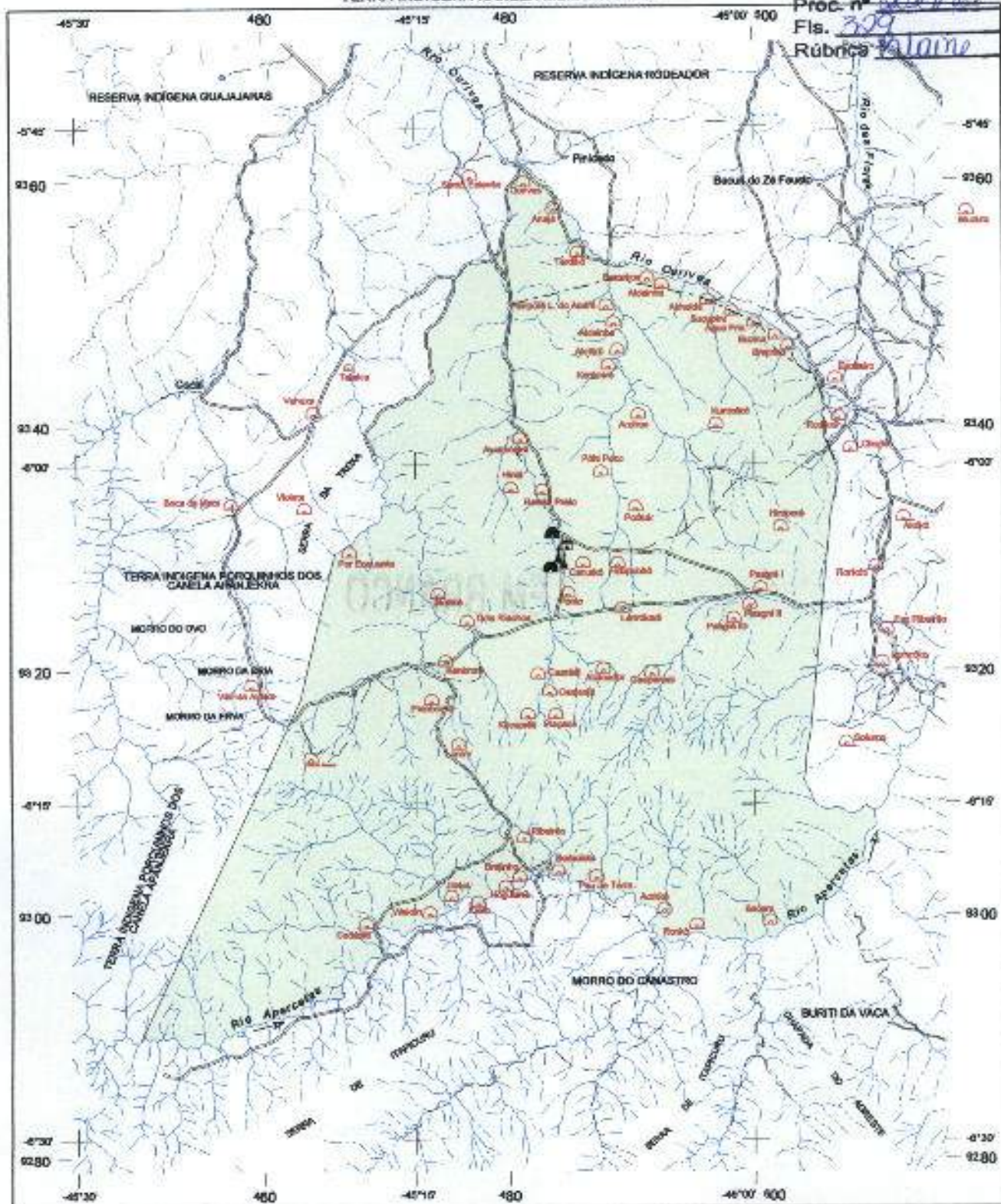
Mariana Castilho

extrativismo comercial. Cada aldeamento tem seus limites definidos a partir de regras mais ou menos flexíveis e combinação entre as famílias.

Vale destacar que algumas roças, como as do Galheirinho (com cerca de 135 ocupantes), Aldeinha e Aldeia Velha por exemplo, têm características que podem fazer com que sejam denominadas como aldeias. Ou seja, apesar de não possuírem pátio e não serem circulares, possuem grande quantidade de famílias, certa autonomia em relação ao Escalvado, mas não têm independência ritual em relação ao *krin* (aldeia). A Aldeinha chegou a comportar um número maior de famílias do que hoje e segundo os índios, chegou a ter uma forma circular, com pátio e caminhos radiais para as casas. Isso demonstra a dinâmica de ocupação do território, onde potencialmente as famílias extensas podem constituir novos *krin*, desde que atendam a certos requisitos. Não fosse o rigor com que os Canela-Ramkokamekra identificam suas aldeias, onde o exercício pleno das atividades rituais é fundamental, a maioria dos acampamentos de roça poderia ser entendida com uma pequena aldeia, tal como fazem outros grupos Timbira, conforme salientamos.

Durante praticamente metade do ano, todas as famílias Ramkokamekra passam mais tempo nos acampamentos de roças do que propriamente na aldeia. Trata-se claramente de uma estratégia de ocupação do território, especialmente das faixas de terras mais produtivas, cada vez mais escassas. Essa escassez de recursos disponíveis tem dificultado as técnicas adequadas de pousio e diminuído a quantidade e qualidade alimentos produzidos, prejudicando diretamente a segurança alimentar do grupo. Conforme salientamos acima, essa situação foi destacada por Nimuendaju já em 1936, perdurando e agravando-se até os dias atuais, o que segundo o referido etnógrafo, já teria justificado também naquela época sua proposta de delimitação do território Ramkokamekra em uma área quase três vezes maior que o atualmente delimitado.

Portanto, é importante observar que a habitação permanente não se restringe às áreas onde os Ramkokamekra constroem suas casas, mas se refere a toda a área por eles habitada, utilizada para seu sustento e necessária à preservação de sua identidade cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Como veremos no item a seguir, são dezenas de acampamentos espalhados em diferentes pontos do território, que também contribuem para a melhoria da própria vigilância e fiscalização de seus limites.



LEGENDA

ESCALA: 1:450.000

- | | | | |
|---------------------------|-------------------------|------------------------------------|-----------------------------|
| TERRA INDÍGENA DELIMITADA | ADIDAS ANTIGAS | LIMITE INTERNACIONAL | CAMPO DE POUSA |
| POSTO INDÍGENA | COLETA | LIMITE ESTADUAL | RIO PERMANENTE |
| ALDEIA INDÍGENA | MEL | LIMITE MUNICIPAL | RIO INTERMITENTE |
| MALOCA INDÍGENA | FRUTAS SILVESTRES | RODOVIA PAVIMENTADA | TERRENO SUJEITO À INUNDAÇÃO |
| CAÇA | EXTRATIVISMO DE MADEIRA | RODOVIA NÃO PAVIMENTADA | LAGO OU LAGOA |
| ÁREA DE ATRITO | CEMITÉRIO INDÍGENA | RODOVIA NÃO PAVIMENTADA TEMPORÁRIA | DIREÇÃO DE CORRENTE |
| ROÇA | ESCOLA | CAMINHO | |
| PESCA | IGREJA | | |

Valaine

III – ATIVIDADES PRODUTIVAS

Assim como muitos outros povos indígenas brasileiros, os Canela-Ramkokamekra baseiam suas atividades agrícolas, coleta, caça e pesca pelos ciclos da natureza. A revoada das ‘tanajuras’ (saúvas) determina o início da temporada de pesca (figura 53). A sazonalidade das frutas define o ritmo da coleta, realizado especialmente pelas mulheres, assim como o ritual do milho, indica o momento de jogar as sementes ao solo, ou seja, plantar.



Figura 05 Menino cortando tanajura

As colheitas tradicionais dos Canela-Ramkokamekra incluem amendoim, milho, batata-doce, inhame, abóbora, feijão-de-corda, mandioca-brava, macaxeira, algodão, cabaças e outros produtos. Todavia, os gêneros mais comuns hoje – a mandioca, arroz e feijão – foram adotados depois do contato com a

sociedade nacional, bem como banana, laranja, manga, melancia, abacaxi, mamão, tabaco, cana-de-açúcar e outros itens.

Entre os Canela-Ramkokamekra, nas pequenas florestas-galeria de sua terra, roças ribeirinhas eram abertas com machados de pedra e queimadas. Essas roças produziam menos de 25% do alimento, enquanto coleta, pesca e caça supriam o resto. No final dos anos 1830, o reassentamento em áreas que representavam por volta de 5% das terras que ocupavam obrigou os Canela-Ramkokamekra a praticarem mais extensivamente o sistema de roças de coivara, de acordo com o modelo regional.

Conta Paula Ribeiro, em relação às suas atividades sazonais de sobrevivência, que os Timbira vagavam errantes durante o verão pelo seu território quando realizavam caçadas e coletas de frutos e outros vegetais. Nas primeiras chuvas voltavam para as aldeias que haviam ficado apenas sob os cuidados dos velhos e outras poucas pessoas, quando realizavam o preparo da terra, consumiam o que restara do plantio de batatas, amendoim, milho *icaitité* ou *zaburro*. Enquanto cresciam esses gêneros, consumiam o que restara do plantio anterior, nos paióis que cada família havia reservado. Nos meses de maio e junho realizavam nova colheita, a qual era guardada da mesma forma para o

ano seguinte, quando deixavam novamente as aldeias para *desfrutar* nos campos os nossos provimentos, que a natureza lhes preparou (Ribeiro, 1841: 187).

No final dos anos 1940, a economia dos indígenas tornou-se deficiente, dependendo de apoio externo para se manter. Passaram a depender significativamente dos alimentos fornecidos pela agência indigenista e praticar o sistema de “meia” com os moradores, trabalhando em suas terras para ficar com metade da produção. No início de 1990, no entanto, entre os Canela-Ramkokamekra as roças voltaram a produzir alimento, mas ainda insuficiente para sua sobrevivência, situação que ainda fica pior nos magros meses que vão de setembro a dezembro. As roças começam a produzir em janeiro e o ápice da produção se dá com a colheita de arroz no mês de maio.

Um dos desafios enfrentados atualmente pelos Canela-Ramkokamekra consiste, justamente, em garantir uma produção suficiente de alimentos de forma que os gêneros disponíveis não terminem na entressafra. Assim, eles não teriam que consumir as primeiras raízes de mandioca, com apenas um ano de crescimento, e, portanto pouco desenvolvidas. Com a produção suficiente de mandioca, poderiam consumir apenas as raízes cultivadas há dois ou três anos.

As matas ribeirinhas existentes na Terra Indígena Kanela já não apresentam possibilidade de sustento para a população Ramkokamekra em expansão, por meio da prática da agricultura de coivara. Uma fonte adicional de renda são as pensões dos aposentados, que se tornaram uma ajuda econômica significativa a partir da década de 1980. Além disto, há mães que recebem ajuda e estudantes bolsistas. Até o final dos anos 1990, existiam em torno de 60 a 70 pensionistas na aldeia Escalvado e hoje são aproximadamente 200.

Entre os Timbira é a atividade ritual que determina o ritmo e o tempo das atividades de subsistência. Nestas aldeias, o tempo de dispersão das famílias elementares para as lides de roça é em grande parte (e em termos comparativos) equivalente ao tempo em que, outrora, os grupos familiares gastavam quando se dispersavam pelos cerrados, caçando e coletando, no período da alta estação seca (maio/agosto até setembro).

Estas atividades – restritas à família elementar ou ao grupo doméstico – são determinadas, em última instância, pela atividade ritual: sempre um grupo doméstico estará “produzindo” algum rito ligado ao ciclo de vida (nascimento do primeiro filho; fim de um “resguardo” ou de um luto, etc.) – quando não estiver engajado na “animação” de um cerimonial maior.

Dai a razão pela qual a maioria dos chefes de postos que passaram pelos Timbira – do SPI aos dias atuais – insistem em contrapor o “trabalho” às “festas” como a ideologia integracionista fundamental, e não foram poucas as aldeias Timbira que sucumbiram a esta ideologia (vide o caso Apinajé para um exemplo ilustrativo desta afirmação).

Atualmente, é o “movimento do pátio” (o número de rituais) que serve de parâmetro para os grupos remanescentes classificarem suas aldeias como mais ou menos “Timbira”. O que implica também um juízo de valor quanto ao grau de independência/dependência da aldeia em relação às atividades econômicas impostas pelo “civilizado”.

Outrora todos os grupos Timbira possuíam um padrão de subsistência que combinava uma agricultura pouco sofisticada – que privilegiava os tubérculos e, em menor medida, o milho – com a caça e a coleta. Hoje, em função, sobretudo, das limitações do território e da escassez crescente de animais de caça, a subsistência de todas as aldeias remanescentes está apoiada basicamente no cultivo do arroz e da mandioca. Nimuendaju já observava, nos anos 30, as transformações por que passava a subsistência dos Canela-Ramkokamekra pela dedicação crescente destes índios à “preparação intensiva da farinha de mandioca e ao cultivo do arroz”, notando que aquele grupo havia avançado mais neste sentido do que os Guajajara – tradicionais agricultores. (1946: 61).

É evidente que o peso maior da agricultura nas tarefas de subsistência é resultado do processo de sedentarização resultante da limitação dos territórios tradicionais. Mas o cultivo crescente do arroz teve também outros efeitos: desbancou o milho como a planta agrícola principal (nos termos de Nimuendajú, “ocupava o lugar de honra dentre as plantas cultivadas” – idem: 62) além de exigir um cuidado maior em termos dos tratos culturais necessários (capina) e de sofrer a “concorrência” dos periquitos e papagaios – o que obriga as famílias à uma vigilância constante da roça e, conseqüentemente, sua fixação nos locais de cultivo. Destaque para os acampamentos de roça, descritos na Parte II.

3.1 Agricultura

Os Canela-Ramkokamekra, assim como o Timbira de uma maneira geral, são caçadores e coletores, povos com pouca tradição agrícola. O mito de *Catxe Cwy* explica a introdução do uso dos recursos da flora e o cultivo de plantas entre os Canela-Ramkokamekra.

A estrela d'alva veio do céu diz que tinha um índio dormindo sozinho, no meio do pátio. Ai a estrela d'alva tava vendo ele, tava dormindo, sozinho. Solteiro, né. Ai ela veio e cuspiu na barriga dele. Ai diz que ele falou: 'quem é que ta me cagando'? Passo a mão e tirô, né. Ai fico, lá, assim, deitado. Ai, poca hora depois cuspiu de novo.

Ai tiro de novo, com a mão. 'Mas, porque ta me botando esse cuspe? Ai, com poca hora ela (a estrela d'alva) viro como um sapo e caiu na barriga dele (índio). Ele jogo fora. 'Que diacho, esse sapo ta só me atrapalhando! Ai, com poca hora o sapo caiu de novo na barriga dele. Quando ele foi tirando com a mão: 'é eu que to te fazendo isso, me chamo a estrela d'alva! É eu que vim aonde ta você pra ensina um negócio aqui pra você. Não mexe mais comigo, não! Ai ela se viro como uma mulher branca, branca, branquinha, alvinha. Ai ele viu: 'mas, rapaz, quem foi que veio aqui'? Ai ela disse pra ele: 'eu sou a estrela d'alva (na língua Catxetykoy)'.
Ai ela conversou com ele:

- 'Olha, eu vim aqui porque vocês estão no meio do recurso que vocês não tão nem aproveitando. Então, eu vim, você ta aqui sozinho. Eu vim pra descobrir uma comida, uma alimentação que vocês têm aqui por perto de vocês'.

Ai o índio disse:

- 'Tá bom, então nós vamos pra casa'.

Ai quando deu quase de manhã ela perguntou:

- 'Vocês têm alguma coisa onde eu me escondê'?

Ai ele disse:

- 'Eu não tenho nada, mas eu tenho uma cabaça muito comprida, chamada cumbuca'.

- 'Pois, então, vamo lá, você vai me escondê'.

- 'Tá bom'.

Ele levou pra casa. Ela diminuiu e ele boto dentro da cumbuca, tampo e marro.

O índio ia com os outros homens pra caçada ou pra corrida de tora, quando chegava ia diretamente onde tava a cumbuca. Ai, abria ela, destampava e sorria pra ela.

O índio tinha uma irmã – era adoentada – deitada no girau olhava pro irmão e pensando:

- 'Mas, o que é que o irmão tanto olha na cumbuca e sorri quando chega'!

Ai quando o irmão saiu, a irmã levantou – devagarinho -, e foi até a cumbuca, olhou para ela e sorriu e a estrela d'alva sorriu também. Quando ela viu direito, abaixou a cabeça e ficou com vergonha.

Ai quando o índio chego de volta e olhou logo pro tecomito da cumbuca, desconfiou. Foi mal tecido. Ai, ele viu:

- 'Mas, quem foi que mexeu na cumbuca'?

Aí, ele foi abrir, a estrela d'alva tava com a cabeça baixa. Balançou a cumbuca pra poder olhar para ela. Aí ele perguntou:

- 'O que foi que você viu que você tá triste'?

- 'Você me deixou sozinha, tua irmã veio aqui, olho pra mim eu sorri pra ela achando que era você. Eu tô com vergonha por causa disso'.

- 'Não, mas não fica com vergonha, não. Ela é minha irmã'.

Aí ela falou:

- 'Agora eu vou sair, vou sair mesmo, pra todo mundo me ver'.

Aí ela saiu. Todo mundo comentou na aldeia que era a estrela d'alva: 'Itety caso com a estrela d'alva, caso com *Catxetikoy*'. Todo mundo ajuntou, olho pra ela: 'bonita..., toda, branquinha, alvinha'.

Aí lá ela falou pra Itety:

- 'Agora vamos lá pra beira do brejo'.

Aí ele foi com ela. Ela disse:

- 'Esse pé de buriti é comida de vocês. Vocês têm que comer esse buriti'.

- Lá ela quebrou uma folha de buriti, fez um cofinho, aí boto um bucado dentro e levô pra casa. Aí lá ela fez aquele caldo. Aí ela bebeu e disse:

- 'Vocês come é isso, experimenta'!

Itety experimentou: 'é bom demais'! Aí deu pra família todinha.

- 'Isso é que é comida de vocês! Tem mais outro ainda'.

Aí foi com ele de novo pra mostrar o pé de milho. Aí ela disse:

- 'Esse pé de milho é comida de vocês também'.

(Disseram que era um pezão muito grande.)

- 'É mesmo?'

- 'Quer ver? Tira uma espiga'.

Aí, ela subiu e tirou uma espiga, levou pra casa e ralou, ralou, fez berubu pra ele. Chamo as cunhadas pra fazer berubu de milho. Aí ela ensinou tudinho. Mando fazer fogo e aí moquiaram. Com pedaço de tora tiraram da moquia. Aí os homens já tinham saído pra poder correr com as toras. Aí o Itety saiu com eles. Nessa hora da tora, parece que foi de tarde, aí tiraram da moquia e partiram de pedacinho em pedacinho. Aí deram pra família de casa. Aí, tinha uma criança de uns 7 anos pego um pedaço e foi saindo assim, na roda da aldeia.

Aí os homens viram:

- 'Mas, que é que essa criança tá comendo'? Era bem vermelhinho, na mão. Todo mundo viu, aí chamo ele: 'em cá, vem cá, que é que você tá comendo'?

Aí ele (a criança) voltou correndo lá pra casa, não queria dar pros homens, não. Aí todos os homens chegaram lá, tiraram um pedaço pra eles: 'isso que é comida, mesmo'! Então, foi assim que foi ensinado (Zé Pires Kanela, Aldeia Escalvado, dez. 2004).

As principais espécies referidas em histórias antigas são: macaxeira, milho⁶, amendoim, batata e inhame. Os tubérculos são espécies bem adaptadas e com grande

⁶ Francisquinho Tép-Hot cita uma série de rituais associados ao plantio e coleta de diversas espécies, como por exemplo o ritual e cantos utilizados para o plantio de milho (*Ponhyjakrer*). Os Ramkokamekra também correm tora (tora pesada) para o capim (*ponré* ou *hatoré*) "barba - de - bode"; para o *Upkrezakritxoré* (capim pequeno usado na furação de orelha); para o *Hatu* (capim grande) e

resistência às características de solo e clima da região, permanecendo disponíveis no solo por um grande período de tempo, e bastante útil aos grupos nômades. Até hoje é mantido o costume de plantio de batata e outros tubérculos no "abafado", primeiro plantam sob a capoeira e depois queimam.

As áreas de roçados estão distribuídas em 34 aldeamentos ou setores de roças, localizados em pontos distintos do território, próximos aos cursos d'água, onde os Canela-Ramkokamekra cultivam mandioca (10 variedades), macaxeira (4 variedades), arroz (11 variedades), batata-doce (5 variedades), inhame (9 variedades), amendoim (3 variedades), fava (8 variedades), milho (4 variedades), feijão (9 variedades), banana, abacaxi (2 variedades), manga, cana de açúcar, melancia, abóbora (2 variedades, sendo que uma delas nem existe mais) e cabaça. A diversidade de espécies implica em mais áreas de cultivo, do contrário, algumas das sementes originárias do grupo não mais serão plantadas.

Entre os alimentos que compõem a dieta dos Canela-Ramkokamekra, a batata-doce e o inhame recebem destaque especial, a começar pelo plantio e a colheita: tarefas apenas da mulher. Há um tabu entre eles que proíbe o cultivo do inhame pelo homem: se os homens plantarem inhame, dois scios de mulher brotarão, na altura do peito. Outro tabu alusivo à batata-doce desaconselha a mulher a entrar no batatal, com criança de colo, pelo risco de perder a criança para as almas dos índios mortos a bordunadas, que habitam as batatas rachadas.



A mandioca (brava ou mansa) é, hoje, um dos principais gêneros cultivados e importantes na dieta alimentar dos Canela-Ramkokamekra. São dez as variedades plantadas nas roças, das quais quatro foram identificadas apenas na língua. A principal utilidade da mandioca é a fabricação da farinha.

Figura 06 Kwyrkiré (uma das variedades de mandioca mansa)

quando se está arrancando batata. Quando estão plantando esta última, realizam cantiga acompanhada de barulho com os pés para as batatas crescerem (*Hotová Yotmānakritkrit*). Outros cantos que estão associados também a formas práticas e ritualizadas de manejo dos recursos naturais são a cantiga do buriti (*krolcaconijarkwá*), onde os jovens só podem comer do buriti depois dessa cantiga e os velhos do *Prokham* provarem as primeiras frutas. Se isso não ocorrer, o marimbondo, a lagarta ou o formigão podem atacar o povo. O mesmo ocorre em relação ao caju (*Akritlécaconijarkwá*), sendo que esta cantiga está direcionada a um periquito, que precisa usar o fruto.

Outros alimentos possuem uso ritual bastante específico: nascimento, puberdade e casamento (várias etapas), o resguardo pós-parto e o luto, além dos resguardos de caçador, cantador, corredor de tora, curador. Esses ritos, também são marcados por tabus alimentares específicos que envolvem espécies como arroz vermelho, amendoim, batata doce, milho pipoca (*Ponhupeyré*), farinha seca de mandioca *waipuré* (mandioca seca no tipiti e imediatamente torrada no forno), *Krêró-te-koinkoin* (variedade de inhame), entre outros.

O trabalho na agricultura é dividido entre homens e mulheres ficando a cargo dos homens a broca, a derrubada e a queima enquanto as mulheres são responsáveis pelo plantio, manejo e colheita. De maneira geral, as atividades de caça e explorações do território estão a cargo dos homens e os cuidados com as crianças e a casa, estão a cargo das mulheres. A prática agrícola entre os Canela-Ramkokamekra se baseia num sistema de derrubada e queima, cujas características são: 1) piques para delimitar o perímetro do futuro roçado; 2) broca; 3) derrubada das grandes árvores; 4) coivara; 5) plantio e 6) colheita.

Para a realização dos roçados os Canela-Ramkokamekra eram e ainda são guiados pelas regras sociais das metades *Harãnkatejê* e *Kajkatejê*. Os piques para demarcar a área da roça têm início em maio, entrada do verão. A palmeira inajá e o nazazeiro funcionam como bioindicadores para escolha da área, bem como os solos ricos em nutrientes, próximos aos brejos e aos vãos da serra.

Uma vez delimitada a área do roçado procede-se à broca da vegetação, quando dois representantes homens, de cada uma das metades leva um grupo de índios para marcar o terreno (broca), na companhia de duas mulheres de ambas as metades. Trata-se de uma tarefa masculina, cujo instrumento de trabalho é o facão. A marcação do terreno ocorre no período de verão, nos meses de maio e junho. Enquanto os homens trabalham as mulheres cantam, incentivando-os para que não esmoreçam e terminem o quanto antes o trabalho. Durante a broca são cortados cipós, árvores finas e plantas pequenas, para logo realizar a derrubada das árvores maiores, pelos homens. Uma vez terminado o trabalho da broca, os homens correm com toras de buriti em direção da aldeia.

O mês de agosto é o indicado para secar o roçado, quando a vegetação brocada e derrubada vai perdendo água, alcançando o mês de setembro em condição adequada à queima. Na época da derrubada, em julho, dá-se o mesmo ritual. Em fins de agosto/

setembro ocorre a queima. Antes de iniciar a queima é feito um aceiro para proteger outras matas que serão usadas para abertura de outros roçados em outros anos.

Uma vez feita a derrubada e a queimada – que culmina entre agosto e setembro, realiza-se a coivara (queima do restante da madeira para que as cinzas fertilizem a terra), para dar início ao plantio dos diferentes cultivares, entre as cinzas e troncos carbonizados. Com uma semana de queimada os homens, juntamente com as mulheres, iniciam o corte da coivara. O homem vai cortando com machado e a mulher empilhando em montes, que posteriormente serão novamente queimados.

Terminada a queima da coivara é tempo de plantar, mês de outubro, início do inverno, das primeiras chuvas: plantam carreira de mandioca no meio da roça, outra carreira beirando a roça e mais outra na beira do brejo. Durante os meses de novembro e dezembro iniciam a lavoura do arroz e do milho. Na época do plantio trabalham homens e mulheres. Os primeiros fazem a cova e as mulheres põem a semente, a manaíva, ou o tubérculo e os cobrem com terra. Quando o inverno começa plantam a mandioca e a macaxeira, depois o arroz e, por último, o milho. Junto com o milho plantam favas, de várias cores.

Após o plantio, nos meses de fevereiro e março, os homens, mulheres e crianças retornam aos roçados para o trabalho da capina, para que os “legumes” possam crescer mais rápido. Depois do plantio os homens vão cortar tora pesada para quando for época da colheita fazer festas, entre elas *Ketuaiê* (prisão de banho), *Ikeré* (prisão da casinha), *Pepkahýt* (gavião), *Capote*. A colheita não tem um mês definido, depende do gênero de planta cultivado e a cada novo ano, novas áreas de roçado são abertas, apesar de gêneros como mandioca, batata, inhame, permanecerem na mesma área.



Figura 07 Roçado de macaxeira junto ao Brejo dos Bois.

Todavia, a população Ramkokamekra cresceu muito nos últimos anos. O aumento da população é positivo para o grupo, contudo, há uma pressão cada vez maior sobre os recursos naturais nos ambientes utilizados para o desenvolvimento da prática agrícola, uma vez que são restritas as áreas adequadas para o plantio dos gêneros alimentícios. Além disso, essas áreas também têm sofrido pressão por

parte das ações de não-índios por meio da caça ilegal, do desmatamento, das fazendas de gado, da expansão da soja.

A área necessária para locação dos roçados caracteriza-se por solos de melhor qualidade física e química, próximo aos cursos d'água. Nesse sentido, as áreas em direção sul, à serra das Alpercatas e, também, em direção norte, junto à mata que margeia a terra Guajajara, além daquelas próximas aos rios Ourives, Por Enquanto, Alpercatas, Santo Estevão e Pau Grosso estão contempladas na proposta de identificação e delimitação da Terra Indígena Kanela/Memortumré como áreas imprescindíveis à realização das atividades produtivas dos Kanela-Ramkokamekra.

3.2 Extrativismo

A coleta é importante fonte de alimentação, principalmente para os grupos do cerrado. A sazonalidade de certos frutos – o buriti, a bacaba e o caju – marca períodos que envolvem todas as mulheres de uma aldeia Kanela-Ramkokamekra em expedições de coleta, feitas por grupos de parentela. É uma atividade exclusivamente feminina e seus produtos são, em geral, trocados cerimonialmente com os homens. Além dos frutos



Figura 08 Mulher macera buriti enquanto seu filho come beiju

acima citados (mais abundantes) outros também são coletados, contudo em pequenas quantidades e individualmente, não envolvendo, pois, a troca ritual com os homens. São eles o oiti, o bruto, a buritirana, a mangaba, o bacuri e o pequi, entre outros.

O aproveitamento dos recursos extrativos é sazonal e em grande medida

ligado a subsistência. A exceção é feita ao aproveitamento da fava d'anta (*Dimorphandra mollis*) que é realizado nos anos em que sua remuneração é satisfatória, segundo os índios. Para subsistência são coletadas diversas frutas sendo as principais: o buriti, a bacaba, buritirana. As coletas são atividades do grupo familiar.

Outras espécies frutíferas coletadas são o cajuí, o puçá, o oiti, mangaba, araçá, bruto. Outros cocos (palmeiras) são também bastante coletados, porém com a exigência de um pequeno processamento anterior ao seu uso, devido possuírem tegumento duro,

são: a macaúba, o inajá, o coco do tucum, coco da piaçava, entre outros. Utilizam-se da polpa externa e da carne interna destas espécies.

O Buriti é uma palmeira da família das arecáceas que tem o nome científico de *Mauritia sp.* É uma planta perenifolia, heliófita e higrófila, encontrada nos brejos e nas áreas permanentemente inundadas, bem como nas baixadas úmidas do cerrado e nas veredas de buritizais da Terra Indígena. A palmeira frutifica de dezembro a junho e produz grande quantidade de frutos. Os frutos elipsóide-oblongos são cobertos por escamas córneas, de cor castanha avermelhada e lustrosa. A polpa da fruta tem cor amarelo-alaranjada, e sabor agridoce com consistência amilácea e gordurosa do qual é extraído o suco. A semente, oval e dura, é comestível. O fruto é bastante aproveitado também pela população regional em doces, licores, cremes, e sorvete.

O buriti aparece na maioria dos desenhos das crianças, demonstrando a importância desta espécie (figura 67). São inúmeros os subprodutos desta planta: do



Figura 09 Animal se alimentando dos frutos maduros de buriti.

fruto utilizam a polpa, da folha imatura (broto) retiram fita e fibra (dependendo da forma e momento da extração) para a confecção de mocó, pacará, vassoura, esteira, cesto, cofó para carregar lenha; o óleo extraído do fruto é utilizado para picada de cobra; a folha madura é empregada na cobertura da parte mais alta do telhado, arrematando a cumieira; do talo da folha retiram fita para a confecção de materiais mais exigentes

quanto à resistência, como balaio, *Uru Kaipó*, *Kae*



Figura 10 Mulher confeccionando *Kae*, utilizado para levar legumes

(figura 68); fazem portas, jiraus e outros itens da casa; utilizam ainda as partes internas do talo; retiram pequenos segmentos do tronco, de até um metro de comprimento e peso acima de 100kg, que utilizam para as corridas de tora - praticada por homens e mulheres -, as quais, habitualmente partem do lugar da produção das toras em direção à aldeia, utilizando o máximo possível as estradas de corrida, que irradiam da aldeia para os pontos cardeais. Acima de tudo, tornamos conhecimento da comercialização de fitas e fibras de buriti na cidade.

Quanto ao Babaçu, palmeira oleaginosa, cientificamente chamada de *Orbignya martiana* ocorre sobre variadas unidades de solo, consorciando-se ou alternando-se com distintas coberturas florestais, como mata, cerrado, capoeira, pastagem e lavouras e está submetida a climas com ampla variação de pluviosidade anual, ocorrendo em áreas de climas que vão do semi-árido tropical ao tropical úmido com ligeiro déficit hídrico. Os estados do Maranhão, Piauí e Tocantins que concentram as maiores extensões de matas onde predominam os babaçus, formando, muitas vezes e espontaneamente, agrupamentos homogêneos, bastante densos e escuros, tal a proximidade entre os grandes coqueiros.



Figura 11 Cocal de Babaçu, consorciado à lavoura no Setor de Roça Vamos Ver

A distribuição do coco na Terra Indígena é restrita a algumas poucas áreas de ocorrência natural (Lagoa do Coco, Brejo Seco, Suçuarana, Estaleiro, Vamos Ver, Buzina) e a áreas de plantio (Cabeceira do Ponto) (figura 69). Sua distribuição está associada ao “domínio da terra”. Sua principal área de ocorrência é o Setor de Roça Vamos Ver, nas proximidades do brejo do Estaleiro e do rio Ourives, como indicado no mapa anexo.

O babaçu chega a alcançar 20 metros de altura, aproveitados da raiz às folhas. As folhas podem alcançar até 8 m de comprimento, mantêm-se em posição retilínea, orientando-se para o alto. Cada palmeira pode apresentar até seis cachos, os quais quando pequenos oferecem em média 50 cocos e, quando grande, 100 frutos. A árvore possui uma alta produção de cocos. Os frutos ovais são alongados, de coloração castanha, cerca de 500 para cada haste, podendo ter até 40 hastes. A polpa é farinácea e oleosa, envolvendo de 3 a 4 sementes oleaginosas. O coco fica maturado para quebra entre os meses de agosto e novembro, perdurando sua produção até os meses de chuva de janeiro e fevereiro.



Figura 12 Cocares pendurados na travessa da casa à espera da festa do Ketuajê.

Como dito acima, do babaçu se aproveita tudo. Suas folhas são aproveitadas na cobertura das casas e na confecção de esteiras, cestos e cocares de festa. O estipe (caule) do babaçu, quando podre, servia de alimento aos Canela-Ramkokamekra, em

tempos pretéritos. Hoje, serve de adubo. Das amêndoas são extraídas o azeite para temperar a comida, e o leite, bebido ao natural, substitui o leite de vaca. O azeite é também utilizado como gel para os cabelos, conferindo um brilho especial, muito apreciado. A amêndoa mastigada produz um sumo que serve para umedecer as sementes de urucum e a almêcega e passar no corpo sobre o qual serão afixadas penas de aves para os rituais.



Figura 13 Moça removendo a castanha com auxílio de um pedaço de pau cilíndrico e um facão.

equilibrado o coco do babaçu; depois de ser batido, com muita força e por inúmeras vezes, com um pedaço de pau, finalmente, o coco parte-se ao meio, deixando aparecer suas preciosas amêndoas.

Para extrair o azeite é necessário quebrar o coco; remover a castanha, torrar, pilar, por para ferver até que adquira uma consistência oleosa. Dois litros de castanha de babaçu correspondem a um litro de azeite, comercializado na aldeia e/ou na cidade pelo valor mínimo de R\$ 3,50. Para extrair o leite, quebra-se o coco, remove-se a amêndoa que é socada no pilão.



As amêndoas - de 3 a 5 em cada fruto - são extraídas manualmente em um sistema caseiro tradicional e de subsistência com o auxílio de um pedaço de pau arredondado, machado e facão. A extração da amêndoa envolve o trabalho, principalmente, das mulheres acompanhadas de suas crianças.

Sobre o fio de um machado preso pelas

pernas da "quebradeira", fica



Figura 14 Mulher socando amêndoa no pilão.

A casca do coco, devidamente preparada, fornece um eficiente carvão. A casca quando queimada produz uma fumaça que repele insetos.

Figura 15 Sacos de carvão de casca de coco de babaçu.

Vale lembrar que muitos dos povoados no entorno da Terra Indígena mantêm-se economicamente do babaçu.

A Fava d'anta é o principal produto extrativista comercializado (sempre que seu preço é considerado compensador). Os principais compradores estão em Barra do Corda. As favas são coletadas antes da formação completa das sementes (grossura de uma tira de couro mais ou menos). Às vezes são distribuídos ganchos para a coleta, a fim de poupar as árvores de podas drásticas, prejudiciais a produção do ano seguinte. As favas são compradas verdes ou secas, com preços diferenciados. Os preços praticados para compra estão entre R\$ 0,15 - 0,20 para a fava verde e entre R\$ 0,25 - 0,40 para as favas secas. Os preços para venda estão entre R\$ 0,35 - 0,50.

O Pequi pertence à família das cariocaráceas, floresce e frutifica no Cerrado. Trata-se de uma árvore de porte mediano, com tronco grosso e tortuoso, de casca áspera e rugosa. Tem galhos grossos, compridos e um tanto inclinados. O pequizeiro floresce geralmente entre setembro e novembro, quando surgem flores grandes amarelas, e frutifica de dezembro a abril. As flores são grandes, com estames vermelhos, reunidos em cachos terminais. Sua produção não é estável. Em anos de muita chuva, produz pouco; ao contrário, nos de seca a produção é maior.

O fruto arredondado, do tamanho de uma laranja, com casca verde-amarelada, mesocarpo mantecoso e brancacento, geralmente com uma, às vezes, tem até quatro sementes volumosas, protegidas por endocarpo lenhoso, eriçado, de espinhos delgados e agudos, com amêndoa grande e carnosa.

Os pequizeiros, na Terra Indígena Kanela/Memortumrê, estão distribuídos pela Chapada, concentrados em dois pontos principais: entre o Brejo dos Bois e o Brejo da Curicaca e próximo ao Setor de Roça Aldeinha. Sua principal utilização é na alimentação, cru ou cozido. Raramente é utilizado no preparo de sabão. O óleo de pequi é usado como xarope para diminuir catarro.

O Tucum fornece matéria-prima para vários produtos, o principal deles é a fabricação de linhas e cordas, utilizadas de várias formas, das mais finas até a de grossa espessura. São várias as espécies de tucum local. Destacamos três:

- o tucunzinho da chapada (*Astrocaryum sp*), de menor porte e maior distribuição. De baixo porte (inferior a meio metro), acaule, com muitos espinhos e folha espessa. Ocupa o mesmo extrato do capim e está sujeito ao fogo anualmente.
- o tucunzinho espécie muito próxima à anterior, de maior porte e folhas mais claras e amareladas, predomina na região próxima ao rio Alpercatas, onde é espécie de referência para a região. Assim como a anterior, não apresenta caule.
- O tucum com caule de até 5 metros, apresentando muitos espinhos nas folhas e caule, multicaule (forma touceiras). Assim como as outras espécies suas sementes são comestíveis. São aproveitados o endocarpo e o mesocarpo. O Tucum é encontrado apenas no vão da serra, juntamente com madeiras de lei, como plotado no mapa anexo.



Figura 16 Tucunzinho da chapada

As espécies de porte baixo, acaule, são as preferenciais para a retirada das fibras das folhas e fabricação de linhas, cordas e cordões. Fomos informados que algumas mulheres comercializam linha e cestinhas de tucum em Barra do Corda.



Figura 17 Tereza trabalhando nos fios de tucum.

A Almácega, espécie arbórea da qual não temos a identificação botânica, cuja resina é utilizada na colagem de plumagens com pintura de urucum em padrões

precisos, em rituais. A resina é extraída através de cortes no tronco da planta, acumulada em folha de bananeira brava.



Figura 18 Resina de almácega acumulada em folha de bananeira brava



Figura 19 Edgar sendo pintado por sua esposa

O Pau de leite também é utilizado como resina na fixação do pó de carvão. É extraído através de cortes no tronco da planta, acumulado em folhas pouco antes do uso. É usado também na confecção de cestos e esteiras que dão um colorido a mais nos trançados.

Entre os produtos comercializados pelos Canela-Ramkokamekra, o mel é um dos mais consumidos pela população não-india. Os tipos mais comuns e requisitados são os das espécies Tataíra e Tiúba. Infelizmente a prática envolve a queima e destruição da colônia. Apesar das condições suspeitas de higiene é um produto bastante aceito. É bastante grande o número de plantas medicinais utilizadas pelos Canela-Ramkokamekra para curar e fazer feitiços. As doenças que mais acometem os indígenas são: dores estomacais, coluna (velhos), diarreia (crianças), vômitos, gripe, pneumonia. Tais enfermidades são curadas mediante a utilização de plantas, a maioria encontrada na chapada, nas proximidades das casas. Gorduras de animais como teiú (*Tupinambis teguixim*) e porco são utilizadas para tratamento de feridas e picadas de cobra cascavel (*Crotalus durissus*), que não são poucas.

As demais frutas como puçá, araçá, bacuri, mangaba, são consumidas *in natura*, de acordo com a época de suas colheitas. É bastante grande o número de plantas medicinais utilizadas pelos Ramkokamekra, para curar e fazer feitiços. As doenças que mais acometem os Canela-Ramkokamekra são: dores estomacais, coluna (velhos),

diarréia (crianças), vômitos, gripe, pneumonia. Tais enfermidades são curadas mediante a utilização de plantas, a maioria encontrada na chapada, nas proximidades das casas.

Os principais pontos utilizados para realização das atividades extrativistas pelos Canela-Ramkokamkra são: i) Sítio dos Arrudas – local com grande oferta de fava-d'anta, ii) Vamos Ver e *Capraniatui* (Estaleiro), nas proximidades do rio Ourives, onde existe a maior ocorrência de babaçu da área e provavelmente de toda a região; iii) Bacabal do Maciel e imediações, também com grande ocorrência de babaçu, bacaba e buriti; iv) *Kenkroré* (Santo Estevão), Limoeiro e *Tetekia* (Porcos e imediações), onde existe grande ocorrência de abelhas nativas, propiciando produtivas coletas de mel, que por sua vez é importante complemento alimentar para os Canela-Ramkokamekra.

3.3 A caça

Apesar da dominância crescente da agricultura, a caça tem mantido sua importância, seja como fonte principal de proteínas ou como a atividade masculina por excelência. A escassez crescente de animais de caça não impede que a atividade de caça seja ainda o assunto preferencial das conversas dos homens. Queixadas, emas, caititus, veados e antas – antes abundantes – são hoje raros e os animais menores em geral aparecem como resultado das suas caçadas. Esta atividade é realizada individualmente por rastejamento (na estação das chuvas) ou na “espera” (no “verão” ou estação seca). Mas por ocasião dos grandes rituais são realizadas caçadas coletivas.

A caça é praticada em todos os ambientes da TI Kanela/Memortumré: chapada, matas de galeria, matas ciliares. Os lugares de caça são distintos: nas proximidades de espécies da chapada que produzem frutos e flores como Fava D'anta, Puçá, Araçá, Murici, Pequi, Cajuí; nos roçados; nos ocos do pau; na mata, próximo aos brejos e riachos, nas tocas e cupinzeiros.

As estratégias de caça são diversas e podem ser agrupadas em 8 modalidades: i) de coxo, ii) com cachorro, iii) à espera, iv) com armadilha, v) com rastejo, vi) com fogo, vii) cavoucar, viii) “varrida”. A principal arma utilizada na caça é a espingarda. A maior parte das caçadas costuma acontecer nas primeiras horas da manhã ou ao final da tarde.

A caçada de coxo, como o próprio nome já diz, se dá com movimentos suaves de coxa, com “jeitinho”, e é utilizada na captura dos veados galheiro, mateiro, catingueiro, ou seja, de caças grandes. Esse tipo de caçada acontece de dia, para melhor avistar a

77

caça na chapada, sendo uma tarefa solitária, para evitar que os animais sejam espantados.

Na caçada com cachorro, este ajuda na localização dos animais pelo faro, a persegui-los até suas tocas e esconderijos; e é utilizada na captura de animais como: raposa, cangambá, caititu e suçuarana.

A espera ou tocaia é feita onde há "comida", frutos e flores de que os animais se alimentam. É uma das estratégias mais usadas pelos Kanela, haja vista a variedade de alimentos existentes no cerrado. Os caçadores, sabendo das preferências alimentares de cada um dos animais, fazem a guarda à espera de suas presas.

São várias as armadilhas preparadas pelos Ramkokamekra na captura do alimento. Entre elas está a armadilha com espingarda para captura de animais como paca, cutia; o muzuá feito com varas, colocado na abertura das tocas de tatu e coberto com areia e folhas; a cerca coberta com folhas, na chapada para apresar ema, entre maio e junho, na época das queimadas; um pequeno cercadinho feito com varetas finas de pau, colocado no interior da mata. Quando o animal põe a cabeça ou adentra o recinto a portinhola se fecha.

No rastejo o caçador avista o rastro do animal e segue-o, com cuidado, até encontrá-lo. Tal técnica é utilizada na captura de animais como o mambira e o tamanduá bandeira, sendo que o ideal é utilizar essa técnica depois de um dia de chuva, pois o animal deixa os rastros na areia.

A caçada ao tatu pode demorar horas, pois depende da destreza do caçador em desentocar o animal de seu habitat. Esta é a chamada estratégia do cavoucar. Para saber se o animal está entocado é preciso focar o olhar sobre o suspiro da toca: se há presença de mosquitinhos, a caçada pode começar.

O fogo é utilizado para acuar os animais, cercando-os ou direcionando-os para locais estratégicos para os atiradores. É muito utilizado na caça ao gavião. E, por fim, a "varrida" se caracteriza inicialmente pelo reconhecimento dos locais de passagem do animal, onde posteriormente é preparada uma passarela. Significa limpar o terreno, varrendo todos os gravetos que podem fazer barulho e espantar o animal. À noite o caçador fica na espera sobre galhos de árvores para atirar, quando o animal se aproxima.

Entretanto o número de animais na área tem diminuído em virtude da combinação da caça indígena e da caça de não-índios nos limites da Terra Indígena. É importante ressaltar que as estratégias utilizadas pelos Canela-Ramkokamekra nessa atividade demonstram que o manejo tradicional da caça pelos índios exerce uma pressão

menor sobre esse recurso, se compararmos a pressão dos não-indios sobre as populações animais naquela região.

Eu me lembro bem do passado... em 1979 teve uma festa de *Pemp Kahye* aqui dentro e todo mundo espalhou e trouxeram uma caça boa, veado, muito de caça boa com carne branquinha, alvinha pra nós comer e fazer festa. Ai, quando eu fui fazendo 30 anos eu vejo o cara comprar gado porque, ele sabia que a caça agora é pouca. Ele matava caça só pra comer e não dava pra levar pra fazer *amikin* (ritual), então é isso que fiquei pensando: Nossa Senhora! Isso acontece na verdade mesmo. Isso nunca vai parar e cada vez mais vai piorando. Fazendeiro apertando e a caça vai diminuindo então é isso que tá acontecendo... (Beato Raimundinho *Pat-Tset* Canela, 2004)

A caça predatória realizada pelos não indígenas tem trazido consequências drásticas: os caçadores têm que percorrer distâncias maiores para encontrar a caça, o que muitas vezes nem aparece, deixando em falta de proteínas a família; a diminuição de animais ocasiona um desequilíbrio ambiental além de afetar a própria prática cultural voltada para o resguardo do caçador.

Entre os índios existe uma forte dependência da oferta de animais para a alimentação da comunidade. O manejo é regido por regras que independem das vontades individuais e os excessos são controlados por uma série de regras e tabus. Os tabus alimentares, como aqueles para mulheres menstruadas, pais de recém nascidos, caçadores, corredores de tora, são exemplos de controles sociais para atividades de caça. Outro controle sobre a pressão de caça é exercido pelo "Dono da Caça".

... existe o dono da caça, dos peixes também. Certa hora o pajé vê que o povo está pescando demais, então o *Dono da Caça* fala com o pajé e ele dá o aviso no pátio. O pajé pode proibir também a caça de veado. O pajé fala: - Não é da minha parte mas o *Dono da Caça* está falando que aquela caça está faltando, e ficam sem caçar até o dia que ele marca, então se ele liberar pode voltar a caçar... (Avelino Canela, 2000)

Ainda, a caça é uma atividade exclusivamente masculina, com restrições severas ao iniciante, que duram aproximadamente sete meses. Entre elas: não se alimentar de carne carregada; a relação sexual é proibida; purificação do organismo pela ingestão de garapas e banhos de plantas medicinais do cerrado. É raro verificar entre os jovens de hoje alguém que cumpra com afincos o resguardo exigido. Isto tem preocupado os mais velhos.

A principal fonte protéica para a população é a caça. A quantidade de animais é limitada pelo pequeno suporte dos ecossistemas de cerrado. Ao mesmo tempo a pressão de caça, como já citado, nos arredores da aldeia e dos acampamentos de roça, espalhados por toda a área é muito alta, levando a diminuição ou mesmo desaparecimento de algumas espécies.

Esta atual situação de escassez só poderá ser revertida com o aumento da área para que o manejo dos Canela-Ramkokamekra possa ser implementado, baseado no distanciamento entre as unidades de uso que são os acampamentos de roça. Os pontos de caça do território Canela-Ramkokamekra estão relacionados, principalmente, à oferta de alimentos.

3.4 Pesca

As principais fontes de proteína para os Canela-Ramkokamekra são as carnes de caça e de peixe, respectivamente, sendo que as épocas de pesca são distintas, em conformidade com as espécies mais apreciadas, que são: surubim, pacu, traíra, cará e mariano, pescados no verão; além do piau cabeça gorda e do piau, pescados no inverno.

Tradicionalmente, os locais de pesca mais utilizados pelos indígenas são: Barreira dos Lobos, o rio Alpercatas, referencial também, de grandes caçadas e aldeamentos indígenas; na Veneza (ou *Kaikaikô*), também a noroeste da área, nas proximidades da Terra Indígena Porquinhos, local de antigo aldeamento. Outros locais para pesca são: o riacho Santo Estevão, o rio Ourives, o riacho Pau Grosso e Baixão do Por Enquanto, o Brejo do Cajueiro (ou *Acritkô*).

O riacho Santo Estevão nasce no interior da Terra Indígena Kanela, no sentido Sul-Norte, e deságua no rio Ourives. A pesca se concentra principalmente nas proximidades dos setores de roça que margeiam tal riacho: Sambaíba, Felipe, Nazazeiro, Areião, Baixão Preto, além da aldeia Escalvado.

A pesca no Ourives não está restrita apenas aos trechos em que o rio adentra a Terra Indígena. As águas do riacho Pau Grosso nascem ao Sul da Terra Indígena Kanela, junto ao setor de roça Cabeceira do Meio e deságuam diretamente no rio Corda, corre fora da TI, afastado 20 Km, ao longo do limite noroeste. A pesca neste riacho se concentra ao longo dos setores de roça Manepado e *Rorkontyt*.

É importante ressaltar que a pressão sobre os recursos pesqueiros, principalmente do riacho Santo Estevão, tem sido significativa, refletindo no tamanho médio do pescado e na sua escassez. Especialmente a construção de imensos "paris", pelos não-índios, na confluência do Rio Ourives com o Riacho Santo Estevão, dificulta a subida de peixes nobres como o surubim, apreciado pelos Canela-Ramkokamekra.

A prática agrícola nas áreas de pesca pelos Ramkokamekra também tem contribuído para a diminuição da energia que entra no ecossistema aquático, via

sementes e serrapilheira. Sem esse *input* de nutrientes, as cadeias tróficas aquáticas, em especial as comunidades de peixes, também ficam comprometidas, diminuindo a oferta deste recurso para o grupo.

Nesse sentido, a apropriação, pelos Canela-Ramkokamekra, da totalidade das terras que tradicionalmente ocupam facilitará o acesso a novos ambientes para a manutenção das práticas de agricultura, caça e pesca, contribuindo para o equilíbrio dos recursos necessários ao bem-estar físico e cultural do grupo.

Assim como na caça, os Canela-Ramkokamekra desenvolvem algumas estratégias de pesca, a seguir enumeradas:

- Anzol - as iscas preferidas são piabinha e marimondo de chapéu, bons para pegar apenas pacu; gongolô de inajá e tucum; tanajura (saúva), boa para fregar piau, cará.
- Os filhos de marimondo de chapéu e abelhas arapuá, sapecados, com as mãos, nos pesqueiros (loais bons de pesca), atraem os peixes para o anzol.
- A piaba dura só é fígada com buriti. Zé Paulino Txun comenta: *"quando eu sai pra pesca, eu vou nesse brejo... Só piaba dura com buriti. Ela gosta... Só com buriti. Eu mastiga... hoto na água e eu vou só pegando"*.
- A flecha com arame na ponta é um bom instrumento na pesca do cará. *"No inverno... puxa e mata 10-20 e vai embora"* (Zé Paulino Txun).
- O "curral", feito de talo de inajá, tipo jirau, é colocado dentro d'água. O curral mede em média 1,5m de largura. No interior do curral o pescador prepara uma boa refeição para os peixes a base de milho e folha de macaxeira. Entra todo tipo de peixe graúdo. Tal técnica é preferível no inverno, quando os riachos e brejos estão cheios.
- No verão praticam a tinguizada, pois o brejo tem menos água. É comum encontrar tinguí plantado nos quintais das casas. Sobre o tinguí explica Txun: *"quando vai botar tinguí no brejo a gente avisa o pessoal e assim bota um pau comprido e bate, bate. Usa só a raiz"*.

- Tocaia com talo de buriti - muzuá para pegar peixe -, com cinco metros de comprimento, aberto em uma das extremidades. É usado no inverno e no verão.

Quanto às épocas de pesca, estas são distintas, em conformidade com as espécies. De acordo com os indígenas, a melhor época para pescar pacu (família *Characidae*), traíra (*Hoplias sp.*), cará (família *Cichlidae*), mariano é no verão. No inverno é aconselhável a pesca do piau cabeça gorda (família *Anostomidae*) e do piau (família *Anostomosidae*). A pesca também é marcada por eventos naturais, como o início das chuvas na revoada das tanajuras (saúva), quando os meninos e meninas saem à cata dos insetos, que são excelentes iscas para pacu.

3.5 Geração de Renda

A renda dos Canela-Ramkokamekra provém basicamente da aposentadoria de aproximadamente 200 índios. Além das aposentadorias há os salários dos agentes de saúde e dos professores indígenas. Os produtos advindos do extrativismo como fava d'anta, mel, azeite do coco de babaçu, e o artesanato, comercializados na cidade de Barra do Corda, cobrem uma parte pequena dos gastos.

No esforço de obter renda para fazer face às necessidades criadas ao longo do contato com a sociedade nacional os índios adotam a estratégia de organizar-se em associações.

Os Ramcohkammehkrá possuem atualmente quatro Associações:

- Associação Comunitária Kanela, da Aldeia Escalvado, cujo presidente é Severo Kanela, eleito nas últimas eleições municipais como vereador.
- Associação Aldeia Velha Pagré
- Associação Aldeia Wokrô
- Associação Galheirinho

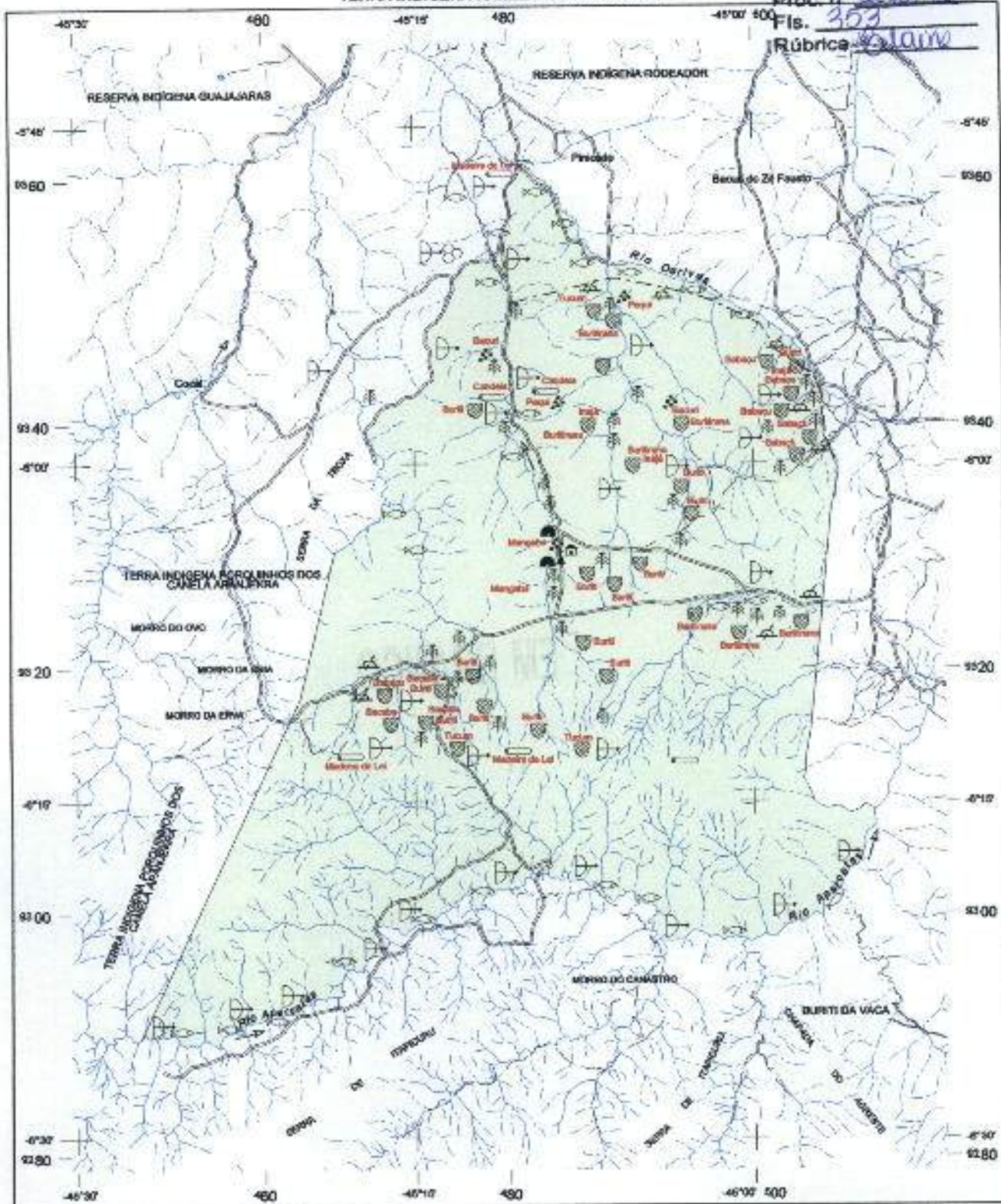
3.6 Considerações finais

- A caça representa uma importante contribuição na dieta protéica desta população. Há necessidade de uma grande área a ser explorada, em função da frequência e dispersão das espécies no ambiente, e o grande conhecimento que este povo possui dos nichos de caça dentro do território tradicional. Concluímos que a área proposta é do tamanho necessário à realização de um plano de manejo de caça nos padrões tradicionais Canela-Ramkokamekra.
- Baseado no mapa de roçados da terra indígena (em anexo), na sua sobreposição à imagem de satélite e na observação em campo, conclui-se que a agricultura é o principal motivo da dominância, quase geral, de fisionomias de capoeira em variadas fases de recuperação, principalmente nas matas ciliares do riacho Pau-Grosso, Santo Estevão e outros. A agricultura migratória praticada pelos índios tem impacto relativamente pequeno, em função do tamanho médio das roças e da recuperação que se segue. No entanto, segundo os índios, já estão sendo utilizadas capoeiras com menos de cinco anos para "colocação de roças", o que, com a baixa fertilidade da região, não permite a recomposição destas áreas.
- Conforme citado, a distribuição dos acampamentos de roça alcança todos os pontos do território com disponibilidade de recursos. A preocupação com as áreas de roça deve ser estendida a outros recursos como a caça, a pesca, a coleta. O manejo sustentável destes recursos em prol das futuras gerações só será possível com aumento da área e redistribuição destes acampamentos.
- A agricultura dos Canela-Ramkokamekra é baseada no cultivo de tubérculos, com intenso movimento migratório regido pela alternância entre as estações da seca e das chuvas. Sua dieta é baseada principalmente na caça e na coleta de frutas nativas. Os Canela-Ramkokamekra conhecem profundamente seus territórios e entorno, bem como tem amplo conhecimento da biodiversidade local e seus usos. Desta forma, o extrativismo pode vir a ser uma das oportunidades ambientalmente sustentáveis de relação comercial deste povo com a sociedade envolvente. A super exploração dos pontos de pesca localizados no

interior da TI demarcada tem levado a diminuição do volume pescado, redução do tamanho médio e mesmo a ausência de algumas espécies.

- De acordo com as colocações acima, a proposta atual inclui as seguintes áreas de pesca: Rio Alpercatas, da confluência com riacho localizado entre o Soturno e o Bacuri da Rita até o limite com a TI Porquinhos; Rio Ourives, desde o afluente Curralinho até próximo da confluência com o riacho Santo Estevão; riacho Pau Grosso e Baixão do Por Enquanto.

OSMARIO NB



LEGENDA

ESCALA: 1:450.000

TERRA INDÍGENA DELIMITADA	COLETA	LIMITE INTERNACIONAL	CAMPO DE POUSO
POSTO INDÍGENA	MEL	LIMITE ESTADUAL	RIO PERMANENTE
ALDEIA INDÍGENA	FRUTAS SILVESTRES	LIMITE MUNICIPAL	RIO INTERMITENTE
MALOCA INDÍGENA	EXTRATIVISMO DE MADEIRA	RODOVIA PAVIMENTADA	TERRENO SUJEITO À INUNDAÇÃO
CAÇA	CEMITÉRIO INDÍGENA	RODOVIA NÃO PAVIMENTADA	LAGO OU LAGOA
ÁREA DE ATRITO	ESCOLA	RODOVIA NÃO PAVIMENTADA TEMPORÁRIA	DIREÇÃO DE CORRENTE
ROCHA	IGREJA	CAMINHO	
PESCA			

IV – MEIO AMBIENTE

4.1 Geografia Física do Centro-Sul Maranhense

A Terra Indígena Kanela/Memortumré está localizada nos municípios de Barra do Corda e Fernando Falcão, na região centro-sul do Maranhão e circunscrita à gerência regional de Barra do Corda, a qual pertencem ainda os municípios de Arame, Fernando Falcão, Grajau, Itaipava do Grajau, Jenipapo dos Vieiras, Sítio Novo e Tuntum.

O Maranhão apresenta vários padrões climáticos, todos tropicais, mas com diferentes quantidades de precipitações pluviométricas e coberturas vegetais variadas:

florestas amazônicas na região Noroeste; cerrados nas regiões Centro e Sul; Zonas semi-áridas, no Nordeste do Estado.



Figura 20 – Cobertura vegetal do Maranhão.

O Centro-Sul apresenta totais pluviométricos que oscilam entre 800 e 1.200mm. (figura mapa). A temperatura média está entre 25°C e 26°C, cuja máxima é de 34°C e a mínima é de 17°C.

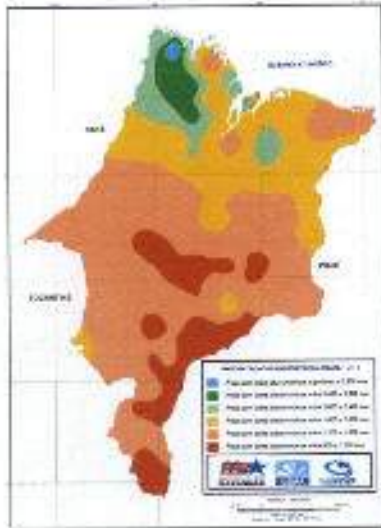


Figura 21 Mapa de pluviometria do Estado do Maranhão.

Fonte: [http:// www.ma.gov.br](http://www.ma.gov.br)

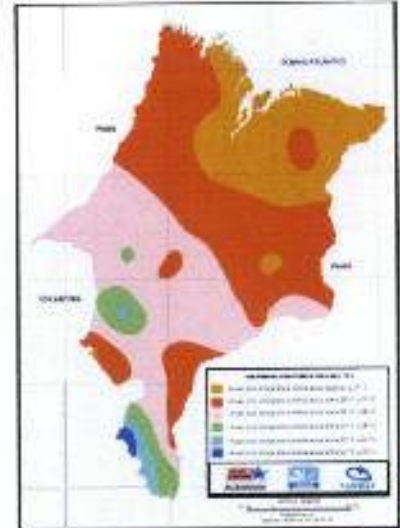


Figura 22 Mapa de temperatura do Estado do Maranhão.

Fonte: [http:// www.ma.gov.br](http://www.ma.gov.br)

Os principais rios do Estado são o Pindaré, o Itapecuru, o Grajaú e o Mearim. Todos com as nascentes localizadas em ecocorregiões de cerrado transicional. A Terra Indígena Kanela Buriti/Velho está localizada entre as bacias hidrográficas do rio Mearim e Itapecuru (figura 19).



Figura 23 Mapa das bacias hidrográficas do Maranhão. As cores cinza e amarelo representa as bacias do Mearim e do Itapecuru, respectivamente.

Fonte: [http:// www.ma.gov.br](http://www.ma.gov.br)

Os principais cursos d'água dentro dos limites atualmente demarcados da Terra Indígena Kanela são os brejos da Curicaca e dos Bois, os riachos Santo Estevão, Estaleiro, Curralinho e Suçuarana, que desembocam no rio Ourives, que por sua vez deságua no rio Corda. O riacho do Pau Grosso desemboca diretamente no rio Corda. A maioria destes cursos d'água apresenta fundo de areia e águas claras, com baixo teor de matéria orgânica e argila em suspensão. As áreas banhadas pelos brejos e riachos são

zonas de perambulação do grupo em atividades de caça, pesca, coleta e fixação de setores de roça. A serra das Alpercatas é o divisor de águas. Corre na direção oeste-leste e forma o limite sul do sistema.

É importante destacar que o riacho do Ribeirão e os brejos do Bacuri da Rita e Cajueiro, presentes na proposta atual, desembocam no rio Alpercatas, principal afluente do Itapecuru, em seu alto curso. Sendo a água o elemento fundamental para garantia de sobrevivência dos Canela-Ramkokamckra, torna-se necessária a proteção das nascentes, justificando, do ponto de vista ambiental os limites aqui propostos.



Os rios das bacias Mearim e Itapecuru drenam os terrenos da bacia sedimentar do Parnaíba, compostos principalmente pelas seqüências de arenitos, siltitos, folhelhos e argilitos, onde a ocorrência de falhas e fraturas direciona o curso dos mesmos.

Figura 24: Mapa geológico do Maranhão

Fonte: [http:// www.ma.gov.br](http://www.ma.gov.br).

No sul do Estado aparecem chapadões e, no centro, tabuleiros e planaltos dissecados. A maior parte da TI apresenta solos de arcia quartzosa, caracterizados por excessiva drenagem e baixa fertilidade, os quais dão suporte à vegetação de cerrado. As áreas de mata de galeria correspondem aos gleissolos. Há também manchas de solos mais argilosos ("barraria"), em direção ao vão da serra, propícios à agricultura. Finalmente, manchas de latossolos vermelho-amarelo e latossolos amarelos nas encostas e no alto das serras, cobijadas pelo agronegócio da soja.

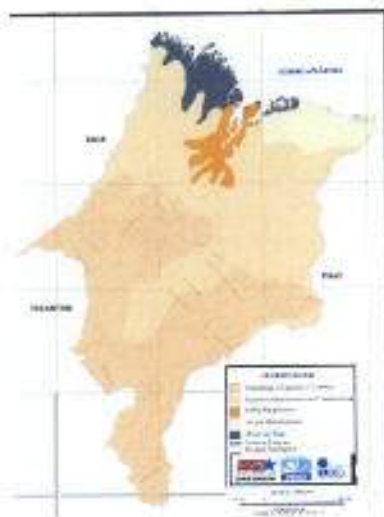


Figura 25: Mapa geomorfológico do Maranhão

Fonte: <http://www.ma.gov.br>.



Figura 26: Mapa de solos do Maranhão

De acordo com Ab'Saber (2000) o Brasil está representado por 6 Domínios Morfoclimáticos e Fitogeográficos⁷. São eles: o Domínio Amazônico, o Domínio da Mata Atlântica, o Domínio das Caatingas, o Domínio dos Cerrados, o Domínio da Araucária e o Domínio das Pradarias do Sul.

A região centro-sul do estado faz parte do Domínio Cerrado. No Domínio do Cerrado predomina o Bioma Cerrado. Entretanto, outros tipos de biomas também estão ali representados, como as Matas Mesófilas de Interflúvio, as ilhas ou manchas de caatinga, ou penetrações de Florestas Galeria, de tipo amazônico ou atlântico, ao longo dos vales úmidos dos rios.

Com cerca de 2 milhões de km², o bioma cerrado se estende em área contínua por 10 estados brasileiros (Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí, São Paulo e Tocantins) e o Distrito Federal. O bioma é

⁷ Áreas geográficas, com extensões subcontinentais, de milhões até centenas de milhares de quilômetros quadrados, onde predominam certas características morfoclimáticas e fitogeográficas, distintas daquelas predominantes nas demais áreas.

formado por uma grande variedade de ambientes, que abrigam enorme diversidade de plantas e animais, muitos dos quais endêmicos da região. Apresenta-se como um mosaico de formas fisionômicas, ora manifestando-se como **campo sujo**, ora como **cerradão**, ora como **campo cerrado**, ora como **cerrado stricto sensu**, ou **campo limpo**.

O cerrado é constituído por árvores relativamente baixas (até 20 m), esparsas, disseminadas em meio a arbustos, subarbustos e gramíneas, cujas características principais são troncos tortuosos, de baixo porte, ramos retorcidos, cascas espessas e folhas grossas, devido a fatores edáficos, como desequilíbrio no teor de micronutrientes. Presume-se desta forma, que o cerrado contém basicamente dois estratos: um superior, formado por árvores e arbustos dotados de raízes profundas e pivotantes que lhes permitem atingir o lençol freático, situado entre 15 a 20 m; e um inferior, composto por um tapete de gramíneas de aspecto rasteiro, com raízes pouco profundas. No período de estiagem, o solo se desseca realmente, transformando a paisagem, favorecendo a propagação de focos de incêndio (Pinto, 1994).

Os solos do bioma cerrado são geralmente profundos, azonados (onde não se discernem os distintos horizontes), de cor vermelha ou vermelha amarelada, porosos, permeáveis, bem drenados e, por isto, intensamente lixiviados. Na textura dos solos a fração areia predomina, seguida de argila e silte, de modo que prevalecem os solos arenosos, areno-argilosos, argilo-arenosos ou, eventualmente, argilosos. A capacidade de retenção de água é relativamente baixa e o teor de matéria orgânica destes solos é pequeno, e a decomposição do húmus é lenta, haja vista o clima sazonal. Quimicamente, os solos do cerrado são bastante ácidos, com pH variando de menos de 4 a pouco mais de 5, em razão dos altos níveis de Al^{3+} , que os torna aluminotóxicos para a maioria das plantas agrícolas. A Correção do pH pela calagem e adubação, tanto com macro quanto com micronutrientes, podem torná-los férteis e produtivos. Além disso, em parte dos Cerrados, o solo pode apresentar concreções ferruginosas - canga - formando couraças que dificultam a penetração da água de chuva ou das raízes, podendo às vezes impedir ou dificultar o desenvolvimento de uma vegetação mais exuberante e a própria agricultura (Coutinho, 2004).

No que se refere à biodiversidade, estima-se que o Cerrado possua 10 mil espécies de plantas diferentes (muitas usadas na produção de cortiça, fibras, óleos, artesanato, além do uso medicinal e alimentício); 759 espécies de aves que se

reproduzem na região, 180 espécies de répteis, 195 de mamíferos, sendo 30 tipos de morcegos catalogados na área. O número de insetos é surpreendente: apenas na área do Distrito Federal há 90 espécies de cupins, 1000 espécies de borboletas e 500 tipos diferentes de abelhas e vespas (<http://www.wwf.org.br/bioma/>).

4.2 A caracterização ambiental da Terra Indígena pelos Canela-Ramkokamekra

A Terra Indígena Kanela/Memortumré apresenta vários e distintos ambientes dentre os quais estão: Pô, Hacajkoot, Hincat, Pûrkô, Akhet-crati, Karã, Ironhihot, Ironpej, Ironkroty, Kokapenajron, Havén, Kenymoglipry, Kenkré, Himpô, Pôpodí, Ironcaty, (Ko)Hatuixé, Kaaprum, Ikrepôk. A simples menção de uma destas fisionomias implica em todo um conhecimento acerca de sua localização na paisagem, disponibilidade de água, tipos de solos e aproveitamento para agricultura, espécies vegetais úteis para alimentação ou na medicina tradicional, fauna associada à época de caça. Algumas espécies serão identificadas botanicamente, outras apenas pelo nome correspondente na língua timbira.



Figura 27 Aldeia Escalvado assentada no Pô.
Ao fundo, serra das Alpercatas.

PÔ - Chapada

Pô é como os Canela-Ramkokamekra se referem ao ambiente que denominamos chapada. É de grande importância sócio-cultural, haja vista serem um povo caçador/coletor. É, também, o ambiente preferencial para assentamento das aldeias e realização de rituais, como a corrida de tora. A chapada permite ainda uma profundidade visual, favorecendo o acesso a uma variedade de espécies animais e vegetais.

Associados ao Põ estão o **Hacajkoot**, o **Hincaat** e o **Karã**.

O Hacajkoot são áreas mais elevadas da chapada, com relevo suavemente ondulado, dominado por solos de areias quartzosas e vegetação de cerrado stricto sensu⁸. O Hincaat é o baixão existente na chapada, ambiente preferível pelos Canela-Ramkokamekra para caçar veado campeiro e galheiro. Diferencia-se do Hacajkoot pela vegetação dominada por gramíneas e alguns arbustos. O Karã é o ambiente mais aberto, com árvores mais baixas e espaçadas, onde há predomínio de campo limpo.

Dentre as espécies florísticas associadas ao Põ, Hacajkoot, o Hincaat e o Karã estão:

- **Essências florestais** - sucupira (*Bowdichia spp*), pau d'arco da chapada (*Tabebuia sp*), cachamorra, candeia (*Eremanthus sp*).
- **Extratativismo** - fava d'anta (*Dimorphandra sp*), tucum (*Bactris sp*)
- **Alimentos** - puçá (*Kjê*), Mangaba (*Hancornia speciosa*), cajuí da chapada (*Anacardium microcarpum*), Pcqui (*Caryocar brasiliense*), Murici da Chapada (*Byrsonima sp.*), jatobá da chapada (*Hymenala stigonocarpa*).
- **Medicinais e de uso para tintura** - Pau de Leite (*Hymathantus obovatus*), Mandioca Brava, Pau d'arco.
- **Gramíneas**: Capim Barba de Bode (*Atu*)

A fauna dos ambientes acima descritos é representada por espécies como veado (*Mazama sp.*) ema (*Rhea americana*), gavião (*Accipiter sp*), raposa (*Vulpes sp*), tatu (*Dasypus novemcinctus*), rabo de couro (*Cabassous unicinctus*), kagambá (*Didelphis marsupialis*), china (*Dasypus septemcinctus*), veado catingueiro (*Mazama gouazoubira*), veado galheiro (*Blastocerus dichotomus*). A prática da caça neste ambiente se dá por meio da espera (oferta de alimentos), tocaia, com fogo (durante as queimadas, na época do verão).

⁸ Cerrado *stricto sensu*: caracterizado por árvores baixas e retorcidas, arbustos, subarbustos e ervas

PŪRKÔ

São as áreas de mata próximas dos cursos d'água, com árvores altas e dossel aberto.



Figura 28 Palmeiras Catolé (Wodê)

O solo é mais argilosos, propício ao aproveitamento agrícola. É também, o ambiente onde as frutíferas melhor desenvolvem. Podem ocorrer em áreas de campo limpo, campo sujo e cerrado stricto sensu.

Dentre as espécies florísticas associadas ao Pŭrkô, estão:

- **Essências florestais** - Sucupira, Candeia, Bruta (*Catêti*), Pau Marfim (*Balfourodendron* spp), Pau de Terra (*Qualea grandiflora*), Cachamorra.
- **Palmeiras** - Catolé (*Syagrus comosa*) (figura 27), floresce em maio e junho e produz frutos verdes, creme-amarelados, na base quando maduros.
- **Alimentícias** – Murici
- **Extrativismo** - Pequi, Fava d'anta
- **Medicinais e/ou para uso ritual** – Pau de Leite

Entre os animais encontrados no Pŭrkô estão o veado verdadeiro, a cutia



Figura 29 Mulheres retornando com cofos cheios de buriti.

(*Dasyprocta Aguti*), o tatu verdadeiro. Uma das estratégias de caça utilizadas pelos Canela-Ramkokamekra, neste ambiente, é a espera.

AHKÊT-CROTI – Carrasco

O Carrasco caracteriza-se por um ambiente com diferentes tipos de vegetação, geralmente arbustiva, em solos pobres em nutrientes, podendo variar de denso a aberto. Distingue-se da caatinga por apresentar uma densidade de indivíduos lenhosos que apresentam troncos finos, uniestratificados e pela

quase ausência de cactáceas ou bromeliáceas (Araújo *et al.*, 1999).

De acordo com as informações de Zé Pires, o carrasco está “pegado na mata”. Pode ser encontrado próximo aos setores de roça de Mato Seco e Suçuarana. Dentre as espécies vegetais associadas ao carrasco estão o Pau d’arco, a Sucupira e a Fava de Bolota (*Dimorphandra sp.*). Quanto à fauna, espécies como veado, caititu (*Croce*), peba (*Euphractus sexcinctus*), tatu verdadeiro, cutia, veado sutinga (*Mazama sp.*) podem ser encontrados neste ambiente, cujas estratégias de caça mais utilizadas pelos índios são: espera com cachorro, armadilha com espingarda, utilização do fogo, rastejo, cavoucar.

HAVÉN – Caatinga

Bolas de mato denso, de difícil acesso, no interior da chapada. Dentre as espécies vegetais encontradas no Havén estão: o pau marfim, a catinga de porco (*Roupala brasiliensis*), a sucupira, o bacuri (*Guttiferae sp.*). Animais como veado catingueiro, caititu, cutia, tatu verdadeiro, mambira (*Tamandua tetradactyla*), quati (*Nasua sp.*), quando (*Coendou sp.*) podem ser vistos neste ambiente.



Figura 30 Mata ciliar, com exemplares de buritis, margeando o rio Alpercatas em seu alto curso.

AMBIENTES DE MATA: IRONHIHOT, IRONPEJ, IRONKROTY, IRONCATY, KOKAPENAJRON

O sufixo **Iron** indica mata, seja ela de galeria, ciliar, de baixão, localizada nos vãos das serras ou mata grande. As matas de referência para esta definição são as semidecíduas do Maranhão, em sua zona de transição com o cerrado. Os solos que dão sustentabilidade a esta vegetação são em geral de melhor qualidade física e química se comparados aos solos dos cerrado e estão localizados em áreas mais altas. São propícios à instalação de roçados. Nestes distintos ambientes são encontradas espécies vegetais aproveitados na construção das casas (madeira, palha, cipós) e na coleta de alimentos.

Entre os ambientes de mata da Terra Indígena Kanela/Memortumré estão: Ironhihot, Ironpej, Ironkroty, Ironcaty, Kokapenajron. **Ironhihot** é considerado pelos índios como a cabeceira da mata, onde o veado catingueiro pode ser encontrado.

O **Ironpej** é a mata bonita, afastada do brejo, conhecida como um dos melhores ambientes para abertura de roçados. Um dos bioindicadores para a prática agrícola é a palmeira inajá, muito comum no Ironpej, além do Inharê, Pau Marfim e a Mirindiba (*Lafoensia spp.*).

O **Ironkroty** é a mata fechada, quase carrasco, distante dos cursos d'água. Nestas matas são encontradas essências florestais como: Pau Roxo (*Peltogyne spp.*), Sapucaia (*Lecythis sp.*), Sucupira, Mirindiba. Dentre os animais encontrados, cuja estratégia de caça mais usada pelos índios é a espera, estão: o jabuti (*Geochelone sp.*), a cutia, o veado mateiro, o veado sutinga o caíitu, a queixada (*Tayassu pecari*), o jacu (*Penélope sp.*).

O **Ironcaty** é a mata grande, encontrada ao sul do território indígena, em direção ao rio Alpercatas. É o único ambiente onde são encontrados a anta (*Tapirus terrestris*) e o guariba (*Alouatta sp.*). Tais ambientes florestais, dissociados dos cursos d'água, associam-se por sua vez às fisionomias de cerradão e/ou mata seca.

A seguir serão mencionadas características referentes ao **Kokapenajron**, mata de galeria, associada aos cursos d'água. O sufixo "ko" indica água. As matas de galeria ocorrem nos fundos dos vales, entre as chapadas e ao longo dos brejos e riachos e se contrasta com a paisagem típica do Cerrado. Embora ocupem pequenas áreas do território, destacam-se por sua vegetação densa e viçosa, com árvores altas e troncos retilíneos, que se desenvolvem em solos orgânicos turfosos e ricos em nutrientes.

As matas de galeria desempenham uma importante função como corredores de dispersão da diversidade biológica e proteção dos recursos hídricos. Dentre as espécies vegetais encontradas neste ambiente estão: as palmeiras buriti (*Mauritia sp.*), inajá (*Maximiliana sp.*), bacaba (*Oenocarpus bacaba*) e buritirana (*Mauritiella armata*), o pau mole (*Pihcacure*) e a catinga de porco.

Quanto aos animais, roedores (paca, cutia, preá), marsupiais (mucura), aves (aracua, nambu, jacu) e mamíferos podem aí ser observados.

Tais ambientes têm sido utilizados pelos Kanela para aproveitamento agrícola, uma vez que o ambiente é mais úmido, proporcionando

Figura 31 Parte da mata de galeria desmatada para abertura de novos roçados, no setor Cajueiro



melhor desenvolvimento dos cultivos agrícolas, especialmente a macaxeira e o arroz. Contudo, a continuidade da atividade agrícola junto aos cursos d'água pode comprometer a drenagem dos brejos e riachos, assoreando-os, e dificultar o extrativismo (especialmente a coleta de buritis), a pesca e o aparecimento de animais.

PÕPODI - Veredas

As veredas estão geralmente localizadas em vales e áreas planas, acompanhando linhas de drenagem mal definidas, próximas às nascentes, ou na borda das matas de galeria. São dominadas por agrupamentos de vegetação arbustivo-herbácea mais ou menos densas, donde emergem buritis, e buritiranas. São formados por gleissolos. As veredas são, em geral, circundadas por campos limpos úmidos.

KAAPRUM - Baixão

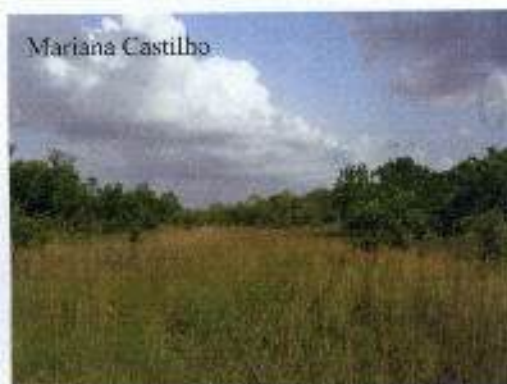


Figura 32 Baixão da Buritirana

São áreas baixas da paisagem, onde o lençol freático se aproxima bastante da superfície do solo. Pode também ser chamado de campo limpo úmido. Kaaprum é aquele baixão associado às áreas de chapada, de solos arenosos, pobres em nutrientes. A vegetação predominante é de gramíneas, sempre verdes devido a água, ocorrendo também espécies como a sambaíba (*Curatella spp*) (figura 31).

HIMPÔ - Lagoa



Figura 33 Buriti junto à lagoa. Por Wilson Copeteye Kancela

O Himpô geralmente está associado aos baixões e veredas formando um único sistema complexo ligado ao afloramento do lençol freático. Geralmente, os baixões estão próximos às nascentes, ainda secas, dos brejos e riachos ((Ko)Hatuixé), onde aparecem palmeiras como Bacaba, Buritirana e Juçara. De acordo com o aumento do volume de água que flui, de acordo com a declividade do terreno, outras designações aparecem, como, **Nonekokancaty** (brejo com

água engrossando), **Kopigaxe** (encontro de um brejo com outro), **Kôcré** (encontro de 3 riachos), **Koyapã** (+ de 5 encontros de água), **Kopiapretaj** (água corrente forte – leito do rio), sem contar as diferentes espécies vegetais e animais encontradas em cada trecho.

A flora das lagoas está representada por capins, buritiranas que a margeiam e macrófitas aquáticas, como Tepiahihoré e Pupkrô. Quanto à fauna, peixes, como o cará, traíra e cascudo são pescados pelos Canela-Ramkokamekra durante o inverno. No período do verão, quando a água começa a secar os peixes que restam servem de alimento às garças e a água de bebedouro para animais como veados, raposa, ema.

KEN – Serras

As serras da região são pedregosas e escarpadas, formadas por rochas sedimentares, arenitos, siltitos, argilitos e siltitos concrecionados, testemunhos do antigo relevo em forma de platôs, com altura inferior a 400 metros.

A designação Ken representa os ecossistemas das encostas, com seus solos rasos, pedregosos e sujeitos à erosão, com suas espécies animais e vegetais adaptadas. Associados ao ambiente da Serra estão o **Kenymoglipry**, ambiente do topo da serra, onde são encontradas espécies vegetais raras, como, a Arocira e o Tucum verdadeiro, e animais como Tamanduá bandeira, quando, mambira, jabuti e quati; o **Kenkré** ou vão



Figura 34 Afloramentos rochosos no ambiente de serra

da serra, caracterizado por árvores altas e dossel denso, proporcionando bastante sombra, representadas por essências florestais como, Sapucaí verdadeiro, Sapucaí Comum, Arocira, Cedro, Pau Roxo. É apenas no vão da serra onde os Ramcohkammehkrá encontram a canajuba (*Croarxô*), taboca usada na confecção das flechas. Também o Pau Brasil era encontrado por aqui, para confecção das bordunas. Quanto às espécies animais, a onça pintada e a suçuarana ainda

são encontradas neste ambiente. Os Kanela consideram que o vão da serra é o ambiente ideal para o aproveitamento agrícola, haja vista os solos serem mais argilosos.

4.3 Considerações Finais

Tendo em vista a caracterização ambiental feita ao longo deste capítulo, as áreas acima descritas são imprescindíveis para a preservação dos recursos naturais necessários ao bem estar dos Canela-Ramkokamekra e à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Considerando que a água é elemento fundamental para garantia da sobrevivência do grupo, as cabeceiras dos principais riachos que cortam a área, atualmente necessitam estar protegidas e contempladas na presente proposta.

Destaque para os córregos e riachos, cujos cursos seguem o sentido sudoeste – nordeste e cujas cabeceiras estão ameaçadas, à exceção dos pequenos córregos. Cortam a área os seguintes córregos, riachos e rios, que foram aqui identificados:

- Rio Alpercatas – ao sul, limitando com o Parque Estadual do Mirador;
- Riachos Pau Grosso e Por Enquanto – a oeste e noroeste, limitando com a TI Porquinhos;
- Ourives, a norte;
- Curralinho, a nordeste, afluente do Ourives.

É importante ressaltar que o riacho do Ribeirão e os brejos do Bacuri, da Rita e Cajueiro, desembocam no rio Alpercatas, principal afluente do Itapecuru, em seu alto curso. Os tabuleiros individuais que compõem o complexo das Serras das Alpercatas devem ser protegidos, caso contrário, estarão expostos ao risco de contaminação das águas da bacia, erosão e aterramento de lagos e cursos d'água. Grandes extensões da Terra Indígena Kanela/Memortumré são dominadas por solos de areia quartzosa. O fato de estes solos possuírem uma fragilidade estrutural e terem pequena disponibilidade de nutrientes leva a que os ecossistemas a eles associados sejam de altíssima fragilidade e de imensa dificuldade de recuperação quando alterados. Baseado na pequena capacidade de suporte à vida vegetal e conseqüentemente animal nestas áreas de chapada pode-se afirmar que a área proposta é necessária à sobrevivência do grupo em longo prazo. Essa dinâmica verifica-se em todas as áreas compreendidas no território de ocupação tradicional dos Canela-Ramkokamekra.

Por fim, vale ressaltar que as áreas de matas ciliares têm grande importância para sobrevivência deste povo, além de zona de reprodução de animais e área de caça, fornecem madeira para construções, palha para cobertura das casas, frutas nativas para alimentação, entre outros usos. O uso dessa mata pela população do entorno tem sido

baseada na exploração das madeiras de interesse econômico e posterior substituição por pastagens. O rio Ourives e rio Alpercatas, com incorporação de áreas de suas matas ciliares, são importantes não apenas para os roçados, mas para a coleta de produtos extrativos. Do ponto de vista dos índios sua conservação é fundamental também para a manutenção da população de animais selvagens.

EM BRANCO

V – REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

5.1 Organização social e aspectos culturais

Os sistemas de metades e sociedades cerimoniais existentes entre os Canela-Ramkokamekra não apresentam caráter exogâmico, embora o mesmo não possa ser dito com segurança em relação aos Canela-Ramkokamekra do século XVIII. As classes de idade – de afiliação vitalícia – são formadas e iniciadas através de quatro cerimônias. Cada classe de idade consiste em homens nascidos num período em torno de dez anos. Classes de idade formadas consecutivamente sentam-se em lados opostos na praça, leste ou oeste. Quase todas as atividades são executadas por essas metades, ou por classes de idade opostas, competindo entre si: danças e cânticos cerimoniais ou cotidianos, corridas rasas ou com toras, assim como a abertura de roças, caçadas para cerimônias, abertura de estradas ou de picadas sobre a linha divisória da Terra Indígena. A cada vinte anos, a classe ocidental, cujos membros estão se aproximando dos 50 anos de idade – tradicionalmente transfere-se para o centro do pátio, na qualidade de mais velhos, os *pro-khâm-mã*. Por sua vez, a classe oriental – cujos membros acabaram de passar dos 50 anos de idade – se junta àquela, formando o conselho dos mais idosos. Os homens da metade oriental aconselham, mas não governam.

O conselho dos velhos selecionava o chefe, que costumava governar pela vida inteira. Atualmente ele se mantém no cargo de seis meses a dois anos. O chefe encarrega-se das relações externas e assume a maior parte das iniciativas internas. O conselho dos velhos geralmente o apóia, mas pode exercer sutil oposição e bloquear ou alterar decisões impopulares. A atribuição especial dos mais velhos é planejar e conduzir as extensas festividades.

Os Canela-Ramkokamekra são notáveis pelo valor que dão à paz interna no grupo. Palavras de raiva não devem ser expressas no pátio central da aldeia, onde os homens mais velhos se reúnem duas vezes ao dia para resolver problemas e fruir da sociabilidade. Se ali as desavenças internas às famílias extensas não são colocadas, elas serão debatidas e resolvidas em alguma das grandes casas dispostas no círculo da aldeia, onde os tios do queixoso e do acusado agem como representantes de seus sobrinhos ou sobrinhas. Líderes da aldeia e a maior parte dos indivíduos evitam tornar públicas

questões contenciosas. Os cilindros auriculares usados pelos homens eram tidos como realçadores da audição e, por conseguinte, de obediência.

Centrando sua observação sobre a vida política dos Timbira, Paula Ribeiro descreveu, em seus escritos, como se processava o exercício da chefia ou da liderança política entre esses grupos. Ao contrário das concepções construídas pela historiografia brasileira do século XIX, que generalizavam um modelo de chefia para todos os grupos étnicos a partir das observações de alguns cronistas coloniais, o cronista dos Timbira demonstrava como a função do chefe era submetida à própria sociedade, e variava o seu poder em função especialmente das situações de guerra;

Nas épocas da guerra é que nos seus maiores influi o mais principal mando e distinção; ordinariamente não são eles só os senhores das vidas dos seus povos, ainda mesmo para a expiação dos crimes, porque quando esses se perpetraram, sendo com efeito proibido entre eles o furto intestino e o assassinato, apenas pode o chefe fazer entregar o delinqüente às partes prejudicados... em tudo o mais a igualdade é um comum dever entre eles... (Ribeiro, 1841: 187).

Essa autoridade relativa da liderança política Timbira seria atestada posteriormente por pesquisadores do século XX – como Nimuendaju (1946), Crocker (1990), Da Matta (1972, 1976), Melatti (1976) e outros que demonstraram que essa instituição seria compatível com uma sociedade com limitadas instâncias de canalização da sua vida política. Em seus textos, Paula Ribeiro descreve e comenta a *performance* de alguns desses líderes de guerra Timbira, como *Tempé*, dos *Capiekran*, *Cocril* dos *Pureckamekran* e *Apuicrit* dos *Makamekran*, cuja liderança despótica teria resultado no seu envenenamento pelo seu próprio grupo (Ribeiro, 1841: 320, 72).

Referindo-se ao processo de cisão característico dos grupos Timbira, Paula Ribeiro discorreu, ainda, sobre as relações estabelecidas entre as novas aldeias ou grupos locais e os anteriores, que tenderiam a se diluir com o passar das gerações tomando-se de próximas e aliadas em distantes e, possivelmente inimigas:

Desconhecem facilmente as suas colônias ascendentes ou descendentes, não só pelo desenlaço que na multidão sem nome costuma desenvolver o dilatado dos tempos, como mesmo porque os homens que vivem sem história, e embrenhados pelos mato, é fácil esquecer a sua origem; sendo pois por isso que a estes a segunda ou terceira geração lhes não lembra mais o parentesco, e então é por qualquer ciúme sobre limite de terras, sobre as caças, ou sobre os frutos de uma árvore, tornando-se implacáveis inimigos,

fazem-se carnagens tão horrendas, que chegam a destruir-se inteiramente, fazendo até desaparecer a memória de muitas delas (Ribeiro, 1841: 186-187).

A concepção da autonomia étnica própria dos grupos Timbira, constatada por Paula Ribeiro fundava-se numa acentuada rivalidade entre esses grupos, capaz de resultar em conflitos violentos, e até na extinção étnica dos grupos derrotados. Essa rivalidade é saudada pelo cronista como o fator que favoreceu a sociedade colonial no confronto com os Timbira:

Parece porém que a Divina Providência traz sempre entre si desunidas por tal forma essas coloniais de imenso gentilismo, que julgamos ser isso o que nos salva; porque o contrário se as tivesse unido um interesse comum que não conhecem, teriam elas certamente dado a esta capitania ainda maiores trabalhos do que aqueles que até hoje tem sofrido de suas incursões (Ribeiro, 1841: 186).

Como constata o cronista dos Timbira, a rivalidade entre os grupos locais, decorrente de uma auto-concepção fragmentária da sociedade Timbira teria sido o grande fator que levaria esses grupos à mútua destruição ou à submissão à sociedade colonial. Conforme se verá, agora, essa rivalidade foi amplamente explorada pelos conquistadores e chefes de bandeiras, através de alianças espúrias junto a determinados grupos, com a finalidade de submeter outros, e com a posterior sujeição aos antigos aliados. De outro lado, os diferentes grupos Timbira também estabeleceram essas alianças em função de seus interesses imediatos: destruir grupos rivais e obter acesso aos bens e outros recursos dos agentes coloniais.

No que se refere às relações intertribais, segundo Crocker (1978), alianças entre diferentes grupos indígenas não eram de confiança, por causa de conflitos frequentes nas relações entre elas e da dificuldade de se reunirem os aliados em tempo útil para se ajudarem em caso de necessidade. Relações intertribais, em significativa escala, na maioria dos casos só ocorriam quando derrotados de um ou mais grupos se juntavam para somar populações visando melhor se defenderem. Ainda segundo este autor:

... o rito *Tâm-hãc* da cerimônia *Pemp Kahyc* parece ser um ritual sobrevivente do mecanismo social relacionado com a integração pacífica de tais tribos em uma só aldeia. (...) Pessoas envolvidas no rito *Tâm-hãc* serviam para manter a paz entre as tribos que já se tinham juntado. Cada uma destas, escolhia um *tâm-hãc* entre os membros de outra para tornar-se seu próprio chefe de paz. O status de *hãmrem*, altamente honorífico nas cerimônias (Nimuendajú, 1946: 97) e objeto de respeitoso distanciamento social, servia

para reduzir as possibilidades de disputa entre os diversos grupos tribais então reunidos. Hoje em dia, com as antigas tribos independentes completamente integradas, o rito *Tãm-hãc* serve principalmente para manter memória do primitivo processo de integração.

Os Ramkokamekra-Canelas dizem que a instituição do *me-hôôpa'hi* – o chefe protetor do visitante [nossa expressão para a descrição de Nimuendajú (1946: 99)] – não existiu até o período de pós-pacificação. Não foi encontrada, como um processo de conciliação intertribal do período de pré-pacificação, em qualquer estória de guerra, sendo considerada pelos informantes inovação relativamente recente (1978: 16-7).

Beato Raimundinho *Pat-Tset*, uma jovem liderança Canela que inclusive afirma sua pretensão de morar no Alpercatas, elaborou em 09/01/88 uma relação dos *Irom Catêjê Jó Pahhi* que estão na aldeia Escalvado, que é guardada com o maior cuidado: *Rârâc, Xatu Tuw (Crôre Kam), Kat, Pocah Twý, Terên Jacob, Kâhâ, Camoc, Jato, Hôhpry + Jakrî, Carampej, Jarê, Pretet, Côhtetet, Cacrox, Pôtyt me Cahêj Tuw me Pihho, Krâhpej Tuw, Jê Pej.*

Francisquinho Tephot, cantor e integrante do Prokham, em 20/10/04 também elaborou uma lista dos grupos que integram os Ramkokamekra:

- Memôrtumre
- Iromgatejê
- Krôre Kamekra
- Carêc Catejê
- Kýyre Kamekra
- Apánjêhkrá
- Krahô Kamekrá
- Apinajê
- Txócamekra

Ainda segundo Francisquinho, esses grupos se reúnem no *Pemp Kahyc*, onde se distinguem física e espacialmente. O *Pemp Kahyc* por sua vez, ocorre eventualmente, quando alguém lembra ou cita esse *amikim* - o último ocorreu em 20/10/04. Nessas ocasiões é possível indicar mais algum *Jó pahhi* para integrar o grupo *Ponkrá*, que seria uma espécie de grupo original dos Canela-Ramkokamekra. Segundo depoimento de

Abilinho *Itomim*, existiriam entre os Canela cerca de 08 famílias consideradas como *Ponkrá*, entre elas as de Raimundo Roberto *Kapeletuch*, Francisquinho *Tep-Hot*, Zé Pedro Preto *Kyjno*, Salomão *Piró*.

Em relação à nominação, um homem dá o seu conjunto de nomes ao filho da irmã ou irmã classificatória, enquanto a mulher dá o seu para a filha do irmão uterino ou classificatório. Assim, um irmão ou irmã, uterinos ou classificatórios, nomeiam os sobrinhos do mesmo sexo. Durante os anos 1970 houve maior troca de nomes entre irmãos classificatórios de sexo oposto do que entre irmãos uterinos. Faz mais sentido aos irmãos classificatórios assim proceder, já que essa instituição estreita as relações entre duas pessoas. Os irmãos uterinos já possuem um relacionamento forte, portanto a troca de nomes não serve para reforçá-lo. Uma conduta alternativa para primos afastados de sexo oposto que se chamam de "irmãos" é manter relações sexuais, o que os torna cônjuges classificatórios, quebrando, conseqüentemente, aquela relação. Mas se, ao invés de o fazerem, eles trocarem nomes, se tornarão quase tão próximos quanto irmãos uterinos.

Com a transmissão de nomes dão-se os ritos cerimoniais e o acesso a papéis. Entre outros Timbira e os Jê setentrionais, a transmissão de nomes é cerimonialmente muito importante, quando o doador transmite sua persona cerimonial ao receptor. Entre os Canela-Ramkokamekra, entretanto, a transmissão de nomes é menos evidente e significativa, tanto nas práticas cerimoniais como na vida cotidiana do indivíduo. Isso acontece porque a atuação do sistema de metades de classes de idade é muito mais marcante do que os sistemas constituídos de unidades baseadas na transmissão de nomes.

Os Canela-Ramkokamekra possuem um conjunto de ciclos rituais baseados na família extensa, nos quais participam a parentela matri e patrilateral, embora a primeira tenha um papel dominante. Os principais ritos para ambos os sexos são o nascimento, puberdade e casamento (várias etapas), o resguardo pós-parto (couvade) e o luto. Os ritos de passagem para adolescentes consistem na perfuração de orelha para os meninos e reclusão para as meninas, por ocasião da primeira menstruação. Ambos os sexos têm práticas pós-pubertárias. A nomeação dos bebês, logo após o nascimento, é restrita aos doadores de nomes; o nascimento de um homem é anunciado pelo nomeador.

Outro conjunto de ciclos rituais ocorre durante as festas e está baseado no apoio e participação de quase toda a sociedade. Meninos são introduzidos na classe de idade

por quatro ou cinco festas de iniciação. Como passo principal para o casamento definitivo, a maioria das meninas entra como associada nos rituais masculinos, de modo a receber seus cintos de maturidade, os quais são necessários para serem accitas por seus parentes afins. A divisão por classes de idade está relacionada ao treinamento dos meninos para se tornarem guerreiros.

Na sociedade Timbira a diferença entre os sexos não origina uma relação de hierarquia, senão que se expressa em uma relação de oposição/complementaridade, onde a clivagem entre os pólos (homem/mulher) não se pode transgredir. Homens e mulheres formam grupos distintos marcados por uma rígida divisão de trabalho e por domínios específicos do espaço da aldeia. As mulheres se constituem como um grupo designado pelo termo *puje* (onde *je* é sufixo indicativo de grupo). Esta diferença se acentua sempre nos momentos rituais.

Devemos "...pensar a relação entre homens e mulheres na sociedade Timbira, como uma relação não de subordinação, senão de complementaridade, onde as funções reprodutoras fazem que a mulher se perceba como uma fonte inesgotável e única de instaurar o novo, de criação no seu sentido mais amplo" (Ladeira, 1993: 106).

Quando a aldeia se encontra reunida, o trabalho cotidiano é realizado não apenas pela família conjugal, mas também por grupos de mulheres e homens que trocam serviços entre si. Os "benefícios" são diversos, mas o que importa é que reforcem o pertencimento a grupos distintos, independentemente do tipo de atividade exercida.

Parece estar estabelecido, disse Melatti, que os homens são diferentes das mulheres; mas há ocasiões (sempre cerimoniais) em que os Timbira afirmam o contrário – que os homens são iguais às mulheres... A nossa maneira de ver as coisas, este é o único modo de diferenciar, isto é, de separar sem suprimir as duas categorias de gênero. Se o dado é uma diferença, então eu só posso acentuar-la mostrando o inverso, porque justamente não se quer suprimir essa diferença... (Azanha, 1984: 34)

Há, não obstante, um rito que explicita a homens e mulheres como grupos distintos. Neste rito as mulheres saem da aldeia por vários dias para levar a cabo atividades de coleta; quando voltam, acampam próximo da aldeia, onde passam a noite cantando ao redor do fogo seus cantos de guerra. Ao amanhecer, invadem a aldeia com gritos bélicos, e simulam uma luta contra os homens, que durante este tempo permaneceram na aldeia e a defenderam. A aldeia se estende como um imenso espaço pertencente aos homens; em sua periferia, as mulheres se posicionam como guerreiras e

inimigas. Assim se manifesta ritualmente toda a distância entre homens e mulheres. Grupos distintos, "homens e mulheres", convivem para fazer possível a reprodução social da aldeia.

A disposição espacial da aldeia marca o lugar de duas atividades distintas, mas complementares: no domínio limitado pelo pátio tem lugar a vida ritual e pública da aldeia; é o lugar onde os homens se reúnem diariamente, ao nascer e pôr do sol e onde dormem os rapazes solteiros. No círculo maior, das casas, têm lugar as atividades domésticas cotidianas ligadas às mulheres: a alimentação e o cuidado das crianças.

Uma mulher – com suas irmãs, mãe, avó e filhas – mora no círculo da aldeia em uma área definida em relação ao nascer do sol, sempre na mesma posição nas sucessivas localidades para as quais se transfere a aldeia. Suas primas, que descendem da mesma mulher ancestral por linha feminina (primas paralelas), moram em casas adjacentes ao longo do círculo da aldeia. Se forem da mesma geração, ela as trata por "irmãs". Essa mulher chama as mães de suas "irmãs" de "mãe", e as filhas e filhos de suas "irmãs", de "filhas" e "filhos". O arco de casas contíguas em que essas mulheres vivem é chamado de "casa comprida" (*ikhre lùù*).

Cada uma das casas que compõem a periferia abriga as unidades domésticas mais bem definidas da vida cotidiana Timbira, a família elementar e o grupo doméstico (a casa propriamente dita).

Idealmente, não existem casas sem estas duas unidades, o que quer dizer que uma casa compõe-se de pelo menos duas famílias elementares. A família elementar (pai/mãe/filhos) é o grupo mais marcado: no interior de cada casa ela possui um espaço próprio para dormir e comer. Além disto, cada mulher casada possui uma roça - feita pelo seu marido geralmente com a cooperação dos outros homens da casa - fisicamente separada das demais roças de uma mesma casa e que visa basicamente à subsistência dos filhos. Sendo as atividades de produção do homem e da mulher complementares, a família elementar constitui, pois uma unidade de produção e consumo auto-suficiente e polivalente.

O grupo doméstico se origina como produto da regra de residência uxorilocal - pois obriga os homens, ao se casarem, a constituírem novas famílias elementares na casa da mãe de sua esposa. Portanto, as famílias elementares de uma mesma casa estão ligadas entre si através dos laços mãe/filhas.

Dentro de um grupo doméstico, o sogro coordena as atividades produtivas, pressupondo uma relação de penhor que obriga aos genros a pagarem, por um certo tempo, os serviços culinários e sexuais prestados pela sua esposa. Mas por pouco tempo, pois tão logo um genro se vê com uma filha casada, ele se separa do grupo doméstico de origem por meio da construção de uma nova casa ao lado direito da casa da mãe da sua esposa. A regra geral prevê que a filha mais nova (ou a última a se casar) permanece na casa de origem com seus pais até a morte destes, quanto então - ou ainda antes disto, com a decrepitude do sogro - seu marido assume a liderança e a coordenação do grupo doméstico. Vemos, pois, que é praticamente impossível encontrarem-se dois sogros (isto é, dois "cabeças") em um mesmo grupo doméstico: quando as filhas das filhas se casam, um novo grupo é automaticamente constituído. Do ponto de vista masculino, portanto, um homem tem dois grupos domésticos como referência: aquele onde foi criado (onde estão suas irmãs) e aquele onde procria (onde estão seus filhos e esposa).

O processo de subdivisão dos grupos domésticos acima descrito é responsável pela formação de um outro grupo periférico, mais abrangente, o segmento residencial. "Segmento residencial" é o termo consagrado na literatura acadêmica para designar um conjunto de casas que se ligam entre si por linha materna (laços mães/filhas em até 3 gerações). Os limites destes segmentos são mais indefinidos ainda e dificilmente podemos vê-lo como uma unidade.

As mulheres Canela-Ramkokamekra chamam a este grupo pelo termo português "rua", não havendo nenhum termo na própria língua indígena para designá-lo. Isto mostra duas coisas: primeiro que não forma uma unidade ao nível da produção e, em relação ao grupo doméstico, tem uma importância mais limitada nas tarefas de subsistência; e, segundo, que a aplicação do termo "rua" talvez tenha um significado preciso no contexto onde é empregado, pois "rua" para o sertanejo do interior maranhense e goiano quer dizer "o lugar público onde se pode circular livremente", pois quando um morador isolado do cerrado diz "eu vou para a rua", está querendo dizer que vai para a cidade. Assim, quando as mulheres Canela se referem ao seu segmento como sendo sua "rua", elas parecem querer dizer que aí elas podem circular livremente, marcando deste modo uma área semi-pública ao nível de periferia.

5.2 Demografia e histórico da população

Estima-se que, antes do contato com os não-índios, as nações Timbira viviam em grupos que somavam de 1.000 a 1.500 pessoas. Os grupos menores encontravam problemas para se defender durante as guerras sazonais (junho-agosto). Já os grupos maiores cindiam-se provavelmente devido a conflitos de lideranças. Por volta de 1817, os Capiékran (ancestrais dos Canela-Ramkokamekra) reduziram-se drasticamente devido a guerras intertribais e variola. Remanescentes refugiaram-se nos vales de serras, mas se reinstalaram nas terras atuais durante a década de 1840.

Enquanto agente colonial cuja atividade estava associada à sujeição dos Timbira, Paula Ribeiro observou o processo de expansão desses grupos dentro do vasto território situado entre os rios Parnaíba e Tocantins. Essa observação levou-o a perceber os mecanismos do processo de cisão política e de formação de novas aldeias decorrente, dentre outras coisas, do seu acentuado crescimento demográfico:

Julga-se, e com justa razão, que uma e outras... se deverão ter propagado na maior parte; se for que praticassem desde sempre o mesmo que observamos em algumas das que hoje habitam as margens do Tocantins, as quais a proporção que engrossam, e sentem que as caças e os frutos dos seus campos não podem já sustentar seu exorbitante número, lançam de si uma colônia, que vai estabelecer-se em terras desocupadas, ou ganhá-las de outras tribos com os socorros de sua progenitora... sendo certamente que por essa forma se estabeleceu a maior parte das ditas povoações...(Ribeiro, 1841: 185).

Nimuendajú contou em torno de 300 indivíduos Canela-Ramkokamekra em 1936 e William Crocker, por volta de 412, em 1960. Censos sucessivos registram 437 (1970), 508 (1975), 600 (1979) e 836 (1988). Em 1998, a Funai registrou 1.262 pessoas e, em 2000, 1.387. Em 2001, Crocker e Pareschi computaram 1.337. Segundo dados da FUNASA, a aldeia Escalvado possuía 1.961 pessoas em 2004 e 2.212 em 2011.

5.3 Demografia: quadro resumo

Denominação	População	Fonte	Data
Ramkokamekra "Capiékran"	1.200	Paula Ribeiro, 1841	1814
Xacamekra "Sacamekrans"	1.000	Paula Ribeiro, 1841	1814

Ramkokamekra	100	s/ref., 1855	1845-48
Ramkokamekra	226	SPI	1919
Ramkokamekra	300	Nimuendajú	1936
Aldeia do Ponto	(31 casas)		
Ramkokamekra		Crocker	1958
Aldeia Ponto	230		
Aldeia Baixão Preto	150		
Ramkokamekra	412	Crocker	1960
Aldeia Ponto			
Aldeia Baixão Preto			
Ramkokamekra	394	Crocker	1964
Exílio nos Guajajara			
Ramkokamekra	382	Crocker	1966
Exílio nos Guajajara			
Ramkokamekra	397	Crocker	1969
Aldeia Escalvado			
Ramkokamekra	437	Crocker	1970
Aldeia Escalvado			
Ramkokamekra	436	Crocker	1971
Aldeia Escalvado			
Ramkokamekra	508	Crocker	1975
Aldeia Escalvado			
Ramkokamekra	500	Crocker	1976
Aldeia Escalvado			
Ramkokamekra	600	Crocker	1979
Aldeia Escalvado			
Ramkokamekra	900	Ladeira	1983
Aldeia Escalvado			
Ramkokamekra	836	Crocker	1988
Aldeia Escalvado			
Ramkokamekra	1.000	Crocker	1993
Aldeia Escalvado			
Ramkokamekra	1.262	FUNAI	1998

Aldeia Escalvado			
Ramkokamekra	1.387	FUNAI	2000
Aldeia Escalvado			
Ramkokamekra	1.683	FUNASA	2000
Aldeia Escalvado			
Ramkokamekra	1.750	FUNASA	2001
Aldeia Escalvado			
Ramkokamekra	1.337	Crocker & Pareschi	2001
Aldeia Escalvado			
Ramkokamekra	1.836	FUNASA	2002
Aldeia Escalvado			
Ramkokamekra	1.923	FUNASA	2003
Aldeia Escalvado			
Ramkokamekra	1.961	FUNASA	2004
Aldeia Escalvado			
Ramkokamekra	2.212	FUNASA	2011
Aldeia Escalvado			

... a melhor maneira de estimar uma população antiga é calcular quantas pessoas de certa idade, nas antigas condições de integral atividade, teriam sido necessárias, para as cerimônias individuais ou em grupos. Deste ponto de vista, um número abaixo de 300 seria muito pequeno, enquanto que acima de 600 poderia ser muito grande. Antigos cronistas informaram que tribos como as dos Canelas agrupavam mais de mil pessoas em uma só comunidade, mas deve-se admitir que, nas cerimônias, tão grande número de índios em movimento, certamente determinaria confusões e entrocchoque pessoais (Crocker, 1978: 16).

É bem provável, no entanto, que o autor tenha feito uma revisão desta sua posição, realizada numa época onde a população Canela-Ramkokamekra girava em torno de 500 pessoas. Atualmente, com mais de 2.000 pessoas, o grupo continua com suas atividades rituais e cerimoniais extremamente atuantes e vivas, mas sem nenhuma confusão ou choques pessoais.

Crescimento da população Canela no período de 1936 a 2004, com dados obtidos em censos dos pesquisadores Niemueñdajú, Crocker e FUNAI

Greene & Crocker (1994) discutem aspectos da demografia Canela-Ramkokamekra e destacam algumas questões importantes. A partir das comparações de censos realizados entre 1936 e 1988, são apontadas tendências que atualmente também se confirmam. Os Canela-Ramkokamekra foram reduzidos pelo trauma da pacificação a cerca de 100 pessoas por volta de 1840, sendo que nos 100 anos seguintes ocorreu um lento mas contínuo processo de aumento da população. Entre 1963 e 1969, quando os Canela-Ramkokamekra viveram numa área de floresta em terras Guajajara, a incidência de doenças aumentou uma vez tratar-se de um grupo perfeitamente adaptado ao modo de vida no cerrado - nesse período os índices de mortalidade infantil eram altos. Depois de retornarem desse período no "exílio" nos anos 1960, a partir dos anos 70 houve uma sensível diminuição desse problema.

Segundo os autores, as taxas de mortalidade em geral declinaram nesse período: de 53 mortes por 1.000 em 1970-1975, para 29 mortes por 1.000 em 1975-1979. Essa redução do número de mortes seria resultado da diminuição de casos de disenteria e infecções e dos esforços de um agente do órgão indigenista do Estado, Sebastião Pereira, o primeiro a trabalhar nos Canela com algum treinamento em enfermagem. Sua atuação contribuiu sobremaneira para salvar pacientes adultos com tuberculose e crianças sofrendo de disenteria e desidratação. Essa tendência de aumento populacional verificou-se também nos anos 80 e 90, e apesar de eventuais discrepâncias de dados entre algumas fontes, fica evidente uma "explosão" demográfica dos Canela-Ramkokamekra, fazendo com que atualmente seja a maior aldeia existente entre todos os povos Timbira.

Mas o fato é que os Canela-Ramkokamekra possuem hoje uma população superior àquela que tinham no começo do século XIX, depois de passarem por um momento de baixa demográfica importante em meados deste mesmo século. A partir do século XX passam a apresentar altos índices de crescimento populacional.

5.4 Estado de higidez do grupo

Quando Nimuendajú visitou os Canela-Ramkokamekra em 1935, encontrou o grupo começando sua recuperação populacional, mas enfrentando ainda sérios problemas de saúde, conforme destaca esse autor:

Os Canelas, entretanto, vão infelizmente de mal a pior. Em março (1935) uma epidemia de sarampo matou-lhe perto de 20 crianças. Agora, na madrugada da minha saída da aldeia para Barra, morreu o primeiro índio, vítima da varíola.(...) No caminho encontrei o encarregado do S.P.I. e o enfermeiro do posto sanitário da Barra que iam à aldeia para vacinar os índios; agora que já é quase tarde, pois certamente já deve ter grande número de índios que receberam o contágio e para os quais a vacina nada mais adianta! (Nimuendaju, 1935: 228)

Atualmente, apesar de muitas doenças estarem controladas, as principais ocorrências continuam sendo diarreia, febre e desidratação em crianças, onde frequentemente existem ciclos de doenças que se espalham na aldeia de modo geral. A presença da FUNASA na aldeia tem contribuído para um maior controle sobre a incidência de doenças, mas muitas das suas interferências não foram positivas, como a questão da instalação de banheiros, por exemplo. Houve suspeitas de AIDS nos Canela-Ramkokamekra há algum tempo e os fatores de risco externos são enormes, pois muitos índios moram parte do tempo na cidade para estudar e mantêm relações sem proteção com as *cupen* (não-indígenas).

Também existem problemas entre a medicina tradicional e a ocidental, onde frequentemente os médicos e enfermeiros da FUNASA desconsideram o conhecimento tradicional Canela e seus remédios fitoterápicos. Antonio Gato *Côhcanor*, Zé Pereira *Ajxê*, Gildo *Kryt*, Martim, Raul *Cupaco*, Zé Diogo *Peprêr*, Zé Pedro Preto *Kyjno*, João Luciano *Partahpop*, Júlio *Kadet* são alguns dos curadores atuantes no Escalvado.

Acreditava-se que, tempos atrás, poderosos xamãs tinham extraordinário poder sobrenatural, essencialmente os de onisciência – o conhecimento e a antevisão de tudo. Isso, no entanto, só era possível mediante a ajuda das almas (os recém-mortos), que em sua maioria foram grandes xamãs enquanto vivos. Os bons xamãs convocavam uma alma que lhes dizia tudo o que precisavam saber. Por exemplo, se vem a falecer o recém-nascido de uma mulher, o xamã é capaz de dizer por que isto aconteceu, o que provavelmente é atribuído à ingestão de alimentos “carregados” e, conseqüentemente, poluídos. Algumas almas teriam visto e contado a outros, que, por sua vez, reportariam o fato ao xamã interessado. O diagnóstico do xamã é definitivo e a decisão dele jamais é contestada.

...a pessoa que tem medo, não agüenta, não. Pode correr, mas lá mesmo, o joga qualquer coisa e derruba e ali mesmo ela fica. E aí ele (o espírito) vai embora. Aí passa hora, a pessoa levanta. Ela vai caminhando, devagar, deitando, deitando, fica cansado, vai indo. Até chegar na aldeia. Aí pronto, não passa um mês, morre. Agora, se agüentar a conversa com ele (com o espírito), ele ajeita tudo pra pessoa: ensina remédio, ensina tudo (Zé Pedro Preto *Kyjno* Canela, 2004)

Os xamãs curam os pacientes por meio da extração da doença ou poluição, e são remunerados apenas quando bem sucedidos. Há também xamãs anti-sociais, os quais podem jogar feitiços ruins, que entram no corpo como doenças. Outros xamãs lutam para tirar os feitiços, procurando devolvê-los ao emissor.

Os Canela-Ramkokamekra acreditam que a poluição penetra pelo corpo com a ingestão de caldos de carne e por meio do contato dos fluidos sexuais. Tais poluições não afetam uma pessoa saudável, porém enfraquecem os poderes de um guerreiro, caçador, corredor ou xamã. No entanto, se um indivíduo está doente, ou fraco, como é o caso de um bebê, poluições comuns podem torná-lo mais doente, ou até mesmo matá-lo. Em resumo, os Canela-Ramkokamekra possuem, tradicionalmente, diversas formas – sobrenaturais, naturais e humanas – para fortalecer suas condições de vida. No entanto, as doenças decorrentes do contato (com o maior consumo de alimentos industrializados, por exemplo) e a medicina ocidental, têm colocado novas questões para o grupo.

Segundo depoimento da enfermeira Iranildes, que trabalha no Escalvado há mais de 10 anos, desde 2000 vem ocorrendo um acompanhamento médico mais freqüente, sendo que as “novas doenças” começaram a aparecer nos últimos anos. Todo final de ano, uma equipe vem de São Luis para diagnosticar casos de câncer do colo uterino. Existem os seguintes agentes indígenas de saúde na aldeia: Valdemar Yoyó, Eduardo Garapê, Azevedo Kakruc, Alfredo Rodiporo, Silvério Pako (desde 2002) e Zé Carlos.

A doença mais freqüente nos últimos 10 anos é a tuberculose. A diarreia e pneumonia diminuíram nesses 10 anos, especialmente depois da construção de um poço artesiano em 2002. Houve um caso de morte por hipertensão.

Essas informações são confirmadas pela técnica de enfermagem Eliane Leide, que reafirma que os casos de doenças mais freqüentes são: tuberculose (1 caso a cada 2 meses), pneumonia (crianças menores de um ano), diarreia (melhorou com o poço) e escabiose. Ainda segundo ela, não existem casos de DST/AIDS nos últimos 6 anos e ocorrem visitas médicas na aldeia, semana sim, semana não; ocorrendo também a visita de dentista a cada duas semanas. As mulheres têm feito pré-natal, mas a maioria têm os filhos na própria aldeia. A partir das fichas de controle dos pacientes atendidos na enfermaria da aldeia, identificamos os seguintes casos em 2004.

- 3 casos de picada de cobra sem óbito (não tem soro)
- 1 caso diabético hipertenso
- 14 casos de hipertensão

- 5 casos de diabete
- 3 casos de cardíacos
- 6 casos de tuberculose
- 9 casos de epilepsia
- 1 caso de distúrbio menstrual

Segundo dados da FUNASA, os nascimentos e óbitos registrados na aldeia Escalvado de 2000 a 2004 são os seguintes:

Ano	2000	2001	2002	2003	2004 (até 11/12)
Nascimentos	48	50	63	62	57
Óbitos	15	14	08	14	11

Observamos, nesses últimos cinco anos, uma certa estabilidade no número de óbitos, com o controle das principais doenças mais graves e diminuição das taxas de mortalidade infantil. Por outro lado, existe um relativo crescimento no número de nascimentos, contribuindo sobremaneira para o aumento das taxas de crescimento populacional do grupo. O estado de hígidez do grupo é, portanto bastante estável.

5.5 Áreas necessárias à reprodução física e cultural dos Canela-Ramkokamekra

Pelo que pudemos apresentar até aqui, a área proposta é necessária à reprodução física e cultural dos Canela-Ramkokamekra devido aos seguintes motivos:

- Praticamente toda atividade ritual desse grupo exige o consumo coletivo de carne de caça, por meio dos “paparutos”⁹. Com a pressão dos moradores não-índios sobre a terra Kanela, a escassez de animais de caça tem aumentado e consequentemente prejudicado a realização de muitos rituais, seja em termos do cumprimento de todas as prerrogativas rituais envolvidas,

⁹ Não há ritual algum que não culmine com uma farta distribuição de comida, realizada através dos imensos bolos de mandioca e carne (Kwyrri ou Kwyrupú: “berarubú” ou “berubú” na tradução sertaneja do Maranhão ou “paparuto” como é conhecido entre os Kruhô) que são levados ao pátio e comidos por toda a aldeia ao final de qualquer ritual. Aqui a carne é fundamental. O período que antecede a finalização de qualquer ritual é marcado pelas caçadas coletivas, que envolve a totalidade dos homens ativos da aldeia. Enquanto não se obtiver uma provisão suficiente, não se arremata o ritual. Hoje em dia, dada a escassez crescente de caça em quase todas as aldeias Timbira, cada vez mais a carne bovina é utilizada nos rituais (e em menor escala, a carne de porco). Por vezes esta escassez é usada como justificativa para a não-realização de um ritual no qual só pode ser consumida a carne de caça (como nos ritos de iniciação). Portanto, não há ritual sem carne.

seja na quantidade de participantes convidados de outras aldeias para esses eventos.

- Extensões amplas de terras são importantes para a renovação de áreas para a agricultura e para a reprodução da caça e pesca, consistindo em condições objetivas para a realização dos chamados "resguardos", que determinam inúmeras e rigorosas prescrições alimentares, culturalmente definidas.
- A taxa de natalidade dos Canela tem aumentado consideravelmente, sendo que nos últimos 30 anos sua população praticamente quadruplicou. É sabido que o índice de crescimento demográfico das populações indígenas no Brasil tem ficado acima da média nacional dos não-indios. Portanto, a posse plena dos Canela sobre sua terra tradicional sem a presença dos *cupen* (não-indios), será fundamental para a constituição de novas aldeias (ver habitação permanente), dando condições para a plena reprodução física e cultural dessa população, inclusive para a intensificação de relações inter-aldeias (casamentos, rituais, trocas cerimoniais e econômicas, etc.).
- A Aldeia Escalvado tende ao desmembramento, sendo este um movimento que exige grande extensão territorial.
- Da mesma forma, muitas áreas de ocupação tradicional dos Canela-Ramkokamekra e de antigos aldeamentos, são importantes do ponto de vista simbólico e afetivo (ver relação em anexo).

VI – LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

6.1 Histórico da ocupação não indígena e do esbulho sofrido pelos Canela-Ramkokamekra

Assim como ocorreu em relação à grande propriedade açucareira no Nordeste, a pecuária, atividade dominante nos sertões do Maranhão desde o início do século XIX, acabou por determinar não somente sua organização produtiva, mas também a forma de ocupação do território. Na realidade a fazenda de criação constituiu a unidade de povoamento de toda essa região, absorvendo quase toda a população não-indígena.

As fazendas de criação formaram, ainda, as unidades econômicas e sociais básicas, em torno das quais gravitaram os núcleos populacionais no sertão pastoril. Isso explica a pouca expressividade populacional desses núcleos, tanto em relação ao seu número, quanto de seu índice demográfico, mesmo após longos anos de seu surgimento. Assim, em 1820, em todo o território de Pastos Bons havia apenas a vila principal e algumas poucas povoações: São Félix das Balsas, Passagem da Manga, Passagem Franca, Príncipe Regente, Riachão, Chapada e São Pedro de Alcântara.

A grande fazenda de criação definiu, portanto, o caráter do povoamento e o modelo dominante de ocupação do solo, em todo o tradicional território Timbira, posteriormente denominado “sertão de Pastos Bons”. Em consonância com o modelo de ocupação da área açucareira do litoral nordestino e mesmo com o das fazendas algodoeiras do vale do Itapecuru, a ocupação pastoril no cerrado maranhense deu-se, em seus primeiros momentos, através da distribuição de datas de sesmaria a grande proprietários de terras. Assim, ainda no início da ocupação pastoril, em fins do século XVII e início do XVIII, o domínio de boa parte desse território já estava em mãos de seis potentados baianos.

Entre o final do século XVIII e início do XIX, ainda foram distribuídos muitos títulos de terra em sesmaria no distrito de Pastos Bons, e nos territórios confluentes, dos quais quarenta e cinco datas apenas no rio Grajaú; vinte e cinco na ribeira do Itapecuru; doze na do Alto Mearim, além de outros não especificados. Em sua maior parte essas datas mediam três léguas de comprimento por uma de largura estendidas ao longo das “ribeiras”, o que demonstra o interesse da administração colonial portuguesa em ordenar essa ocupação, ainda que sob a forma de grandes extensões de terra. (Cabral, 1992: 146).

A distribuição de datas de terras na ribeira do Alto Itapecuru no início do século XIX teria sido tão abusiva e indiscriminada, que vários títulos de uma mesma área foram concedidos a diferentes sesmeiros, causando dissensões entre estes e a administração colonial. A despreocupação existente em relação ao tamanho das terras, abundantes e de fácil obtenção, decorria da própria estrutura agrária dominante. De valor irrisório, uma grande fazenda poderia ter um preço atribuído em menos da metade do valor de um escravo. (Cabral, 1992: 147). Por outro lado, o baixo nível técnico da exploração e a extensão das pastagens impôs, provavelmente, essa tendência latifundiária das fazendas pastoris. (Mott, 1985: 51-52).

Assim, após algumas tentativas frustradas, conseguiu-se estabelecer em 1817 o Porto da Chapada, que rapidamente tornou-se o principal entreposto comercial de todo o alto sertão do Maranhão, abastecendo de viveres as localidades extremas do norte de Goiás e do leste do Pará. A povoação de Barra do Corda, criada mais tarde, teria a função de articular também essas duas áreas, a agrícola e a pastoril, possibilitando aos núcleos de população situados a sudeste e sul do Maranhão uma via alternativa de comunicação com a Capital da Província, com o transporte do gado sertanejo até a área litorânea, de mercadorias "importadas" (tecido, ferragens etc.) ao alto sertão maranhense e goiano.

A importância econômica da atividade pastoril no "sertão de Pastos Bons", nos séculos XVIII e XIX, pode ser constatada pelo crescimento do número de fazendas de criação e do rebanho nessa região. Assim, em 1751, na fase inicial da ocupação pastoril no sul do Maranhão, já haviam se estabelecido na região 44 fazendas de criação, o que correspondia a quase um quarto do total dessas fazendas no Maranhão (Abreu, 1998: 131). Nos momentos finais do *devassamento* do antigo território Timbira, em 1815, já havia mais de 120 fazendas nas ribeiras do Balsas, Grajaú, Farinha, Neves e Sereno. Vinte anos mais tarde, em 1836, o total de fazendas em todo o "sertão de Pastos Bons" era estimado em mais de 300 (Cabral, 1990: 141).

A fim de viabilizar a navegação pelo Alto Itapecuru e restabelecer as fazendas de gado outrora existentes na região, o então Governador e Capitão-General do Maranhão, Dom Francisco da Câmara, havia autorizado, em 1807, a fundação do Arraial do Príncipe Regente pelo então tenente do Regimento de Linha do Maranhão, Francisco de Paula Ribeiro, juntamente com 50 soldados. Em 1809, o Arraial já era habitado por 215 pessoas, "tendo ruas, casas, quartel e capela". Paula Ribeiro faz referências à existência de pelo menos uma grande aldeia Timbira abandonada há 2

légua do Arraial, imediatamente ao sul da terra indígena, encontrada nas perseguições que ele próprio comandara contra esses grupos.

Localizado inicialmente na confluência do Rio Alpercatas com o Itapecuru, o Arraial do Príncipe Regente seria ainda um porto navegável pelo qual se realizariam as trocas comerciais entre Pastos Bons e a sede da Capitania. Além das fazendas de gado estabelecidas principalmente ao longo do Alpercatas, muitas lavouras de arroz e algodão foram implantadas na barra de rios e riachos afluentes do Itapecuru, caracterizando uma forma de ocupação simultaneamente agrícola e pastoril.

A continuidade dessa ocupação das matas do alto Mearim por contingentes agrícolas decorrentes de sucessivas ondas migratórias nordestinas, especialmente nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, as quais avançavam sobre os territórios indígenas, estabelecendo "centros" agrícolas nas matas que constituíram uma série de povoados, daria origem a um campo intersocietário específico e conflituoso nas terras situadas ao norte da vila de Barra do Corda. As contradições e tensões inerentes a esse campo se expressariam numa série de conflitos ainda no século XIX, no plano das colônias indígenas e diretorias parciais, e de maneira mais contundente na virada do século XX, em tensões de maior proporção, como a "hecatombe" ou o "massacre do Alto Alegre", conflito envolvendo indígenas e missionários capuchinhos em Barra do Corda.

De outro lado, na região sertaneja ao sul de Barra do Corda, após conquistar território de cerrados e campos naturais aos Timbira, nas primeiras décadas do século XIX, frente pastoril amplia endogenamente essa ocupação, com a multiplicação de fazendas e rebanhos, intensificando-se a pressão sobre a pequena porção do território dos Canela e de outros Timbira ainda controlado por esses grupos, e consolidando-se uma situação histórica marcada por conflitos entre índios e criadores, decorrente da usurpação territorial e da ocupação pelo gado.

A ausência de limites entre os territórios indígenas e as fazendas de criação constituiu um dos fatores dessa nova situação de convivência e conflito entre os segmentos da vida pastoril e os Timbira no Centroeste Maranhense. Esse campo intersocietário constituído a partir da dominação colonial dos Timbira em geral, e especificamente dos *Apãjekra* e *Ramkokamekra*-Canela, e constituído ainda, pelos criadores situados no "sertão" dos municípios de Grajaú e Barra do Corda, e os respectivos recursos, interesses e valores, se desenvolveria segundo uma dinâmica própria à situação pastoril.

A despeito da ideologia e da ação de inspiração rondoniana, o SPI não conseguiria conter o avanço das frentes de expansão sobre as terras e as populações indígenas. O Maranhão seria um exemplo das dificuldades do órgão indigenista em enfrentar essas pressões. Implantado no Estado em 1911, no ano seguinte ao da sua fundação, com um escritório instalado em São Luís, o SPI deparou-se com as práticas espoliativas dos agentes das frentes expansionistas sobre os grupos indígenas situados tanto nas áreas agrícolas como na pastoril.

Durante as primeiras décadas de sua atuação, o SPI contaria com apenas um agente para atender às populações indígenas do Centroeste do Maranhão, abrangendo um grande número de aldeias, localizadas numa área extensa e de difícil acesso. Assim, até 1917, quando foi criada a "Vigilância dos Índios de Barra do Corda", sob a direção de Marcelino Cesar de Miranda, esse agente atuaria de forma solitária junto aos diversos grupos Guajajara e Canela - *Apânjekra*, *Ramkokamekra* e *Kenkateyê*. O massacre dos *Kenkateyê* constitui um exemplo da incapacidade do SPI, naquele momento, em enfrentar os poderosos fazendeiros e chefes políticos locais.

Durante a década de 1940, as tentativas de massacre contra grupos Timbira nas áreas de ocupação pastoril prosseguiriam. O SPI, mesmo que melhor estruturado do que nas décadas anteriores, não seria capaz de evitar esses confrontos, embora tenha colaborado, nem sempre com sucesso, a responsabilização dos culpados. Assim, os conflitos existentes no sertão pastoril do Centroeste Maranhense tenderiam a se repetir em outras áreas pastoris, tendo sempre como motivação central o alegado roubo de gado praticado pelos índios. Esses conflitos demonstram, ainda, a articulação entre os criadores do Centroeste Maranhense e os do norte goiano, na prática e no discurso legitimador da mesma.

A deficiência de recursos com que contava o órgão indigenista teria permitido, inicialmente, apenas a instalação de uma "Vigilância" em Barra do Corda, "*para comunicar às autoridades os crimes que daí pôr diante forem praticados*". A partir de 1940, contando com melhores recursos, o SPI teria criado postos nas aldeias mais importantes, onde houvesse maior "perseguição" aos índios. Entre os maiores "perseguidores" dos índios em Barra do Corda estariam os Arruda.

.... numerosa família, cuja criação em parte é feita em terras dos índios e à revelia desses, que ficam impossibilitados de utilizá-las, pois o gado destrói qualquer lavoura que tentem estabelecer (SPI, Doc 126, Filme 399, Fot. 1422)

Segundo apontava essa autoridade tutelar, um dos líderes dessa família de criadores, ao sul de Barra do Corda, teria enviado telegrama ao Presidente da República, por meio da qual forjava a iminência de um ataque dos Canela-Ramkokamekra à sua propriedade, instigados por dois agentes do SPI na região, os quais, a pretexto de "*direitos, demarcações precipitadas*", teriam invadido sua propriedade e promovido "*verdadeira caçada...semoventes de toda espécie*". Afirmava que um dos agentes do órgão tutelar em Barra do Corda estaria acampado junto aos Canela-Ramkokamekra, no lugar *Galheiro*, utilizando a mesma prática, isto é, matando e vendendo animais ao seu critério.

O "telegrama" afirmava, ainda, que os fatos assumiam um "*caráter (de) inqualificável comunismo*" e, a despeito da presença de uma autoridade estadual "apurar os fatos", solicitava ao Presidente da República providências urgentes em relação a essa situação. Informava, ainda, que haveria outras "propriedades" devastadas, "*fazendo-se tudo em nome das autoridades públicas*". Conclui o reclamante afirmando que,

Verdadeiros desrespeitos de causa, num último (caso?) seremos obrigados reunir homens e pegar armas para defesa das famílias e vidas. Fatos são públicos e aterrorizantes. (SPI, Doc 126, Filme 398, Fot. 1424-1425)

Segundo esse documento do SPI, o apoio das autoridades estaduais aos criadores locais traria consequências desastrosas para as populações indígenas, especialmente os Canela-Ramkokamekra, uma vez que os trabalhos do SPI na região estariam suspensos, naquele momento, pelas ameaças aos servidores e imposições dos criadores, tendo à frente os chefes da família Arruda, com a complacência das autoridades de Barra do Corda, e sobretudo com o apoio do representante do Chefe de Polícia do Maranhão.

Os usurpadores das terras da tribo, o crl. José de Arruda e seus comparsas, com a maior sem-cerimônia, fizeram uma "demarcação", plantando os seus marcos bem à vista da nossa desgraçada aldeia (Nimuendaju, 1935: 236).

O apoio das autoridades estaduais aos criadores de Barra do Corda resultaria, conforme esse Relatório, na transformação de uma "simples questão policial" em que teriam os criadores envolvido um agente local do SPI,

... em elemento favorável aos Arrudas e comparsas, e contrário aos índios que em suas aldeias estavam quietos e absolutamente não ameaçaram nem atacam ninguém... (SPI, Doc 126, Filme 398, Fot. 1425)

Os efeitos da "confessada solidariedade" do representante do poder estadual aos "civilizados" que ameaçavam os índios e os servidores locais do SPI levaram a diretoria central do órgão indigenista, "...para evitar o massacre iminente dos silvícolas, de telegrafar ao dito (oficial) responsabilizando-o pelo que visse a acontecer aos mesmos índios e serventuários do SPI". (Doc 126, Filme 398, Fot. 1425-1426)

Conforme o diretor do SPI responsável pelo documento em questão,

... a luta entre 'civilizados' e índios em Barra do Corda é causa tão conhecida e clara que só os interessados na espoliação dos mesmos índios, sempre atacados e martirizados, poderão negar-lhe razão, para darem-na aqueles 'civilizados'. (SPI, Doc 126, Filme 398, Fot. 1426).

O autor do documento informa como o próprio Chefe de Polícia do Maranhão, e seu representante enviado ao local, teriam se aliado desde o primeiro momento aos criadores, não levando em consideração as colocações dos agentes locais do SPI nem tampouco as dos próprios índios, evidenciando, assim, a rede de interesses e relações entre o poder local e autoridades regionais. Apenas endossando a atitude de seu representante na investigação desses atos, o Chefe de Polícia do Maranhão teria enviado telegrama a um antigo membro do SPI, ratificando a versão elaborada pelos criadores e autoridades locais de Barra do Corda.

Alegava o Chefe de Polícia, em seu comunicado, que os funcionários do SPI Orículo Castelo Branco e Raimundo Miranda "*continuam a cometer desatinos e violências naquela cidade...plantando verdadeiro pânico (à) população...*". Para comprovar sua versão, transcreveu parte de outro telegrama que teria recebido do Inspetor Militar enviado para apurar os fatos e manter a ordem local, segundo o qual

Proprietários de terras e pequenos lavradores (da) circunvizinhança (do) aldeamento Canelas quixando-se haverem sido intimado...(a) abandonarem suas casas e lavouras sob pretexto (serem) terras não demarcadas (aos) índios...

Afirmava o referido Inspetor haver "*verdadeiro terror entre essa população*", além de "*promessas de surra...já tendo conseguido muitos despejos*". Segundo esse oficial, o agente Raimundo Miranda, Sub-ajudante do SPI em Barra do Corda, aconselhado pelo seu pai, Marcelino Miranda, requisitara praças para acompanhar à aldeia o agente Castelo Branco, numa tentativa de alegar a falta de garantias, o que não lhe foi concedido. Segundo o Inspetor Castelo Branco, era tido pelos sertanejos como "*verdadeiro terror*" (SPI, Doc. 126, Filme 398, Fot 1428-1429).

Reafirmando sua posição de aliado dos criadores locais, o Inspetor Militar enviado a Barra do Corda passou, então, a desqualificar os agentes do SPI e, por extensão, as suas ações, que se voltavam para a realização da demarcação de uma reserva para os Ramkokamekra-Canela. Essa área seria resultado do Decreto Estadual nº. 1079, emitido em 25 de abril de 1923, e confirmado pelo Decreto-Lei no. 81, de 15 de dezembro de 1936, expedido pelo então chefe do Governo do Estado do Maranhão, Dr. Achilles Lisboa. Os levantamentos etnológicos e topográficos voltados para a demarcação da mesma foram realizados por Curt Nimuendaju e pelos engenheiros Brito Barros e Dr. Monteiro, em 1936 (ver Parte II).

Consegui do Dr. Achilles uma autorização para proceder ao reconhecimento das terras ocupadas pelos Canelas – sem remuneração, nem ajuda de custas, naturalmente – para servir de base à legalização das mesmas. O Dr. João Braulino propôs-se a apresentar ao Congresso uma lei concedendo-lhe a área que eu achar necessária, e mais uma verbazinha de 15.000\$000 anuais para a demarcação de terras dos índios. Achei que devia aproveitar essas boas vontades e fazer um levantamento expedito, calculando a área total e a área aproveitável para a lavoura (Nimuendaju, 1936: 253)

De acordo com as representações dessa autoridade, a solicitação de uma tropa para acompanhar os trabalhos de efetivação dessa demarcação constituiriam uma *"artimanha de Marcelino Miranda...e...medida inteiramente desnecessária"*, e, portanto, negada por esse Inspetor. De outro lado apresentava o sertanista do SPI Oriculo Castelo Branco como um insano que andava armado e acompanhado por capangas pela cidade de Barra do Corda insuflando os Canela-Ramkokamekra a furtar o gado dos criadores em suas propriedades, o que poderia *"trazer funestas consequências"*. Finalmente solicitava à autoridade central do SPI a remoção de Oriculo Castelo Branco e de Raimundo Miranda da Vigilância de Barra do Corda,

...antes que tenhamos que mandar prendê-lo e processá-los pelos crimes que ali vem praticando acobertados pelas funções que exercem. (SPI, Doc 126. Filme 398, Fot. 1428)

A resposta da autoridade do SPI, Capitão Humberto Diniz, ligado por laços familiares ao Chefe de Polícia do Maranhão, seria no sentido de reafirmar a idoneidade do servidor Castelo Branco, com o qual havia trabalhado em lidas militares. Afirmava o Capitão Diniz que os dois serventuários do SPI teriam agido estritamente no cumprimento de suas funções legais, uma das quais seria *"resolver questões de terras de propriedade (dos) índios"*. Afirmava, ainda, que as informações passadas pelo Inspetor Militar enviado a Barra do Corda não mereciam crédito, *"dada*

visível parcialidade e avaliação (de) testemunhos de pessoas da família Arruda que promoveu massacre (aos,) Canela". (SPI, Doc 126, Filme 398, Fot. 1428-1429)

Sugeria ainda essa autoridade do SPI que o Chefe de Polícia do Maranhão lograsse resolver essa questão "*dentro da máxima justiça com os serventuários e os interesses dos proprietários vizinhos*". Segundo a autor do relatório inicialmente abordado, diante das evidências de parcialidade mostrada pelo Chefe de Polícia do Maranhão, este seria "suspeito para o julgamento do dito serventuário", o que ficaria evidente no telegrama do capitão Diniz, sob cujas ordens Castelo Branco servira.

Entretanto, o Chefe da 2ª Diretoria do SPI, autor desse Relatório afirma que em função da falta de segurança reinante em Barra do Corda, onde o servidor Orículo Castelo Branco encontrava-se ameaçado de morte, e também "para não desgostar o sr. Interventor", resolveu transferir o referido agente tutelar, embora certo de este ter agido "rigorosamente no cumprimento do seu dever, protegendo os índios e as suas propriedades de assaltos de Arrudas e comparsas, os quais até o momento da retirada de Orículo gozaram do apoio das autoridades estaduais..." (SPI, Doc. 126, Filme 398, Fot. 1430).

As pressões e violências dos fazendeiros da região, principalmente da família dos Arruda, contra os índios e seus defensores, foram sistemáticas e ficaram sempre impunes. Essas pressões ocorrem até hoje, agora envolvendo os descendentes desses conhecidos personagens de Barra do Corda.

Como se pode observar, o tema central deste tópico do relatório foi a compreensão do processo de formação e desenvolvimento das relações intersocietárias no Centroeste Maranhense, entre os Canela-Ramkokamekra e a sociedade brasileira regional formada a partir das frentes de expansão coloniais e pós-coloniais. Esse processo se explica em termos do estabelecimento de uma situação histórica, por meio da qual se implantou a dominação colonial sobre os Timbira em geral, e especificamente sobre os Canela-Ramkokamekra comprovando, desta forma, o esbulho renitente praticado contra os indígenas em seu território de ocupação tradicional.

6.2 Os Municípios de Barra do Corda e Fernando Falcão Barra do Corda



Figura 35 Vista da cidade de Barra do Corda

O município de Barra da Corda foi fundado em 1835, por Manoel Rodrigues de Melo Uchoa, na confluência do rio Corda e Mearim, com o nome de Santa Cruz de Barra do Corda, em seguida alterado para Barra dos Rio das Cordas, e finalmente, Barra do Corda. Está localizado no centro geográfico do Estado ($5^{\circ}30'$ latitude Sul e 45° longitude Oeste), às margens da BR 226, a 425 km

da capital São Luiz e a 350 km de Teresina. Possui área territorial de 7.962,43 km² e está situado a 83 m acima do nível do mar. Limita-se ao sul com Fernando Falcão, ao norte com Itaipava do Grajaú, a leste com Tuntum e a oeste com Grajaú.

Em todo o município são 153 povoados, os maiores com mais de 3 mil habitantes e os menores com pouco mais de 30 pessoas. Atualmente, conta com uma população de 78.147 habitantes, dos quais 56% encontram-se na área urbana e 44% na área rural (IBGE, 2000). A população indígena de Barra do Corda ultrapassa 6.500 indivíduos (CIMI, 2004) ou 8,3% da população total do município. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹⁰ de Barra do Corda ocupa a posição de número 4347 do *ranking* brasileiro e 46 do Estado do Maranhão (PNUD, 2000), a demonstrar que os munícipes não têm acesso pleno aos direitos civis e políticos nem tampouco aos direitos econômicos, sociais e culturais.

A economia barra-cordense está centrada no setor de serviços (66,8%) e na agropecuária (30,9%). O arroz é o cereal mais cultivado, representando 60% da área útil para plantio. Segundo dados do IBGE (1996), o município é o terceiro

¹⁰ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desenvolvido pelo PNUD, é um indicador do nível de atendimento das necessidades humanas básicas, em uma dada sociedade. O IDH incorpora três aspectos de maior relevância para o bem-estar de um indivíduo: vida longa e saudável (saúde), acesso ao conhecimento (educação) e padrão de vida digno (renda).

produtor do Maranhão. O milho e a mandioca (macaxeira) vêm em seguida, consumidos no mercado interno. Frutas como acerola, abacaxi, banana e melancia vêm crescendo a área de cultivo ano a ano. A soja está em expansão, uma tendência de todo sul-maranhense. O rebanho de gado é considerável. Mantém o consumo da população local. A criação de suínos e caprinos vem em seguida. No município há também criação de frangos, totalmente consumidos no mercado interno.

Outro grande empreendimento no município é a Fazenda Chapada, de propriedade da multinacional *Merck*, onde são produzidas, sem o uso de agrotóxicos, plantas medicinais – jaborandi e fava d'anta, representando mais de 20% da área cultivável do município. A *Merck* investe na produção dessas folhas. Instalou a fazenda e todos os anos compra centenas de toneladas de frutos secos da fava d'anta. Os frutos são colhidos ainda verdes por centenas de pessoas que praticam o extrativismo em áreas silvestres do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia, Tocantins, Goiás e Minas Gerais. Após secos, os frutos são adquiridos pela *Merck* e estocados na Unidade Agro-industrial de Barra do Corda, onde são processados para a produção de extrato vegetal. O extrato é enviado para a Unidade *Merck* Maranhão, em São Luis, onde é purificado e transformado em rutina, quercitina e rhaminose. Tendo em vista o crescente desmatamento de espécies vegetais do cerrado, entre elas a fava d'anta, a *Merck* decidiu investir no fomento do plantio desta espécie, selecionando agricultores interessados, entre eles os indígenas Canela-Ramkokamekra.



Figura 36 Vista da cidade de Fernando Falcão (MA)

Fernando Falcão

O município de Fernando Falcão se emancipou de Barra do Corda, por plebiscito, em 1996, localizando sua sede no povoado do Jenipapo dos Resplandes. Localiza-se ao sul de Barra do Corda e ao norte do Parque Estadual do Mirador. A superfície territorial do município é de 3.506,45 km² e a densidade demográfica, de 1,22 hab./km².

A situação dos domicílios urbanos carece de água tratada, esgoto sanitário e coleta de lixo, levando o município de Fernando Falcão a ocupar o 5489º lugar do IDH no *ranking* do Brasil e o 210º do Estado Maranhão.

A população do município é de 4.823 habitantes (IBGE, 2000), dos quais 85% encontram-se na área rural e os restantes 15%, na área urbana. A população indígena (índios Kanela) representa 35,8% da população total do município, que habitam as Terras Indígenas Kanela e Porquinhos. Parte da população indígena que possui título de eleitor vota no município.

A maioria dos estabelecimentos é de pequenos produtores que têm na mão de obra familiar seu maior recurso. A economia, em geral, é de subsistência, e os principais produtos são o arroz e a mandioca, cultivados em sistemas de corte, queima e pousio de baixa tecnologia. Estes pequenos produtores ocupam, na paisagem, as porções mais baixas, próximas da água e das matas de galeria, onde estabelecem suas roças, em áreas geralmente dominadas por solos arenosos e de baixa fertilidade, zonas de depósito de areia e sedimentos decompostos e assoreados das áreas mais altas. Também é comum a presença de animais de grande e pequeno porte, como reserva de valor.

A situação fundiária das regiões de Barra do Corda e Fernando Falcão é tensa, sendo comum ainda hoje a grilagem de terras. Com a grande expansão da fronteira agrícola e a crescente demanda de carvão vegetal, áreas significativas de vegetação do cerrado têm sido desmatadas, reduzindo drasticamente o número de espécies não apenas florísticas, mas também faunísticas.

A pressão do agronegócio da soja por terras férteis das serra das Alpercatas, do Itapecuru e outras da região, tem levado à intensificação dos conflitos com pequenos proprietários e posseiros.

6.3 Caracterização fundiária da ocupação não indígena na área delimitada

Em 2009 foi constituído GT de estudos complementares de natureza fundiária e cartorial (portaria 1402/PRES/09, de 18 de novembro de 2009) para reunir dados relativos às ocupações inseridas na identificação e delimitação da TI Kanela/Memortumré, localizada nos municípios de Barra do Corda e Fernando Falcão, estado do Maranhão, composto por Jaime Garcia Siqueira Jr., antropólogo (coord. GT

identificação). Antonio de Paula Nogueira Neto, engenheiro agrônomo, lotado no Museu do Índio, Jaime Santos Brito, técnico em agrimensura lotado na coordenação técnica de São Luís, e Aníbal Estácio Ribeiro, técnico agrícola do Incra em São Luís.

Os trabalhos de campo ocorreram entre os dias 19/11/09 e 22/12/09 e inicialmente foram realizadas algumas reuniões com a comunidade da aldeia Escalvado, a fim de explicar o plano de trabalho do GT. A estratégia de atuação adotada foi a de iniciar os trabalhos exatamente pelos locais potencialmente mais conflituosos: Bacabal do Maciel, situado na porção oeste da área estudada, as ocupações ao longo do rio Ourives (nordeste), Bacuri dos Trajino (leste) e ocupações ao longo do rio Alpercatas (sul).

Preliminarmente, o GT tomou a iniciativa de procurar os presidentes das associações para apresentação dos componentes e esclarecimentos sobre os trabalhos a serem desenvolvidos. O GT solicitou ao Incra informações sobre os PAS eventualmente atingidos. Verificada a questão dos assentamentos, situados fora dos limites ora identificados, foram constatadas ainda as seguintes situações: 25 ocupantes permitiram o levantamento de suas benfeitorias, sendo preenchidos Laudos de Vistoria e tiradas fotografias das benfeitorias; 10 ocupantes não se encontravam no local ou não autorizaram o levantamento das benfeitorias, sendo identificados por meio de coordenadas geográficas no local. As localidades que não foram vistoriadas, mas que também foram identificadas por coordenadas geográficas, juntamente com os nomes e apelidos de seus ocupantes, foram: Bacabal do Maciel, Brejo de Cima, Brejinho e Jussara.

Dessa forma, existem 164 ocupantes não-indígenas no interior da área ora delimitada. O GT dirigiu-se ao Cartório de Barra do Corda por meio de ofício, solicitando o registro dos imóveis incidentes na TI. Nesses ofícios foram solicitadas informações sobre a cadeia dominial da área ocupada pela Agrícola Camburi (Fazenda Vale do Rio Ourives), bem como outras ocupações incidentes na TI Kanela/Memortumré. Também foi solicitada a confirmação, junto ao mesmo Cartório, sobre a existência de escrituras de compra e venda dos srs. Osvaldo Dias Martins e Maria Dias do Nascimento; Raimundo Martins Jorge (localidade Água Fria); Raimundo de Souza Câmara (localidade Brejo Seco); Sebastião Ferreira; Eli Alves Cavalcante e José Melquiades Filho. Essas informações, no entanto, não foram enviadas à Funai até o presente momento.

O Instituto de Colonização e Terras do Maranhão - ITERMA solicitou manifestação da Funai no âmbito do processo de arrecadação sumária dos imóveis Brejo de Cima e Bacuri da Rita, ambos localizados no município de Fernando Falcão. Ressalte-se que estas terras foram consideradas devolutas pelo estado do Maranhão. A Funai manifestou objeção à continuidade do referido processo e as informações fornecidas pelo Instituto foram incorporadas neste levantamento fundiário. Os estudos de natureza fundiária estão inseridos no Processo FUNAI/BSB/0544/2010 - Levantamento Fundiário da Terra indígena Kanela/Buriti Velho.

Observa-se que a maioria das ocupações é de pequeno e médio porte, principalmente nas regiões leste e nordeste da TI Kanela/Memortumré, com exceção de fazendas próximas ao rio Ourives. A parte sul da TI caracteriza-se mais por pastagens e baixa densidade populacional, confrontando com o Parque Estadual do Mirador, dentro do qual existem ainda várias famílias de produtores rurais que não foram indenizadas e realocadas. A porção oeste e noroeste da terra indígena concentra o maior contingente populacional, também caracterizado por agricultores familiares localizados em pequenas e médios imóveis e assentamentos do Incra. Nessa região, próximo às localidades Por Enquanto e Veneza, foram identificadas grandes áreas desmatadas e a instalação de inúmeros fornos de carvão. Praticamente todas as ocupações possuem poucas benfeitorias, que se resumem a um roçado, habitações modestas (casas de barro com telhado de palha ou de alvenaria sem acabamento), fruteiras e eventualmente pastagens. Registre-se que a avaliação detalhada das ocupações e benfeitorias será realizada após a expedição da portaria declaratória da Terra Indígena Kanela/Memortumré.

Quadro de Ocupantes não-indígenas da TI Kanela/Memortumré

Nº.	NOME DO OCUPANTE	NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	LOCALIDADE (DATUM WSG-84)
1	Pedro Rodrigues da Silva	Pau Grosso	Fernando Falcão	Pau Grosso/ S 06°08'50.2" W 045°15'14.7"
2	Clovis Soares da Silva	S/ denominação	Fernando Falcão	Pau Grosso/ S 06°08'50.4" W 045°15'13.1"
3	Oziel Soares da Silva	S/ denominação	Fernando Falcão	Pau Grosso/ S 06°08'49.8" W 045°15'14.6"
4	Gerson Soares da Silva	S/ denominação	Fernando Falcão	Pau Grosso/ S 06°08'49.9" W 045°15'15.1"
5	Oriel Soares da Silva	S/ denominação	Fernando Falcão	Pau Grosso/ S 06°08'51.8" W 045°15'14.3"

6	Pedro Horácio Filho	S/ denominação	Fernando Falcão	Pau Grosso/ S 06°08'51.2" W 045°15'16.6"
7	Luzia Soares da Silva	S/ denominação	Fernando Falcão	Pau Grosso/ S 06°08'49.8" W 045°15'20.6"
8	Jacinto Soares da Silva	S/ denominação	Fernando Falcão	Pau Grosso/ S 06°08'46.6" W 045°15'20.6"
9	Riba		Fernando Falcão	Pau Grosso/ S 06°08'56.4" W 045°15'57.3"
10	Joacir Gomes Jorge	Curumin	Barra do Corda	Brejo Seco/ S 05°55'37.8" W 044°57'39.9"
11	Waldemar Martins Jorge	S/ denominação	Barra do Corda	Brejo Seco/ S 05°55'30.8" W 044°57'43.6"
12	Adilon Bertoldo Câmara	S/ denominação	Barra do Corda	Brejo Seco/ S 05°55'03.3" W 044°58'17.1"
13	Eliezio Ferreira da Silva	S/ denominação	Barra do Corda	Brejo Seco/ S 05°54'54.5" W 044°58'24.3"
14	Raimundo Martins Jorge	Faz. Água Fria	Fernando Falcão	Água Fria/ S 05°54'05.0" W 044°59'15.0"
15	Osvaldo Dias Martins	S/ denominação	Fernando Falcão	Água Fria/ S 05°54'24.9" W 044°58'52.3"
16	Antonio Pereira dos Santos		Fernando Falcão	Água Fria/ S 05°54'24.9" W 044°58'52.3"
17	Sebastião Ferreira	Faz. Papa Mel	Fernando Falcão	Papa Mel/ S 06°06'28.1" W 044°57'54.0"
18	Ocione Pereira Santiago	Bacuri dos Trajinos	Fernando Falcão	Bacuri dos Trajinos/ S 06°06'25.9" W 044°57'57.9"
19	Jessui Pereira Santiago	Bacuri dos Trajinos	Fernando Falcão	Bacuri dos Trajinos/ S 06°06'20.7" W 044°57'41.4"
20	Ozeas Pereira Santiago	Bacuri dos Trajinos	Fernando Falcão	Bacuri dos Trajinos/ S 06°06'15.3" W 044°57'08.7"
21	Reinaldo Lobo dos Santos	S/ denominação	Fernando Falcão	Brejo de Cima/ S 06°20'28.8" W 045°16'42.9"
22	Maria Lobo dos Santos	S/ denominação	Fernando Falcão	Brejo de Cima/ S 06°20'29.6" W 045°16'43.4"
23	Alcione dos Santos Duarte	S/ denominação	Fernando Falcão	Brejo de Cima/ S 06°20'30.9" W 045°16'42.6"
24	Antonio José Maciel dos Santos	S/ denominação	Fernando Falcão	Brejo de Cima/ S 06°20'30.0" W 045°16'40.1"
25	Renato Romão da Conceição	S/ denominação	Fernando Falcão	Brejo de Cima/ S 06°20'29.3" W 045°16'39.9"
26	José Edivan Medeiro dos Santos	S/ denominação	Fernando Falcão	Brejo de Cima/ S 06°20'29.4" W 045°16'47.3"
27	José Medeiros	S/ denominação	Fernando Falcão	Brejo de Cima
28	Adailton Ferreira Cavalcanti		Fernando Falcão	Brejo de Cima
29	Alexander Arruda Lima Gomes		Fernando Falcão	Brejo de Cima

30	Almir Carlos Perdoncine		Fernando Falcão	Brejo de Cima
31	Ana Lea Arruda Lima		Fernando Falcão	Brejo de Cima
32	Ana Lucia Ferreira Rodrigues		Fernando Falcão	Brejo de Cima
33	Antônio Ademair Martins Junior		Fernando Falcão	Brejo de Cima
34	Antônio Alves Cavalcante		Fernando Falcão	Brejo de Cima
35	Antônio Gerlando Araújo dos Santos		Fernando Falcão	Brejo de Cima
36	Antônio Leonardo de Sousa		Fernando Falcão	Brejo de Cima
37	Bernarda da Silva Froz		Fernando Falcão	Brejo de Cima
38	Bruno Castro Magalhães Ferreira		Fernando Falcão	Brejo de Cima
39	Clayson da Silva Nunes		Fernando Falcão	Brejo de Cima
40	Clecy Costa Lima		Fernando Falcão	Brejo de Cima
41	Coreci de Margarida Araújo Lima		Fernando Falcão	Brejo de Cima
42	Denilson Santos Fernandes		Fernando Falcão	Brejo de Cima
43	Edilson da Silva Gomes		Fernando Falcão	Brejo de Cima
44	Eli Célio Cavalcante		Fernando Falcão	Brejo de Cima
45	Elisangela Ferreira Cavalcante		Fernando Falcão	Brejo de Cima
46	Emiliano Alves Cavalcante		Fernando Falcão	Brejo de Cima
47	Felino Martins dos Santos Junior		Fernando Falcão	Brejo de Cima
48	Francisco Pereira Viana		Fernando Falcão	Brejo de Cima
49	Gecivaldo Sousa do Nascimento		Fernando Falcão	Brejo de Cima
50	Geraldo Mariano Gomes		Fernando Falcão	Brejo de Cima
51	Guillermo Araújo Lima		Fernando Falcão	Brejo de Cima
52	Ilamar Alves Cavalcante		Fernando Falcão	Brejo de Cima
53	Isac de Maria Sousa Pereira		Fernando Falcão	Brejo de Cima
54	Jânio Cunha		Fernando Falcão	Brejo de Cima



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Diretoria de Proteção Territorial
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação
SEPS Quadra 702 Sul - Bloco A - Edifício Lex - 3º Andar
Brasília/DF - 70390-025 Tel) 3313-3721

FUNAI/SEPRO
Serviço de Expedição e Protocolo



08620.060804/2012-14

Proc. nº 26.35182
Fls. 399
Rúbrica S. Acacia

Memorando nº 665 /CGID/2012

Brasília, 14 de agosto 2012.

Ao: Setor de Protocolo – SEPRO

Assunto: Identificação e delimitação da Terra Indígena Kanela (MA).
Ref: Processo nº 28870002615/1982-16

1. Tendo em vista a legislação específica sobre as quantidades máximas de folhas por volume, estamos encaminhando 2º volume do processo em referência e, em anexo, documentação em ordem cronológica, para formação de novo volume.

Atenciosamente,


Giovana Acacia Tempesta
Coordenadora Geral de Identificação e Delimitação



TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Proc. nº: 2615/82
Fls.: 400
Rubrica: [assinatura]

Ao(s) 20 dia(s) do mês de Agosto de 2012, procede o encerramento deste volume, nº do Processo 28870.002615/1982-16, contendo 400 folhas, abrindo-se em seguida o volume nº 3.

Para constar, eu FABIANA OLIVEIRA DE ARAÚJO, sobrecrevo e assino.

Fabiana De Araújo

Carimbo e assinatura



Ministério da Justiça

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS/PROCESSOS MJDOC

FUNAI/SEPRO - Serviço de Expedição e Protocolo

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Proc. nº: 2615/82
Fte: 401
Rubrica: [assinatura]

Ao(s) 20 dia(s) do mês de Agosto de 2012, procede a abertura deste volume, de nº 28870.002615/1982-16, que se inicia com a folha nº 401.

Para constar, eu FABIANA OLIVEIRA DE ARAÚJO, sobrescrevo e assino.

Fabiana De Araújo

Carimbo e assinatura

Data: 20/08/2012

Hora: 11:21

Emitido por: FABIANA OLIVEIRA DE ARAÚJO
FUNAI/SEPRO

Ministério da Justiça

Página 1 de 1

	Borges			
55	João Buzar Neto		Fernando Falcão	Brejo de Cima
56	João Rodrigues Cunha		Fernando Falcão	Brejo de Cima
57	Joaquim Pivetta		Fernando Falcão	Brejo de Cima
58	Jorge Alberto Souza Rocha		Fernando Falcão	Brejo de Cima
59	Jorge Ferreira Cavalcante		Fernando Falcão	Brejo de Cima
60	José Domingos Rodrigues dos Santos		Fernando Falcão	Brejo de Cima
61	José Gilson da Silva		Fernando Falcão	Brejo de Cima
62	José Ribamar Sousa Barros		Fernando Falcão	Brejo de Cima
63	Juvenal Fernandes de Souza		Fernando Falcão	Brejo de Cima
64	Laurene Arroucha Ferreira		Fernando Falcão	Brejo de Cima
65	Leudiney Nunes Silva		Fernando Falcão	Brejo de Cima
66	Leuney Nunes Silva		Fernando Falcão	Brejo de Cima
67	Lorena Lima Ribeiro		Fernando Falcão	Brejo de Cima
68	Luciana Rodrigues Couto Silva		Fernando Falcão	Brejo de Cima
69	Lucicarla Pivetta		Fernando Falcão	Brejo de Cima
70	Luiz Gonzaga Rodrigues Mendes		Fernando Falcão	Brejo de Cima
71	Márcia Arruda Lima		Fernando Falcão	Brejo de Cima
72	Maria Araújo dos Santos		Fernando Falcão	Brejo de Cima
73	Maria da Graça Lima Ribeiro		Fernando Falcão	Brejo de Cima
74	Marianne Arruda Lima Gomes Pessoa		Fernando Falcão	Brejo de Cima
75	Messias Alves Cavalcante Filho		Fernando Falcão	Brejo de Cima
76	Moacir Mariano Silva		Fernando Falcão	Brejo de Cima
77	Morganne Arruda Lima Gomes		Fernando Falcão	Brejo de Cima
78	Ornilo Sousa Melo		Fernando Falcão	Brejo de Cima
79	Otávio Augusto Martins Melo		Fernando Falcão	Brejo de Cima

80	Paulo Roberto Clemente da Silva		Fernando Falcão	Brejo de Cima
81	Paulo Rogério Araújo dos Santos		Fernando Falcão	Brejo de Cima
82	Pedro Pereira de Sousa		Fernando Falcão	Brejo de Cima
83	Pedro Ribeiro Neto		Fernando Falcão	Brejo de Cima
84	Pedro Rodrigues Neto		Fernando Falcão	Brejo de Cima
85	Quintino Gomes da Silva		Fernando Falcão	Brejo de Cima
86	Raimundo Francisco Rodrigues Santos		Fernando Falcão	Brejo de Cima
87	Pedro Pereira de Sousa		Fernando Falcão	Brejo de Cima
88	Pedro Ribeiro Neto		Fernando Falcão	Brejo de Cima
89	Pedro Rodrigues Neto		Fernando Falcão	Brejo de Cima
90	Quintino Gomes da Silva		Fernando Falcão	Brejo de Cima
91	Raimundo Francisco Rodrigues Santos		Fernando Falcão	Brejo de Cima
92	Raimundo Nonato dos Santos		Fernando Falcão	Brejo de Cima
93	Roseli		Fernando Falcão	Brejo de Cima
94	Thadeu Silva Pessoa		Fernando Falcão	Brejo de Cima
95	Tiago José Pivetta		Fernando Falcão	Brejo de Cima
96	Valdeci Alves Viana		Fernando Falcão	Brejo de Cima
97	Vilceu Roberto Pivetta		Fernando Falcão	Brejo de Cima
98	Zenóbio Pivetta		Fernando Falcão	Brejo de Cima
99	Adão de Oliveira Silva		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
100	Antônio Gomes de Oliveira		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
101	Antonio Ildefran Batista de Santana		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
102	Associação dos Pequenos Produtores Rurais Serra da Piaçaba		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
103	Carlos Maciel Santana Almeida		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
104	David Costa e Silva		Fernando Falcão	Bacuri da Rita

105	Felix Pereira Lima		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
106	Francisco das Chagas Carvalho Abreu		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
107	João Nunes da Costa		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
108	Jose Orlando Noieto de Sousa		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
109	Jose Pinheiro Sandes		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
110	Maria José de Sousa Lima		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
111	Miguel Santos Gonçalves		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
112	Milton César da Silva Neto		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
113	Nilton Belo Gomes de Oliveira		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
114	Natal (irmão finado Jerônimo)	S/ denominação	Fernando Falcão	Brejo de Cima
115	Dirceu		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel ¹¹
116	Arthur		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
117	Edgar		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
118	Deinha		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
119	Alberto		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
120	Roseni		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
121	Toinho		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
122	Martinho "Vermelho"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
123	Domingos		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
124	"Domeio"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
125	Luis		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
126	Raimundinho		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
127	Tatá		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
128	Arthurzinho		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
129	Ribamar		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
130	"Neguinho"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
131	Pedro Horácio		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
132	Oziel		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
133	Oriel		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
134	"Maninho"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
135	"Capiro"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
136	Euclides		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
137	"Golô"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
138	Luzia "do Dirceu"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
139	"Nenem" (neto Ribamar)		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel

¹¹ A localidade Bacabal do Maciel tem a seguinte referência geográfica: S 06°09'34.1" W 045°17'04.5"

VII – CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

Os relatos do major Francisco de Paula Ribeiro são fontes fundamentais para entendermos a história de ocupação do território Canela-Ramkokamekra. Segundo este autor, pouco tempo depois de firmarem acordo de paz com os brasileiros em 1815, os Ramkokamekra foram novamente atraídos e obrigados a se refugiar:

Mas quão diferente não foi deste acolhimento protestado aquelle que receberam na crueldade com que o sangue frio foram alli mesmo mortos, alguns atraçoadamente; nas prisões com que immediatamente agrilhoaram outros, e na infame partilha que se fez das suas familias em tom de escravos perpétuos, chegando a ser arrematados em leilão público na praça da villa de Caxias, e levados aos escaroadouros dos algodões daquelle districto, aonde amarrados como macacos ao cepo foram asperamente castigados para adiantar as tarefas do serviço consignado pelos seus illegitimos senhores, no entanto que talvez soffriam fomes intoleráveis! (1819: 302)

Os Canela-Ramkokamekra, depois de uma experiência frustrada de aldeamento, se refugiaram nas matas de galeria das cabeceiras dos ribeirões Porcos e Corda, sob a liderança do cacique *Tempê*. Pouco depois, em 1820, celebrariam novo acordo de paz com os colonizadores por intermédio de uma índia que havia permanecido em Caxias. Com isso voltariam a ocupar parte de seu território tradicional compreendido entre os rios Corda e Ourives ao sul da atual cidade de Barra do Corda. Por força desta aliança, conseguiram manterem-se em um território cercado por fazendas de gado incorporando neste período seus antigos inimigos, os Xâcamekra e remanescentes de outros grupos Timbira.

Ao longo do Ourives, Ramkokamekra, existiram diversos aldeamentos importantes: *Capraniatui*; *Kon-Kroré*; *Kokrytréhoiatxoitxâ*; *Hônhi*; *Koia Kry*; *Kutô Kat*; *Pärejtapá*; *Krinré*; *Wahiti*; *Terdikô*; *Anakôkô*; *Konânkenpô*; *Kenkroré* (ver mapa e listagem em anexo). Trata-se também uma região muito propícia para novas roças, coleta, caça e pesca. Essa região tem sido objeto de especulação fundiária por parte de empresas agropecuárias.

Seguem, em síntese, os elementos que justificam a proposta de limites da Terra Indígena Kanela/Memortumré, com superfície aproximada de 100.221 hectares.

Limite nordeste

Córrego Curralinho, afluente do Ourives, na região conhecida por Estaleiro e Vamos Ver. No limite nordeste observa-se um desenho parecido com aquele existente no Bacuri dos Trajino (limite leste). Trata-se de uma região excelente para roça e

provavelmente um dos únicos trechos do território com boa oferta de babaçu, cujo coco e palhas são muito aproveitados pelos índios, principalmente no Vamos Ver. O então cacique Pedro Gregório Ketxy Canela estava acompanhando a demarcação da área no começo dos anos 1970 e teria feito um acordo com Olímpio, João Cotó e Antonio Cotó. A mulher de um deles abraçou P. Gregório no local denominado Almeida (Estaleiro) e lhe deu um porco de presente, selando o acordo para permanecerem no local até aproveitarem toda a mandioca plantada. Da mesma forma do que ocorreu com os Trajino, a ocupação de não-índios continuou desde então.

Ai mandou engenheiro como eu disse, esse cupên que mora ao redor não quer deixar atirar, não vale a pena que Pedro Gregório Ketxy mandou trabalhar pra tirar terra e o cupên diz: - Não, não é por aqui não, é por aqui. Agora, se passa por aqui nós mete bala e coitado, como eu te disse que os índios não briga, o Pedro Gregório Ketxy também tem medo e ataiava né, da lista do engenheiro que marcava a lista mais nada e chegou aqui: - Não, não é pra cá olha, é assim. Daí no Bacuri, uns dois quilômetros, lá no Estaleiro, Curralinho, um homem que chama João Cotó, vai pro Buriti e ganha o rio Alpercata mais, chegou o João Cotó: - Não, não é pra passar não, é por aqui e de lá olha, tirou assim, arradiou a casa do João Cotó que era assim mais, não quer não, cupê tirou assim olha, lá no Estaleiro daí, ele ganhou de novo... (Zé Abílio Krotó Canela, 2004).

Limite norte/noroeste

Seguindo o curso do rio Ourives a partir da foz do Curralinho até o povoado também denominado Ourives, de onde segue a estrada que dá acesso às localidades Ponte Nova e Veneza, a sudoeste, até confrontar com o limite nordeste da TI Porquinhos, no córrego Pau Grosso.

O noroeste da área proposta também se presta à coleta de mel, possui boa oferta de caça e peixe, imprescindíveis à reprodução física e cultural do grupo. É aí que também se localizaram antigas aldeias às margens do rio Santo Estevão e do ribeirão Porcos.

Limite oeste/sudoeste

Linha seca a partir da cabeceira do Por Enquanto até o rio Alpercatas.

A principal referência na história oral dos Canela-Ramkokamekra para esta região está relacionada ao chamado *Coopepegrécatejê* - Vão da Aldeia, que foi uma aldeia existente em cima de uma serra nas proximidades do atual Sítio dos Arrudas. Esta referência encontra uma correspondência com as fontes históricas, que citam um evento relacionado com um "Tratado de Paz", onde os índios desceram do morro para combinarem a paz com os cupên (não-índios).

O major Francisco de Paula Ribeiro, uma das principais referências historiográficas sobre os Timbira, afirma:

Em 1815 uma tal ou qual escolha de paizanos, dirigida pelo expediente judicial da villa de Caxias, sahiu de Pastos Bons contra estes Timbirás, auxiliada por outros Timbirás seus inimigos, e felizmente naquella occasião os encontrou nos campos, o supposto que tivessem tempo para fazer-se inacessíveis sobre uma serra que ganharam, sem haver esperança de reduzi-los por força, foram contudo obrigados a escutar pela primeira vez as proposições de paz que se lhes offereceram, convidado-os com promessa de bom acolhimento em nome d'El-Rei Nosso Senhor, sincero agasalho para suas famílias, ferramentas para seus cultivos, e finalmente com uma inviolável alliança contra quaesquer outros gentios seus inimigos; e ou fosse porque nesta occasião os induzisse o receio, ou porque naturalmente lhes agradassem taes proposições, que não é o mais factível, o certo é que desceram alguns delles com os braços abertos e desarmados a receber nos dos seus novos pretendidos amigos aquellas prometidas vantagens (1819: 301-2).

Conforme destacado acima, de fato esse “acordo de paz” não foi respeitado e o relato de Getúlio salienta, por outro lado, a violência das famílias dos Arruda e dos Lobo na repressão aos índios:

(...) aí o prefeito tava querendo falar com o pessoal aqui e ninguém não foi pra lá e assim o pessoal quer fazer reta mesmo lá do rio Alpercatas até topar no Ourives e de lá dobra pela demarcação a divisa, quer dizer, o brejo que o pessoal quer fazer aqui, chega lá no final até chegar na demarcação do Porquinhos, lá no Boca da Mata que lugar que chama Papagaio, o lugar que conheço que acompanha mesmo também o brejo do Papagaio e chega lá no Sítio, passa do Sítio e sobe na serra e depois da serra, subindo a serra e depois da serra, lá de trás tem uma lagoa onde que morava nossa bisavô, eu fui lá, passei o dia lá, um dia os homem que veio da FUNAI e eles levaram pra lá e eles foram comprar os porco aí no Bacabal aí foi, nós matemos lá na lagoa, nesse lagoa aí que eu mostrei o lugar que é no meio da chapada assim tem uns lagoação que tem muito peixe, lá onde que nosso bisavô vivia em riba da serra, também lá em riba do morro tem água que pingava e os índios bebia lá, não descia pra fora porque lá é que a história, tudo feito e quando o índio descia os fazendeiros, os bisavô, avô desses Arruda e pai do Valter Lobo que é pai da Lindá que esperava índio e derrubava era com tiro na lagoa, pra quando os índios descessem, a história eu sei de tudim (Getúlio Canela, 2004).

O local denominado Bacabal dos Maciel (provavelmente a maior ocupação não-indígena dessa área) está contemplado na presente proposta. Os indígenas destacam que a região do rio Por Enquanto é importante do ponto de vista da gestão ambiental e territorial. Atualmente, as metades *Harancatejê* e *Kygatejê* dos Canela-Ramkokamekra dividem funções e responsabilidades na fiscalização do território, cujos limites são percorridos periodicamente para limpeza e vigilância.

Limite sul

Rio Alpercatas, confrontando com o Parque Estadual do Mirador.

Conforme já destacamos, o atual modelo de desenvolvimento da região é baseado no *agrobusiness* da soja, que tem causado grandes impactos sociais e ambientais e tem exposto as cabeceiras dos rios da região a desmatamentos e envenenamento por agrotóxicos.

Limite leste

Linha seca na região do Bacuri dos Trajino ou Bacuri dos Resplandes.

Por volta de 1971, na época da demarcação da TI Kanela, o então cacique Pedro Gregório Ketxy Canela fez um acordo com Raimundo Doca e Zé Leôncio, que eram invasores do território indígena. Depois dos apelos desses *cupén* (não indígenas), Pedro Gregório Ketxy recebeu deles um "agrado" para deixá-los aproveitar a roça que já tinham plantado e ordenou um "desvio" naquela divisa da área que estava sendo demarcada. Depois deles vieram Luis Bento, Cicho Nego, Raimundo Tomás, Trajino, Ezequiel (um dos primeiros moradores). Em 2000, os moradores eram: Sui, Deri, Nego do Bel, Joelino, Oscar, Amadeu, Nego Tomás, Sioni, Ozéas; totalizando nove famílias.

Então, esse limite que foi feito aqui, o serviço do final do meu sogro Pedro Gregório Ketxy que vem limitando essas terras aí, quando passou a lei do Sussuarana, cabeceira do Sussuarana, vem chegando no Bacuri, o Bacuri dos Resplandes, quando vem bem ali em cima do alto, já passando em cima que atravessar aí na passagem do Raimundo Tomás, o senhor Tomás que já foi falecido, ali embaixo, é lá que quer passar, então nesse tempo aqui no Bacuri onde que estou no limite, que estou aqui no portão, o senhor, o homem Trajino. O Trajino estava aqui nesse lugar, então Pedro Gregório Ketxy passando aqui, ele chamou o Pedro Gregório Ketxy aí ele encostou aqui, aí o Trajino, pediu a Pedro Gregório Ketxy, meu sogro, pediu em três vezes no favor do Pedro Gregório Ketxy, pedindo a ele, pra ele desculpar ele e dar esse pedaço de terra nessa curva que tem aqui, nessa voltinha, aí no Bacuri... pediu a ele, que ajudava a ele, dava um porco, dava também um saco de farinha pra ele, então, o finado meu sogro, Pedro Gregório Ketxy aceitou de receber esse duas coisa e o Trajino disse é... vai fazer esse serviço aqui por enquanto, quando aproveita a roça que ele tem, a roça de mandioca, quando ele aproveitar aí ele pode já ocupar esses terras aqui aí ele vai embora, aí ele pode se quiser acertar o dinheiro pra alinhar esse limite lá em cima, atravessar na passagem do Raimundo Tomaz. Mas, ele recebeu porco e a farinha e comeu e deu a volta por aqui, aqui tem uma volta, aqui fazendo arco, aí na passagem deu a volta foi passando por aqui no cabeceira do Soturno... Passa lá, em vez de passar reto de lá pra lá então, passou lá e aqui foi dado pro Trajino. Não foi dado, não foi vendido essas terras aqui não, esta terra aqui parece que foi enganado ele, só deu presente pra ele, duas coisas, um porco... esse mesmo preço de terra, é bem 4 Km de cima lá pro Soturno porque esse limite, esse quilômetro que eu vi agora, hoje, daqui pra lá tá dando 2 Km, pode ser dá 6 Km pra lá, esse de cima pra acertar. Então, esse que foi falado pro Sr. Pedro Gregório Ketxy e o Pedro Gregório Ketxy recebeu esses duas coisas e ele fez essa curva aqui pra ele e ele ficou aqui dentro dessas área aí, porque ele chamou o Pedro Gregório Ketxy de cunpadre. Chamou cunpadre e a muié dele também chamaram cunpadre, pediu a ele por favor dele, o favor de deixar o canto de terra aqui pra ele aproveitar a roça que tem aqui, a roça de mandioca que tem aqui que foi dada

pra ele e ele ficou aqui e passando um ano quando aproveitou, quando terminou de aproveitar essa roça de mandioca aí os dois morreu, o Trajino morreu e a muié dele morreu também aí foram embora, então, só tem a família dele que está aqui, Sione, esse Oséias, Suí esses outros que tá aqui no papel que foi ele que tava aqui no lugar dele trabalhando já aqui, mais não tem proprietário tudo certo não, aqui não tem proprietário de plantio de laranja outra coisa não tinha não, não tem casa boa não, só tem barraquinha e não vale uma casa de barraquinha do índio mesmo por aqui.

(...) fizeram foi isso, deu uma ajuda pra esses homens, esse Trajino e a muié dele, e outros nada, e até agora mesmo, hoje, não tem morador não, só tem pouquinho. Tem 4 morador que tem aí trabalhando e outro que tá trabalhando aqui mais mora no Jenipapo, só vem trabalhar aqui e voltar pra lá, então, aqui não tem morador não só tem esses 4 morador que tem aqui pra fazer isso. (Raimundo Roberto Kapeletuch Canela, 2004).

Oséas e Sione ficaram no local após a morte de Trajino, perpetuando um acordo pontual feito por Pedro Gregório Ketxy Canela e com o qual a comunidade como um todo não concordou. O sr. Raimundo Roberto Kapeletuch Canela, antiga e importante liderança que mora bem próximo a esse local, também defende a retirada desses ocupantes, sendo que existem algumas famílias indígenas (Zé Pires Karroro, Zé Diogo Peprér e outros) interessadas em reocupar essa área, reconhecidamente boa para roça. A correção deste limite foi feita pelos índios antes do uso do GPS pelo agrimensor do GT com uma precisão impressionante.

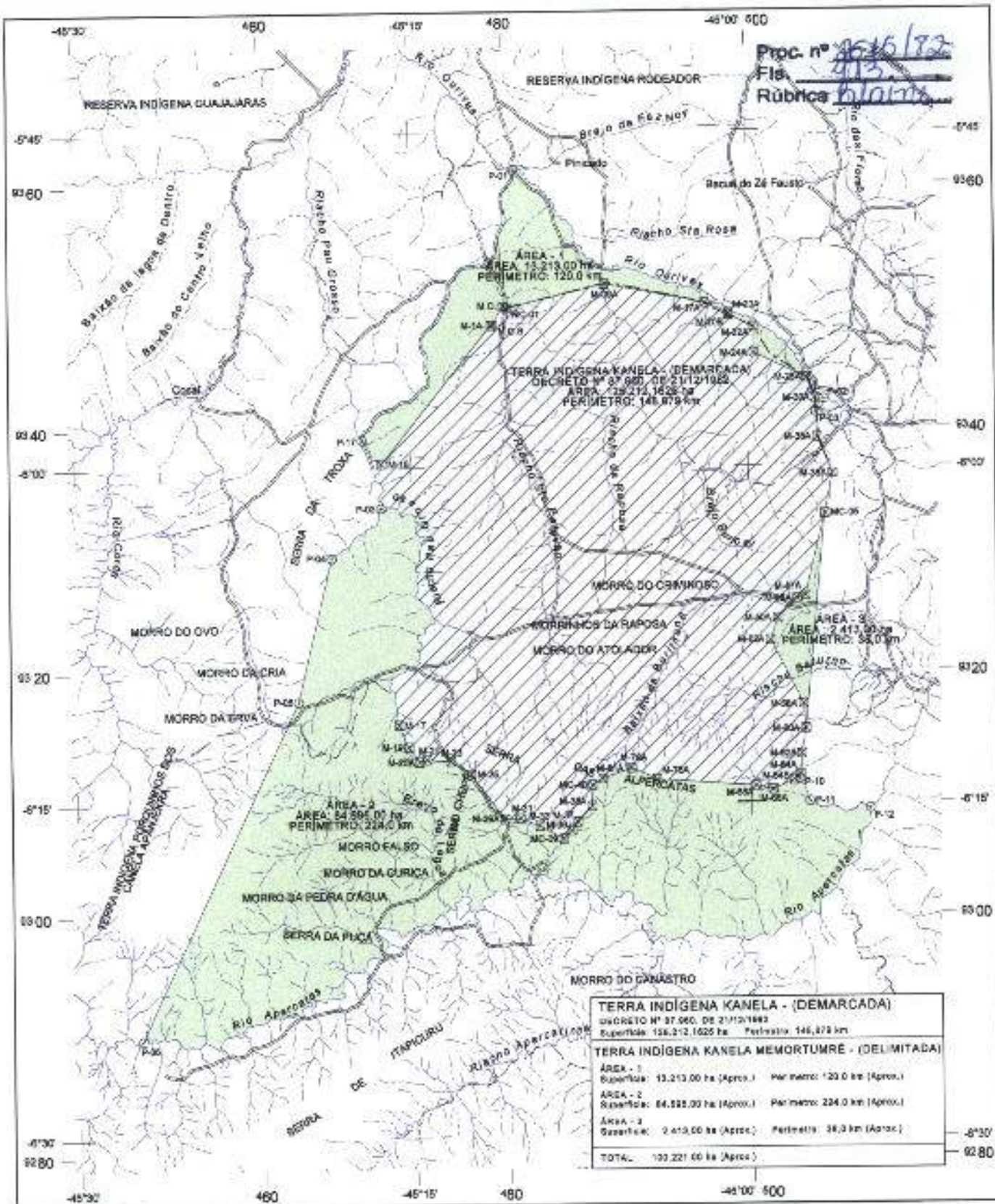
Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que a presente proposta de limites reúne as condições necessárias ao desenvolvimento das atividades produtivas dos Canela-Ramkokamekra, a seu bem-estar em termos ambientais e à sua reprodução física e cultural, de acordo com seus usos, costumes e tradições, amparando-se, portanto, no artigo 231 da Constituição Federal de 1988.

Seguem mapa e memorial descritivo da área delimitada.



Jaime Garcia Siqueira Jr.
Antropólogo coordenador GT Kanela



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
- TERRA INDÍGENA DEMARCADA
- POSTO INDÍGENA - CAMPO DE FÓRUM
- ALDEIA INDÍGENA - MALOCA INDÍGENA
- CAÇA - PESCA
- COLETA - SERPENTE
- RODOVIA PAVIMENTADA
- RODOVIA NÃO PAV. PERMANENTE
- RODOVIA NÃO PAV. PERIÓDICA - CAMINHO
- RIO PERMANENTE - RIO INTERMITENTE
- LAGO OU LAGOA - TERRENO SUJEITO À INUNDACÃO
- PONTO DIGITALIZADO - DIREÇÃO DE CORRENTE
- LIMITE MUNICIPAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT

DESCRIÇÃO:		DELIMITAÇÃO	
TERRA INDÍGENA KANELA MEMORTUMRÉ		SUPERFÍCIE	PERÍMETRO
BARRA DO CORDA E FERNANDO FALCÃO		DECRETO: 136.212,1628 ha	262,7 km
ESTADO: MARANHÃO		DELMITADO: 136.212,1628 ha	DATA: 15/08/2012
Cidade: PALMAS		PROJEÇÃO: 1:460.000	BASE CARTOGRÁFICA: MI-958, MI-959, MI-1036, MI-1038
RESP. TEC. DELIMITAÇÃO LÍMITES	RESP. TEC. IDENTIFICAÇÃO LÍMITES	PORTARIA Nº:	
AL-MT CARLOS RIBEIRO COORDENADOR	RENATO C. PEREIRA DA SILVA ENGENHEIRO DE CARTEIRAS CREA Nº 2.3002	JOSÉ ANTÔNIO DE SA ENGENHEIRO DE CARTEIRAS CREA Nº 1.111-1.186	



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº 2615/82
Fls. 414
Rúbrica Primo

DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT
COORDENAÇÃO GERAL DE GEOPROCESSAMENTO - CGGeo

MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO

Imóvel	: Terra Indígena Kanela Memortumré
Grupo Indígena	: Kanela
Aldeias Integrantes	: Escalvado
Municípios	: Barra do Corda e Fernando Falcão
Unidade Federativa	: Maranhão
CR da FUNAI	: Palmas - TO
Superfície	: 100.221,00 ha (cem mil, duzentos e vinte e um hectares), aproximadamente.
Perímetro da Área	: 262,7 km (duzentos e sessenta e dois quilômetros e setecentos metros), aproximadamente.
Delimitada e Regularizada	

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Área - 1

Superfície: 13.213,00 ha (treze mil, duzentos e treze hectares), aproximadamente.
Perímetro: 120,0 km (cento e vinte quilômetros), aproximadamente.

Partindo do ponto **P-01**, de coordenadas geográficas aproximadas 05°46'43" S e 45°10'22" WGr., situado na margem esquerda do Rio Ourives; daí segue pela referida margem, a montante, até o ponto **P-02**, de coordenadas geográficas aproximadas 05°57'02" S e 44°56'36" WGr., localizado na confluência com o Riacho do Currallinho; daí segue pela margem esquerda do referido riacho, a montante, até o ponto **P-03**, de coordenadas geográficas aproximadas 05°57'39" S e 44°56'57" WGr., situado na margem esquerda do Riacho Currallinho e divisa com a Terra Indígena Kanela (Decreto 87.960 de 21/12/82); daí segue confrontando coma a referida terra indígena passando pelos seguintes marcos com suas respectivas coordenadas geográficas: **M-30A**, 05°57'00" S e 44°56'59" WGr.; **M-28A**, 05°56'05" S e 44°57'22" WGr.; **M-24A**, 05°54'58" S e 44°59'43" WGr.; **M-22A**, 05°53'48" S e 44°59'43" WGr.; **M-20B**, 05°53'16" S e 45°00'51" WGr.; **M-20A**, 05°53'11" S e 45°00'50" WGr.; **M-17A**, 05°52'43" S e 45°01'52" WGr.; **M-09A**, 05°51'51" S e 45°06'20" WGr.; **MC-01**, 05°52'54" S e 45°10'41" WGr.; **M.O.**, 05°52'49" S e 45°10'51" WGr.; **M.O.B.**, 05°53'40" S e 45°11'20" WGr.; **M-1A**, 05°53'40" S e 45°11'25" WGr.; **M-16**, 05°59'48" S e 45°16'19" WGr.; situado na margem direita do Ribeirão Cabeceira do Meio ou Pau Grosso; daí segue pela margem do referido ribeirão, sentido jusante, até o ponto **P-17**, de coordenadas geográficas aproximadas 05°58'43" S e 45°17'11" WGr., situado na margem direita do Ribeirão Cabeceira do Meio ou Pau Grosso com a faixa de domínio de uma estrada vicinal; daí segue pela faixa de domínio da referida estrada, sentido geral norte, até o ponto **P-18**, de coordenadas geográficas aproximadas 05°50'54" S e 45°11'29" WGr., situado no entroncamento com outra estrada vicinal; daí segue pela faixa de domínio da referida estrada, sentido geral norte, até o ponto **P-01**, início da descrição deste perímetro.

Bibliografia

ABRANCHES, Dunshee de. A Esfinge do Grajaú, Memória. S.A. Editorial Jornal do Brasil, RJ, 1959.

ABREU, Froes – Na Terra das Palmeiras: Estudos Brasileiros. Oficina Industrial Graphica, RJ, 1931.

AZANHA, Gilberto – A forma “Timbira”: estrutura e resistência. Dissertação mestrado USP, SP, 1984.

BERREDO, Bernardo P. – Anais Históricos do Estado do Maranhão. 4ª ed., Tipo Editor Ltda., RJ, 1988

BRANDES, Galeno E. – Barra do Corda na História do Maranhão. SIOGE, São Luís, 1994.

CABRAL, Maria do Socorro C. – Os Caminhos do Gado. SIOGE, São Luís, 1992.

CARNEIRO DA CUNHA (org.) – Legislação Indigenista do Século XIX. Edusp/Comissão Pró-Índio, SP, 1992.

COELHO, E.M.B. – A Política Indigenista no Maranhão Provincial. SIOGE, São Luís, 1990.

COELHO NETO, Eloy – História do Sul do Maranhão. Terra, Vida, Homens e Acontecimentos. Ed. São Vicente, Belo Horizonte, 1979.

CROCKER, William H. – The Canela (Eastern Timbira), I. An Ethnographic Introduction. Smithsonian Contributions to Anthropology, n. 33. Smithsonian Institution Press, Washington, D.C., 1990.

– Os índios Canela hoje. Nota prévia. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia n.2, Belém, julho de 1958.

- O Movimento Messiânico Canela. Uma introdução (1967), in: SHADEN, E. – Leituras de Etnologia Indígena. C.E.N., SP, 1976.

- Estórias das Épocas de Pré e Pós-Pacificação dos Ramkokamekra e Apaniekra-Canela. Boletim do MPEG n.68, Belém, 1978.
- The Canela (Eastern Timbira) I An Ethnographie Introduction. Smithsonian Contributions to Anthropology, n. 33, 1990.

DROULERS, M. e Patrick Maury – Colonização da Amazônia Maranhense, in: Revista Ciência e Cultura, n.33, pp. 1033-1050, SP, agosto/1981.

DA MATTA, Roberto da – Mito e Anti-Mito entre os Timbira, in: (Vários autores) - Mito e Linguagem Social. Ed. Tempo Brasileiro, pp. 77-106, RJ, 1970.

- Mito e Autoridade Doméstica, in: Ensaios de Antropologia Estrutural. Vozes, Petrópolis, 1972.
- Um mundo dividido: a estrutura social dos índios Apinayé. Ed. Vozes, Petrópolis, 1976.

FREITAS, J.M. – “Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. José Manoel de Freitas passou a administração da província ao 1º vice-presidente Conselheiro João Paulo Monteiro de Andrade, em 7 de março de 1883”. Typ.de O Paiz, São Luís, 1883.

GAIOSO, Raimundo J. de S. – Compêndio Histórico-Político dos Principios da Lavoura no Maranhão. Ed. Livros do Mundo Inteiro – SUDEMA, RJ, (1870) 1970.

GORDON JR., César C. – Aspectos da organização social Jê: de Nimucndajú à década de 90. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, RJ, 1996.

GREENE, Margaret E. & William Crocker – Some demographic aspects of the Canela Indians of Brazil, in: South American Indian Studies, n. 04, Bennington Vermont, 1994.

HEMMING, John – Amazon Frontier. The Defeat of de Brazilian Indians. Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1987.

LADEIRA, Maria Elisa – A troca de nomes e a troca de cônjuges. Uma contribuição ao estudo do parentesco Timbira. Dissertação mestrado USP, SP, 1982.

MARANHÃO, Arquivo Público do Estado. Repertório de Documentos para a História Indígena no Maranhão. SECMA, São Luís, 1997.

MARQUES, Cezar A. – Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão. 3ª edição, Ed. Fon-Fon e Seleta, RJ, 1970.

MEIRELLES, Mário M. – História da Independência no Maranhão. Antenova, RJ, 1972.

➤ História do Maranhão. SIOGE, 2ª ed., São Luís, 1980.

MELATTI, Júlio Cezar – “Nominadores e genitores: um aspecto do dualismo Krahô”, in: SCHADEN, Egon – Leituras de Etnologia Brasileira. Cia. Ed. Nacional, SP, 1976.

- O sistema de parentesco dos índios Krahô. Série Antropologia 3, UnB, Brasília.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo – A Política Indigenista Brasileira durante o Século XIX. Tese de Doutorado. 3 vols. Fac. de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, SP, 1971.

➤ Índios da Amazônia, de Maioria a Minoria (1750-1850). Vozes, Petrópolis, 1988.

MOTT, Luiz – Piauí Colonial. População, Economia e Sociedade. Proj. Petrônio Portela, Teresina, 1985.

NIMUENDAJU, Curt – The Eastern Timbira. University of California, Berkeley and Los Angeles, 1946.

➤ Mapa Etnohistórico. IBGE-Pró-Memória, RJ, 1987.

➤ Cartas do Sertão. De Nimuendajú para Carlos Estevão de Oliveira. Museu Nacional de Etnologia. Portugal: Assírio e Alvim, 2000.

OLIVEIRA, Adalberto Luiz Rizzo de – Ramkokamekra-Canela: Dominação e Resistência de um Povo Timbira do Centroeste Maranhense. Dissertação de mestrado. Unicamp. Campinas/SP, 2002.

O NORTE (Periódico). Barra do Corda, 08/11 a 29/11, 1913.

RIBEIRO, Darcy – Os Índios e a Civilização. Vozes, Petrópolis, 1982.

RIBEIRO, Francisco de Paula – “Memória sobre as nações gentias que presentemente habitam o continente do Maranhão. Escritas no ano de 1819 pelo Major Graduado”, in: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo III, pp. 184-455, RJ, 1841.

- “Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e de Goyás no ano de 1815 em serviço de S.M. Fidelíssima”, in: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo X, pp. 5-80, RJ, 1848.
- “Descrição do território de Pastos Bons nos sertões do Maranhão (1819), in: Cardoso, Clodoaldo – Municípios Maranhenses: Pastos Bons. Serviço Gráfico do IBGE, pp. 45-87, RJ, 1946.

SCHADEN, Egon – Leituras de Etnologia Brasileira, Cia. Ed. Nacional, SP, 1976.

- Índios e Criadores. A situação dos Krahô na área pastoril do Tocantins. ICS-UFRJ, RJ, 1967.
- O Messianismo Krahô. Herder-EDUSP, SP, 1972.
- O sistema de parentesco dos índios Krahô. Série Antropologia 3, UnB, Brasília.

SPI. Serviço de Proteção aos Índios - Informação n. 22 AC Doc. 126, Filme 380, Fot. 1420-1432, 28/12/1941.

- Relatório do Chefe da SOA, AC Doc 161, Filme 380, Fot. 1433-1440, 29/07/1949.



PORTARIA Nº 1359, DE 29 DE OUTUBRO DE 2004

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.645, de 25 de março de 2003, de conformidade com o art. 19 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e com o Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, resolve:

Art. 1º Constituir Grupo Técnico com a finalidade de realizar estudos de revisão de limites da Terra Indígena Kanela/Buriti Velho, localizada nos municípios de Barra do Corda e Fernando Falcão, no Estado do Maranhão, composto por:

1. Jaime Garcia Siqueira – antropólogo-coordenador, consultor FUNAI/UNESCO

2. Francisco José Lopes de Souza – ambientalista, consultor/UNESCO

Art. 2º Determinar o deslocamento dos membros do Grupo Técnico aos municípios de Barra do Corda e Fernando Falcão concedendo o prazo de trinta dias para a realização dos trabalhos de campo do antropólogo-coordenador e vinte dias para o ambientalista, a contar da data dos respectivos deslocamentos.

Art. 3º Estabelecer o prazo de cento e oitenta dias para a entrega do relatório do antropólogo-coordenador e noventa dias para a entrega do relatório do ambientalista, a contar do retorno de campo.

Art. 4º As despesas com o Grupo Técnico e seus deslocamentos correrão à conta do Programa Território e Cultura Indígenas, Ação Identificação e Revisão de Terras Indígenas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

MÉRCIO PEREIRA GOMES

[Documento publicado no DOU de 01/11/04, Seção 3, pág. 17.]

Car



PORTARIA Nº 1449, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2004

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.645, de 25 de março de 2003, de conformidade com o art. 19 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e com o Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, resolve:

Art. 1º Alterar o art.º 1º da Portaria nº 1359/PRES, publicada no Diário Oficial da União em 01 de novembro de 2004, Seção 2, página 17, incluindo Renato Eduardo Pereira D'Alencar – engenheiro agrimensor, Mariana Wiecko Volkmer Castilho – ambientalista/consultora FUNAI/UNESCO e Augusto Marcos de Oliveira Santiago – ambientalista/colaborador, e excluindo Francisco José Lopes de Souza – ambientalista/consultor FUNAI/UNESCO, no GT de revisão de limites da Terra Indígena Kanela/Buriti Velho, localizada nos municípios de Barra do Corda e Fernando Falcão, no Estado do Maranhão.

Art. 2º Estabelecer o prazo de vinte e quatro dias para a ambientalista, dez dias para o engenheiro agrimensor e treze dias para o ambientalista, para a realização dos trabalhos de campo, a partir da data dos respectivos deslocamentos.

Art. 3º Estabelecer o prazo de noventa dias para a entrega do relatório ambiental e trinta dias para a entrega do relatório cartográfico, a contar do retorno de campo.

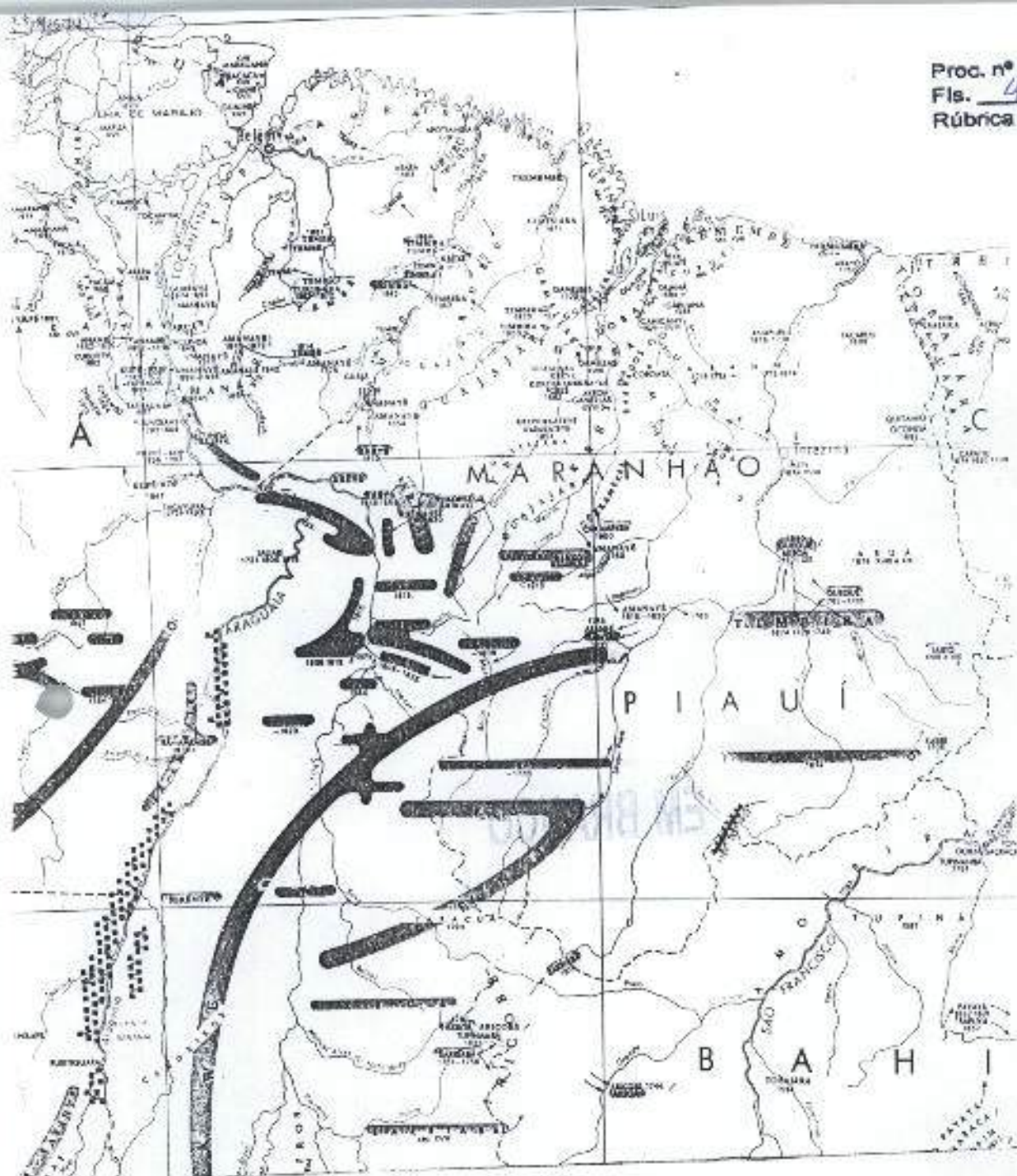
Art. 4º As despesas com o Grupo Técnico e seus deslocamentos correrão à conta do Programa Território e Cultura Indígenas, Ação Identificação e Revisão de Terras Indígenas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

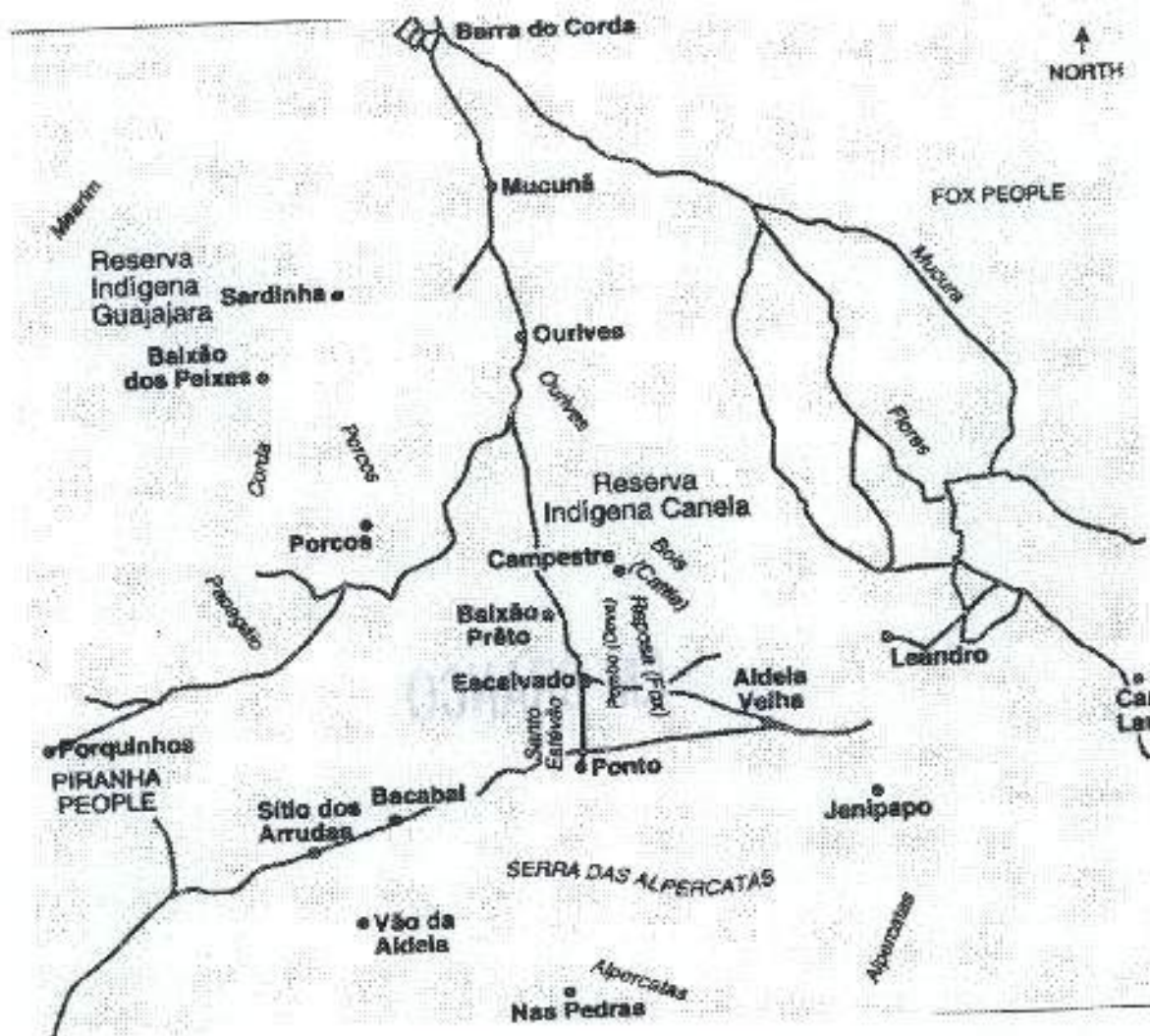
ROBERTO AURÉLIO LUSTOSA COSTA

[Documento publicado no DOU 25.11.04, Seção 2, pág. 21]

Laio



Qai



Mapa de ocupação da área Canela (Crocker, 1994)

Car

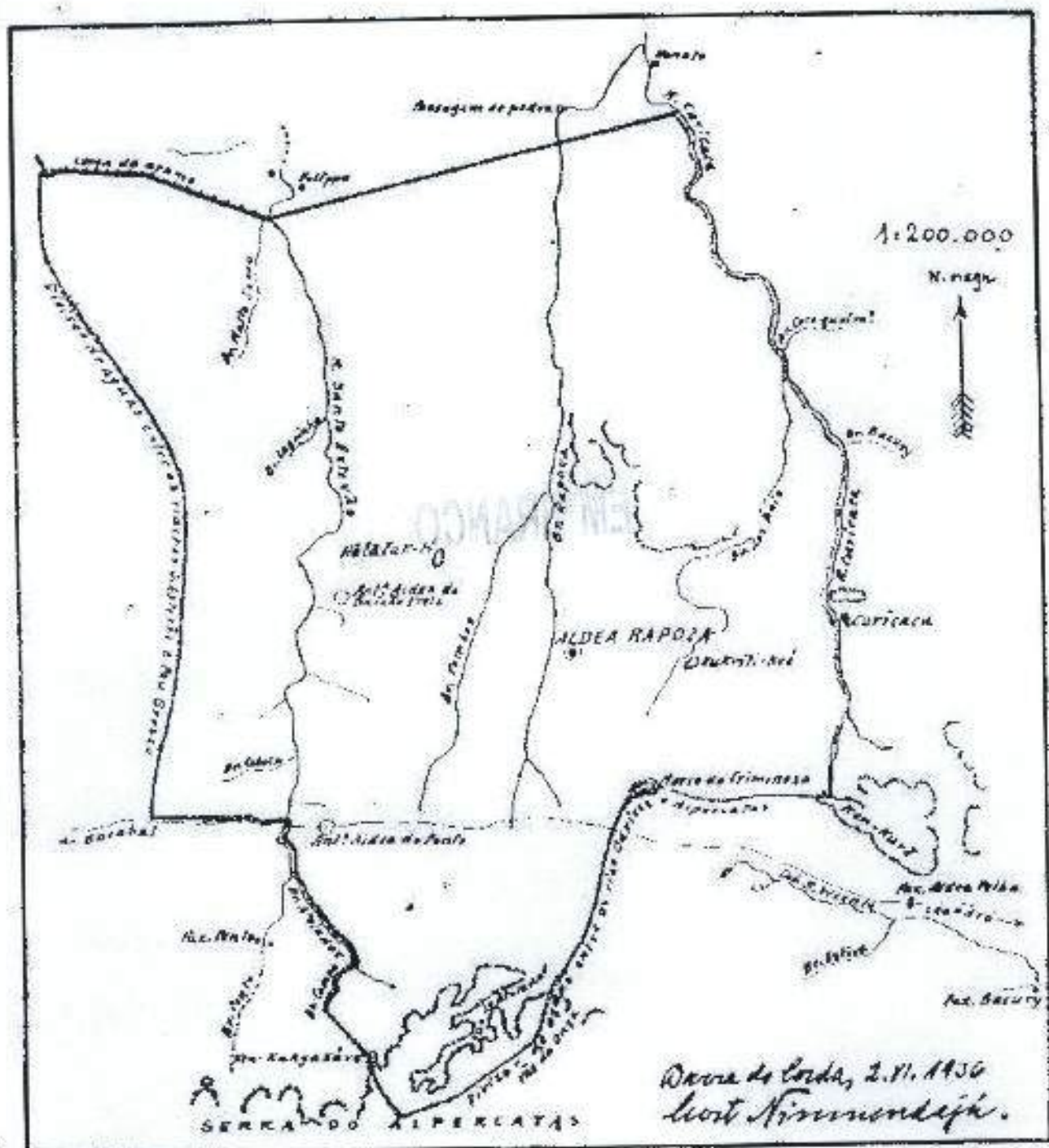
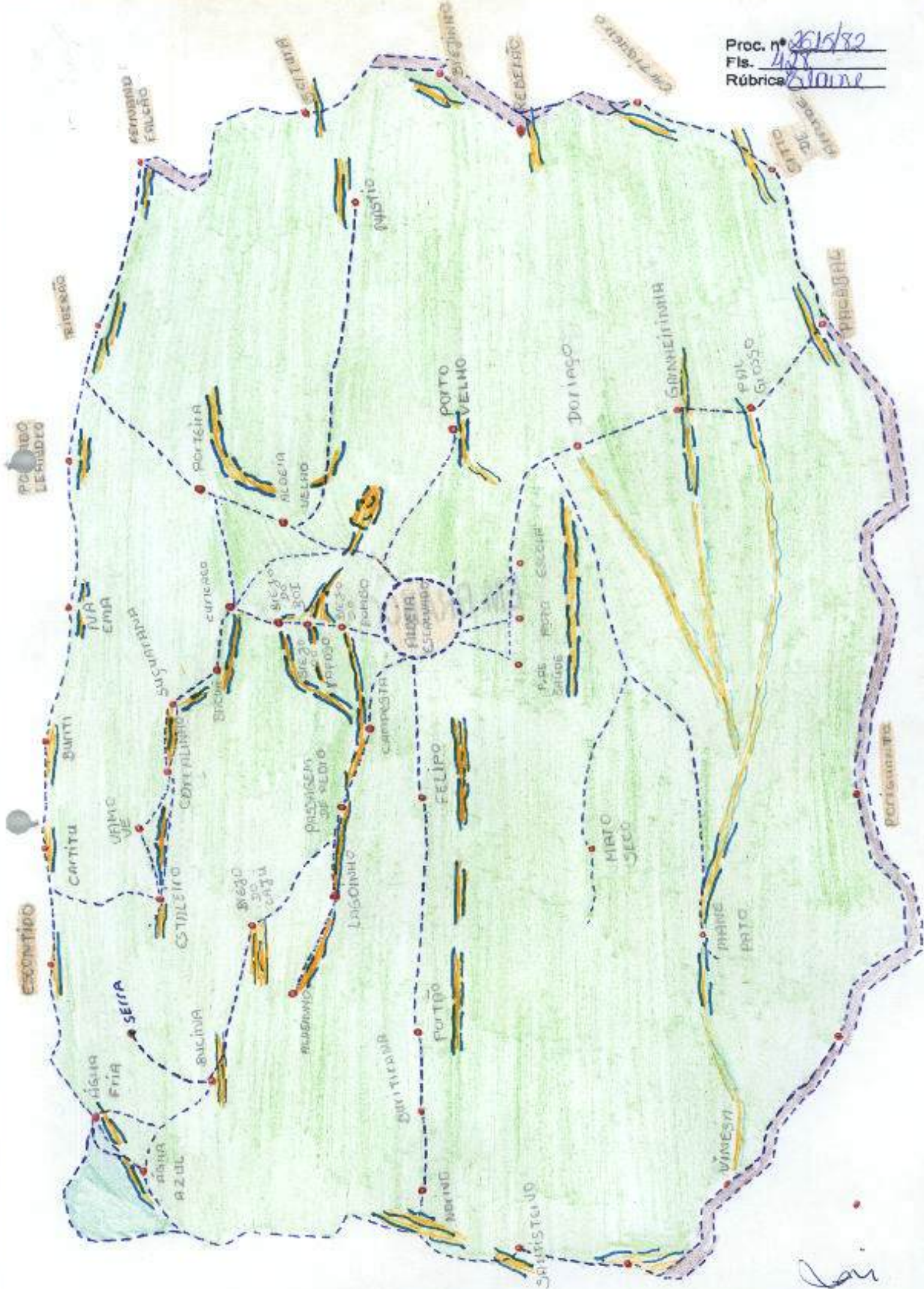


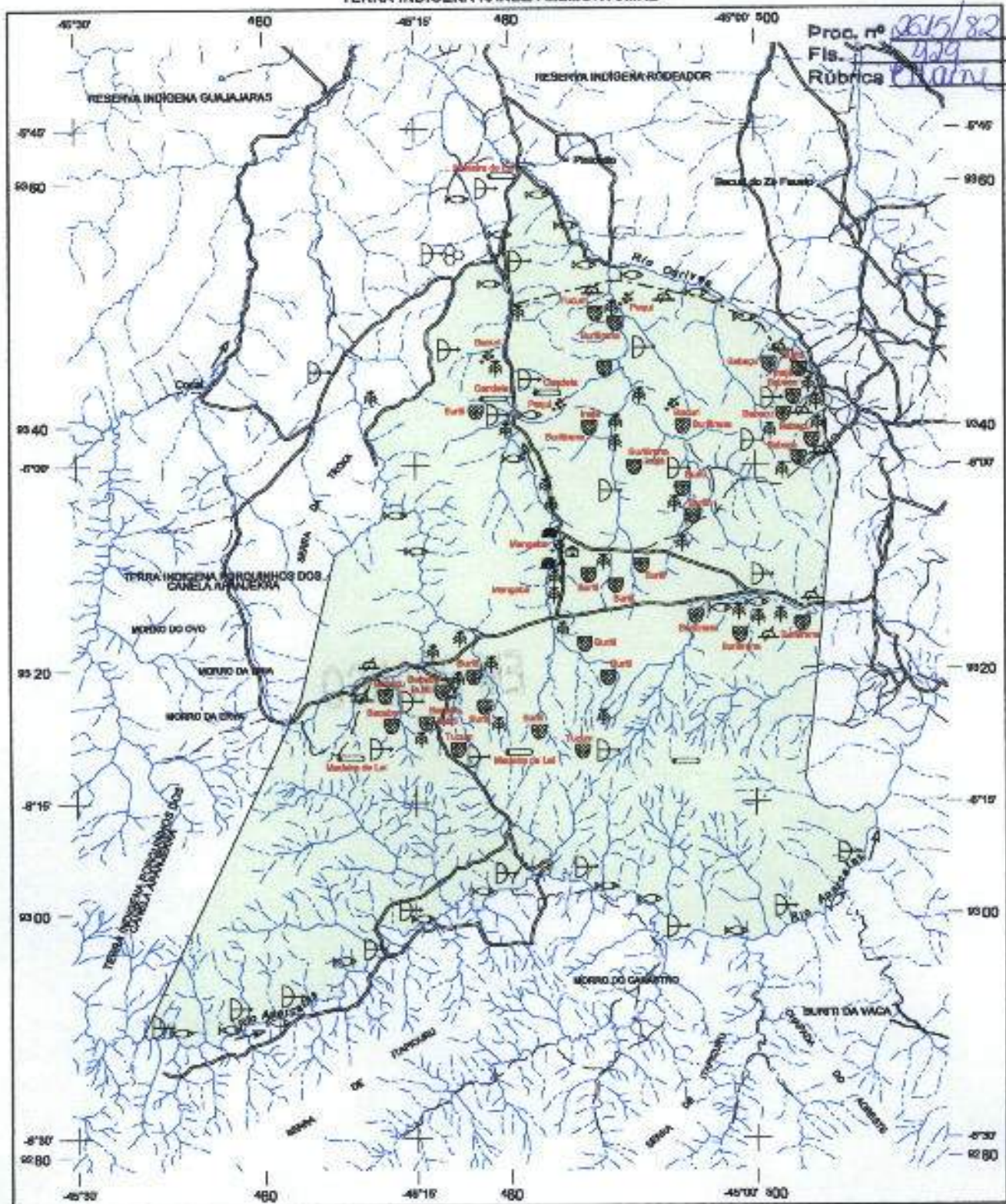
Fig. 13 - Croquis do levantamento das terras dos Canelas mencionado na carta de 3.1.1936.

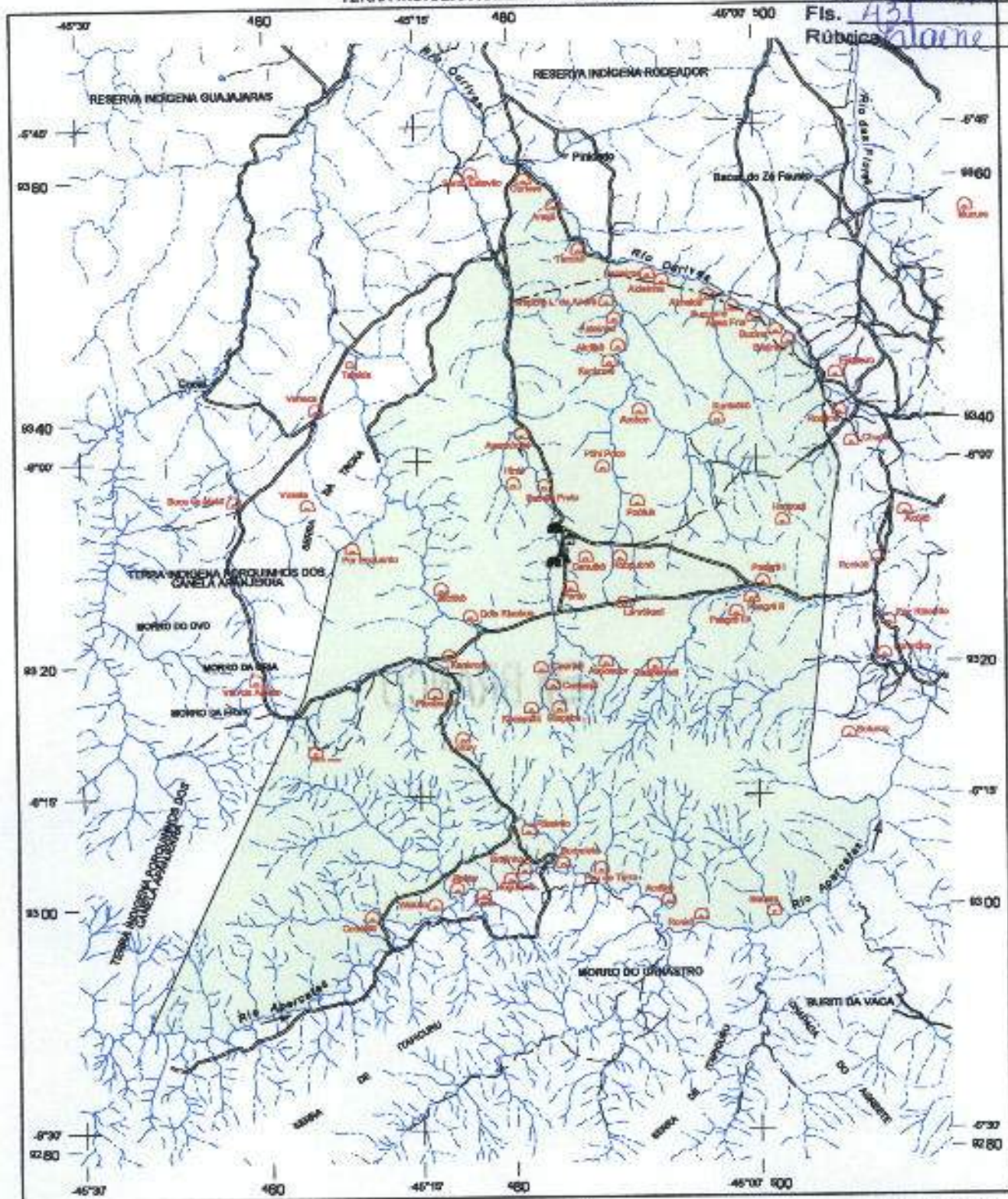
Car



30

TERRA INDÍGENA KANELA MEMORTUMRÉ





ESCALA: 1:450.000

LEGENDA

	TERRA INDÍGENA DELIMITADA		ALDEIAS ANTIGAS		LIMITE INTERNACIONAL		CAMPO DE POUSO
	POSTO INDÍGENA		COLETA		LIMITE ESTADUAL		RIO PERMANENTE
	ALDEIA INDÍGENA		MEL		LIMITE MUNICIPAL		RIO INTERMITENTE
	MALOCA INDÍGENA		FRUTAS SILVESTRES		RODOVIA PAVIMENTADA		TERRENO SUJEITO À INUNDAÇÃO
	CAÇA		EXTRATIVISMO DE MADEIRA		RODOVIA NÃO PAVIMENTADA		LAGO OU LAGOA
	ÁREA DE ATRITO		CEMITÉRIO INDÍGENA		RODOVIA NÃO PAVIMENTADA TEMPORÁRIA		DIREÇÃO DE CORRENTE
	ROCHA		ESCOLA		CAMINHO		
	PESCA		IGREJA				

RELAÇÃO DE ANTIGOS ALDEAMENTOS CANELA-RAMKOKAMEKRA

- Aldeia do Brejinho - HIMPORÉ (Lagoinha)
- Na mesma época que fizeram a aldeia Paagré, fizeram também a aldeia Brejinho - a mãe do Abilinho *Itomim* Canela ainda não tinha nascido.
- Paagré mudou p/ o Ponto → onde já teve 6 aldeias
- Vão da aldeia → cabec. do Bacabal (TEREION KRĀTUK) → cab. do Ponto (CAPAADIKRÉ) → Cab. da Piaçada → (RONPEIRÉKOKRÉ) → Atolador (PRINTIZIKWATXYKRÉ) → João Vicente (CAAPERCAT = Bacaba) → Paagré (aldeia Velha) → Brejo do Curicaca (AROHŌN)
-
- → HIMPORÉ → Brejo do Bacuri (Kuntxêko)
-
- PUBPUBHŌ (Folha de banana brava) → Brejo dos Bois (Poótuk) → LONRÓKADI (Macaúba) → Brejo da Raposa (PUBHŌ) → Brejo dos Pombos (CANUTKŌ) → Brejo do Baixão Preto (KUNTXÉTICAUE) → Campestre (PO'HI POCO = um pouco de chapada no meio do mato = **canudo/pé de eachimbo**) → KUTÓTICATI (Toco de sucupira)
- Cajueiro (acrit kô) → Passagem de Pedra (Ken Kroré) → Lagoa do André (Himporé) → Baixão do Felipe (AwarKōkō = anajazeira) → Brejo do mato seco (HINLÉ = Cocô de minhoca) → Brejo do Cajueiro (acrit kô = na beira do Pau Grosso) → Dois Riachos (Koria Krut) → Galheirinho (Pien Txondi = Areião) → cabeceira do Galheirinho (Lorory = fila de cupim)

[Aldeias mais antigas]

Vão da aldeia (Kenakrin)

- cab. Bacabal → Codetéti (água limpa) = Chuveiro (Alpercatas) →
- Morro do Quati (WAKŌN)
- Honká Ietxó (Jibóia)
- Krotu (Porco Queixada)
- Hogueiahê (Ninho do Gavião)
- Brejinho (Krotuto Amdigahutxó = se bateram com bucho de porco) →

Can

→ Ribeirão (Pódi Txuáputi = um dente de taboca) → Baixão do Cajueiro
(Aeritkô) → Borboleta (Vevéionkô) → Pau da Terra (Krókô = pau oco, bom p/
tiúba) - História de índio que cortou madeira atrás de mel e só encontrou terra...

→

→ Vertença (Ronkô = Tucum verdadeiro da chapada) → muito tucum, bastante
usado nos artesanatos, instrumento musical e alimentação

→ Bacuri da Rita (Kuutxêkô) também é chamado de Brás.

→ Bacaba (Awirekô = pau de lagarta) → Soturno (Ironpéi = Mato Bom)

→ Bacuri Cavalcante (no tempo do Luis Domingos, o morador chamado
Cavalcante pediu p/ ficar) → Kuutxêkô

- Fernando Falcão/Jenipapo dos Resplandes (Lonrókô) = macaúba → Ribeirão (Krolkô)
- → Maromba (Lonkôti = cocal grande) → Leandro (Akókô = Lugar de Tiririca)
- → Chupé (Kukranti = Arapua grande) = fica na cabeceira de um afluente de rio Sussuarana. → Krodikré (Buraco de Sucuri = Sussuarana → estaleiro (Capraniatui = Jabuti Aleijado) → Brejo Seco (Kon-Kroré = brejo seco) → Brejinho (Kokrytréhoiatxoitxâ) = onde fizeram capote [máscara] p/ festa)
- Buzina (Hônhi)
- Água Fria (Koia Kry)
- Sucupira (Kutó Kat)
- Almeida (Pârejtápâ = madeira em cima do brejo [ponte])
- Aldeinha (Krinré)
- Barreiro (Wahiti = ponta de mato)
- Juçara (Terdikô = Juçara)
- Anajá (Anakôkô = Anajazeiro)
- Ourives (Konânkenpó = pedra arcada, larga, dentro d'água).
- Santo Estevão (Kenkroré = passagem de pedra)
- Tetekia (entre Porco e Jequi) = Lontra Moqueada.
- Veneza (Kaikaikô = Folha Banana Brava Pequena)
- Por enquanto (Prinkô = Pequizeiro) → os índios se encontravam cá, na época do Manoel dos Santos (ajudante) e Zé Fumeiro (pa'hi Porquinhos)
- Violeta (Pompéi = Campo Limpo / Chapada Bonita)
- Boca da Mata (Pykô = Lugar de Urucum)

Coni

- Kogapréti (brejo vermelho)
- Caapádi (tirirical)
- Piepiegrézinkáve = canto do ... cansansão
- Ronkokódikré = vão do atolador

EM BRANCO

La.

RELATÓRIO AMBIENTAL

TERRA INDÍGENA KANELA

PORTARIA nº. 1449, de 1º/11/ de 2004



Território Canela-Ramkokamekrá, por Luzanira Canela

Mariana Wiecko Volkmer de Castilho
Geógrafa, CREA 10.556/D

Versão final
Araguaina, ago. 2005

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 A LOCALIZAÇÃO GEOPOLÍTICA	13
2.1 A geografia física do centro-sul maranhense	13
2.2 A organização política: municípios de Barra do Corda e Fernando Falcão (MA)	22
3 OS AMBIENTES NATURAIS DO PONTO DE VISTA INDÍGENA	28
4 OS CANELA-RAMKOKAMEKRA	38
4.1 O histórico do contato	38
4.2 Os estudos da Terra Indígena Kanela	40
4.3 A Aldeia Escalvado e seus integrantes	45
5 A SEGURANÇA ALIMENTAR	55
5.1 A agricultura	55
5.2 A importância da caça	69
5.3 A pesca	78
5.4 O extrativismo	81
5.5 A geração de renda	95
6 CONCLUSÃO	98
7 ANEXOS	100
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128

M. Castilho

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório ambiental foi realizado em atendimento a Portaria n. 1449, de 1º novembro de 2004, do Presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que designou Grupo Técnico com o objetivo de desempenhar os estudos da Terra Indígena Kanela, composto por Jaime Siqueira – Antropólogo/Coordenador, Mariana Wiecko Volkmer de Castilho – Geógrafa/Ambientalista, Renato D'Alencar – Engenheiro Agrimensor e Augusto Marcos de Oliveira Santiago – Agrônomo/Ambientalista colaborador, no período de 24 de novembro a 16 de dezembro de 2004.

A Terra Indígena Kanela, é habitada, desde tempos imemoriais, por índios da etnia Kanela-Ramkokamekra, família Timbira, tronco linguístico macro Ge. Está localizada nos municípios de Barra do Corda e Fernando Falcão, na região centro sul do Estado do Maranhão.

O presente relatório, norteado pelos arts. 231 e 232 da Constituição Federal busca mostrar do ponto de vista ambiental as terras habitadas em caráter permanente (locais de moradia), as utilizadas para suas atividades produtivas (setores de roça), as imprescindíveis à preservação dos recursos naturais necessários a seu bem estar (áreas onde desenvolvem as atividades de caça, pesca e coleta), e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (preservação das nascentes dos brejos e rios que correm para dentro da área indígena, bem como a conservação do cerrado e proteção às inúmeras espécies de mamíferos, insetos, répteis, roedores e aves que habitam este bioma, muitos deles inscritos na lista de extinção).

MVCastilho

O trabalho na Terra Indígena Kanela foi realizado em três etapas: a) 24 (vinte e quatro) dias de trabalho junto à comunidade indígena Canela-Ramkokamekra na aldeia Escalvado; b) dois dias na cidade de Barra do Corda para levantamento de informações em instituições públicas e privadas, tais como Fundação Nacional do Índio (FUNAI Núcleo Kanela), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Fazenda Chapada, pertencente a empresa Merck do Brasil; c) dez dias em Brasília para elaboração e confecção dos mapas temáticos, com o auxílio dos profissionais da Coordenação Geral de Demarcação Funai, e para pesquisas nos arquivos e biblioteca da Funai e na biblioteca da Universidade de Brasília.

Na primeira etapa foram utilizadas as seguintes estratégias:

- 1.1) reuniões com a comunidade;
- 1.2) incursões aos limites propostos;
- 1.3) oficinas de elaboração de mapas, abrangendo setores de roça, áreas de caça, pesca e coleta;
- 1.4) visitas aos setores de roça;
- 1.5) caminhadas pela chapada, nas proximidades da aldeia;
- 1.6) entrevistas;
- 1.7) confecção de desenhos;
- 1.8) participação no cotidiano da comunidade.

M. Castilho

1.1 Reuniões com a comunidade

A identificação da Terra Indígena Kanela é uma antiga reivindicação dos Canela-Ramkokamekra. Com a chegada dos membros do GT, um a um, este passou a ser o assunto principal no pátio, nas casas e em todos os lugares. A comunidade encontrava-se dispersa nos



Jaime Siqueira

Figura 1 Uma das inúmeras reuniões realizadas no pátio da aldeia.

setores de roça e/ou em outras atividades, sendo necessário reuni-la. Várias foram as reuniões (figura 1) realizadas no pátio da aldeia, pela manhã e/ou ao entardecer, para apresentar o papel de cada um dos participantes do GT, levantar as informações, discutir o trabalho, as áreas importantes, a presença não-índia e seus impactos em território indígena.

Foram vários os companheiros nesta empreitada, dentre eles, as lideranças Marcelino (cacique), Francisquinho Tep Hot (major), Abilinho, Zé Pires, Zé Diogo Pebrer (figura 2).



Jaime Siqueira

Figura 2 Francisquinho Tep Hot, Mariana e Zé Pires. Ao fundo, a Serra das Alpercatas.

MWCastilho

1.2 Incursões aos limites reivindicados

Após vários dias de discussão sobre os limites da área e, à espera do engenheiro agrimensor para plotar os limites na base cartográfica da Terra Indígena demarcada nos anos 80, foram realizadas cinco excursões aos limites reivindicados. A primeira, na direção leste, setor de roça Aldeia Velha, onde há um portão que faz o limite atual da área indígena. O limite reivindicado foi apontado quase 3 km adiante do portão, num pé de pequi. O ponto já fora indicado na demarcação, em 1978 (figuras 3 e 4).



Figura 3 Portão de Limite Leste da Terra Indígena Kanela, junto ao setor de roça Aldeia Velha



Figura 4 Indicação do limite, em direção leste, num pé de pequi.

M. Teixeira

A segunda, na direção nordeste, setores de roça Vamos Ver, Estaleiro, Suçuarana e Buzina, onde a linha não acompanha o limite natural, que é o rio Ourives. O limite atual propicia



Mariana Castilho

a caça e a pesca predatórias por não-índios, vindos dos povoados Fortuna, Vamos Ver e da sede do município de Fernando Falcão em uma área com significativos cocais (babaçu). Os índios reivindicam a correção dos limites para acompanhar o curso do rio, como já o haviam feito em 1978 (figura 5).

Figura 5 Palmeiras Babaçu no setor de Roça Vamos Ver.

A terceira incursão, para o norte, no intuito de verificar a possibilidade de estabelecer uma área contínua com a da Terra Indígena Rodcador, dos Guajajara (figura 6). Atualmente entre as duas Terras Indígenas há um enclave ocupado por não-índios. Após algumas horas de conversas e demonstrações visuais nos mapas apresentados pelo GT, a liderança Naru, dos Guajajara, assentiu. Todavia, os Canela não se entusiasmaram, pois as etnias não mantêm relações entre si.



Mariana Castilho

Figura 6. Conversa demonstrativa com os índios Guajajara.

mcCastilho

A quarta incursão, na direção noroeste, do povoado de Porcos, região de antigos aldeamentos onde costumavam caçar e pescar. Em 1997, famílias de pequenos agricultores foram assentadas pelo INCRA. A reivindicação abrange parte dessa área de modo a estabelecer continuidade com a Terra Indígena Porquinhos, dos Canela-Apãnjikrá. A quinta e última incursão, rumo ao sudoeste, verificou a área do povoado de Bacabal dos Maciel, entre as duas terras indígenas e que já fora reivindicada em 1978. Nessa área existiu o aldeamento (Vão da Aldeia) onde se realizaram os primeiros contatos com os "cristãos". Já na direção sul verificou o rio Alpercatas, também reivindicado para novo limite, de forma a incluir área fundamental para caça e pesca e locais de antigos aldeamentos e proteger todas as nascentes que correm para aquele rio.

Nesse último percurso, pela estrada que leva à cidade de Fernando Falcão, encontramos não-indios armados e uma boiada com mais de cem reses (figura 7). As serras, especialmente, a das Alpercatas estão na região considerada propícia ao plantio de soja.



Figura 7 Boiada sendo conduzida para a cidade de Fernando Falcão



Figura 8 Desmatamento na encosta do morro para plantio de pastagem.

Na localidade de Tucum, a alguns metros do rio Alpercatas, observamos desmatamento de encosta de morro para plantio de pastagem. (figura 8).

MCastilho



Figura 9 Os quatro netos do Sr. José, três deles gêmeos (da esquerda para a direita) na localidade de Bacuri da Rita.

Quilômetros adiante, margeando o mesmo rio, na localidade conhecida pelos regionais por Bacuri da Rita, (sítio de antigo aldeamento indígena), encontramos a família do Sr. José, um pequeno produtor, assentada ali há quase 50 anos (figura 9).

As incursões foram realizadas numa caminhonete com tração nas quatro rodas, tendo como motorista o Sr. Sisudo (figura 10).



Figura 10 Numa das paradas em direção sul do território Kanela. Entre os índios, de camiseta branca e bonê, o motorista Sisudo.

1.3 Oficinas para elaboração de mapas temáticos

Nos primeiros dias da chegada do GT à aldeia Escalvado, o antropólogo e a ambientalista reuniram algumas lideranças, entre elas o cacique Marcelino e o major Francisquinho, para elaboração do mapa com a localização dos antigos aldeamentos, setores de roça, áreas de coleta, caça e pesca. Na construção dos mapas coletivos, histórias de grandes caçadas, pescarias e coletas, bem como mitos Canela-Ramkokamekra foram contados (figuras 11 e 12).



Figura 11 Estudo da base cartográfica para localização dos antigos aldeamentos



Figura 12 Confecção do mapa com a localização das áreas de caça, coleta, pesca e setores de roça.

murcastillo

1.4 Visitas aos setores de roça

Como a comunidade estava dispersa pelos setores de roça, a equipe deslocou-se aos setores de roça para obtenção de informações e conhecimento da área. Nessas visitas a ambientalista pôde instruir-se sobre o manejo do roçado, os produtos cultivados, a participação das mulheres nas atividades produtivas.

1.5 Caminhadas pela Chapada

A ambientalista teve oportunidade de percorrer os caminhos da chapada, na companhia de Zé Diogo Pebrer e de Zé Pedro Preto Kyjno, os quais lhe mostraram algumas plantas, com poder



Figura 13 Edgar junto ao pé de Mangaba frutificado

de cura, muitas delas encontradas nos quintais das residências. Na companhia de Edgar, filho de Zé Diogo Pebrer, e do ambientalista colaborador Augusto, foram observadas espécies vegetais do bioma cerrado usadas com finalidades de espera de animais, curativas, alimentícias e artesanais, tais como a Mangaba (*Hancornia speciosa*) e o Pau de Leite (*Sapium glandulatum*) (figura 13 e 14).



Figura 14 Inflorescência do Pau de Leite. Da resina do tronco prepara-se uma tintura corporal.

Numa das caminhadas em direção ao Brejo dos Pombos, observaram o local de antigo aldeamento, rodeados por pés de Jatobá, plantados pelos índios.

MacCastello

Durante as caminhadas, Augusto, Edgar e Mariana, realizaram o georreferenciamento de todas as casas e edificações, como escola, posto de saúde, casas dos missionários e do pesquisador William Crocker, existentes na aldeia Escalvado. (figura – imagem de satélite com os pontos georreferenciados).

1.6 Entrevistas

As entrevistas foram baseadas em questionários previamente elaborados, mapas e planilhas temáticas para o levantamento de dados por área específica. Nesse trabalho, foi significativo o apoio dos seguintes indígenas: Zé Diogo Pebrer – histórias e fatos importantes na definição dos limites e localização de antigos aldeamentos, plantas medicinais; Francisquinho – histórias e fatos importantes na definição dos limites e localização de antigos aldeamentos, mitos ligados ao surgimento da agricultura, caça; Abílio – histórias e fatos importantes na definição dos limites e localização de antigos aldeamentos, mitos ligados ao surgimento da agricultura; Antônio Gato – plantas medicinais e xamanismo; Juliana – extrativismo e agricultura; Zé Paulino e Lourenço – pesca; Zé Pires – agricultura e ambientes naturais.

1.7 Confecção de desenhos

Os ambientalistas Mariana e Augusto desenvolveram atividades educativas junto aos professores e alunos do ensino fundamental, envolvendo temáticas relativas aos ambientes da terra indígena, aos animais e aos problemas que têm acometido os índios nestes últimos anos, como o lixo (doméstico ou de saúde) que a cada ano tem aumentado; e a contaminação dos cursos d'água por dejetos animais e humanos, visando estimular as crianças e os jovens a participar do processo de redefinição do seu território. Alguns dos desenhos incluídos neste relatório pretendem mostrar o olhar das crianças e jovens sobre os ambientes da terra indígena, com suas respectivas fauna e flora.

mxCastello

1.8 Participação no cotidiano da comunidade

Durante os 24 dias de estada entre os Canela-Ramkokamekra estivemos mergulhados no seu cotidiano, participando de seus problemas, os quais se referem basicamente à saúde, falta de



Figura 15. Batismo de Mariana – Cuhtakwyi – no pátio da aldeia Escalvado

dinheiro, saudade dos filhos que estão na cidade e a relação temerosa e insegura com os não-índios do entorno da Terra Indígena Kanela. Presenciamos também, rituais de luto, de resguardo pós-parto e batismo (figura 15). As conversas informais com as mulheres foram sempre permeadas por deliciosos beijos, caldos de buriti e gostosas risadas.

Nos trabalhos em campo foram utilizadas as cartas topográficas SB23-V-D-VI (MI958), SB23 – X-C-IV (MI959), SB23-Y-B-III (MI1035) e SB-23-Z-A-I (MI1036), todas na escala 1:100.000 e pertencentes ao DSG; a base cartográfica da Terra Indígena Kanela, quando da regularização fundiária, em 1982, onde foram plotadas as informações fornecidas pelos índios.

Para a marcação dos pontos geográficos foi utilizado o aparelho de Sistema de Posicionamento Geográfico (GPS) da marca Garmim 12 canais, operados pelo Engenheiro Agrimensor e pelos ambientalistas. Na realização dos registros orais e de imagem foram utilizados, respectivamente, um gravador e uma câmera digital. As fotografias presentes neste relatório são de autoria de Mariana W. V. de Castilho e Jaime Siqueira.

MWCastilho

O relatório está dividido em quatro capítulos. Primeiramente, faz-se uma contextualização geopolítica da região onde se situa a Terra Indígena, isto é, o centro-sul do Maranhão, abordando características geofísicas (geomorfologia, vegetação, solos, geologia, clima), econômicas e sociais referentes aos municípios de Barra do Corda e Fernando Falcão. Na sequência, um capítulo é destinado a apresentar os ambientes naturais do ponto de vista dos indígenas. O terceiro capítulo apresenta um breve histórico dos Canela-Ramkokamekra desde o contato e da configuração dos limites de seu território pelo Estado brasileiro. O quarto capítulo, no enfoque da segurança alimentar, descreve as atividades de caça, pesca extrativismo, agricultura e as tentativas de geração de renda. A conclusão, fundada nas descrições feitas, indica a necessidade das áreas apresentadas para compor a TI Kanela.

DMCastello

2 LOCALIZAÇÃO GEOPOLÍTICA

2.1 Geografia Física do Centro-Sul Maranhense

A Terra Indígena está localizada nos municípios de Barra do Corda e Fernando Falcão, na região centro-sul do Maranhão e circunscrita à gerência regional de Barra do Corda, a qual pertencem ainda os municípios de Arame, Fernando Falcão, Grajau, Itaipava do Grajau, Jenipapo dos Vieiras, Sítio Novo e Tuntum.

O Maranhão apresenta vários padrões climáticos, todos tropicais, mas com diferentes quantidades de precipitações pluviométricas e coberturas vegetais variadas: florestas amazônicas na região Noroeste; cerrados nas regiões Centro e Sul; Zonas semi-áridas, no Nordeste do Estado (figura 16).



Figura 16. Mapa de vegetação do Maranhão

<http://www.ma.gov.br>

mCastello

O Centro-Sul apresenta totais pluviométricos que oscilam entre 800 e 1.200mm (figura 17). A temperatura média está entre 25°C e 26°C, cuja máxima é de 34°C e a mínima é de 17°C (figura 18).

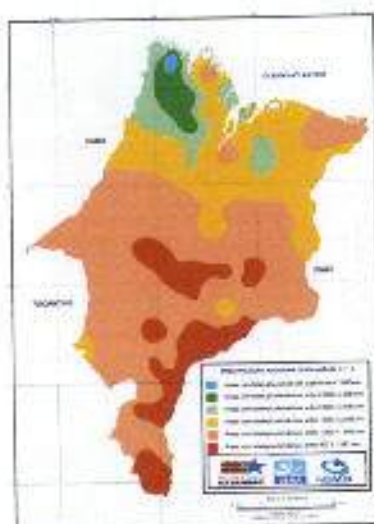


Figura 17 Mapa de pluviometria do Estado do Maranhão.

Fonte: [http:// www.ma.gov.br](http://www.ma.gov.br)

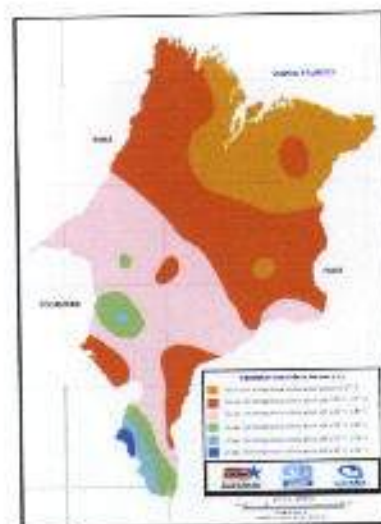


Figura 18 Mapa de temperatura do Estado do Maranhão.

Fonte: [http:// www.ma.gov.br](http://www.ma.gov.br)

Dr. Castello

Os principais rios do Estado são o Pindaré, o Itapecuru, o Grajaú e o Mearim. Todos com as nascentes localizadas em ecorregiões de cerrado transicional. A Terra Indígena está localizada entre as bacias hidrográficas do rio Mearim e Itapecuru (figura 19).



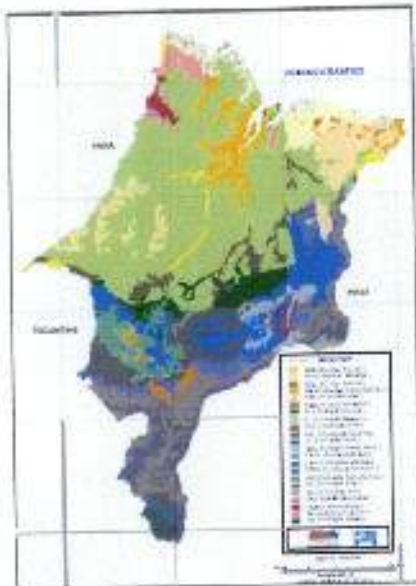
Figura 19 Mapa das bacias hidrográficas do Maranhão. As cores cinza e amarelo representa as bacias do Mearim e do Itapecuru, respectivamente.

Fonte: <http://www.ma.gov.br>.

Os principais cursos d'água dentro dos limites atualmente demarcados são os brejos da Curicaca e dos Bois, os riachos Santo Estevão, Estaleiro, Curralinho e Suçuarana, que desembocam no rio Ourives, que por sua vez deságua no rio Corda. O riacho do Pau Grosso desemboca diretamente no rio Corda. A maioria destes cursos d'água apresenta fundo de areia e águas claras, com baixo teor de matéria orgânica e argila em suspensão. As áreas banhadas pelos brejos e riachos são zonas de perambulação do grupo em atividades de caça, pesca, coleta e fixação de setores de roça. A serra das Alpercatas é o divisor de águas. Corre na direção oeste-leste e forma o limite sul do sistema.

M. Kastillo

É importante destacar que o riacho do Ribeirão e os brejos do Bacuri da Rita e Cajueiro, , desembocam no rio Alpercatas, principal afluente do Itapecuru, em seu alto curso. Sendo a água o elemento fundamental para garantia de sobrevivência dos Canela-Ramkokamekrá, torna-se necessária a proteção das nascentes e sua inclusão nos limites da área.



Os rios das bacias Mearim e Itapecuru drenam os terrenos da bacia sedimentar do Parnaíba, compostos principalmente pelas seqüências de arenitos, siltitos, folhelhos e argilitos, onde a ocorrência de falhas e fraturas direciona o curso dos mesmos (figura 20).

Figura 20: Mapa geológico do Maranhão

Fonte: [http:// www.ma.gov.br](http://www.ma.gov.br).

MCastello

No sul do Estado aparecem chapadões e, no centro, tabuleiros e planaltos dissecados. (figura 21). A maior parte da Terra Indígena apresenta solos de areia quartzosa, caracterizados por excessiva drenagem e baixa fertilidade, os quais dão suporte à vegetação de cerrado. As áreas de mata de galeria correspondem aos gleissolos. Há também manchas de solos mais argilosos ("barraria"), em direção ao vão da serra, propícios à agricultura. Finalmente, manchas de latossolos vermelho-amarelo e latossolos amarelos nas encostas e no alto das serras, cobizadas pelo agronegócio da soja (figura 22).



Figura 21 Mapa geomorfológico do Maranhão

Fonte: <http://www.ma.gov.br>.



Figura 22 Mapa de solos do Maranhão

Dr. Castellano

De acordo com Ab'Saber (2000) o Brasil está representado por 6 Domínios Morfoclimáticos e Fitogeográficos¹. São eles: o Domínio Amazônico, o Domínio da Mata Atlântica, o Domínio das Caatingas, o Domínio dos Cerrados, o Domínio da Araucária e o Domínio das Pradarias do Sul.

A região centro-sul do estado faz parte do Domínio Cerrado. No Domínio do Cerrado predomina o Bioma Cerrado. Entretanto, outros tipos de biomas também estão ali representados, como as Matas Mesófilas de Interflúvio, as ilhas ou manchas de caatinga, ou penetrações de Florestas Galeria, de tipo amazônico ou atlântico, ao longo dos vales úmidos dos rios.

Com cerca de 2 milhões de km², o bioma cerrado se estende em área contínua por 10 estados brasileiros (Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí, São Paulo e Tocantins) e o Distrito Federal. O bioma é formado por uma grande variedade de ambientes, que abrigam enorme diversidade de plantas e animais, muitos dos quais endêmicos da região. As plantas são classificadas de acordo com a densidade de sua cobertura, do mais denso – cerradão, ao menos denso – campo limpo; manifestando-se ainda como campo sujo.

O cerrado sensu stricto é constituído por árvores relativamente baixas (até 20 m), esparsas, disseminadas em meio a arbustos, subarbustos e gramíneas, cujas características principais são troncos tortuosos, de baixo porte, ramos retorcidos, cascas espessas e folhas grossas, devido a fatores edáficos, como desequilíbrio no teor de micronutrientes. Presume-se desta forma, que o cerrado contém basicamente dois estratos: um superior, formado por árvores e arbustos dotados de raízes profundas e pivotantes que lhes permitem atingir o lençol freático, situado entre 15 a 20 m; e um inferior, composto por um tapete de gramíneas de aspecto rasteiro, com raízes pouco profundas. No período de estiagem, o solo se desseca realmente, transformando a paisagem, favorecendo a propagação de focos de incêndio (Pinto, 1994).

¹ Áreas geográficas, com extensões subcontinentais, de milhões até centenas de milhares de quilômetros quadrados, onde predominam certas características morfoclimáticas e fitogeográficas, distintas daquelas predominantes nas demais áreas.

McCastello

Os solos do bioma cerrado são geralmente profundos, azonados (onde não se discernem os distintos horizontes), de cor vermelha ou vermelha amarelada, porosos, permeáveis, bem drenados e, por isto, intensamente lixiviados. Na textura dos solos a fração areia predomina, seguida de argila e silte, de modo que prevalecem os solos arenosos, areno-argilosos, argilo-arenosos ou, eventualmente, argilosos. A capacidade de retenção de água é relativamente baixa e o teor de matéria orgânica destes solos é pequeno, e a decomposição do húmus é lenta, haja vista o clima sazonal. Quimicamente, os solos do cerrado são bastante ácidos, com pH variando de menos de 4 a pouco mais de 5, em razão dos altos níveis de Al^{3+} , que os torna aluminotóxicos para a maioria das plantas agrícolas. A Correção do pH pela calagem e adubação, tanto com macro quanto com micronutrientes, podem torná-los férteis e produtivos. Além disso, em parte dos Cerrados, o solo pode apresentar concreções ferruginosas - canga - formando couraças que dificultam a penetração da água de chuva ou das raízes, podendo às vezes impedir ou dificultar o desenvolvimento de uma vegetação mais exuberante e a própria agricultura (Coutinho, 2004).

No que se refere à biodiversidade, estima-se que o Cerrado possua 10 mil espécies de plantas diferentes (muitas usadas na produção de cortiça, fibras, óleos, artesanato, além do uso medicinal e alimentício); 759 espécies de aves que se reproduzem na região, 180 espécies de répteis, 195 de mamíferos, sendo 30 tipos de morcegos catalogados na área. O número de insetos é surpreendente: apenas na área do Distrito Federal há 90 espécies de cupins, 1000 espécies de borboletas e 500 tipos diferentes de abelhas e vespas (WWF/Brasil, 2003).

mwcastillo



Figura 23 Mapas referentes a abrangência original do cerrado em território brasileiro e os remanescentes de vegetação, em 2002.

Apesar de tamanha diversidade de fauna e flora o cerrado corre perigo. Estudos da ONG Conservation International Brasil (CI-Brasil) indicam que o Cerrado deverá desaparecer até 2030. Dos 204 milhões de ha originais, 57% já foram completamente destruídos e a metade das áreas remanescentes está bastante alterada, podendo não mais servir à conservação da biodiversidade. A taxa anual de desmatamento no bioma é alarmante, chegando a 1,5%, ou 3 milhões de ha/ano (CI-Brasil, 2004) (figura 23).

As principais pressões sobre o Cerrado são: a expansão da fronteira agrícola, o crescimento não planejado das áreas urbanas e a destruição da vegetação nativa para a produção de carvão vegetal. O carvão vegetal é bastante consumido nas siderúrgicas do Maranhão, Minas Gerais e Pará. Junto com a biodiversidade estão desaparecendo ainda as possibilidades de uso sustentável de muitos recursos, como plantas medicinais e espécies frutíferas que são abundantes no Cerrado, utilizados por povos indígenas e comunidades tradicionais que convivem há séculos com o bioma, os quais têm desaparecido, na maioria das vezes, expulsos de seus territórios ancestrais, aumentando os bolsões de pobreza da periferia das cidades.

Ainda, de acordo com a Conservation International do Brasil, uma das estratégias para conservação do bioma cerrado são os corredores de biodiversidade, os quais evitam o isolamento das áreas protegidas, garantindo o trânsito de espécies por unidades ambientalmente sustentáveis como parques, reservas públicas ou privadas, terras indígenas, além de propriedades rurais que desenvolvem atividades produtivas resguardando áreas naturais.

mtCastillo

Quanto à preservação e conservação do bioma cerrado, menos de 3% do bioma está protegido em unidades de conservação estaduais e federais (WWF/Brasil, 2003), as quais, ininterruptamente, enfrentam problemas de caça predatória; extração ilegal de madeira; uso ostensivo de queimadas nas fazendas vizinhas e especulação imobiliária.

Diante disso, é mister a delimitação da TI, uma vez que a mesma está situada em uma das áreas prioritárias para a conservação do bioma cerrado. Em março de 1998, a Funatura em parceria com a Fundação Biodiversitas, a Conservation International e a Universidade de Brasília realizaram o *Workshop* "Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal" com o intuito de identificar as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade, avaliar custos e estratégias alternativas para o uso dos recursos naturais compatíveis com a manutenção da riqueza biológica do Cerrado e Pantanal, tendo como resultado a definição de áreas mais importantes para a conservação desses ecossistemas. Foram identificadas 87 áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade no bioma cerrado e pantanal (figural).



Figura 1 mapa síntese das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade do cerrado e do pantanal

A delimitação das áreas foi realizada com base nas distribuições de elementos da biota, enfatizando áreas de alta riqueza de espécies, com alto grau de endemismo biológico e com presença de comunidades únicas. Para cada área foi realizado um diagnóstico da importância biológica e uma avaliação das ações prioritárias para sua conservação. Estas ações abrangem a

McCartell

proteção, o estudo científico, o uso direto dos recursos bióticos e a restauração ou recuperação de áreas antropizadas. As áreas de maior importância biológica concentram-se nos Estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso e Tocantins, ao longo do eixo central da distribuição do bioma cerrado. Entretanto, um número substancial de áreas teve informação insuficiente para avaliar sua importância, uma vez que não existem dados biológicos para a região e a necessidade urgente de proceder a inventários de campo. Além disso, o reduzido número de unidades de conservação é um problema sério. Em quase todas as áreas prioritárias, a criação de novas unidades é assinalada como a ação mais urgente. Entre elas destacam-se o Grande Sertão Goiás-Bahia, Três Biomas, Serra da Mesa e Chapada dos Veadeiros, Vale do rio Araguaia, a Serra do Cachimbo, as Chapadas do sudoeste do Piauí e Maranhão, encontrando-se aí a Terra Indígena Kanela. Estas áreas reúnem alto valor biológico, com graus acentuados de pressão antrópica.

Em 21 de maio de 2004, após cinco anos do evento o vice-presidente da República, José Alencar Gomes da Silva, assinou o Decreto n. 5.092, que Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente.

Na área de cerrado que abrange os estados do Tocantins, Maranhão e Piauí há um complexo de unidades de conservação estaduais e federais que intentam proteger parte da biodiversidade do bioma cerrado: Parque Estadual do Jalapão, Parque Nacional das Nascentes do Parnaíba, Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, APA Estadual do Jalapão, Reserva Particular do Minchaha, Estação Ecológica Uruçui-Una, Parque Estadual do Mirador. O Parque Estadual do Mirador, foi criado pela Lei Estadual nº 7.641, de 04 de Junho de 1980, no município de Mirador, com uma área total 500.000 hectares, entre as nascentes dos rios Alpecartas e Itapecuru, abrigando espécies arbóreas como o pau-terra, o pequi, a lobeira e, ainda, o bacuri e o murici (frutíferas), sucupira e jabota (medicinais), entre outras; espécies de animais ameaçados de extinção como o urubu-rei, o tatu-canastra e o cachorro-do-mato-vinagre, além de espécies de aves como papagaios, periquitos, perdizes, seriemas. A situação do parque é de completo abandono, com sérios problemas fundiários, de demarcação de terras e construção de cercas, de acesso por estrada de rodagem, de comunicação, de gerenciamento, de realização de benfeitorias necessárias, de pessoal em número e qualificação suficientes etc.

Montalvão

2.2 Organização política: Municípios de Barra do Corda e Fernando Falcão

a) Barra do Corda



Figura 23 Vista da cidade de Barra do Corda

O município de Barra do Corda foi fundado em 1835, por Manoel Rodrigues de Melo Uchoa, na confluência do rio Corda e Mearim, com o nome de Santa Cruz de Barra do Corda, em seguida alterado para Barra dos Rio das Cordas, e finalmente, Barra do Corda (figura 24). Está localizado no centro geográfico do Estado (5°30'latitude Sul e 45°longitude Oeste), às margens da BR 226, a 425 km da capital São Luiz e a 350 km de Teresina. Possui área

territorial de 7.962,43 km² e está situado a 83 m acima do nível do mar. Limita-se ao sul com Fernando Falcão, ao norte com Itaipava do Grajaú, a leste com Tuntum e a oeste com Grajaú.

Em todo o município são 153 povoados, os maiores com mais de 3 mil habitantes e os menores com pouco mais de 30 pessoas. Atualmente conta com uma população de 78.147 habitantes dos quais 56% encontram-se na área urbana e 44% na área rural (IBGE, 2000). A população indígena de Barra do Corda ultrapassa 6.500 indivíduos (CIMI, 2004), ou 8,3% da população total do município. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)² de Barra do Corda ocupa a posição de número 4.347 do *ranking* brasileiro (5.561 municípios) e 46 do Estado do Maranhão (217 municípios) (PNUD, 2000), a demonstrar que os municípios não têm acesso pleno aos direitos civis e políticos bem como aos direitos econômicos, sociais e culturais.

Barra do Corda é o município de referência para a população do entorno, principalmente em relação aos setores de serviços e comércio. No caso dos Canela-Ramkokamekra esta situação

² O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desenvolvido pelo PNUD, é um indicador do nível de atendimento das necessidades humanas básicas, em uma dada sociedade. O IDH incorpora três aspectos de maior relevância para o bem-estar de um indivíduo: vida longa e saudável (saúde), acesso ao conhecimento (educação) e padrão de vida digno (renda).

M. Castilho

não é diferente: em Barra do Corda estão localizadas a FUNAI e a FUNASA. Ai são feitos os pagamentos de benefícios previdenciários e dos salários. Por consequência aí também são feitas as compras.

A economia barra-cordense está centrada no setor de serviços (66,8%) e na agropecuária (30,9%). O arroz é o cereal mais cultivado, representando 60% da área útil para plantio. Segundo dados do IBGE (1996), o município é o terceiro produtor do Maranhão. O milho e a mandioca (macaxeira) vêm em seguida, consumidos no mercado interno. Frutas como acerola, abacaxi, banana e melancia vêm crescendo a área de cultivo ano a ano. A soja está em expansão, uma tendência de todo sul-maranhense. O rebanho de gado é considerável. Mantém o consumo da população local. Criação de suínos e caprinos vem em seguida. No município há também criação de frangos, totalmente consumidos no mercado interno.

Outro grande empreendimento no município é a Fazenda Chapada, de propriedade da multinacional *Merck*, onde são produzidas, em uma área de 2.250 ha, sem o uso de agrotóxicos, plantas medicinais – jaborandi e fava d'anta. A *Merck* investe na produção dessas folhas. Instalou a fazenda e todos os anos compra centenas de toneladas de frutos secos da fava d'anta. Os frutos são colhidos ainda verdes por centenas de pessoas que praticam o extrativismo em áreas silvestres do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia, Tocantins, Goiás e Minas Gerais. Após secos, os frutos são adquiridos pela *Merck* e também pela Vegetex, em Parnaíba, e estocados na Unidade Agro-industrial de Barra do Corda, onde são processados para a produção de extrato vegetal. O extrato é enviado para a Unidade *Merck* Maranhão, em São Luís, onde é purificado e transformado em rutina, quercitina e rhaminose. Tendo em vista o crescente desmatamento de espécies vegetais do cerrado, entre elas a fava d'anta, a *Merck* decidiu investir no fomento do plantio desta espécie, selecionando agricultores interessados, entre eles os índios da Terra Indígena Kanela.

Morestilla



Figura 24 Viveiro de mudas de Fava d'anta no setor de roça Aldeia Velha.

Há cerca de um ano técnicos da Fazenda Chapada acompanhados do Administrador Regional da Funai, Núcleo Kanela, Raimundo Franco, estiveram na Terra Indígena Kanela para iniciar um projeto de repovoamento com sementes de fava, entregando cerca de 4000 mudas aos índios, prestando assistência técnica e remunerando os responsáveis indígenas no cuidado do viveiro (figura 24).

Contudo, segundo o técnico Iremar R. Pitangui, da Fazenda Chapada, o projeto da *Merck* com os índios está paralisado, ante a preocupação da Funai com a possibilidade do laboratório alemão valer-se do conhecimento tradicional associado.

b) Fernando Falcão



Figura 25 Vista da cidade de Fernando Falcão (MA)

O município de Fernando Falcão se emancipou de Barra do Corda, por plebiscito, em 1996, localizando sua sede no povoado do Jenipapo dos Resplandes (figura 25). Localiza-se ao sul de Barra do Corda e ao norte do Parque Estadual do Mirador. A superfície territorial do município é de 3.506,45 km² e a densidade demográfica, de 1,22 hab/km².

Mariana Castilho

A situação dos domicílios urbanos carece de água tratada, esgoto sanitário e coleta de lixo, levando o município de Fernando Falcão a ocupar o 5489º lugar do IDH no *ranking* do Brasil (5.561 municípios), e o 210º do Estado Maranhão (217 municípios).

A população do município é de 4.823 habitantes (IBGE, 2000), dos quais 85% encontram-se na área rural e os restantes 15%, na área urbana. A população indígena (índios Kanela) representa 35,8% da população total do município, que habitam as Terras Indígenas Kanela e Porquinhos. Parte da população indígena que possui título de eleitor vota no município. Nas últimas eleições foi eleito um vereador indígena da Terra Indígena Kanela, Severo Kanela. Como em muitos municípios do interior do Brasil, houve evidências de compra de votos bem como episódios de violência como o ocorrido no dia 2 de outubro de 2004, na aldeia Escalvado, momentos antes da chegada das urnas:

O presidente da Assembléia Legislativa, Carlos Alberto Milhomem (Tatá Milhomem), juntamente com o Prefeito Ely Cavalcante e vários seguranças, estiveram na aldeia Escalvado a fim de 'convencer' os índios, com garrafas de *whiski* e dinheiro, a sufragar o nome de Ely no pleito de 3 de outubro. Como o portão da aldeia estava fechado, a 'comitiva' do deputado resolveu quebrar os cadeados da entrada, o que gerou a revolta dos índios, muitos dos quais apoiariam o adversário do prefeito, Antônio Neto. Houve, em consequência, um forte desentendimento dos índios com o presidente da Assembléia, o prefeito, seus seguranças e a vereadora Raimunda Nonata, que os acompanhava. Os índios começaram a atirar flechas e os seguranças sacaram revólveres, mas não chegaram a atirar. Tatá Milhomem tentou negociar, mas acabou feito refém, sendo bastante hostilizado. O prefeito conseguiu sair a tempo, evitando ser apanhado pelos índios (Raimundo Franco, administrador do núcleo Kanela da Funai, em Barra do Corda, dez.2004).

M. Castello

A maioria dos estabelecimentos é de pequenos produtores que têm na mão de obra familiar seu maior recurso. A economia, em geral, é de subsistência e os principais produtos são o arroz e a mandioca, cultivados em sistemas de corte, queima e pousio de baixa tecnologia. Estes pequenos produtores ocupam, na paisagem, as porções mais baixas, próximos da água e das matas de galeria, onde estabelecem suas roças, em áreas geralmente dominadas por solos arenosos e de baixa fertilidade, zonas de depósito de arcia e sedimentos decompostos e assoreados das áreas mais altas. Também é comum a presença de animais de grande e pequeno porte, por meio dos quais o produtor estabelece sua poupança.

A situação fundiária das regiões de Barra do Corda e Fernando Falcão é tensa, sendo comum ainda hoje a grilagem de terras. Com a grande expansão da fronteira agrícola e crescente demanda de carvão vegetal, áreas significativas de vegetação do cerrado têm sido desmatada, reduzindo drasticamente o número de espécies não apenas florísticas, mas também faunísticas.

A pressão do agronegócio da soja por terras férteis das serra das Alpercatas, do Itapecuru e outras da região, tem aumentado os conflitos com pequenos proprietários e posseiros. O Parque Estadual do Mirador tem sido alvo de invasões e derrubadas indiscriminadas com o intuito único de trazer o "desenvolvimento" ao sul do Maranhão. Quanto a isso, seis meses atrás, o jornal Gazeta Mercantil (<http://www.agrolink.com.br/noticias>) publicou que o Banco do Nordeste (BNB) vai investir R\$ 100 milhões na safra agrícola 2004/05 das regiões de cerrado do Maranhão e Piauí. O volume é 72% mais do que o aplicado na safra passada, quando os recursos chegaram a R\$ 58 milhões.

MF Castilho

3. OS AMBIENTES NATURAIS DO PONTO DE VISTA INDÍGENA

A Terra Indígena Kanela apresenta distintos ambientes dentre os quais estão: Pô, Hacajkoot, Hıncaat, Pûrkô, Akhet-crati, Karã, Ironhihot, Ironpej, Ironkroty, Kokapenajron, Havén, Kenymoglipry, Kenkré, Himpô, Pôpodî, Ironcaty, (Ko)Hatuixé, Kaaprum, Ikrepôk. A simples menção de uma destas fisionomias implica em todo um conhecimento acerca de sua localização na paisagem, disponibilidade de água, tipos de solos e aproveitamento para agricultura, espécies vegetais úteis para alimentação ou na medicina tradicional, fauna associada à época de caça. Algumas espécies serão identificadas botanicamente, outras apenas pelo nome correspondente na língua timbira.

Pô - Chapada

Pô é como os Canela-Ramkokamekra se referem ao ambiente que denominamos chapada. É de grande importância sócio-cultural, haja vista serem um povo caçador/coletor. É, também, o



ambiente preferencial para assentamento das aldeias e realização de rituais, como a corrida de tora. A chapada permite ainda uma profundidade visual, favorecendo o acesso a uma variedade de espécies animais e vegetais (figura 26).

Figura 26 Aldeia Escalvado assentada no Pô. Ao fundo, serra das Alpercatas.

Associados ao Pô estão o **Hacajkoot**, o **Hincaat** e o **Karã**.

O Hacajkoot são áreas mais elevadas da chapada, com relevo suavemente ondulado, dominado por solos de areias quartzosas e vegetação de cerrado *stricto sensu*¹. O Hincaat é o baixão existente na chapada, ambiente preferível pelos Canela-Ramkokamekra para caçar veado campeiro e galheiro. Diferencia-se do Hacajkoot pela vegetação dominada por gramíneas e alguns arbustos. O Karã é o ambiente mais aberto, com árvores mais baixas e espaçadas, onde há predomínio de campo limpo.

Dentre as espécies florísticas associadas ao Pô, Hacajkoot, o Hincaat e o Karã estão:

- **Essências florestais** - sucupira (*Bowdichia spp*), pau d'arco da chapada (*Tabebuia sp*), cachamorra (?), candeia (*Eremanthus sp*).
- **Extratativismo** - fava d'anta (*Dimorphandra sp*), tucum (*Bactris sp*)
- **Alimentos** - puçá (*Kjê*), Mangaba (*Hancornia speciosa*), cajui da chapada (*Anacardium microcarpum*), Pequi (*Caryocar brasiliense*), Murici da Chapada (*Byrsonima sp.*), jatobá da chapada (*Hymenala stigonocarpa*).
- **Medicinais e de uso para tintura** - Pau de Leite (*Hymathantus obovatus*), Mandioca Brava, Pau d'arco.
- **Gramíneas**: Capim Barba de Bode (*Atu*)

A fauna dos ambientes acima descritos é representada por espécies como veado (*Mazama sp.*) ema (*Rhea americana*), gavião (*Accipiter sp*), raposa (*Vulpes sp*), tatu (*Dasypus novemcinctus*), rabo de couro (*Cabassous unicinctus*), kagambá (*Didelphis marsupialis*), china (*Dasypus septemcinctus*), veado catigueiro (*Mazama gouazoubira*), veado galheiro (*Blastocerus dichotomus*). A prática da caça neste ambiente se dá através da espera (oferta de alimentos), tocaia, com fogo (durante as queimadas, na época do verão).

¹ Cerrado *stricto sensu*: caracterizado por árvores baixas e retorcidas, arbustos, subarbustos e ervas

PŪRKÔ

São as áreas de mata próximas dos cursos d'água, com árvores altas e dossel aberto. O solo é mais argilosos, propício ao aproveitamento agrícola. É também, o ambiente onde as frutíferas melhor desenvolvem. Podem ocorrer em áreas de campo limpo, campo sujo e cerrado stricto sensu.

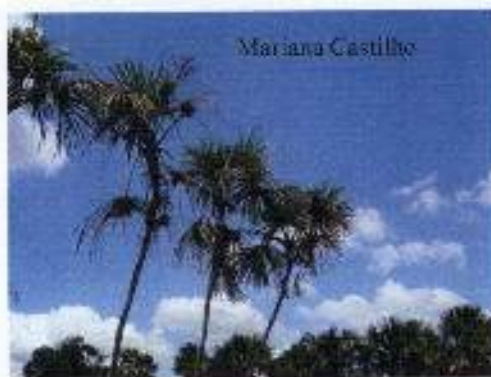


Figura 27 Palmeiras Catolé (*Wodí*)

Dentre as espécies florísticas associadas ao Pŭrkô, estão:

- **Essências florestais** - Sucupira, Candeia, Bruta (*Catêti*), Pau Marfim (*Balfourodendron* spp), Pau de Terra (*Qualea grandiflora*), Cachamorra.
- **Palmeiras** - Catolé (*Syagrus comosa*) (figura 27), floresce em maio e junho e produz frutos verdes, creme-amarelados, na base quando maduros.

- **Alimentícias** – Murici
- **Extrativismo** - Pequi, Fava d'anta
- **Medicinais e/ou para uso ritual** – Pau de Leite

Entre os animais encontrados no Pŭrkô estão o veado verdadeiro, a cutia (*Dasyprocta Aguti*), o tatu verdadeiro. Uma das estratégias de caça utilizadas pelos Canela-Ramkokamekra, neste ambiente, é a espera.

M. Castillo

AHKÊT-CROTI – Carrasco

O Carrasco caracteriza-se por um ambiente com diferentes tipos de vegetação, geralmente arbustiva, em solos pobres em nutrientes, podendo variar de denso a aberto. Distingue-se da caatinga por apresentar uma densidade de indivíduos lenhosos que apresentam troncos finos, uniestratificados e pela quase ausência de cactáceas ou bromeliáceas (Araújo *et al.*, 1999).



Figura 28 Mulheres retornando com cofos cheios de buriti.

De acordo com as informações de Zé Pires, o carrasco está “pegado na mata”. A figura ao lado mostra nespas de uma vegetação densa, de carrasco, de difícil acesso, cujo solo apresenta concreções ferruginosas (figura 28). Pode ser encontrado próximo aos setores de roça de Mato Seco e Suçuarana.

Dentre as espécies vegetais associadas ao carrasco estão o Pau d’arco, a Sucupira e a Fava de Bolota (*Dimorphandra sp.*). Quanto à fauna, espécies como veado, caititu (*Croce*), peba (*Euphractus sexcencetus*), tatu verdadeiro, cutia, veado sutinga (*Mazama sp.*) podem ser encontrados neste ambiente, cujas estratégias de caça mais utilizadas pelos índios são: espera com cachorro, armadilha com espingarda, utilização do fogo, rastejo, cavoucar.

M. Casullo

HAVÉN – Caatinga

Bolas de mato denso, de difícil acesso, no interior da chapada. Dentre as espécies vegetais encontradas no Havén estão: o pau marfim, a catinga de porco (*Roupala brasiliensis*), a sucupira, o bacuri (*Guttiferae sp.*). Animais como veado catingueiro, caítiu, cutia, tatu verdadeiro, mambira (*Tamandua tetradactyla*), quati (*Nasua sp.*), quando (*Coendou sp.*) podem ser vistos neste ambiente.

AMBIENTES DE MATA: IRONHIHOT, IRONPEJ, IRONKROTY, IRONCATY, KOKAPENAJRON

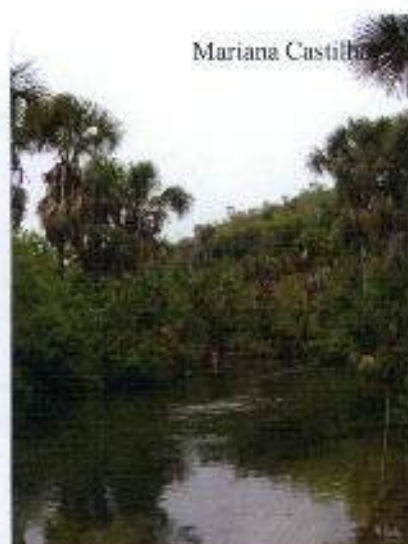


Figura 29 Mata ciliar, com exemplares de buritis, margeando o rio Alpercatas em seu alto curso.

O sufixo **Iron** indica mata, seja ela de galeria, ciliar, de baixão, localizada nos vãos das serras ou mata grande (figura 29). As matas de referência para esta definição são as semidecíduas do Maranhão, em sua zona de transição com o cerrado. Os solos que dão sustentabilidade a esta vegetação são em geral de melhor qualidade física e química se comparados aos solos dos cerrado. São propícios à instalação de roçados. Nestes distintos ambientes são encontradas espécies vegetais aproveitados na construção das casas (madeira, palha, cipós) e na coleta de alimentos.

M. Castilho

Entre os ambientes de mata da estão: Ironhihot, Ironpej, Ironkroty, Ironcaty, Kokapenajron. **Ironhihot** é considerado pelos índios como a cabeceira da mata, onde o veado catingueiro pode ser encontrado.

O **Ironpej** é a mata bonita, afastada do brejo, conhecida como um dos melhores ambientes para abertura de roçados. Um dos bioindicadores para a prática agrícola é a palmeira inajá, muito comum no Ironpej, além do Inharé, Pau Marfim e a Mirindiba (*Lafoensia spp.*).

O **Ironkroty** é a mata fechada, quase carrasco, distante dos cursos d'água. Nestas matas são encontradas essências florestais como: Pau Roxo (*Peltogyne spp.*), Sapucaia (*Lecythis sp.*), Sucupira, Mirindiba. Dentre os animais encontrados, cuja estratégia de caça mais usada pelos índios é a espera, estão: o jabuti (*Geochelone sp.*), a cutia, o veado mateiro, o veado sutinga o caititu, a queixada (*Tayassu pecari*), o jacu (*Penélope sp.*).

O **Ironcaty** é a mata grande, encontrada ao sul do território indígena, em direção ao rio Alpercatas, fora dos atuais limites da terra indígena. É o único ambiente onde são encontrados a anta (*Tapirus terrestris*) e o guariba (*Alouatta sp.*). Tais ambientes florestais, dissociados dos cursos d'água, associam-se por sua vez às fisionomias de cerradão e/ou mata seca.

A seguir serão mencionadas características referentes ao **Kokapenajron**, mata de galeria, associada aos cursos d'água. O sufixo "ko" indica água. As matas de galeria ocorrem nos fundos dos vales, entre as chapadas e ao longo dos brejos e riachos e se contrasta com a paisagem típica do Cerrado. Embora ocupem pequenas áreas do território Canela, destacam-se por sua vegetação densa e viçosa, com árvores altas e troncos retilíneos, que se desenvolvem em solos orgânicos turfosos e ricos em nutrientes.

MCastillo

As matas de galeria desempenham uma importante função como corredores de dispersão da diversidade biológica e proteção dos recursos hídricos. Dentre as espécies vegetais encontradas neste ambiente estão: as palmeiras buriti (*Mauritia* sp.), inajá (*Maximiliana* sp.), bacaba (*Oenocarpus bacaba*) e buritirana (*Mauritiella armata*), o pau mole (*Pithecaure*) e a catinga de porco.

Quanto aos animais, roedores (paca, cutia, preá), marsupiais (mucura), aves (aracua, nambu, jacu) e mamíferos podem aí ser observados.

Tais ambientes têm sido utilizados pelos Canela-Ramkokamekra para aproveitamento agrícola, uma vez que o ambiente é mais úmido, proporcionando melhor desenvolvimento dos cultivos agrícolas, especialmente a macaxeira e o arroz. Contudo, a continuidade da atividade agrícola junto aos cursos d'água pode comprometer a drenagem dos brejos e riachos, assoreando-os, e dificultar o extrativismo (especialmente a coleta de buritis), a pesca e a reprodução da população de animais (figura 30).



Figura 30 Parte da mata de galeria desmatada para abertura de novos roçados, no setor Cajueiro

mcastillo

PÓPODI - Veredas

As veredas estão geralmente localizadas em vales e áreas planas, acompanhando linhas de drenagem mal definidas, próximas às nascentes, ou na borda das matas de galeria. São dominadas por agrupamentos de vegetação arbustivo-herbácea mais ou menos densas, donde emergem buritis, e buritiranas. São formados por gleissolos. As veredas são, em geral, circundadas por campos limpos úmidos.

KAAPRUM - Baixão



Figura 31 Baixão da Buritirana

São áreas baixas da paisagem, onde o lençol freático se aproxima bastante da superfície do solo. Pode também ser chamado de campo limpo úmido. Kaaprum é aquele baixão associado às áreas de chapada, de solos arenosos, pobres em nutrientes. A vegetação predominante é de gramíneas, sempre verdes devido a água, ocorrendo também espécies como a sambaíba (*Curatella spp*) (figura 31).

M. Castilho

HIMPÔ – Lagoa

O Himpô geralmente está associado aos baixões e veredas formando um único sistema complexo ligado ao afloramento do lençol freático. Geralmente, os baixões estão próximos às nascentes, ainda secas, dos brejos e riachos ((Ko)Hatuixé), onde aparecem palmeiras como Bacaba, Buritirana e Juçara. De acordo com o aumento do volume de água que flui, de acordo com a declividade do terreno, outras designações aparecem, como, **Nonekokancaty** (brejo com água engrossando), **Kopigaxe** (encontro de um brejo com outro), **Kôcré** (encontro de 3 riachos), **Koyapã** (+ de 5 encontros de água), **Kopiapretaj** (água corrente forte – leito do rio), sem contar as diferentes espécies vegetais e animais encontradas em cada trecho.

A flora das lagoas está representada por capins, buritiranas que a margeiam e macrófitas aquáticas, como Tepiahihoré e Pupkrô (figura 32). Quanto à fauna, peixes, como o cará, traira e cascudo são pescados pelos Canela-Ramkokamekra durante o inverno. No período do verão, quando a água começa a secar os peixes que restam servem de alimento às garças e a água de bebedouro para animais como veados, raposa, ema.



Figura 32 Buriti junto à lagoa. Por Wilson Copetec Kanela

McKastillo

KEN – Serras



Figura 33 Afloramentos rochosos no ambiente de serra

As serras da região são pedregosas e escarpadas, formadas por rochas sedimentares, arenitos, siltitos, argilitos e siltitos concreccionados, testemunhos do antigo relevo em forma de platôs, com altura inferior a 400 metros (figura 33).

A designação Ken representa os ecossistemas das encostas, com seus solos rasos, pedregosos e sujeitos à erosão, com suas espécies animais e vegetais adaptadas. Associados ao ambiente da Serra estão o **Kenymoglipry**, ambiente do topo da serra, onde são encontradas espécies vegetais raras, como, a Aroeira e o Tucum verdadeiro, e animais como Tamanduá bandeira, quandu, mambira, jabuti e quati; o **Kenkré** ou vão da serra, caracterizado por árvores altas e dossel denso, proporcionando bastante sombra, representadas por essências florestais como, Sapucaí verdadeiro, Sapucaí Comum, Aroeira, Cedro, Pau Roxo. É apenas no vão da serra onde os Canela-Ramkokamekra encontram a canajuba (*Croarxô*), taboca usada na confecção das flechas. Também o Pau Brasil era encontrado por aqui, para confecção das bordunas. Quanto às espécies animais, a onça pintada e a suçuarana ainda são encontradas neste ambiente. Os Canela-Ramkokamekra consideram que o vão da serra é o ambiente ideal para o aproveitamento agrícola, haja vista os solos serem mais argilosos.

McCastillo

4 OS CANELA-RAMKOKAMEKRA

4.1 Histórico do Contato

O contato dos Canela-Ramkokamekra com a sociedade envolvente deu-se em diferentes épocas e em distintas situações, marcado por sucessivos massacres e perseguições. Abaixo seguem informações históricas do contato, extraídas dos arquivos da FUNAI.

Em 1814, após resistirem durante mais de 20 anos às expedições punitivas e predadoras, os Canela-Ramkokamekra aceitaram a paz proposta pelos militares de Caxias, não sem antes o comprometimento destes em prestar auxílio aos índios na guerra contra os vizinhos Xâcamekra. Cumprido o acordo, os índios deslocaram a aldeia para as imediações de Caxias, onde permaneceram por quase dois anos, sem, contudo, receber das autoridades um terreno fixo onde pudessem constituir suas roças. Por isso, passaram a assaltar os roçados e subtrair o gado dos moradores da vila. Para se verem livres dos indesejáveis aliados, os habitantes de Caxias introduziram entre os índios roupas contaminadas pelo vírus da varíola. Aqueles que conseguiram escapar ao contágio retornaram para seu antigo habitat a oeste do rio Alpercatas. Outros que resistiram foram perseguidos e/ou mortos. Após esta experiência os Canela-Ramkokamekra se refugiaram nas matas de galeria das cabeceiras dos ribeirões Porcos e Corda, a oeste dos atuais limites da Terra Indígena Kanela.

Por volta de 1820 os índios celebraram um novo acordo de paz com os colonizadores por intermédio de uma índia que havia permanecido em Caxias, voltando a ocupar parte do antigo território entre os rios Corda e Ourives, ao sul da atual cidade de Barra do Corda, cercados por fazendas de gado e incorporando neste pedaço seus antigos inimigos: os Xâcamekra e remanescentes de outros grupos Timbira. Falam a língua Timbira, pertencente à família linguística Jê.

mtcastillo



Figura 34 Pátio da antiga aldeia do Ponto, rodeado por inúmeros pés de jatobá, testemunhos incólumes de antigos aldeamentos Kanela.

Na década de 40 do século passado, o SPI montou seu posto de assistência na aldeia do Ponto, para auxiliar os Apanjekrá e os Canela-Ramkokamekra (figuras 34 e 35).



Figura 35 Escombros do antigo prédio do SPI

Contudo, não conseguiu delimitar os territórios tradicionais daqueles índios devido à forte pressão política dos moradores de Barra do Corda.

Em fins dos anos 50 os bens comercializáveis foram introduzidos entre os Canela-Ramkokamekra, tornando-se um fator importante na mudança de valores e estimulando o investimento no trabalho agrícola direcionado para a obtenção desses bens.

Nos anos 60, o movimento interno milenarista⁴, aliado aos ataques empreendidos pelos fazendeiros, liderados por José de Arruda, ocasionou a morte de vários índios. Os sobreviventes foram levados, pelo SPI, para a região do Sardinha, fora do território tradicional. A mudança forçada para uma zona ecológica diferente os expôs a tipos adversos de agricultura e caça, bem como à convivência com os Guajajara.

⁴ Movimento religioso de cunho messiânico.

McCastellano

Em 1966 os índios começaram a retornar por conta própria para a antiga região, estabelecendo a atual aldeia, Escalvado, junto ao riacho Santo Estevão.

Na década de 70, a incipiente assistência de saúde, proporcionada pela Funai, fez crescer a confiança nos medicamentos farmacêuticos, favorecendo o crescimento populacional. Àquela época, como em muitas outras áreas indígenas, missionários evangélicos adentraram o território Kanela para traduzir o Novo Testamento na língua Timbira e pregar novos valores culturais.

Em 1977 eram 594 índios. Entretanto, a definição não levou em conta o crescimento populacional e a condição de índios agricultores, caçadores e coletores. Mais recentemente, mesmo tendo seu território demarcado, os Canela-Ramkokamekra continuam sofrendo com as investidas dos não-índios, seja adentrando a Terra Indígena para caçar, para comprar votos nas eleições, seja ameaçando-os se ocorrer a delimitação da terra ou insultando-os na cidade.

4.2 Os estudos da Terra Indígena Kanela

A demarcação da Terra Indígena Kanela ocorreu entre os anos de 1977 e 1978, sendo homologada pelo Decreto n. 87.960, de 21/12/1982 do então presidente da República, João Batista Figueiredo e registrada no CRI e Secretaria da Patrimônio da União (SPU) em 1983 (FUNAI, 1982). Tem 125.212 ha, contidos num perímetro de 148,879 km. Atualmente, uma população de cerca de 2.000 índios, está concentrada na aldeia Escalvado, implantada em 1966. O acesso à aldeia dá-se por estradas carroçáveis, a partir dos municípios de Fernando Falcão e Barra do Corda, este último distante 70 km. O limite sul da Terra Indígena fica em grande parte delimitado pela serra das Alpercatas.

Apesar de demarcado e regularizado, o território demarcado aos Canela-Ramkokamekra não atendeu suas reivindicações. Assim, estão excluídos lugares de antigos aldeamentos, como o da aldeia Kopengré, onde ocorreu o contato do grupo, lugar hoje conhecido como Vão da Aldeia. Neste ponto, vale ressaltar o relato de Abílio Canela sobre como se deu o encontro dos índios com os "cristãos":

McCastillo

O povo canela vem vindo, passou pelo Bacuri da Rita, onde tem muito guariba. Foi passando. Atravessou o rio (Alpercatas) e não quis mais voltar pra trás. Ai veio descendo, chegou no vão da aldeia e ficou por lá. Um índio foi caçar e descobriu água e contou para os demais. Foram para este local e fizeram uma aldeia. O tempo foi passando, e os brancos chegando. Os brancos começaram a matar os índios e os índios matavam brancos. Ai o governo do Maranhão procurou: não sei aonde tá o índio, será que acabo o índio? Mataram tudo? Ai mandô soldado para averiguar. Ainda tem índio lá. Índio tá por cima da serra. Branco mata, índio mata também. Ai esperaram, levaram pano, arroz, farinha, carne. Tudo bagulho que tem. Fazia cinco dias que o velho índio não banhava e resolveu descer. A mulher disse: não, não vai, não. Cristão mata você. Não, você fica. Se eu morre, eu sozinho que vô morre. Ai ele foi. Foi descendo a serra. Ai soldado viu e falou pro grupo. O índio foi chegando, o soldado passou a mão e disse: não mata, não, pode vir. O que você vem fazer aqui? Você vem banhar? Pode vir. Ai ele banhou, depois voltou. Na panela tinha carne, farinha, arroz, que ele não queria. Pelejo, pelejo, comeu poquinho. Ai o sargento disse: vai buscar os outros pra dividir. Tiraram um pedaço de pano, botaram a farinha, a carne. Vai e diz pra apanhá esse pano, esses facão. Espingarda, não. Ai levaram. Ai chegou, botou, explicou pra eles. Ai o pai disse: chamaram mesmo? Chamaram. Chamaram vocês para apanhar. Ai foram embora, desceram tudo. Só macho, mulher não. Ai chegaram. E mulher? Não quis vir, não. Vai buscá mulher. Tem pano aqui. Ai eles foram buscar. Ai já vem com mulher, com menino, com tudo. Desceram. Ai deu pano, tudo. Os índios começaram a aprender a comer farinha, arroz, agora tinham facão. A aldeia da serra se mudou para o bacabal antes de vir para aldeia velha, do Ponto. Os índios aprenderam muitas coisas com os brancos até mesmo a beber cachaça, coisa que fez muito mal e já tirou a vida de muito índio (Aldeia Escalvado, dez 2004).

Outra consequência são as invasões, de ambas as Terras Kanela, pelo rebanho bovino dos criadores que se situam entre as duas áreas; a construção de grandes "parís" para pegar peixe, no baixo Santo Estevão, por moradores do povoado Santo Estevão, que impedem a subida dos peixes para a Terra Indígena; a entrada de toyotas apinhadas de gente, especialmente no verão, para caçar, como observado em uma das incursões na localidade do Bacuri da Rita, próximo ao rio Alpercatas. Tais caçadores vêm dos municípios de Fernando Falcão e Barra do Corda, principalmente dos povoados de Leandro, Vamos Ver, Fortuna, Bacuri dos Trajino, Bacabal dos Maciel.

M. Castilho

Além disto, o território demarcado é insuficiente às necessidades de um grupo caçador/coletor que vem apresentando uma expansão demográfica, como se verifica na figura abaixo (figura 36). Quanto a isto, em sucessivas reuniões realizadas no pátio da aldeia, o fator populacional foi enfatizado, até por uma questão de manutenção do próprio grupo, quando o Major Francisquinho fazia questão de lembrar que nos idos de 1960 eram pouco mais 400 pessoas e atualmente chegam a quase 2000 índios.

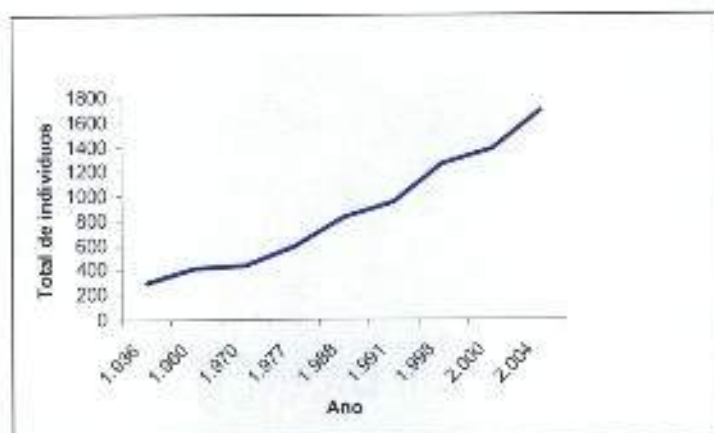


Figura 36 Crescimento da população Kanela no período de 1936 a 2004, com dados obtidos em censos dos pesquisadores Niemundajú e Crocker e FUNAI

No contato com a sociedade nacional, os Canela-Ramkokamekra tornaram-se também agricultores. Precisam abrir novos roçados, e a área existente é insuficiente. A maioria dos roçados é aberta em áreas próximas aos cursos d'água, onde há mais umidade para que produtos como a macaxeira e o arroz possam melhor desenvolver.

Diante disso, em setembro de 1991, a pesquisadora Tânia Alencar, do Serviço de Identificação e Delimitação da FUNAI, esteve na Terra Indígena Kanela com o objetivo de registrar as reivindicações dos Canela-Ramkokamekra. Deste encontro resultou um documento no qual os índios solicitam parte da terra denominada Bacuri (a leste), que ficou de fora da área demarcada, possibilidade de reaver as terras da antiga aldeia da Mucura (a nordeste); um encontro com os Guajajara para esclarecer sobre a posse das terras denominadas Rodeador.

McCastillo

Um dos eventos, descrito abaixo, nos ajudam a entender porque os Kanela não quiseram delimitar sua terra dois anos atrás.

Dois índios em uma bicicleta andam da aldeia do Escalvado para Porquinhos, já próximo a seu destino, mas ainda fora da Terra Indígena cruzam com um branco que caminha carregando um veado que acabara de matar. Os dois índios, armados com uma espingarda, exigem a divisão da presa, enquanto o branco atende o pedido, um outro branco entra em cena, perguntando de longe o que faziam. Ao saber do que se tratava perguntou ao outro branco: E a caça é de dentro da Terra Indígena? Ao que o primeiro respondeu que era de sua terra. Diante da resposta o branco sacou um revólver e atirou. Seu primeiro tiro acertou o peito de um dos índios, professor que momentos antes havia sugerido ao amigo que deixassem aquela caça para lá. O segundo tiro, no outro peito, derruba o professor que pede ao amigo, a esta altura já tentando se proteger que fuja, corra. Levanta-se e também corre, como pode, sempre agarrado a espingarda. Um terceiro tiro transpassa sua coxa, porém só o quarto, que quebra seu tornozelo o derruba. Deitado ainda encontra força para carregar a espingarda e dispará-la contra o peito de seu algoz exatamente no momento em que este chega para acabar o serviço. A esta altura o outro branco já havia fugido. O companheiro do índio ferido corre para socorrer seu amigo, com quem ainda conversa antes de retaliar de ódio a face do dono do primeiro disparo, selando a barbárie. Depois corre para a aldeia a procura de ajuda, mas quando volta já encontra seu amigo morto (Município de Fernando Falcão, centro-oeste do Maranhão, próximo da época em que o GT formado, à época, por Jaime Siqueira (Antropólogo) e Augusto Oliveira (Ambientalista) tentavam, sem sucesso, demarcar suas terras, final de 2000. (Versão do professor Beato).

McCastillo

4.3 A Aldeia Escalvado e seus integrantes

A população Canela-Ramkokamekra conta, atualmente, com cerca de 2000 índios, dentre os quais 200 são aposentados. Os índios vivem na aldeia Escalvado, localizada no ambiente de chapada, onde predomina o cerrado em sentido estrito, construída em lugar plano, em solo arenoso e perto de córregos.



Figura 37 Reunião no pátio da aldeia. Sentados nas cadeiras estão os representantes dos Prokahma (os velhos)

Na aldeia Escalvado as casas estão dispostas uma ao lado da outra, ao longo de um largo caminho, de modo a formar um grande círculo. De cada casa sai um caminho em direção ao centro da aldeia: o pátio, local das reuniões masculinas, ao amanhecer e ao anoitecer (figura 37). Ao anoitecer, sob um céu coalhado de estrelas é possível encontrar mulheres cantando, dispostas em fila, ombro a ombro, conduzidas por um cantor que agita o maracá.

Vicinais em direção dos setores de roça prolongam-se cerrado afora. Vários caminhos levam em direção aos locais de banho, lavagem de roupa e busca de água, para beber e preparar alimentos.



Figura 38 Disposição das casas na aldeia Escalvado.

As casas na aldeia são retangulares, com teto de duas águas coberto de folhas de palmeira de inajá e/ou babaçu (figura 38). Do mesmo material são feitas as paredes. Contudo, muitas delas já não mantêm tal característica, sendo utilizado o adobe.

Para a construção dos caibros, travessas e forquilhas são utilizadas madeiras como Cedro do Brejo (*Cedrela sp.*), *Ihhõ Intepre* e

McCastillo

Sucupira (*Bowdichia spp*), respectivamente, encontradas na chapada e nas matas em direção ao rio Alpercatas. Toda a trama é feita por amarração com cipó escada (*Arohon*). Em anexo, planilha com as espécies preferenciais na construção das casas.

A casa é fechada por paredes em todos os quatro lados, sem janelas, apenas duas portas,



Figura 39 Mariquinha preparando beiju, junto ao fogo, na companhia de seus papagaios.

uma na frente, em direção ao pátio, e outra nos fundos, para o quintal. De forma geral as casas não apresentam divisões. Na casa de Mariquinha, há uma divisão separando a sala de outro recinto. Nos fundos, um puxadinho, coberto de palha, destinado a cozinha, onde, junto ao fogo, são cotidianamente preparados, beijus, caldo de buriti, café, entre outros alimentos (figura 39).

A sala nunca está vazia, sempre aparece alguém para conversar, vender um artesanato, pedir fumo. À noite, as conversas são iluminadas pelas chamas das pequenas lamparinas, que não permitem visualizar claramente as faces das pessoas.

A lenha é trazida pelas mulheres de vários pontos da chapada. Entre as espécies de grande poder calórico estão a candeia e o murici seco. Um dos pontos de retirada da candeia para lenha é próximo ao Setor de Roça Passagem de Pedra. Em anexo, apresentamos uma lista das espécies preferenciais para lenha



Figura 40 Fileiras de tinguí cultivados no quintal da casa de Zé Pires

Algumas casas possuem quintais. Nestes são cultivados: o tinguí (figura 40), o urucum, algumas frutíferas como banana, mamão e laranja, além de uma pequena horta – apenas algumas famílias possuem – com temperos, cuidados, diariamente, pelas mulheres. O terreiro é varrido todos os dias. Ali comumente encontram-se crianças brincando, meninas confeccionando colares e/ou pulseiras de miçangas, mulheres preparando berubu, colocado sob as cinzas e pedras e cobertos por terra. Soltos, pelos arredores das casas e nas proximidades dos riachos, circulam animais, como porcos, galinhas, patos, bois, jegues e cachorros.

M. Castilho

Animais silvestres como ema, papagaios, caititu, estavam sendo criados quando da permanência do GIT em área. É comum a coleta de filhotes, em troncos de buriti, principalmente de papagaio, antes do primeiro voo. Outros filhotes, pegos durante a caçada de seus pais, são também criados e algumas vezes até comercializados.

O velho Lourenço, exímio pescador, não nos acompanhou nas incursões ao território preocupado com a engorda do pequeno caititu a ser oferecido na festa do *Ketuajê* (figura 41).



Figura 41 Caititu criado por Lourenço Canela

Atrás da maioria das casas localizam-se outras, da mesma família, formando uma segunda fileira e, às vezes, casas mais distantes iniciam uma terceira fileira (figura 42). Junto às casas foram construídos, pela Funasa, pequenos banheiros, infelizmente pouco utilizados.

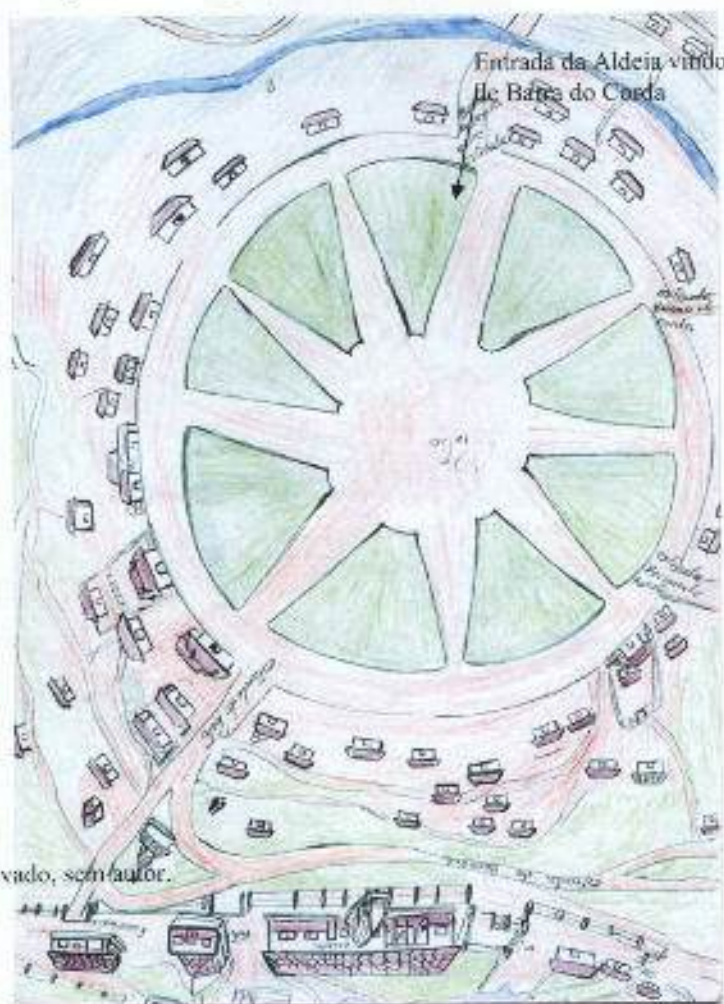


Figura 42 Aldeia Escalvado, sem autor.

McCastillo



Figura 43 Mulheres e crianças sob as sombras das frondosas mangueiras

No entorno do círculo das casas existem Mangueiras e Cocos da praia, que nas épocas de frutificação, servem como um alimento a mais, principalmente entre as crianças (figura 43). Não raro, na época de maturação da manga, crianças podem ser vistas encarapitadas entre os galhos da frondosa árvore, lançando cá embaixo, as deliciosas e suculentas frutas. As mangueiras proporcionam também, boas sombras, apropriadas a um bom descanso, nas tardes quentes de verão.

Na aldeia Escalvado existem outras edificações, como o Posto de Saúde Indígena, onde duas enfermeiras não-índias se revezam, com o auxílio de seis agentes de saúde indígena; o Posto da Funai⁵, o prédio da escola que atende o ensino fundamental, com professores índios e não-índios⁶, as casas dos missionários (no círculo das casas) e a casa do pesquisador William Crocker. Há uma casa, também, destinada aos cultos evangélicos.



Figura 44 Índia Teresa dando os últimos arremates nojirau.

Os Canela-Ramkokamekra dormem em estrados (jiraus), feitos de talo de inajá e amarrados com embira, e forrados com esteiras (figura 44). Contudo, é comum encontrar algumas redes atadas. Não raro, em todas as casas são encontradas panelas de ferro, vasilhas, talheres, adquiridas do contato. Um dos instrumentos de trabalho das mulheres é o tipiti utilizado no beneficiamento da mandioca.

⁵ O Posto da Funai conta com chefe de Posto, mais cinco funcionários remunerados pela instituição: Aristides (motorista), Abelino, Raimundo Roberto, Zé Pires, Zé Gregório (serviços braçais).

⁶ Os professores índios são 6: Ari, Jaudó, Vanuza, Vanildo, Cornélio e Raimundo Beato.

Para o transporte, cofos para carregar lenha e "Kae" (cesto) para carregar a produção. Na indumentária e objetos de uso pessoal estão os mocós e bolsas masculinas, máscaras cerimoniais



Figura 45 Peitoral de pente e pingente

de palha trançada, cocares e peitorais de pente e pingentes de miçangas arrematados por unhas de veado (figura 45), usados nas festas. A cestaria é destinada ao comércio.

Recentemente, com a chegada da energia elétrica, algumas transformações estão ocorrendo na aldeia, o que tem preocupado e muito os velhos, no sentido de manter preservada a cultura Canela, seja no corte de cabelo, na perfuração das orelhas, seja nos resguardos de caça, nas corridas de tora e/ou no aprendizado das cantigas. Em uma das poucas passagens pelo Posto da Funai, pude observar inúmeros olhares fixados numa pequena tela, como se fosse a primeira vez que assistiam a um programa televisivo e não pudessem perder uma cena sequer. Nem notaram a minha presença.

No período em que permanecemos na aldeia, observamos a chegada de alguns eletrodomésticos, como televisão, geladeira. Quanto a isso, o comentário de Zé Pedro Preto, chegando da cidade com uma geladeira, é bastante significativo: *"os brancos quiseram o contato, então têm que aceitar que nós tenhamos o que eles têm"* (Aldeia Escalvado, dez. 2004).

M. Castello

Socialmente, os Canela-Ramkokamekra estão divididos em duas metades, das quais uma Harākateyê, ocupa a parte oeste, e a outra, Kāikatejê, a parte leste do círculo das casas. Tal divisão pode estender-se a outras questões como abertura de roçados e a própria discussão dos limites do território Kanela.

Entre os Canela, como nos grupo Timbira, de uma forma geral, algumas características são comuns: o corte de cabelo é o mesmo para ambos os sexos, longos, com um "caminho" em torno da cabeça à altura da franja (figura 46).

Atualmente só os homens mais velhos usam grandes batoques auriculares (figura 47).



Figura 46 Mulher fazendo o caminho à altura da franja para o ritual de término do couvade.



Figura 47 Cacique Marcelino com seus batoques auriculares

McCastillo



Figura 48 Mãe e filho pintados com carvão.

Em tempos passados, jovens, sem filhos, usavam um cinto de vários cordéis de tucum. As mulheres ainda se cobrem da cintura aos joelhos com uma peça de pano, todos eles de cores bem vibrantes (figura 48), contudo os adereços, como colares e pulseiras já não são mais confeccionados com sementes da chapada e/ou da mata, como a tiririca, mas com miçangas coloridas, compradas na cidade (figura 49).

É comum observar homens, mulheres e crianças, diariamente, pintados seja de urucum, seja do carvão, quando fixado pelo látex extraído do "pau de leite".



Figura 49 Mulher confeccionando cordão de miçanga.

M. Castilho

Os alimentos consumidos pelos Canela-Ramkokamekra são a macaxeira, a batata doce, o inhame, o milho, a abóbora. A fava, o arroz e o feijão foram introduzidos pelo contato, os quais



Mariana Castilho

serão melhor descritos quando referenciados aos roçados. Entre os pratos preparados pelas mulheres está o berubu: massa de macaxeira e carne envolvida em folhas de bananeira brava, assada sobre pedras previamente aquecidas (figura50).

Figura 50 Mulheres levando o berubu para ser assado, para ser oferecido no ritual do resguardo pós-parto.

O berubu é preparado e oferecido, no pátio, aos Prokähma (Conselho de anciãos da aldeia, autoridade para decisões em assuntos estratégicos da aldeia), em rituais como batismo, resguardo pós-parto (figura51).



Jaime Siqueira

Figura 51 Berubu oferecido aos Prokähma, no batismo dos membros do GT: Augusto, Jaime, Mariana e Renato.

M. Castilho

É comum ainda, no período da coleta de buriti, o preparo do caldo de buriti, consumido com farinha e/ou açúcar (figura 52). Neste caso, os frutos são colocados numa grande bacia com água, para que a casca amoleça e solte mais facilmente, e a mulher possa socar o fruto, extraíndo deste o caldo oleoso amarelo vibrante, bastante apreciado por todos.



Figura 52 Mulher preparando o caldo de buriti.

M. Costa

5 A SEGURANÇA ALIMENTAR

5.1 A agricultura



Figura 53 Menino catando tanajura

Assim como muitos outros povos indígenas brasileiros, os Canela-Ramkokamekra baseiam suas atividades agrícolas, coleta, caça e pesca pelos ciclos da natureza. A revoada das 'tanajuras' (saúvas) determina o início da temporada de pesca (figura 53). A sazonalidade das frutas define o ritmo da coleta, realizado especialmente pelas mulheres, assim como o ritual do milho, indica o momento de jogar as sementes ao solo, ou seja, plantar.

Os Canela-Ramkokamekra são tipicamente caçadores e coletores, contudo a atividade agrícola vem se sobrepondo à caça e à pesca. No contato, os Canela trocaram os machados de pedra por enxada, facão e cavadeira, não apenas para sua subsistência, mas também para geração de renda apta a suprir as novas necessidades: roupas e utensílios domésticos.

Os roçados têm origem no mito da Estrela-mulher que se apaixona por um índio Canela e então resolve com ele morar e ensinar ao seu povo sobre os usos das plantas cultiváveis.

A estrela d'alva veio do céu diz que tinha um índio dormindo sozinho, no meio do pátio. Aí a estrela d'alva tava vendo ele, tava dormindo, sozinho. Solteiro, né. Aí ela veio e cuspiu na barriga dele. Aí diz que ele falou: 'quem é que ta me cagando'? Passo a mão e tirô, né. Aí fico, lá, assim, deitado. Aí, poca hora depois cuspiu de novo. Aí tiro de novo, com a mão. 'Mas, porque ta me botando esse cuspe'? Aí, com poca hora ela (a estrela d'alva) viro como um sapo e caiu na barriga dele (índio). Ele joga fora. 'Que diacho, esse sapo ta só me atrapalhando!'. Aí, com poca hora o sapo caiu de novo na barriga dele. Quando ele foi tirando com a mão: 'é eu que to te fazendo isso, me chamo a estrela d'alva! É eu que vim aonde ta você pra ensina um negócio aqui pra você. Não mexe mais comigo, não!'. Aí ela se viro como uma mulher branca, branca, branquinha, alvinha. Aí ele viu:

M. Castello

'mas, rapaz, quem foi que veio aqui'? Ai ela disse pra ele: 'eu sou a estrela d'alva (na língua *Catxetykoy*)'.

Ai ela conversou com ele:

- 'Olha, eu vim aqui porque vocês estão no meio do recurso que vocês não tão nem aproveitando. Então, eu vim, você tá aqui sozinho. Eu vim pra descobrir uma comida, uma alimentação que vocês têm aqui por perto de vocês'.

Ai o índio disse:

- 'Tá bom, então nós vamos pra casa'.

Ai quando deu quase de manhã ela perguntou:

- 'Vocês têm alguma coisa onde eu me escondê'?

Ai ele disse:

- 'Eu não tenho nada, mas eu tenho uma cabaça muito comprida, chamada cumbuca'.

- 'Pois, então, vamo lá, você vai me escondê'.

- 'Tá bom'.

Ele levou pra casa. Ela diminuiu e ele boto dentro da cumbuca, tampo e marro.

O índio ia com os outros homens pra caçada ou pra corrida de tora, quando chegava ia diretamente onde tava a cumbuca. Ai, abria ela, destampava e sorria pra ela.

O índio tinha uma irmã – era adoentada – deitada no girau olhava pro irmão e pensando:

- 'Mas, o que é que o irmão tanto olha na cumbuca e sorri quando chega'!

Ai quando o irmão saiu, a irmã levantou – devagarinho –, e foi até a cumbuca, olhou para ela e sorriu e a estrela d'alva sorriu também. Quando ela viu direito, abaixou a cabeça e ficou com vergonha.

Ai quando o índio chegou de volta e olhou logo pro tecimento da cumbuca, desconfiou. Foi mal tecido. Ai, ele viu:

- 'Mas, quem foi que mexeu na cumbuca'?

Ai, ele foi abrir, a estrela d'alva tava com a cabeça baixa. Balançou a cumbuca pra poder olhar para ela. Ai ele perguntou:

- 'O que foi que você viu que você tá triste'?

- 'Você me deixou sozinha, tua irmã veio aqui, olho pra mim eu sorri pra ela achando que era você. Eu to com vergonha por causa disso'.

- 'Não, mas não fica com vergonha, não. Ela é minha irmã'.

Ai ela falou:

- 'Agora eu vô sai, vô sai mesmo, pra todo mundo me vê'.

Ai ela saiu. Todo mundo comentou na aldeia que era a estrela d'alva: '*Itety* caso com a estrela d'alva, caso com *Catxetikoy*'. Todo mundo ajunto, olho pra ela: 'bonita.... toda, branquinha, alvinha'.

Ai lá ela falou pra *Itety*:

- 'Agora vamo lá pra beira do brejo'.

Ai ele foi com ela. Ela disse:

- 'Esse pé de buriti é comida de vocês. Vocês têm que comer esse buriti'.

Mitashila

- Lá ela quebro uma folha de buriti, fez um cofinho, aí boto um bucado dentro e levó pra casa. Aí lá ela fez aquele caldo. Aí ela bebeu e disse:

- 'Vocês comê é isso, experimenta'!

Itycti experimentou: 'é bom demais'! Aí deu pra família todinha.

- 'Isso á é que é comida de vocês! Tem mais outro ainda'.

Aí foi com ele de novo pra mostrar o pé de milho. Aí ela disse:

- 'Esse pé de milho é comida de vocês também'.

(Disseram que era um pezão muito grande.)

- 'É mesmo?'

- 'Quer ver? Tira uma espiga'.

Aí, ela subiu e tirou uma espiga, levou pra casa e ralou, ralou, fez berubu pra ele. Chamo as cunhadas pra fazer berubu de milho. Aí ela ensinou tudinho. Mando faze fogo e aí moquiaram. Com pedaço de hora tiraram da moquia. Aí os homens já tinham saído pra pode correr com as toras. Aí o Itycty saiu com eles. Nessa hora da tora, parece que foi de tarde, aí tirarm da moquia e partiram de pedacinho em pedacinho. Aí deram pra família de casa. Aí, tinha uma criança de uns 7 anos pego um pedaço e foi saindo assim, na roda da aldeia.

Aí os homens viram:

- 'Mas, que é que essa criança ta comendo'? Era bem vermelhinho, na mão. Todo mundo viu, aí chamo ele: 'em cá, vem cá, que é que você ta comendo'?

Aí ele (a criança) voltou correndo lá pra casa, não queria dar pros homens, não. Aí todos os homens chegaram lá, tiraram um pedaço pra eles: 'isso que é comida, mesmo'! Então, foi assim que foi ensinado (Zé Pires Canela, Aldeia Escalvado, dez. 2004).

Para tratar de tempos pretéritos, nossos informantes referiram-se à vivência de seus avós. No caso da agricultura, os alimentos consumidos eram a puba⁷ de cajazeira e de buritizeiro, o cupá⁸, a abelha arapuá, a amêndoa do coco da palmeira babaçu, mel, miolo de coco de palmeira inajá, ralado com madeira "pau santo". Além disso, viviam principalmente da proteína das caças moqueada, entre elas o macaco guariba, a anta, o jabuti.

Quando os Canela-Ramkokamekra começaram a plantar, seu calendário era baseado na constelação das sete estrelas. Quando as sete estrelas estão num ângulo que represente sete ou oito horas é adequado à lavoura, caso contrário, quando ela estiver num ângulo que passe do

⁷ Puba significa quando a madeira é derrubada pelo vento ao chão e apodrece.

⁸ O cupá (*Cissus s.(Cissus Songylodes)ongylodes*) é um cipó da família *Vitaceae* que deve ter sido domesticado há no máximo 1.000 anos, uma vez que é conhecido por muito poucas tribos (Kayapó, Xerente e Timbira). Nimuendaju (1946) apud Kerr (1987), primeiro antropólogo a descrevê-lo entre os Timbira, acredita que se trata de uma planta tradicional dos grupos Jê-setentrionais. A variedade selvagem alcança no máximo 1 cm de diâmetro enquanto que a melhorada pelos índios chega a ter 8cm. É uma verdadeira mandioca arbórea, planta igualmente por meio de manivas (Kerr et al., 1978) apud Kerr (1987).

McCastell

meio dia não está mais propício para cultivo. A lua cheia também é um bom indicativo para o plantio das sementes, manaívas e batatas. A lua minguante não presta, as plantas não terão um bom desenvolvimento, a raiz não desenvolve bem. É só palha e a casca fica bem pequenina.

Nas pequenas extensões de mata-galeria, roças ribeirinhas eram abertas com machados de pedra e queimadas. A participação dos gêneros agrícolas dessas roças tradicionais era ínfima, se comparado aos dias atuais, enquanto coleta, pesca e caça supriam o resto. No entanto, os Canela-Ramkokamekra continuam a ter uma produção insuficiente nos magros meses que vão de setembro a dezembro. As roças começam a produzir em janeiro e o ápice da produção se dá com a colheita de arroz no mês de maio.

Tradicionalmente cultivavam apenas três tipos de batata doce (*Ipomoea sp*) (branca, roxa e redondozinho), amendoim (*Arachis sp*), inhame (*Colocasia esculenta*), milho (*Zea mays*), abóbora (*Cucurbita spp*) (duas variedades: *Konkoh* e *Kukonkahoctoiré*, cuja semente não existe mais na aldeia Escalvado e que os Canela-Ramkokamekra tencionam obter com outros Timbira), além da cabaça, muito utilizada, à época, para guardar sementes e carregar água. Há um mito Canela sobre a origem do fogo: um menino trouxe o fogo para seu povo depois de tê-lo roubado da fogueira de uma onça fêmea.

Aqui na histórica nossa sobre cultura, sobre agricultura, sobre vivência daqueles antepassados, muitos séculos para trás. Eu me ouve antepassado até agora, os dois, como eu digo. Naquela época dos antepassados, nós sabemos primeiro que não existiu o fogo 'kuhý', que os nossos bisavós que na histórica comiam, se alimentavam, seja for carne, alguns alimentos, e alimentavam de coisas cruas, como animais: onças, suçuarana (ropoty) e na histórica que nós sabemos daqueles tempo que nós usava alimentos nada sabemos. Nossos bisavós só comemos o puba, puba de madeira, pubo de madeira que apodrece e fica tipo farinha. Disse que bisavô se alimentava com estas coisas. Se alimentava com jatobá, alimentava com frutas do mato. Depois, passado pra cá, um índio que foi levado para tirar um ninho de arara, ele levaram deixaram esses cunhado lá por causa que eles mandou ele subir e trazer o ninho de arara, mas ele deixou, ficou com raiva com eles e os outros foram embora, deixaram ele. Esse cunhado ficou lá, depois o suçuarana estava beirando a serra e o índio fez o sinal, a sombra da mão, quando a suçuarana saltou em cima dele. Naquela época os animais conversava com os índios e a gente conversava daqueles época. Diz que animais cantam. Suçuarana perguntou pra o índio: 'ei, o que você ta por aí?' - 'cunhado trouxe eu, me colocou aqui em cima da pedra e joga madeira tudo no chão e foi embora eu eu to aqui quase morrendo de sede,

M. T. Astillero

de fome, de tudo. Ah, então, é assim: você salta em cima de mim que eu vou aparar e nós vamo embora pra casa, pra você beber, comer, as coisas. Aí ele ficou com medo, aí depois ele desceu encima. Ele parou, olhou, foi aonde tava a suçuarana, chegou e disse: 'ei, mulher, eu trouxe o nosso filho, agora nós temos filho'. Aí no jirau do suçuarana já temo animal: veado, tatu, mambira, de todas as coisas cozinhado. Ele levou o indiozinho pro brejo e ele tirou cocô da arara da cabeça do indiozinho. Aí levaram e trouxe depois deu um pedaço de animais: mambira, tatu, a coisa assim. Ele se alimentou. No outro dia ele deu a volta, mas a suçuarana fez o sinal, abriu dente, mostrou os unhas pra ele. Quando o suçuarana chegou: 'pai, intxu, intxé fez sinal assim, abriu dente pra mim, eu fiquei com medo e chorei.' Hum, calma aí, deixa sua mãe aí. Vou preparar jeito pra você castigar ela. Aí, preparou arcozinho, aí recomendou: olha, meu filho, quando eu vô sai da caçada, você fica, se sua mãe continuar fazer este sinal, fazer medo você, pode flechar. Pode flechar na mão dela pra ela aprender. Pois suçuarana saiu, fogo ta lá, este fogo mesmo. Quando pouca hora, suçuarana disse: 'ei Ikra, vira'. Ele virou, ela fez sinal, abriu dente, aquele esturro dele. Aí ele pegou o arco perto dela flechou. A flecha pegou bem no meio da mão da suçuarana. Aí suçuarana esturrou e saiu. Aí deixou fogo. Aí ele correu e foi acompanhando a estrada e chegou até onde está a aldeia. Aí ele disse: 'eu vi a coisa boa, eu vi fogo que suçuarana ta cuidando'. Aí os mais velhos: avôs, tio, se juntaram, reuniram, combinaram. Pois então, vamos lá, tomar este fogo. Aí ele disse tudo direitinho. Aí o grupo foi. Ele botou um num lugar, outro noutro lugar, até perto desse morada do suçuarana. Um índio disse: presta atenção se ele sair pra algum lugar, aí você pode saltar por cima do fogo, apanha e corre pra cá. E aí nós vamos levar. Pois, mesma coisa aconteceu. O índio chegou lá, ficou atrás das moitas, prestando atenção, aí quando suçuarana saiu eles correram, pegaram o fogo e correram pra aldeia. Aí levaram e na histórica, diz que o sapo (porty), com o cuspe dele, espuma dela da boca, aí acompanhou, veio apagando a brasa que caia pra não pegar no mato. Este sapo vem apagando, esta brasa de fogo que vem caindo, caindo, até os índios chegar na aldeia. Aí suçuarana ficou sem fogo e começou a alimentar de coisa crua. Nós tomamos deste fogo e desde então vimos criando-o. Primeira história é assim (Francisquinho TepHot, Aldeia Escalvado, dez. 2004).

Entre os alimentos da dieta alimentar dos Canela, a batata-doce e o inhame recebem destaque especial, a começar pelo plantio e a colheita: tarefas apenas da mulher. Há um tabu Canela que proíbe o cultivo do inhame pelo homem: se os homens plantarem inhame, dois seios de mulher brotarão, na altura do peito. Outro tabu alusivo à batata-doce desaconselha a mulher a entrar no batatal, com criança de colo, pelo risco de perder a criança para as almas dos índios mortos a bordunadas, que habitam as batatas rachadas.

Tabus à parte, a batata-doce era um dos alimentos mais importantes da dieta alimentar dos Canela. Tradicionalmente produziam farinha, a qual era moqueada, descascada, ralada e colocada ao sol para secar, sobre uma esteira de embira. Uma vez seca, a massa era guardada no interior de um pakará (bolsa), feito de embira, por aproximadamente cinco meses, ao fim dos quais era retirada e deixada de molho - sem cozinhar novamente -, desmanchando-a com uma colher de pau.

Atualmente, cultivam cinco variedades de batata doce, diferenciadas pela coloração da casca, branca, roxa, amarela, vermelha e azul, todas com nome na língua. Existem nove variedades de inhame, em sua maioria identificadas apenas pelo nome na língua. Estas duas espécies são plantadas em áreas separadas.



Figura 54 Kwyrkriê (uma das variedades de mandioca mansa)

No contato com a sociedade nacional, outros gêneros agrícolas foram adotados como, mandioca (figura 54) (*Manihot sculenta*), fava (*Vicia sp.*) (de várias cores), feijão (*Phaseolus sp.*), arroz (*Oryza sp.*) e algumas frutíferas como banana (*Musa spp*), mamão (*Carica sp.*), cana de açúcar (*Saccharum officinarum*), laranja (*Citrus sp.*), abacaxi (*Ananás spp*), melancia (*Citrullus spp*).

A mandioca (brava ou mansa) é, hoje, um dos principais gêneros cultivados e importantes na dieta alimentar dos Canela-Ramkokamekra. São dez as variedades plantadas nas roças, das quais 4 foram identificadas apenas na língua. A principal utilidade da mandioca é a fabricação da farinha, costume adquirido com o contato. Encontramos quatro variedades de macaxeira nos roçados, as quais são moqueadas ou empregadas na preparação do beiju e do berubu.

M. Castellano

A mandioca original dos Canela-Ramkokamekra é a *Waipuré*, cujo mito de origem conta a história de uma linda menina que morreu precocemente:

Menina nasceu, era moça linda! Então cresceu, cresceu, cresceu e um dia morreu. Ai todo mundo chorou muito a perda dessa moça e enterraram. Fez limpeza ao redor da sepultura. Ai, passou o tempo, e a mãe disse pro pai: - 'olha vô faze limpeza ao redor da sepultura, que eu sei que já ta criando mato'. Vamo bora, nós dois. Chegaram lá, mandioca já ta crescida. O velho comentou viu: 'mas rapaz, que é isso que ta nascendo?' A mulher disse: 'deixa ai, não mexe, não'. Quando vieram noutro dia, já tinha crescido mais. Ai, passou o tempo, tem batatão, branco. Chamaram os brancos para ver. Ai "cristão" chegou, procurou: 'esse aqui, masceu, como foi?' 'Esse pau nasceu em cima da sepultura da moça dessa mãe. Ela morreu, nós enterramos e nasceu esse pau grande'. O cristão disse: 'olha, isso aqui, nome dele é mandioca'. Nós, todo mundo chamava mandioca 'may'. E ai começaram a plantar, fazer farinha. (Abilinho Canela, Aldeia Escalvado, dez. 2004).

Diferentemente das outras mandiocas que chegam ao estágio de coleta em até dois anos, a mandioca *Waipuré* necessita 4 a 5 anos para se desenvolver. É plantada em separado, uma vez que produz raiz grande e espalhada. Na época da colheita são necessárias 5 a 6 pessoas para cavar. A raiz é cortada em pedaços, de tão grande, e levada num *kae* à aldeia, onde é dividida entre os parentes. Outra característica é o "escumo" (manipueira) forte, que pode matar galinha ou porco se beberem desse líquido. Os Canela-Ramkokamekra faziam "cachaça" com a *waipuré* e ainda produzem farinha, beiju, grolado (quando a massa fica embolada, sendo torrada com menor intensidade). São raras as famílias que a cultivam.

Ela está associada ao eclipse solar. Os Canela-Ramkokamekra acreditam que quando a lua está morrendo o sol também está. Assim quando a escuridão vem, os Canela-Ramkokamekra costumavam arrancar a *waipuré*, punham-na de molho num cofô e quando estava bem pubadinha, retiravam toda a casca e colocavam no jirau, ao sol, por uma semana, para secar, enxugar bem. Assim, quando o eclipse faz morrer o sol, os índios enfiavam pedaços da *waipuré* na ponta da flecha e lançavam-nos ao céu, rumo ao sol, para que a luminosidade pudesse volver mais rápido.

M. Castello

Enquanto lançavam flechas de fogo em direção aos céus, os índios entoavam canções alusivas a *waipuré*, até que o sol ressurgisse.

Outro produto do contato, o arroz (11 variedades), é brocado na vazante, na beira do brejo, nos meses de maio e junho. Em agosto são feitos a queima e o plantio, pois desenvolve mais rápido, antes da chegada do inverno. A presença de arroz no roçado requer cuidado redobrado, pois passarinhos, como o curió, estão à espreita para bicar os grãos recém brotados. Para espantá-los são confeccionados varais de "olho" de embira, de um lado a outro do roçado com folhas penduradas. Assim, quando o passarinho pouso, o varal se movimenta e o passarinho voa.

Em anexo estão as tabelas com os gêneros agrícolas cultivados pelos Canela-Ramkokamekra, bem como suas variedades, características e usos.

Os Canela-Ramkokamekra possuem vários rituais para ambos os sexos: nascimento, puberdade e casamento (várias etapas), o resguardo pós-parto e o luto, além dos resguardos de caçador, cantador, corredor de tora, curador. Nestes rituais alguns alimentos são específicos: arroz vermelho, amendoim, batata doce, milho pipoca (*Ponhupeyré*), farinha seca de mandioca *waipuré* (mandioca seca no tipiti e imediatamente torrada no forno), *Krêrô-te-koinkoin* (variedade de inhame).

O contato com a sociedade nacional obrigou os Ramkokamekrá a praticar mais extensivamente o sistema de roças de coivara, de acordo com o modelo regional.

MCastillo

As áreas de roçados na Terra Indígena Kanela estão distribuídos 34 aldeamentos (anexo lista dos nomes localização aproximada) ou, como chamados pelos índios, Setores de roça, localizados em pontos distintos do território, próximos aos cursos d'água, onde há também oferta de caça, de pesca e de produtos extrativos que satisfaçam necessidades alimentícias, de cura, de construção das casas e confecção de utensílios (figura 55). Isto é importante, pois os Canela-Ramkokamekra permanecem grande parte do ano nestes setores, geralmente formados por famílias extensas, com um responsável em cada uma.



Figura 55 Roçado de Canela junto ao Brejo dos Bois.

Alguns desses setores podem até ser considerados novas aldeias, ante a configuração das mesmas, o número de pessoas e o fato de comumente estarem a uma distância significativa da aldeia Escalvado, sendo muitas vezes necessário o deslocamento por carro (figura 56). Os roçados são medidos por linhas (3,3 linhas correspondem a 1ha), tendo em média 1,2 ha.



Figura 16 Setor de Roça Galheirinho

M. Castillo

O trabalho na agricultura é dividido entre homens e mulheres ficando a cargo dos homens a broca, a derrubada e a queima enquanto as mulheres são responsáveis pelo plantio, manejo e colheita. De maneira geral, as atividades de caça e exploração do território estão a cargo dos homens e o cuidado com as crianças e a casa, estão a cargo das mulheres. A prática agrícola entre os Canela-Ramkokamekra se baseia num sistema de derrubada e queima, cujas características são: 1) piques para delimitar o perímetro do futuro roçado; 2) broca; 3) derrubada das grandes árvores; 4) coivara; 5) plantio e 6) colheita.

Para a realização dos roçados os Canela-Ramkokamekra eram e ainda são guiados pelas regras sociais das metades Harânkatejê e Kajkatejê. Os piques para demarcar a área da roça têm início em maio, entrada do verão. A palmeira inajá e o nazazeiro funcionam como bioindicadores para escolha da área, bem como os solos ricos em nutrientes, próximos aos brejos e aos vãos da serra.

Uma vez identificada a área do roçado procede-se à broca da vegetação, quando dois representantes homens, de cada uma das metades leva um grupo de índios para marcar o terreno (broca), na companhia de duas mulheres de ambas as metades. Trata-se de uma tarefa masculina, cujo instrumento de trabalho é o facão. A marcação do terreno ocorre no período de verão, nos meses de maio e junho. Enquanto os homens trabalham as mulheres cantam, incentivando-os para que não cismoreçam e terminem o quanto antes o trabalho. Durante a broca são cortados cipós, árvores finas e plantas pequenas, para logo realizar a derrubada das árvores maiores, pelos homens. Uma vez terminado o trabalho da broca, os homens correm com toras de buriti em direção da aldeia.

O início da broca é marcado por sincretismos. Por exemplo, se caso o facão resvala e o homem corta a mão, ou um espinho perfura a pele ou é esporado por um marimbondo, são sinais de que o responsável pelo roçado deve terminar o trabalho em outro momento. É um aviso. Caso contrário ele pode adoecer ou perder um parente.

Macatilla

O mês de agosto é o indicado para secar o roçado, quando a vegetação brocada e derrubada vai perdendo água, alcançando o mês de setembro em condição adequada à queima. Na época da derrubada, em julho, dá-se o mesmo ritual. Em fins de agosto/ setembro ocorre a queima. Antes de iniciar a queima é feito um aceiro para proteger outras matas que serão usadas para abertura de outros roçados em outros anos.

Uma vez feita a derrubada e a queimada – que culmina entre agosto e setembro, realiza-



Figura 57 Mulheres empilhando coivara.

se a coivara (queima do restante da madeira para que as cinzas fertilizem a terra), para dar início ao plantio dos diferentes cultivares, entre as cinzas e troncos carbonizados. Com uma semana de queimada os homens, juntamente com as mulheres, iniciam o corte da coivara. O homem vai cortando com machado e a mulher empilhando em montes, que posteriormente serão novamente queimados (figura 57).



Figura 58 Queima da Coivara

Nesta fase não se pode demorar, pois a madeira que está no chão logo endurece. Quando há muito sol, a madeira seca e o machado não corta. Logo na primeira queima, quando a madeira ainda está verde, é importante o corte da coivara, quando os paus ainda estão moles. Caso contrário o trabalho será redobrado. (figura 58)

M. Castilho

Terminada a queima da coivara é tempo de plantar, mês de outubro, início do inverno, das primeiras chuvas: plantam carreira de mandioca no meio da roça, outra carreira beirando a roça e mais outra na beira do brejo. Durante os meses de novembro e dezembro iniciam a lavoura do arroz e do milho.



Figura 59 À direita, variedades de fava do *kapê* (não-indio) e à esquerda, variedades de fava do Mehi (Canela)

Na época do plantio trabalham homens e mulheres. Os primeiros fazem a cova e as mulheres põem a semente, a manaíva, ou o tubérculo e os cobrem com terra. Quando o inverno começa plantam a mandioca e a macaxeira, depois o arroz e, por último, o milho. Junto com o milho plantam favas, de várias cores (só encontradas entre os índios) (figura 59), que enramam.



Figura 60 Arroz rabo de raposa

As sementes para o plantio são armazenadas no alto das travessas das casas. O arroz em ramos, como na figura ao lado (figura 60), e o milho na casca. Sementes de favas, abóbora, feijão são armazenadas em sacos plásticos, garrafas Pet e em cabaças. As manaívas são amontoados em feixes atados com tira de embira, próximo aos locais de plantio (figura 61).



Figura 61 Feixes de manaívas à espera do plantio.

M. Castello

Após o plantio, nos meses de fevereiro e março, os homens, mulheres e crianças retornam aos roçados para o trabalho da capina, para que os "legumes" possam crescer mais rápido. Depois do plantio os homens vão cortar tora pesada para quando for época da colheita fazer festas, entre elas *Ketuaiê* (prisão de banho), *Ikeré* (prisão da casinha), *Pepkahýt* (gavião), *Capote*. Segundo Melatti (1985),

os Canela-Ramkokamekra dividem o ano em dois períodos de festas: o primeiro começa com o início da colheita de milho e se estende até o momento em que as sete estrelas (Plêiades) torna-se visível no céu ocidental depois do pôr do sol. Em seguida começa o segundo período ritual, que dura novamente até a próxima colheita do milho. O primeiro período quase coincide com a época da seca e chama-se *Vu/te*; o segundo corresponde mais ou menos à época das chuvas, *Meipimrák*.

A colheita não tem um mês definido, depende do gênero de planta cultivado. A cada novo ano novas áreas de roçado são abertas, apesar de gêneros como mandioca, batata, inhame, permanecerem na mesma área.

Atualmente o desafio enfrentado pelos Canela-Ramkokamekra consiste em garantir uma produção suficiente de alimentos de forma que os gêneros disponíveis não terminem nos meses de verão. Algumas famílias (cujos responsáveis prestam serviços à Funai) vêm procurando produzir um excedente para ser comercializado no entorno da área e nos mercados da cidade. Projetos de roçados comunitários foram propostos pelo administrador da Funai Núcleo Kanela – Raimundo Franco, sem sucesso. Há um maquinário para descascar arroz na aldeia, pouco utilizado. Os roçados estão cada vez mais distantes, fazendo com que a comunidade se divida em grupos menores, indo ocupar os centros de produção, longe da aldeia para facilitar o trabalho e melhorar a produtividade utilizando terras de maior produção ainda existentes.

Todo mês, pequenos comerciantes, montados em jêgues, vindos de povoados como Bacabal dos Maciel e Leandro, aparecem na aldeia para supri-la de alimentos, a preços superfaturados.

Dr. Castilho

De modo geral, os roçados estão concentrados em manchas de solos férteis, próximo às matas de galeria. O corte raso da mata junto aos cursos d'água, em direção às encostas do terreno,



Figura 2 Parte da floresta galeria desmatada. Ao fundo solo queimado

trazem consequências irreversíveis, ainda não percebidas pelos índios: assoreamento dos brejos e riachos, prejudicando a pesca e a potabilidade da água; e a conservação da fauna (figura 62). Dado o crescimento populacional das últimas décadas, o aproveitamento de capoeiras, em um ciclo cada vez menor de pousio, a baixa fertilidade dos solos, a fragilidade dos ecossistemas de mata de galeria, sugere o comprometimento da sustentabilidade para a agricultura.

Como mencionado no início do item agricultura, os Canela-Ramkokamekra são índios que viviam praticamente da caça e da coleta; a necessidade da prática agrícola advém do contato com a sociedade envolvente e, atualmente, vem se sobrepondo às outras atividades desenvolvidas pelo grupo. As áreas de roçados estão distribuídas em 34 aldeamentos ou setores de roças, localizados em pontos distintos do território, próximos aos cursos d'água, onde os Canela-Ramkokamekra cultivam mandioca (10 variedades), macaxeira (4 variedades), arroz (11 variedades), batata-doce (5 variedades), inhame (9 variedades), amendoim (3 variedades), fava (8 variedades), milho (4 variedades), feijão (9 variedades), banana, abacaxi (2 variedades), manga, cana de açúcar, melancia, abóbora (2 variedades, sendo que uma delas nem existe mais) e cabaça. A diversidade de espécies implica em mais área de cultivo, do contrário, algumas das sementes originárias do grupo não mais serão plantadas. Já foi constatado em capítulo anterior que a população Canela-Ramkokamekra ascendeu nos últimos anos. O aumento da população é positivo para o grupo, contudo, há uma pressão cada vez maior sobre os recursos naturais nos ambientes utilizados para o desenvolvimento da prática agrícola, uma vez que são restritas as áreas adequadas para o plantio dos gêneros alimentícios. A área pleiteada pelos Canela-Ramkokamekra para locação dos roçados caracteriza-se por solos de melhor qualidade física e química, próximo aos cursos d'água, em direção sul, à serra das Alpercatas e, também, em direção norte, junto à mata que margeia o território Guajajara. Importante ressaltar que tais áreas

W. Castellano

têm sofrido pressão por parte das ações de não-índios através da caça ilegal, do desmatamento, das fazendas de gado, da expansão da soja. Dessa forma, a reivindicação dos índios é necessária a sua reprodução biológica e social em futuro próximo, sem embargo de ações de educação ambiental, discussões aprofundadas sobre as práticas agrícolas, o uso do fogo e o manejo de animais silvestres.

5.2 A importância da caça

Informações a respeito da caça e pesca foram adquiridas em momentos os mais diferentes: numa conversa informal, numa entrevista dirigida, numa incursão pelo território, quando a viagem demorava e uma história era lembrada. Não foi possível tirar os olhos de Francisquinho quando este, ao falar sobre suas estratégias de caça, demonstrava-as com movimentos, como se no meio da chapada estivesse. Um mapa coletivo também foi elaborado apresentando os pontos de caça atuais e antigos, alguns deles considerados pontos de atrito, ante a presença não-índia com intuito de caça na área indígena. Durante o trabalho do GT foram vistos, ao longe, veados, um tatu peba, pego durante uma incursão pelo território, algumas seriemas e muitos passarinhos. Em algumas circunstâncias tivemos a oportunidade de degustar cozidos de veado, tatu, cotia. Peixes não foram observados.

Como já foi ressaltado em capítulos anteriores, os Canela-Ramkokamekra, antes de serem agricultores, são caçadores e coletores. A caça é uma atividade eminentemente masculina com restrições severas ao iniciante, que duram aproximadamente sete meses.

Entre elas: não se alimentar de carne carregada, ou seja, o iniciante: *"não come feijão, não come fava, não come berubu, não come puba. Come só massa nova. Pode tirar do pé e ralar, enxuga no tipiti, aí faz grolado no panela, faz farinha seca, seca"* (Antônio Tahpá). A relação sexual é proibida. Ao iniciante não lhe é permitido nem sequer olhar para mulher. Para dirigir a palavra à esposa é necessária a presença de uma terceira pessoa que faça a interlocução. Segundo Crocker (1994), submeter-se a restrições alimentares e sexuais é um instrumento para que o indivíduo se torne forte em caráter e habilidade, e para que possa desenvolver, através de esforço pessoal, as habilidades não apenas de caçador, mas também de corredor ou curador.

McCastillo

O resguardo exige muita força de vontade do iniciante, o que hoje é difícil verificar entre os mais novos. Os jovens têm tido dificuldade nas caçadas, muitas vezes voltam de mãos vazias. Os mais velhos justificam tal fato pelo não cumprimento das restrições: *"os jovens não tomam resguardo, eles vão (caçar), mas não vêem nada. Eles acham que não tem animais. Tem, mas eles não vêem [...] a pessoa que não toma resguardo, diz que o animal quando vê diz: não, aquele não é pui, não. Ai ele não gosta, esconde"* (Francisquinho Tep Hot).

A preparação do caçador começa com a purificação do organismo a partir da ingestão de garapas e banhos de algumas plantas do cerrado, como tingui, pau d'arco, craíba, araquá, mandioca braba. Seguindo com seriedade o tratamento, o aprendiz sentirá os efeitos, primeiramente, no físico, mais delgado, e a desnecessidade de ingerir outros alimentos a não ser os pré-estabelecidos; não terá sono, quando dormir terá sonhos de caça, o olfato ficará mais apurado, características importantes para abater animais.

...prepara primeiro uma garapa de folha de tingui, aí toma de manhã até durante uma semana, aí deixa. Aí tira faz outra garapa de outra folha, que existe. Aí você toma por dois semana. Aí deixa, passa pra outra [...] E aí começa de tomar resguardo. Sem comer nada. Não pode relacionar com as mulheres. Aí, folha que você já tomou, deixa lá, você vai passando. Lua é curta. Aí começa de tomar garapa de craíba. Aí você toma, isso arde, mais isso ajuda bem a você. Passa três semanas, aí você deixa. Aí começa no pau d'arco. Tira a casca dela, faz a lavada, passa ferro, tira a casca, bem molinho, bota na cuia, faz garapa dela, preta, aí você toma. Aí deixa, banha, aí depois passa água e joga o bagaço lá fora, pra ninguém não ver. Aí você passa, passa, também pode ser quase metade de mês, aí começa tirar outro, bota na panela, deixa ela cozinhar: ferve, ferve, ferve, fica água pretinha, aí você tira, pega pano, bota a cabeça de baixo, abaixado, cobre tudo. Aquela esquentura vai dando, aí você fica agüentando, agüentando, aí sai aquele suor, tipo água no seu corpo, mas você agüenta. Quando já tá um pouco esfriando, aí você mexe e tomará fazer calor deles de novo. Aí sai tanto suor, aí depois você tirou o pano, levantou o corpo, não enxuga, nem suor, fica por aí até enxugar. Aí você tira água dela na vasilha, deixa ficar fria, quando tá de tardezinha, faz lavar sua mão. Outro dia, a mesma coisa. E vai fazendo assim, e cada dia, cada dia, aí você vai sentir teu sono, vai sentir o seu sonho, vai sentir fraqueza, ele foi explicando. Você vai sentir também o cheiro...(Francisquinho Tep Hot Canela, dez. 2004).

Quanto à alimentação, alguns informantes divergem: batata e arroz vermelho, farinha branca seca, milho de pipoca. Todos concordam, porém, sobre a não ingestão de alimentos

MCastillo

carregados como galinha, porco, peixe, feijão, fava. O iniciante deve ter os seus utensílios exclusivos: *"quando você se alimenta, às vezes sobra, pois nem todas às vezes você vai precisar. Água, você separa, uma cabacinha só sua, só você que usa. Sua vasilha, só você que usa. Ninguém mexe no que é seu. Ai você vai sentir que foi tomado desse resguardo"* (Francisquinho TepHot)

Quanto ao sono, este desaparece, fazendo com que o iniciante demore a dormir e tenha pressa em que o dia amanheça. O olfato torna-se mais sensível e o físico, apesar de delgado, atlético.

Antes de sair para a primeira caçada *"tu vai pro mato, acende cigarro, feito da folha de pati, vai esfumaçando, ai, fica alerta. Quando já está terminando, abelha ajunta (abelha do araquá - tataíra), pois sente o cheiro de caça. Ai tu fica alerta. Quando terminô tu pode ir"* (Júlio Kadet).

Os caçadores experientes da aldeia, como Francisquinho, Júlio Kadet, Antônio Tahpa, contam que quando a pessoa pratica o resguardo seriamente, tem facilidade em enxergar o animal, o qual, ao invés de afastar do indivíduo, aproxima-se: *"o bicho quer correr, pode correr, mas não corre, não. Porque ele gosta de você. Ele enxerga a distância. Aquele é meu pai, já vou onde está ele. Quando chega pertinho, pertinho, quietinho, ai tu mata"* (Julio Kadet).

Costumam dizer que quando o animal avista o caçador sente ser este seu pai e está pronto para morrer. Ao retornar para aldeia após a primeira caçada, o caçador entrega todo produto aos mais velhos, pois *"se comer, não mata, não. Fica fraco"* (Zé Pedro Preto). Após quatro caçadas sem tocar na caça lhe é permitido comer do dianteiro das caças, o "chambarizinho". Depois de 6 meses de resguardo o caçador *"pode comer carne, pode tomar caldo dela, e pode comer beruhu, e pode comer pescoço delas. Mas ai pronto, já aprendeu."*

O resguardo para caçador serve para todos os tipos de caça, contudo a atenção recai sobre os animais de porte grande, especialmente os veados, para atender as famílias numerosas. Sugestivamente, Francisquinho comenta: *"quando vai, aí só procura estas coisas, num rasteja estas coisas, não. Nem mambira, nem tatu, nem coisa pequenininha. Não gosta estas caças pequenas, só caça grande"*.

McCastillo

Quanto aos animais, Francisquinho conta que cada qual tem sua história, por exemplo:

o preá rabudo que fica no oco do pau, aquele é campeiro, aquele é galheiro. Quando você sai pro rumo eles te olham lá de longe: 'papai já tá vindo, eu vou lá'. Faz um barulho no chão, vira, transforma naquele animal, vai lá onde está. E diz que aqueles, o preá, aquele sem rabo, é catingueiro. O outro também transforma em catingueiro e vai até onde está você. Ele diz assim: cupim, esse cupim da chapada, cupim mole, aquele cupim é ema. Quando você vai ele vira, transforma em ema, e vai encontrar você. O pebinha gosta da pessoa que está de resguardo. Primeiro animais deste que você vai, ele vem direto encontrar você. Porque este animal que gosta mais da pessoa que está de resguardo.

Importante lembrar que os Canela-Ramkokamekra são cantadores. A maioria das cantigas entoada refere-se aos animais. Francisquinho comenta:

Quando (o caçador) vem distante com a caça, vem cantando a cantiga daquele animal. A cantiga do veado fala que a gente passou e eles avistam encima do rastro dele. Diz que ele está espalhando terra. Aí pega espingarda, se pinta com carvão, vem. Aí ele já fala que eles já tão precisando de cabeça. Depois de tratar eles vão leva esse pescoço pra eles. Quando o pessoal de casa ouve essa cantiga, é sinal de que o caçador está trazendo ema. Cada animal tem cantiga.

Os mais velhos não se separam dos seus mocós, confeccionados por eles mesmos. Em uma das entrevistas com Zé Pedro Preto Kyjno Canela e Zé Diogo Pebrer estes emborcaram suas bolsas, retirando osso de perdiz e chifre de veado, proteção para não ver cobra e espíritos ruins, algodão, pena de papagaio, cera de abelha, casca do fruto de jatobá (serve como isqueiro).

A atividade da caça é praticada em todos os ambientes da Terra Indígena Kanela. Os lugares de caça são distintos: nas proximidades de espécies da chapada que produzem frutos e flores como Fava D'anta, Puçá, Araçá, Murici, Piqui, Cajui; nos roçados; nos ocos do pau; na mata, próximo aos brejos e riachos, nas tocas e cupinzeiros. Contudo, o número de animais na área tem diminuído em virtude da combinação da caça indígena e da caça de não-índios nos limites da Terra Indígena, especialmente, próximo aos Setores de Roça Aldeinha, Buzina, Vamos

MCastillo

Ver, Lagoa do Coco, Suçuarana (N/NE); Aldeia Velha 1, 2 e 3 (E); Cabeceira do Meio, Galheirinho (SO).

As estratégias de caça são diversas e podem ser agrupadas em 8 modalidades; i) de coxo, ii) com cachorro, iii) à espera, iv) com armadilha, v) com rastejo, vi) com fogo vii) cavoucar, viii) "varrida". A principal arma utilizada na caça é a espingarda. A maior parte das caçadas costuma acontecer nas primeiras horas da manhã ou ao final da tarde.

São poucos os homens que sabem a caçada de coxo. Um dos caçadores mais experientes nesta técnica é Antônio Tahpa. A caçada de coxo, como o próprio nome já diz se dá com movimentos suaves de coxa, com jeitinho. Tahpa enfatiza: *"a caça de coxo é caminhando, não é por rastro não"*. De acordo com Tahpa,

quando eu sai pro mato, já to com espingarda na mão, atravessa a chapada, vou com cuidado, caçando, pra não pisar no folha seco e não fazer zoadá, aí só pisando no lugar limpo assim, olhando para lá e para cá, em todos os lugares. A pessoa que é caçador tem que ter uma visão do todo. Quando a pessoa aprender, não precisa olhar muito, não. Só uma vista. Entrou pro mato, botou a vista no mato, já ta encontrando o outro, bem aí.

A caçada de coxo é a preferida por Tahpa, na captura dos veados galheiro, mateiro, catingueiro, isto é, caças grandes. A caçada de coxo acontece de dia, para melhor avistar a caça na imensidão da chapada. Tahpa ainda relata que caçar de coxo é tarefa solitária, pois caso contrário *"espanta o bicho, aí não mata"*.

Na caçada com cachorro, este ajuda na localização dos animais pelo faro, a persegui-los até suas tocas e esconderijos. A caçada com cachorros é utilizada na captura de animais como: raposa, cangambá, caititu, suçuarana. Quanto ao caititu, *"é brabo de pegar, quando ele sente que está sendo perseguido, ele corre. Aí a gente dá uma buscada e arrudeia pra encontrar ele de frente"* (Zé Pedro Preto Kyjno Canela).

A espera ou tocaia é feita onde há "comida", frutos e flores de que os animais se alimentam. É uma das estratégias mais usadas pelos Canela, haja vista a variedade de alimentos

McCastillo

existentes no cerrado. Os caçadores, sabendo das preferências alimentares de cada um dos animais, fazem a guarda à espera de suas presas. Sobre a espera Antônio Tahpa comenta:

De espera, eu sei. Eu fica no chão assim, sentado, bota arma assim, encostado no pau, aí fica com a lanterna no chão, só assuntando o bichinho, pisando, pisando, chegando debaixo dos pés, aí apanha a arma, bota a lanterna, o bicho tá bem aí. Aí eu queima, mata e vai embora pra casa (dez. 2004).

São várias as armadilhas preparadas pelos Canela-Ramkokamekra na captura do alimento. Entre elas está a armadilha com espingarda para captura de animais como paca, cutia; o muzuá



Figura 63 Armadilha no interior da mata próximo ao Setor de Roça Mato Seco

feito com varas, colocado na abertura das tocas de tatu e coberto com areia e folhas; a cerca coberta com folhas, na chapada para apresar ema, entre maio e junho, na época das queimadas; um pequeno cercadinho feito com varetas finas de pau, colocado no interior da mata. Quando o animal põe a cabeça ou adentra o recinto a portinhola se fecha (figura 63).

No rastejo o caçador avista o rastro do animal e segue-o, com cuidado, pé ante pé, até encontra-lo. Tal técnica é utilizada na captura de edendatas, como o mambira e o tamanduá bandeira, animais que se alimentam de cupins. Segundo Getúlio Canela, o melhor dia para caçar tatu é depois de um dia de chuva, pois o animal deixa os rastros na areia.

A caçada ao tatu pode demorar horas, pois depende da destreza do caçador em desentocar o animal de seu habitat. Esta é a chamada estratégia do cavoucar. Para saber se o animal está entocado é preciso focar o olhar sobre o suspiro da toca: se há presença de mosquitinhos, a caçada pode começar. De acordo com Getúlio há dois horários para caçar: de madrugada (por volta das 4 horas) e/ou à noite (entre 20 e 21 horas).

MTCastillo

Desentocar o tatu, Getúlio comenta, é um trabalho árduo, é preciso cavar muito, ou seja, tirar muita "panela de areia". O tatu faz muita zoadá e, por isso, é preciso, muitas vezes levar o cachorro para acuar. Curiosidades à parte, a melhor época para matar tatu Rabo de Couro é o inverno, quando ele sai da toca. O resto do ano passa enfiado no buraco. Já o tatu verdadeiro, rouba o buraco do Peba e o enche de folhas.

Em uma das incursões pelo território Canela-Ramkokamekra, na antiga aldeia do Ponto, encontramos inúmeras tocas de diferentes tatus.

O fogo é utilizado para acuar os animais, cercando-os ou direcionando-os para locais estratégicos para os atiradores. É muito utilizado na caça ao gavião.

A "varrida" se caracteriza, inicialmente pelo reconhecimento dos locais de passagem do animal, onde posteriormente é preparada uma passarela. Significa limpar o terreno, varrendo todos os gravetos que podem fazer barulho e espantar o animal. À noite o caçador fica na espera sobre galhos de árvores para atirar, quando o animal se aproxima.

Em anexo são indicados os animais encontrados nos diversos ambientes da Terra Indígena Kanela, especificando as melhores épocas e horários de caça, técnicas de captura e estratégias de caça.



Figura 64 Pegada de veado catingueiro fêmea, no Ponto.

Os pontos de caça do território Canela-Ramkokamekra estão relacionados, principalmente, à oferta de alimentos. Os principais pontos de caça atuais são: Brejo da Curicaca, Morro do Criminoso, próximo ao Setor de Roça Galheirinho, Ponto (antiga aldeia Kanela) (figura 64), Riacho Atolador, mata próxima aos Setores de Roça Mato Seco, Vamos Ver, Estaleiro, Aldeinha, Aldeia Velha, Vão da Serra. Alguns dos pontos citados acima já não possuem abundância em caça, tendo em vista a caça

predatória e a instalação de empreendimentos agropecuários como a Fazenda Maratá, nas proximidades do limite norte da Terra.

M. Castilho

Os pontos de caça antigos são Veneza; a mata do rio Alpercatas – onde, em tempos remotos, Zé Pedro Preto Kyjno Canela afirma ter matado sete veados num só dia -, único local onde é possível encontrar anta e o macaco guariba; Ribeirão Papagaio; encontro do rio Ourives com o Riacho Santo Estevão; vão da aldeia (local de antigo aldeamento); Ribeirão, testemunho de grandes caçadas; mata cerrada da Sardinha, no território Guajajara, onde tem muita onça, paca, tatu e veado mateiro.

No mapa em anexo estão plotados todos os pontos de caçadas, confirmados em oficinas coletivas, bem como os locais de atrito (entrada de não-índios).

Como visto anteriormente, a caça é uma atividade exclusivamente masculina, com restrições severas ao iniciante, que duram aproximadamente sete meses. Entre elas: não se alimentar de carne carregada; a relação sexual é proibida; purificação do organismo pela ingestão de garapas e banhos de plantas medicinais do cerrado. É raro verificar entre os jovens de hoje alguém que cumpra com afincos o resguardo exigido. Isto tem preocupado os mais velhos. Anteriormente a demarcação da Terra Indígena, em 1982, a caça era praticada nas matas do rio Alpercatas, no Ribeirão Papagaio, no encontro do rio Ourives com o Riacho Santo Estevão, no vão da aldeia (antigo aldeamento), Ribeirão Borboleta, testemunho de grandes caçadas; mata cerrada da Sardinha, no território Guajajara. A caça é praticada em todos os ambientes da TI Kanela: chapada, matas de galeria, matas ciliares e são 8 as modalidades de caça realizadas pelos Canela-Ramkokamekra: coxo, com cachorro, à espera, com armadilha, com rastejo, com fogo, cavoucar e “varrida”. Os animais mais apreciados para caçada são os animais de porte grande como as distintas espécies de veados: campeiro, galheiro, sutinga, catingueiro e mateiro. Os pontos de caça estão relacionados, principalmente, a oferta de alimentos. Os principais pontos de caça são: Brejo da Curicaca, Morro do Criminoso, próximo aos setores de roça Galheirinho, Ponto, Riacho Atolador, Passagem de Pedra, Cajueiro. O número de animais na área tem diminuído em virtude da combinação da caça indígena e da caça de não-índios nos limites da Terra Indígena nas proximidades dos Setores de Roça Aldeinha, Buzina, Vamos Ver, e junto aos cursos d’água Ourives, Curralinho, Estaleiro e Suçuarana (N-NE); setores de roça Galheirinho e Cabeceira do meio e, cursos d’água Pau Grosso e Galheirinho (S-SO); setores de roça Aldeia Velha 1, 2 e 3 e curso d’água Buritirana (S-SE). A instalação de empreendimentos agropecuários, como a fazenda Maratá é outro obstáculo junto ao limite norte da Terra Indígena.

Montesilva

A caça predatória na Terra Indígena Kanela tem trazido consequências drásticas ao grupo indígena: os caçadores têm que percorrer distâncias maiores para encontrar a caça, o que muitas vezes nem aparece, deixando em falta de proteínas a família; a diminuição de animais ocasiona um desequilíbrio ambiental além de afetar a própria prática cultural voltada para o resguardo do caçador.

5.3 A Pesca

Apesar dos vários brejos e riachos piscosos no interior da Terra Indígena Kanela, a pesca não é tida como uma atividade de importância como a caça, que requeira resguardo de seus praticantes. Na aldeia Escalvado encontramos apenas dois renomados pescadores: Lourenço Canela e José Paulino Txun Canela. As referências tidas destes dois velhos são as melhores possíveis: *"não tem pescador igual Lourenço, sempre que ele sai pra pescar, retorna com mocó cheio"*. Não tivemos o prazer da companhia destes dois pescadores nas andanças pela Terra Indígena, uma vez que Lourenço estava cuidando de um cateto e Paulino estava na roça.

Os poucos momentos que tivemos com Lourenço e Paulino foram importantes para mapear os locais de pesca atuais e antigos; conhecer as estratégias de pesca desenvolvidas pelo grupo, bem como as melhores épocas para pesca.

Quando Lourenço era jovem costumava ir pescar num local por nome de Barreira dos Lobos, a noroeste da Terra Indígena, fora dos limites atuais; no rio Alpercatas, referencial também, de grandes caçadas e aldeamentos indígenas; na Veneza, também a noroeste da área, nas proximidades da Terra Indígena Porquinhos, local de antigo aldeamento. Hoje as toponímias para locais de pesca são outras: o riacho Santo Estevão, o rio Ourives, o riacho Pau Grosso, o Brejo do Cajueiro. O riacho Santo Estevão nasce no interior da Terra Indígena Kanela, no sentido Sul-Norte, e deságua no rio Ourives. A pesca se concentra principalmente nas proximidades dos setores de roça que margeiam tal riacho: Sambaíba, Felipe, Nazazeiro, Areião, Baixão Preto, além da aldeia Escalvado. A pesca no Ourives está restrita apenas aos trechos em que o rio adentra a Terra Indígena. As águas do riacho Pau Grosso nascem ao Sul da Terra Indígena Kanela, junto ao Setor de Roça Cabeceira do Meio e deságuam diretamente no rio Corda, corre

M. Kastilla

fora da T1, afastado 20 Km, ao longo do limite noroeste. A pesca neste riacho se concentra ao longo dos Setores de Roça Manepado e "Rorkontyt".

A pressão sobre os recursos pesqueiros, principalmente do riacho Santo Estevão, tem sido significativa, refletindo no tamanho médio do pescado e na sua escassez. A construção de imensos "paris", construídos pelos não-indios, na confluência do Rio Ourives com o Riacho Santo Estevão, dificulta a subida de peixes nobres como o surubim.

Assim como na caça, os Canela-Ramkokamekra desenvolvem algumas estratégias de pesca, a seguir enumeradas:

- Anzol – as iscas preferidas são piabinha e marimbondo de chapéu, bons para pegar apenas pacu; gongolô de inajá e tucum; tanajura (saúva), boa para fregar piau, cará.
- Os filhos de marimbondo de chapéu e abelhas arapuá, sapecados, com as mãos, nos pesqueiros (locais bons de pesca), atraem os peixes para o anzol.
- A piaba dura só é fígada com buriti. Zé Paulino Txun comenta: *"quando eu sai pra pesca, eu vou nesse brejo... Só piaba dura com buriti. Ela gosta... Só com buriti. Eu mastiga... bota na água e eu vou só pegando"*.
- A flecha com arame na ponta é um bom instrumento na pesca do cará. *"No inverno... puxa e mata 10-20 e vai embora"* (Zé Paulino Txun).
- O "curral", feito de talo de inajá, tipo jirau, é colocado dentro d'água. O curral mede em média 1,5m de largura. No interior do curral o pescador prepara uma boa refeição para os peixes a base de milho e folha de macaxeira. Entra todo tipo de peixe graúdo. Tal técnica é preferível no inverno, quando os riachos e brejos estão cheios.
- No verão praticam a tinguizada, pois o brejo tem menos água. É comum encontrar tinguí plantado nos quintais das casas. Sobre o tinguí explica Txun: *"quando vai botar tinguí no brejo a gente avisa o pessoal e assim bota um pau comprido e bate, bate. Usa só a raiz"*.

McNeill

- Tocaia com talo de buriti - muzuá para pegar peixe -, com cinco metros de comprimento, aberto em uma das extremidades. É usado no inverno e no verão.

O velho Lourenço costuma desaconselhar a pesca na lua minguante, dado o risco de voltar com o anzol vazio. Diz que o peixe não fiska a isca, pois o dente está mole.

Quanto às épocas de pesca, estas são distintas, em conformidade com as espécies. A melhor época pra pesca pacu (família *Characidae*), traíra (*Hoplias sp.*), cará (família *Cichlidae*), mariano é no verão. No inverno é aconselhável a pesca do piau cabeça gorda (família *Anostomidae*) e do piau (família *Anostomosidae*). Peixe bom pra pescar à noite é a traíra. De dia, é bom para pescar pacu, cará, piaba. A pesca também é marcada por eventos naturais, como o início das chuvas na revoada das tanajuras (saúva), quando os meninos e meninas saem à cata dos insetos. Em anexo, uma planilha com as espécies de peixes e técnicas utilizadas pelos índios na captura.

A principal fonte de proteína para os índios Canela-Ramkokamekra é a carne de caça e, em menor escala, a carne de peixe. Como constatado em área, a manutenção destas atividades torna-se preocupante, uma vez que a quantidade de animais a serem abatidos para suprir as necessidades alimentícias da comunidade tem diminuído, seja pelas pressões externas, como caça predatória, desmatamento; seja pelas pressões internas, como o corte raso da mata junto aos cursos d'água, para abertura de novos roçados. A prática agrícola nessas áreas trazem como consequência a diminuição da energia que entra no ecossistema aquático, via sementes e serrapilheira. Sem esse input de nutrientes as cadeias tróficas aquáticas, em especial, as comunidades de peixes também fica comprometida, diminuindo a oferta de alimento para o grupo.

Além disso, o manejo dos peixes efetuado pelos índios conflitam com os interesses não-índios, que constroem grandes "paris" que impedem a subida dos peixes, o que compromete a pesca pelos Canela-Ramkokamekra, bem como propicia uma diminuição nos estoques pesqueiros, impedindo a subida dos peixes para a desova.

Antônio Carlos

A identificação da Terra Indígena Kanela reivindicada pelos Canela-Ramkokamekra, permitirá disponibilizar novos ambientes para a manutenção das práticas de agricultura, caça e pesca, bem como a reprodução biológica e social em futuro próximo.

5.4 O Extrativismo



Figura 65 Mulheres coletando buriti

Os Canela-Ramkokamekra se beneficiam de espécies nativas como Buriti, Buritirana, Bacaba, Babaçu, Pequi, Fava D'anta, Tucum, em distintas épocas do ano. A coleta e o beneficiamento destes produtos são realizados pelas mulheres, que em grupo, passam o dia na coleta. Durante a época de permanência do GT em campo, havia abundância de buriti. As mulheres retornavam com os cofos cheios de buriti que eram deixados de molho para depois serem macerados e peneirados, resultando num caldo oleoso e amarelo, muito apreciado para beber com farinha e/ou açúcar (figuras 65 e 66).



Figura 66 Mulher macera buriti enquanto seu filho come beiju

Dr. Castilho

O Buriti é uma palmeira da família das arecáceas que tem o nome científico de *Mauritia* sp. É uma planta perenifólia, heliófita e higrófila, encontrada nos brejos e nas áreas permanentemente inundadas, bem como nas baixadas úmidas do cerrado e nas veredas de buritizais da Terra Indígena. A palmeira frutifica de dezembro a junho e produz grande quantidade de frutos. Os frutos elipsóide-oblongos são cobertos por escamas córneas, de cor castanha avermelhada e lustrosa. A polpa da fruta tem cor amarelo-alaranjada, e sabor agridoce com consistência amilácea e gordurosa do qual é extraído o suco. A semente, oval e dura, é comestível. O fruto é bastante aproveitado também pela população regional em doces, licores, cremes, e sorvete.

O buriti aparece na maioria dos desenhos das crianças, demonstrando a importância desta espécie (figura 67). São inúmeros os subprodutos desta planta: do fruto utilizam a polpa, da folha



Figura 67 Animal se alimentando dos frutos maduros de buriti.

imatura (broto) retiram fita e fibra (dependendo da forma e momento da extração) para a confecção de mocó, pacará, vassoura, esteira, cesto, cofo para carregar lenha; o óleo extraído do fruto é utilizado para picada de cobra; a folha madura é empregada na cobertura da parte mais alta do telhado, arrematando a cumieira; do talo da folha retiram fita para a confecção de materiais mais exigentes quanto à resistência, como balaio, *Uru Kaipó*, *Kae* (figura 68); fazem portas, jiraus e outros itens da casa; utilizam ainda as partes internas do talo; retiram pequenos segmentos do tronco, de até um metro de comprimento e peso

acima de 100kg, que utilizam para as corridas de tora - praticada por homens e mulheres -, as quais, habitualmente partem do lugar da produção das toras em direção à aldeia, utilizando o máximo possível as estradas de corrida, que irradiam da aldeia para os pontos cardiais. Acima de tudo, tomamos conhecimento da comercialização de fitas e fibras de buriti na cidade.



Figura 68 Mulher confeccionando *Kae*, utilizado para levar legumes

McCastillo

Quanto ao Babaçu, palmeira oleaginosa, cientificamente chamada de *Orbignya martiana* ocorre sobre variadas unidades de solo, consorciando-se ou alternando-se com distintas coberturas florestais, como mata, cerrado, capoeira, pastagem e lavouras e está submetida a climas com ampla variação de pluviosidade anual, ocorrendo em áreas de climas que vão do semi-árido tropical ao tropical úmido com ligeiro déficit hídrico. Os estados do Maranhão, Piauí e Tocantins que concentram as maiores extensões de matas onde predominam os babaçus, formando, muitas vezes e espontaneamente, agrupamentos homogêneos, bastante densos e escuros, tal a proximidade entre os grandes coqueiros.

A distribuição do coco na Terra Indígena é restrita a algumas poucas áreas de ocorrência natural (Lagoa do Coco, Brejo Seco, Suçuarana, Estaleiro, Vamos Ver, Buzina) e a áreas de



Figura 69 Cocal de Babaçu, consorciado à lavoura no Setor de Roça Vamos Ver

plantio (Cabeceira do Ponto) (figura 69). Sua distribuição está associada ao “domínio da terra”. Sua principal área de ocorrência é o Setor de Roça Vamos Ver, nas proximidades do brejo do Estaleiro e do rio Ourives, como indicado no mapa anexo.

O babaçu chega a alcançar 20 metros de altura, aproveitados da raiz às folhas. As folhas podem alcançar até 8 m de comprimento, mantêm-se em posição retilínea, orientando-se para o alto. Cada palmeira pode apresentar até seis cachos, os quais quando pequenos oferecem em média 50 cocos e, quando grande, 100 frutos. A árvore possui uma alta produção de cocos. Os frutos ovais são alongados, de coloração castanha, cerca de 500 para cada haste, podendo ter até 40 hastes. A polpa é farinácea e oleosa, envolvendo de 3 a 4 sementes oleaginosas.

O coco fica maturado para quebra entre os meses de agosto e novembro, perdurando sua produção até os meses de chuva de janeiro e fevereiro.

M. Castello



Figura 70 Cocares pendurados na travessa da casa à espera da festa do Ketujê.

especial, muito apreciado. A amêndoa mastigada produz um sumo que serve para umedecer as sementes de urucum e a almêcega e passar no corpo sobre o qual serão afixadas penas de aves para os rituais.

As amêndoas - de 3 a 5 em cada fruto - são extraídas manualmente em um sistema caseiro tradicional e de subsistência com o auxílio de um pedaço de pau arredondado, machado e facão (figura 71). A extração da amêndoa envolve o trabalho, principalmente, das mulheres acompanhadas de suas crianças.



Figura 71 Moça removendo a castanha com auxílio de um pedaço de pau cilíndrico e um facão.

Como dito acima, do babaçu se aproveita tudo. Suas folhas são aproveitadas na cobertura das casas e na confecção de esteiras, cestos e cocares de festa (figura 70). O estipe (caule) do babaçu, quando podre, servia de alimento aos Canela-Ramkokamekra, em tempos pretéritos. Hoje, serve de adubo. Das amêndoas são extraídas o azeite para temperar a comida, e o leite, bebido ao natural, substitui o leite de vaca. O azeite é também utilizado como gel para os cabelos, conferindo um brilho

Sobre o fio de um machado preso pelas pernas da "quebradeira", fica equilibrado o coco do babaçu; depois de ser batido, com muita força e por inúmeras vezes, com um pedaço de pau, finalmente, o coco parte-se ao meio, deixando aparecer suas preciosas amêndoas.

Marilene Castilho

Para extrair o azeite é necessário quebrar o coco; remover a castanha, torrar, pilar, por para ferver até que adquira uma consistência oleosa. Dois litros de castanha de babaçu correspondem a um litro de azeite, comercializado na aldeia e/ou na cidade pelo valor mínimo de RS 3,50. Para extrair o leite, quebra-se o coco, remove-se a amêndoa que é socada no pilão (figura 72).



Figura 72 Mulher socando amêndoa no pilão.



Figura 73 Sacos de carvão de casca de coco de babaçu.

A casca do coco, devidamente preparada, fornece um eficiente carvão. A casca quando queimada produz uma fumaça que repele insetos (figura 73).

Vale lembrar que muitos dos povoados no entorno da Terra Indígena Kanela mantêm-se economicamente do babaçu.

M. Castilho

A Fava d'anta é o principal produto extrativista comercializado (sempre que seu preço é considerado compensador). Os principais compradores estão em Barra do Corda: Luis Augusto, "Vansico", Ezio. Os comerciantes são representados por um índio, encarregado de articular o processo de coleta e compra na aldeia. As favas são coletadas antes da formação completa das sementes (grossura de uma tira de couro mais ou menos). Às vezes são distribuídos ganchos para a coleta, a fim de poupar as árvores de podas drásticas, prejudiciais a produção do ano seguinte. As favas são compradas verdes ou secas, com preços diferenciados. Os preços praticados para compra estão entre R\$ 0,15 - 0,20 para a fava verde e entre R\$ 0,25 - 0,40 para as favas secas. Os preços para venda estão entre R\$ 0,35 - 0,50.

A *Merck*, indústria responsável pela compra desta espécie no Brasil, há cerca de 30 anos, tentou estabelecer entre os índios um projeto para replantio e estudos sobre a espécie, a exemplo do que vimos sendo desenvolvido na região junto a pequenos agricultores. Esta iniciativa encontra-se bloqueada pela FUNAI.

Não há regras que restrinjam as áreas de coleta a áreas de roça ou outras, pré-definidas, todos podem coletar onde e como puderem. Geralmente a coleta está vinculada a um agenciador, que combina a atividade anteriormente, e garante a compra. Aristides, índio agenciador local, informou sua pretensão de vender diretamente para a *Merck*. Um carro distribui os coletores, e ao final do dia os recolhe. A colheita ocorre entre os meses de dezembro e maio.

O Pequi pertence à família das cariocaráceas, floresce e frutifica no Cerrado. Trata-se de uma árvore de porte mediano, com tronco grosso e tortuoso, de casca áspera e rugosa. Tem galhos grossos, compridos e um tanto inclinados. O pequizeiro floresce geralmente entre setembro e novembro, quando surgem flores grandes amarelas, e frutifica de dezembro a abril. As flores são grandes, com estames vermelhos, reunidos em cachos terminais. Sua produção não é estável. Em anos de muita chuva, produz pouco; ao contrário, nos de seca a produção é maior.

M. Castellano

O fruto arredondado, do tamanho de uma laranja, com casca verde-amarelada, mesocarpo mantecoso e brancacento, geralmente com uma, às vezes, tem até quatro sementes volumosas, protegidas por endocarpo lenhoso, eriçado, de espinhos delgados e agudos, com amêndoa grande e carmosa.

Os pequizeiros, na Terra Indígena Kanela, estão distribuídos pela Chapada, concentrados em dois pontos principais: entre o Brejo dos Bois e o Brejo da Curicaca e próximo ao Setor de Roça Aldeinha.

Sua principal utilização é na alimentação, cru ou cozido. Raramente é utilizado no preparo de sabão. O óleo de pequi é usado como xarope para diminuir catarro.

O Tucum fornece matéria-prima para vários produtos, o principal deles é a fabricação de linhas e cordas, utilizadas de várias formas, das mais finas até a de grossa espessura. São várias as espécies de tucum local. Destacamos três:

- o tucunzinho da chapada (*Astrocaryum sp*) (figura 74), de menor porte e maior distribuição. De baixo porte (inferior a meio metro), acaule, com muitos espinhos e folha espessa. Ocupa o mesmo extrato do capim e está sujeito ao fogo anualmente.
- o tucunzinho espécie muito próxima à anterior, de maior porte e folhas mais claras e amareladas, predomina na região próxima ao rio Alpercatas, onde é espécie de referência para a região. Assim como a anterior, não apresenta caule.



Figura 74 Tucunzinho da chapada

M. Castilho

- O tucum com caule de até 5 metros, apresentando muitos espinhos nas folhas e caule, multicaule (forma touceiras). Assim como as outras espécies suas sementes são comestíveis. São aproveitados o endocarpo e o mesocarpo. O Tucum é encontrado apenas no vão da serra, juntamente com madeiras de lei, como plotado no mapa anexo.

As espécies de porte baixo, acaulé, são as preferenciais para a retirada das fibras das folhas e fabricação de linhas, cordas e cordões (figura 75) Fomos informados que algumas mulheres comercializam linha e cestinhas de tucum em Barra do Corda .



Figura 75 Tereza trabalhando nos fios de tucum.

As demais frutas como puçá, araçá, bacuri, mangaba, são consumidas *in natura*, de acordo com a época de suas colheitas. No anexo, na planilha "Frutras comestíveis do cerrado e da mata", estão listadas algumas das frutas mais consumidas pelos Canela-Ramkokamekra.

MTCastillo

A Almácego, espécie arbórea da qual não temos a identificação botânica, cuja resina é utilizada na colagem de plumagens com pintura de urucum em padrões precisos, em rituais (figura 76). Não é encontrada no interior da Terra Indígena Kanela. A resina é extraída através de cortes no tronco da planta, acumulada em folha de bananeira brava (figura 77).



pato com resina de almácego, adicionado ao leite mastigado da amêndoa de babaçu.

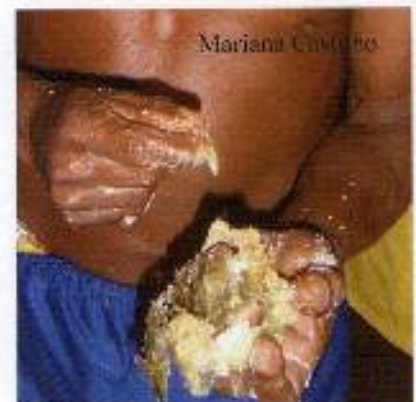


Figura 77 Resina de almácego acumulada em folha de bananeira brava



Figura 78 Edgar sendo pintado por sua esposa

O Pau de leite também é utilizado como resina na fixação do pó de carvão. É extraído através de cortes no tronco da planta, acumulado em folhas pouco antes do uso. É usado também na confecção de cestos e esteiras que dão um colorido a mais nos trançados (figura 78).

M. Castilho

Entre os produtos comercializados pelos Canela, o mel é um dos mais consumidos pela população não-índia. Os tipos mais comuns e requisitados são os das espécies Tataíra e Tiúba. Infelizmente a prática envolve a queima e destruição da colônia. Apesar das condições suspeitas de higiene é um produto bastante aceito. Em anexo estão listadas algumas das espécies de abelhas e outros insetos encontrados na Terra Indígena Kanela.

É bastante grande o número de plantas medicinais utilizadas pelos Canela-Ramkokamekra, para curar e fazer feitiços. As doenças que mais acometem os indígenas são: dores estomacais, coluna (velhos), diarreia (crianças), vômitos, gripe, pneumonia. Tais enfermidades são curadas mediante a utilização de plantas, a maioria encontrada na chapada, nas proximidades das casas. À seguir uma lista, não extensiva, de espécies medicinais e usos:

- Casca de araquá (Téc-rãs-re-ka): segundo Antônio Gato, um dos curadores da aldeia, a casca de araquá é o melhor remédio da chapada. Serve para mordida de cobra, catarro, febre branca. No caso da mordida de cobra (qualquer que seja), usa-se a raiz. Uma vez lavada, a raiz é raspada e fervida em água e depois coada para, então, passar sobre o local ofendido.
- Urucia: usada no tratamento de escarro com sangue. Utiliza-se a folha e a raiz para fazer chá. O tratamento dura 5 dias.
- Casca de arocira: Usa-se como infusão ou banho para baixar febre.
- Quina: usa-se a casca para controlar febres muito altas.
- Pau Tucana: Usa-se a casca para aliviar dores no joelho.

McKastell

- Pau d'arco: Serve para curar catarro seco. Segundo Antônio Gato, quando a criança nasce o pai deve tomar o chá da casca durante 10 dias.
- Pau Terra (Crok): Serve para picada de cobra. Usa-se a raiz. Depois de lavada, a raiz é raspada e fervida até que resulte numa solução escura. Uma vez fria, o enfermo bebe a solução medicamentosa.
- Pãkokrirehô: Usa-se a folha para aliviar dores de estômago.
- Candeia (Pirocre): Faz-se chá com a casca para aliviar dores de estômago.
- Casca de craíba (Toxo): A casca é usada para tratamento de diarreia. Uma vez cortada, a casca é raspada, espremida e misturada com urucum.
- Hojapagrehô: Usa-se a folha no tratamento da diarreia. As folhas são maceradas e embebidas em água.
- Folha de Sucupira (Cutã-inhô): Faz-se o chá que serve para cessar diarreia. Serve também para curar sangramento.
- Kâtenti: a folha é usada para aliviar dores na virilha.
- Santa Maria: A casca é usada para curar cortes.
- Pau de leite: Usa-se a casca como anticonvulsivante.

MCastello

- Tingui: plantado nos terreiros das casas. A raiz é usada na captura de peixes e a folha, como remédio para coceira vaginal.
- Remédios para picada de cobra: cachaça, pimenta e óleo de buriti.
- Folha de Pau Marfim da chapada: serve para curar machucados.
- Folha de vassourinha: o chá serve para cessar vômito e diarreia.
- Caprâpakware: Com a raiz prepara-se uma solução medicamentosa, utilizada no tratamento de problemas hepáticos.
- Pau de Perdiz: Usa-se a raiz para baixar a febre.
- Mandioca da chapada (Corehõ): Usa-se a folha para fazer garapa, utilizada no resguardo de corredor. O leite do talo serve para controlar diarreia.
- Jatobá da chapada: Usa-se a casca para fazer infusão no tratamento de gripe.
- Pau do Guariba: usado para furúnculo.
- Kacocaprety: planta que serve para matar feiticeiro. Tira a raiz, raspa, faz garapa e passa sobre o corpo do feiticeiro. Em uma semana o malfeitor estará morto.
- Folha de Bruta (Catêtihô): usada para dor na virilha.

Gorduras de animais como teiú (*Tupinambis teguixin*) e porco são utilizadas para tratamento de feridas e picadas de cobra cascavel (*Crotalus durissus*), que não são poucas. Em anexo, uma planilha com as espécies de cobra encontradas na Terra Indígena Canela.

M. Castilho

Na aldeia Escalvado existem 6 agentes de saúde indígena: Eduardo Karape, Valdemar Cukex, Azevedo Kokru, Silvério Pako, Alfredo Rodiporu e Zé Carlos, os quais tem a função de realizar a) Visitas nas casas, b) visitas aos setores de roças, c) Orientações às gestantes, d) Orientações sobre limpezas nas casas, e) Orientações sobre saúde bucal e higiene, f) Incentivar o uso de remédios naturais

Os Canela-Ramkokamekra praticam o xamanismo que envolve toda a sociedade e suas instituições. Uma prática religiosa, simbólica, econômica e política. O xamã ou curador é um homem, ao mesmo tempo, querido e temido, pois da mesma forma que é capaz de curar é capaz de também matar. O poder de matar o aproxima de uma outra função ou categoria, a de feiticeiro

Alguns requisitos são necessários para tornar-se um curador. Além de muita determinação uma certa vocação. O aspirante a xamã deve cumprir rigorosamente as condições das quais a primeira é a abstinência sexual por um período aproximado de 10 meses. O regime alimentar deve ser seguido à risca: milho de pipoca, "mojubinho" e farinha seca em porções pequenas (duas mãos por dia, uma ao amanhecer e outra ao anoitecer). Deve-se ainda ingerir um chá amargo das folhas de duas plantas medicinais durante quatro dias cada. Essa dieta alimentar limpa o corpo e a mente do indivíduo, permitindo-lhe transcender. A vocação do aspirante a xamã é determinada pelos mestres, geralmente um parente morto ou animal que transmitirão os ensinamentos. Existem duas formas para se tornar um curador: pela vontade própria ou por uma indicação espiritual. Para tanto é preciso que o aspirante esteja preparado para receber os ensinamentos espirituais. Zé Pedro Preto Kyjno Canela sentencia:

...a pessoa que tem medo, não agüenta, não. Pode correr, mas lá mesmo, o joga qualquer coisa e derruba e ali mesmo ela fica. E aí ele (o espírito) vai embora. Aí passa hora, a pessoa levanta. Ela vai caminhando, devagar, deitando, deitando, fica cansado, vai indo. Até chegar na aldeia. Aí pronto, não passa um mês, morre. Agora, se agüentar a conversa com ele (com o espírito), ele ajeita tudo pra pessoa: ensina remédio, ensina tudo.

McCastillo

Entre os curadores da Aldeia Escalvado estão: Zé Diogo Pebrer, Antônio Gato Hocanar, Zé Pedro Preto Kyjno, João Luciano Partahpop, Júlio Kadet. Não temos informações sobre mulheres curadoras.

Enquanto não está exercendo sua função, o curador Canela é um homem comum, que sai para caçar, trabalhar na roça, pescar, com a diferença que a qualquer hora do dia pode ser chamado para exercer a atividade de xamã. Tive a oportunidade de assistir a um procedimento de cura: o curador passa a mão pelo corpo do doente, onde está doendo, sopra, tira e mostra ao paciente.

Atualmente, os remédios alopáticos vêm se sobrepondo à prática do xamanismo, a não ser em casos em que tais medicamentos não trazem resultado. Em muitas situações de emergência os curadores são chamados pelas enfermeiras para ajudar.

A pessoa pode ser enfeitiçada por fatos sem importância, como sovinar fumo, cigarro, por exemplo. O feiticeiro se zanga e começa botar feitiço na pessoa. Não passam nem dois dias a pessoa morre. Não existem mais feiticeiros na aldeia Escalvado, o último foi morto há muitos anos.

Como foi relatado neste capítulo, os Canela-Ramkokamekra, combinam as atividades agrícolas à prática extrativista, realizada especialmente pelas mulheres. Entre os produtos advindos do extrativismo estão: o buriti, a buritirana, a bacaba, o babaçu, o pequi, a fava d'anta, mel. Tais recursos são importantes, uma vez que permitem preservar sua cultura, mediante práticas sociais, econômicas e de cura. Tais recursos também são fonte de alimento, servem para construção das moradias e confecção de utensílios domésticos, além de gerar renda, através da venda de subprodutos, como óleo de babaçu, mel e artesanato. As plantas medicinais possuem um lugar de destaque na sociedade Canela-Ramkokamekra, com as quais os pajés praticam rituais de cura.

McCastillo

O Buriti é um dos recursos mais explorados pelos Canela. Tal palmeira é encontrada em áreas brejosas, exatamente nas áreas que os índios utilizam para abertura de seus roçados. A destruição desta espécie tende a diminuir o consumo da fruta e da palha, para cobertura das casas. Assim, para manter as necessidades de reprodução física, biológica e cultural faz-se necessário a incorporação das áreas reivindicadas pelos Canela-Ramkokamekra.

5.5 Geração de Renda

A renda dos Canela-Ramkokamekra provém basicamente da aposentadoria do Funrural de aproximadamente 200 índios. A cada começo de mês, faça sol ou chuva, as *toyotas* alugadas, pelos próprios índios, a RS 20,00 por pessoa, vão a cidade, apinhada de gente, às vezes em velocidade excessiva, pelas estradas ruins. Além das aposentadorias há os salários dos agentes de saúde e dos professores indígenas. Os produtos advindos do extrativismo como fava d'anta, mel, azeite do coco de babaçu, e o artesanato, comercializados na cidade de Barra do Corda, cobrem uma parte pequena dos gastos.

No esforço de obter renda para fazer face às necessidades criadas ao longo do contato com a sociedade nacional os índios adotam a estratégia de organizar-se em associações.

Os Canela-Ramkokamekra possuem atualmente quatro Associações:

- Associação Comunitária Kanela, da Aldeia Escalvado, cujo presidente é Severo Canela, eleito nas últimas eleições municipais como vereador.

Em 1984 o finado sogro de Severo elaborou projeto para geração de renda. Haveria uma roça coletiva de arroz, que seria beneficiado numa mini usina na própria Terra Indígena. À época, Raimundo Roberto desenvolveu projeto com a Vale do Rio Doce de venda de arroz em Barra do Corda.

Atualmente mantém um projeto pelo PDPI: Fiscalização e Vigilância da Terra Indígena, com o intuito de despertar a consciência ecológica dos Canela-Ramkokamekra. Entre as

Monteiro

atividades do projeto estão: limpeza de linha seca Serra/Soturno; limpeza de linha seca Raimundo Tomás/Suçarana; viveiro de mudas; educação ambiental; documentação e sinalização de entradas e limites (Projeto Proteger, 2003)



Figura 79 Viveiro de peixes desativado

Uma proposta de viveiro de peixes, em Brejo dos Pombos, foi implantado, mas sem sucesso, pois os peixes colocados devoraram a fauna ictiológica existente (figura 79). Além disso, a pesca não é uma atividade que envolva os Canela-Ramkokamekra.

- Associação Aldeia Velha Pagré, cujo presidente é Luciano Canela. A partir desta associação foi adquirido um trator para ajudar no trabalho das roças e outras necessidades.
- Associação Aldeia Wokrô, cujo presidente é Ricardo Canela.
- Associação Galheirinho, criada em 2004, visando especificamente a eletrificação de 6 km de estrada até a aldeia. Está sobre a presidência de Satu Canela.

As associações não são criadas por decisão endógena. Infelizmente interagem com os interesses políticos dos municípios de Barra do Corda e Fernando Falcão. As associações constituem condição para ter acesso a recursos de programas estaduais (Comunidade Viva), e dependem de apadrinhamento político. Deputado local recomendou: *"aumentar o número de associações para ficar mais forte a possibilidade de apoio pelo governo"*

Há também Projeto do Pronaf, 2004, com recursos do Banco do Nordeste, para aquisição de gado. Sete pessoas, entre elas Zé Pires, Francisquinho Tep Hot, Satu, receberam cada um duas cabeças de gado a serem pagas em dois anos ao preço de R\$ 700,00 cada uma. O problema é que

M. Castilho

não há um local fechado próximo à aldeia para guardar o gado nem pasto. O gado foi levado para um retiro bastante afastado, no Catingueiro, em direção ao Povoado dos Porcos e algumas cabeças fugiram, por falta de cuidado.

O Projeto da Fava d'anta, com a *Merck*, está paralisado desde o fim do ano passado, conforme já comentado, era o único com efetivo potencial de geração de renda.

Curioso que não sejam pensados projetos voltados para recursos naturais da própria Terra Indígena, como o coco babaçu, mel e frutas silvestres.

6 CONCLUSÃO

O trabalho de identificação e delimitação de terras indígenas procura estabelecer a partir da legislação vigente o direito a terra tradicional dos povos indígenas brasileiras. Neste sentido, o presente relatório buscou caracterizar, em termos ambientais, a área necessária aos Canela-Ramkokamekra.

A análise da paisagem geográfica, tipificando os ambientes naturais e relacionando a exploração e o uso da biodiversidade regional às práticas sociais e culturais do grupo Canela-Ramkokamekra justifica a necessidade de identificação da TI.

As informações coletadas no trabalho de campo mostraram que:

- a) A área do rio Ourives favorece a caça e a pesca predatórias por não-indios, com a diminuição das espécies de animais silvestres e de peixes, o povo Canela-Ramkokamekra, em franco crescimento populacional, pode vir a enfrentar problemas pela falta de proteínas de alto valor biológico;
- b) A área interrompe a continuidade com a Terra Indígena Porquinhos, significou a perda da antiga aldeia Kopengré (Vão da Aldeia) onde se realizaram os primeiros contatos com os não-indios, e favorece a implantação de empreendimentos agropecuários com impactos ambientais negativos, criando condições de conflito com fazendeiros;

WCastello

- c) As reivindicações são as mesmas feitas à época do primeiro estudo, em setembro de 1991, quando a pesquisadora Tânia Alencar, do Serviço de Identificação e Delimitação da FUNAI, esteve na Terra Indígena Canela com o objetivo de registrar as reivindicações dos Canela-Ramkokamekra. Deste encontro resultou um documento no qual os índios solicitam parte da terra denominada Bacuri (a leste), que ficou de fora da área demarcada, possibilidade de reaver as terras da antiga aldeia da Mucura (a nordeste); um encontro com os Guajajara para esclarecer sobre a posse das terras denominadas Rodeador.
- d) A região excluída da primeira demarcação, que margeia o Alpercatas, foi de intensa movimentação Canela-Ramkokamekra com aldeamentos, grandes caçadas e pescaria;
- e) Os Canela-Ramkokamekra são um povo predominantemente caçador e coletor e, portanto, é muito importante a preservação do Cerrado, para garantir sua preservação cultural e sua reprodução física, tal como pressupõe a Constituição Federal;
- f) As modificações ambientais no entorno da Terra Indígena Canela-Ramkokamekra, causadas pelos desmatamentos, caça e pesca predatória, têm posto em risco as atividades produtivas e práticas culturais da comunidade;
- g) A população Canela-Ramkokamekra teve um crescimento significativo nas últimas décadas;
- h) Os locais para os roçados são insuficientes para manter a rotatividade que assegure o descanso do solo;
- i) Inúmeras nascentes que correm para o rio Alpercatas estão desprotegidas, havendo necessidade premente de preservá-las para um futuro próximo, uma vez que a região onde se encontram, um divisor de águas, é almejado por produtores de soja, em vista do solo adequado para tal empreendimento. Além disso, o limite natural com o rio Alpercatas, com continuidade com o Parque Estadual do Mirador, protegerá espécies da flora e fauna já conhecidas pela ciência e outras ainda não;
- j) O Cerrado é um bioma em perigo de extinção.

MTCastillo

Diante disso, ressalte-se que essa área é imprescindível para a preservação dos recursos naturais necessários ao bem estar dos Canela-Ramkokamekra e a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

7 ANEXOS

WCastillo

ANEXO A

Principais espécies usadas na construção de residências

Ramkohkammehkra	Nome		Local de coleta	Usos
	Português	Científico		
Cutã	Sucupira	<i>Bowdichia spp.</i>	Chapada	Serve para fazer forquilha
Kôpeahac	Pau d'arco	<i>Tabebuia sp.</i>	Chapada	
Ture	Aroeira	<i>Myracrodruon urundeuva</i>	Serra	Serve para fazer forquilha
Roroc Par				
Ihñõ Intepre				Serve para fazer travessa
Cot Cahac Pâr				Serve para fazer travessa
Pôj Par	Jatobá	<i>Hymenaea spp.</i>	Chapada	
Cuhê Katyc	Pau Roxo	<i>Peltogyne spp.</i>	Mata	
Pitoire				Serve para fazer travessa e forquilha
Rôr Hô	Babaçu	<i>Orbignya martiana</i>	Mata	Palha usada na cobertura das casas
Awâr	Najã	<i>Attalea spp.</i>	Mata	Talo usado para fazer girau
	Cedro do Brejo	<i>Cedrela sp.</i>	Brejo	Serve para fazer caibro
	Pica - Pau			Serve para fazer forquilha
Aronhõe	Cipó escada		Mata	Serve para amarrar as casas,

M. Castello

Anexo B

Espécies preferenciais para lenha

Rancokkammehkrá	Português	Ecossistema	Outras informações
Cutê Krá	Murici seco	Chapada	Encandeia fácil e tem grande poder calórico.
Pirocre	Candeia	Chapada	Encandeia fácil, mas tem pouco poder calórico. Raro encontrar madeira de candeia próximo da aldeia. Local: Mato Seco e Cabeceira do Ponto
Cuhtá	Sucupira	Chapada	Encandeia fácil e tem grande poder calórico
Ronroty	Jatobá	Mata	Encandeia fácil, mas tem pouco poder calórico.

JWCaballero

Anexo C

Gêneros cultivados nos roçados Canela-Ramkokamekra

Rancokhammekhá 1. Kwýr	Nome		Características	Uso	Outras informações
	Português	Científico			
	Mandioca	<i>Manihot esculenta</i>			Desenvolve melhor no seco (2 anos), plantar na lua crescente – a batata engrossa. Plantio em carreira.
Kwýrtitýk	Maniêba		O pé é amarelo e grande. Produz muita raiz que engrossa, mas não encumprida.	Faz-se farinha, beiju.	Planta mais no seco. É amargosa. Deixa a massa passar um dia no cofu para tirar “escumo”.
Kwýrteptýc	Naja		O talo é vermelho e a folha verde escura.	Faz-se farinha (amarela), beiju, tapioca.	Pouco amarga. Dura para ralar. É muito gostosa e cheirosa.
Kwýrjiprorepápure	Babu		O pé é arroxeado, baixo e produz muita raiz. Produz muita “tapioca”.	Faz-se farinha.	Desenvolve mais depressa que as demais variedades.

Proc. nº 2615/82
Fls. 235
Rúbrica Carne

M. Castello

Nome		Características	Uso	Outras informações
Ranchohkammehkra	Português			
Kwýrtýeli	Goela de Jacu	Possui raiz comprida e grossa; desenvolvimento é lento. O "olho" é meio amarelado/azulado. Não amarga muito, mas possui muita "tapioca" (manipueira).	Faz-se beiju, farinha, berubu.	O jacu se alimenta desta variedade.
Kwýrcerājimoctýc	Jatobá	Amargosa. Raiz grande e grossa, de casca avermelhada.	Faz-se beiju, tapioca	
Kwýrhetoy			Beiju, grolado.	Raiz arredondada, de casca branca. É amarga e produz "tapioca"
Kwýrtsenti			É a melhor para fazer beiju. Faz-se berubu também.	Ela não amarga, em uma ou duas horas pode usar a massa para fazer berubu.
Waipure		O pé é baixo e espalha as raízes.	Faz-se grolado, farinha, beiju.	É a mais antiga das mandiocas cultivadas pelos Canela-Ramkokamekra. Permanece bastante tempo secado ao sol. Quando a mulher está de resguardo de nascença de criança come apenas duas mãos cheias desta farinha por dia.

Dr. Castillo

Nome		Características	Uso	Outras informações
Rancokammehkrá	Português			
Mýtcko		Raiz é comprida, quase 1 metro de comprimento. É amargosa e possui mancha branca.	Faz-se beiju. Depois de seca é necessário esperar 4 dias para usar a massa. Manipueira muito forte.	Produz muita manipueira.
<i>Kwyr-crãji-moc'tyc</i>	Mukuruna	Mandioca do pé preto, cujo "olho" é roxo.	Faz-se farinha de puba, grolado, berubu.	Amargosa
2.	Macaxeira	Desenvolve melhor em solo mais "fresco"; próximo da água. Com um ano já pode colher. Plantio em outubro.	Em geral a massa da macaxeira pode ser consumida tão logo seja ralada: no berubu, cozida. Faz-se xibé, macaxeira cozida.	Com seis meses no roçado já pode tirar para comer.
Kwýrjakare	Branca			Amarga
Kwýrcaprety	Cacau	A raiz é comprida e grossa. Desenvolvimento lento.	Berubu, beiju, farinha seca.	Não amarga, produz pouca "tapioca".
Kwýrkriré		Pé e folha roxa. Produz muita raiz.	Cozida, assar.	Não amarga.
Kwýrhoporé			Faz-se Berubu, farinha usada no resguardo de corredor, curador, caçador.	Folha larga e talo meio arroxeado. Cresce muito e ligeiro. A casca da raiz é amarela. É amargosa.
3. Aryjhy	Arroz	<i>Oryza sp.</i>		Planta na vazante ou no terreno seco. Na beira do brejo pode plantar no mês de agosto, antes do inverno chegar.

mCastillo

Nome		Científico	Características	Uso	Outras informações
Rancohkammehkra Aryjhytxoré	Português Arroz Rabo de Raposa		Tardão. Cacho cheio e miudinho.		Guarda sementes na travessa das casas. O plantio dá-se entre os meses de Nov/dez/jan e a colheita 5 meses depois (tardão). Molinho de pilar. O plantio dá-se entre os meses de nov/dez/jan e a colheita 6 meses depois. Dois tipos: ligeiro e tardão. Produz cacho grande. É Tardão, planta em nov/dez e colhe 5 meses depois. É molinho quando usado no pilão.
Aryjhykenpej	Arroz Agulhinha		Fininho e compridinho.		
Aryjhykróri	Arroz Roxo		nov/dez. 5 meses		
Aryjhycapré	Arroz roxo comprido		A touceira "fla" muito. O pé chega a quase 2m de altura e o cacho mais de palmo. O grão é carocado.		
	Arroz roxo médio				
	Arroz miúdo		O cacho é carregado e o caroco miudinho, igualmente o rabo de raposa.		
Aryjhycaprêcti	Arroz vermelho		É curtinho. Tardão; planta em nov/dez e colhe 5 meses depois. É grande.	Alimento da mãe no resguardo de nascença de criança	É o preferível dos índios.
Aryjhycaprêctijajeti	Arroz vermelho comprido.				O plantio dá-se entre jan/fev e a colheita 3 /4 meses depois.
Aryjhycaprêctikenpej	Arroz vermelho ligeiro		O caroco é pequeno.		

onCastello

Nome		Científico	Características	Uso	Outras informações
Rancolkammehkrá Aryjhykênpejrejácáre	Português Arroz Ligeiro Branco		É curtinho e mais fino.		O plantio dá-se entre nov/dez e a colheita em 3 / 4 meses (ligeiro). Quando a produção é grande costumam vender uma parte na cidade.
Aryjhykênpej	Arroz palha mucha		É carocudo e grande.		O plantio dá-se entre nov/dez e a colheita cinco meses depois (tardão).
4. Ját	Batata Doce	<i>Ipomoea sp.</i>	O plantio dá-se em dezembro, de preferência na lua crescente, e a colheita em junho. Possui raiz arredondada e polpa branca.	Moquia, faz farinha.	Desenvolve melhor em solo arenoso (2 anos).
Játjakati	Branca		Parecida com a anterior.	Moquia	
Játtepti	Amarela		Possui raiz arredondada e grande	Moquia	
Játcapre	Vermelha				
Játgré	Roxa		É pequena e arredondada, cuja casca e polpas são arroxeadas.	Cozida	"É docinha!"
Játcunkumré	Azul				
5. Krêrô	Inhame	<i>Colocasia esculenta</i>	O plantio dá-se em outubro, de preferência na lua crescente e a colheita em junho.		Desenvolve melhor em solo mais arenoso (1 ano). Batata e inhame se cultivados junto aos brejos, no fresco, desenvolve-se mais rapidamente.
Krêrôpej			Raiz arredondada, de casca arroxeada, indo bem fundo na terra.	Cozido com carne, Moquiado, assado.	



Nome		Científico	Características	Uso	Outras informações
Rancokammehkrá	Português				
Krêrô-te-koinkoin			Semelhante a uma sucuri, a raiz enrola, crescendo entre 10 e 20 palmos. A raiz é branca.	Cozido. Serve de alimento para resguardo de formação de criança, corredor.	
Krêrô-te-pop-re			Raiz comprida e grossa.	Enterrado sob as cinzas quentes.	
Krêrô-pûrpô			Arredondado, do tamanho de uma cabacinha. Cor azulada.		
Krêrôkapadi			Casca esverdeada, raiz grossa e arredondada.		
Krêrô-tikty	Roxo		Casca e raiz avermelhadas. A raiz é comprida e grossa.	Cozido, moquiado.	
Awarhure			Parecido com coco de inajá. Brota muito.	Enterrado sob as cinzas quentes.	
Pytixwa	Cabeça de prego		Brota muito, raiz comprida e de casca branca.	Cozida	
Krêrôparpodi			Raiz arredondada, não muito grossa.	Cozido, enterrado sob cinzas quentes.	Inhame com formato de pé humano.
6. Cahy	Amendoim	<i>Arachis sp.</i>		Alimento no resguardo de curador, corredor.	Desenvolve-se melhor em solo arenoso. Colhe em cinco meses.
Cahy caty	Amendoim grande				
Cahy ré	Amendoim pequeno				
Cahy Caparé			Semelhante a folha de tiririca.	de medicinal	"É docinho"?

Nome		Características	Uso	Outras informações
Rancobkammehkrá	Português			
7. Pānkryt	Fava	O plantio dá-se entre nov/dez, de preferência durante a lua crescente. Assim a rama cresce pouco, mas dá folha fininha, mas floresce bastante. A colheita ocorre entre maio/jun.	Faz-se berubu.	Desenvolve melhor em terreno úmido. Deve ser plantada junto com milho e encostado no toco de pau para poder enramar.
Pānkryth-jacare	Branca			
Pānkryt-pekooy	Moça bonita			
Pānkryt-jajore	Nico			
Pānkryt-pé-pán	Arara			
Pānkryt-tepti	Vermelha			
Pānkryt-tycti	Nego			
Pānkryt-krorti	Pintada			
Pānkryt-tycre	Preta			
8. Pōnhý	Milho	O plantio dá-se em nov., de preferência na lua cheia, e a colheita em jan.	Cozido, assado, sopa, mingau, pamonha, berubu.	Desenvolve melhor em terreno úmido. A colher as espigas, algumas delas são penduradas nas travessas das casas à espera de outro plantio.
Pōnhýtepti	Vermelho	Produt espiga grande.	Berubu, mingau, pamonha, grolado	
Pōnhýpejre	Pipoca	Cor branca e caroço miudinho.	Alimento no resguardo de corredor, caçador, curador, nascimento de criança.	
Toromty	Roxo	Produt espiga grande.	berubu, mingau.	

M. Antunes

Nome		Científico	Características	Uso	Outras informações
Rancokammehkrá Põnhýjakati	Português Branco				
9. Pujuhtoj	Feijão	<i>Phaseolus sp.</i>	Produz espiga grande. O plantio dá-se em nov/dez, de preferência na lua nova e a colheita em fev.	Berubu, pamonha.	
Pujuhtoj-re Jacaré	Branco				
Pujuhtoj-re Tyc-re	Preto				
Pujuhtoj-re Tep-re	Vermelho				
Pujuhtoj Croró-re	Pintado				
Patjuhtoj-re Tep-re	Vinagre				
Pujuhtoj-re Capecré,	Manteiguinha				
Pujuhtoj-re Inkoty	Sempre verde				
Pujuhtoj-re Jacadi	Costela de vaca				
Pujuhtoj-re Kriré	Fígado de Galinha				
10. Pypypre	Banana	<i>Musa spp.</i>	Setembro 9 meses		Plantio na beira do brejo. Entre as variedades encontradas na Terra Indígena Kanela estão: <i>Pypypre-Kahetere</i> (Prata); <i>Pypypre-jakâhpõiti</i> (Muriç); <i>Pypypre-Kahiep-ti</i> (Anã).
11. Prôprô	Abacaxi	<i>Ananás spp.</i>	O plantio dá-se entre nov/dez, de preferência durante a lua crescente.		Desenvolve melhor em terreno seco, 4 anos.
Prôprôty Prôprôkaryeré			Grande e arredondado. É mais alongado na ponta.		

	Nome		Características		Uso	Outras informações
	Português	Científico	A	colheita dá-se entre		
Rancokkammehkra 12. Mac-pixô	Manga	<i>Mangifera spp.</i>	A	colheita dá-se entre nov/dez.		Inúmeros pés de manga foram plantados ao entorno das casas, sendo motivo de grande alegria no período da maturação das frutas.
13. Cãn	Cana de açúcar	<i>Saccharum officinarum</i>				Cultivado no terreiro das casas
14. Praxi	Melancia	<i>Citrullus spp.</i>	3	meses		Cultivado no terreiro das casas
15. Kõncahác	Abóbora	<i>Cucurbita spp.</i>	3	meses		Cultivado no terreiro das casas
Kõncahác Toyre	Abóbora casca dura				Moquiada, cozida.	Já não existe mais. Há intenção em realizar trocas de sementes com os Krahô.
Konkoh	Abóbora de pescoço comprido					
16. Cuhcon	Cabaça	<i>Lagenaria spp.</i>			Carregar água, guardar semente.	

M. Castilho

Anexo D

Mamíferos, roedores, marsupiais, edentados encontrados na Terra Indígena Kanela e técnicas de captura associadas.

Nº	Nome		Ecossistema	Época		Horário		Técnica de captura	Pontos de caça importantes
	Rancocamekrá	Português		Verão	Inverno	Dia	Noite		
1	Carà	Veado	<i>Mazama sp.</i>	Chapada	X	X		À procura	Mato Seco, Vamos Ver, Aldeinha
2	Pò-Caháiti	Veado Galheiro	<i>Blastocerus dichotomus.</i>	Beira dos Brejos	X	X		coxo	Mato Seco
3	Pò	Veado Campeiro	<i>Ozotocerus sp.</i>	Chapada	X	X		coxo	Por Enquanto, Veneza
4	Carà Jacare	Veado Sutinga	<i>Mazama sp.</i>	Chapada, Serra	X	X		À espera, tocaia	Mato Seco
5	Higaxý	Veado Mateiro	<i>Mazama americana</i>	Mata	X	X	X	coxo, rastejo	Atolador
6	Pocaháiti	Veado Catingueiro	<i>Mazama gouazoubira</i>	Mata	X	X		Coxo	Por Enquanto, Vamos Ver, Mato Seco
7	Crá	Paca	<i>Agouti Paca</i>	Brejo, Mata	X		X	À espera, armadilha com espingarda	Mato Aldeinha
8	Amxô	Preá	<i>Galea Mey</i>	Beira dos Brejos			X	(início da noite)	

Nº	Nome		Ecosistema	Época		Horário		Técnica de captura	Pontos de caça importantes
	Ranocamekrá	Português		Verão	Inverno	Dia	Noite		
9	Cukên	Cutia	<i>Dasyprocta Aguti</i> Mata	X		X	X (início da noite)	À espera (roçados)	Mato Seco, Estaleiro, Vamos Ver, Aldeinha
10	Crôre	Caititu	Mata	X	X	X	X	Coxo, armadilha com espingarda, com cachorro.	Estaleiro, Serra do Alpercatas, Aldeinha
11	Tôn	Tatu verdadeiro	Mata, Carrasco	X	X		X	Espera, acompanha o rasto, armadilha Cavar	Estaleiro, Por Enquanto
12	Raré	China	Chapada, Brejo	X	X	X			
13	Awtxê	Peba	Chapada, Brejo	X	X	X		Cavar (verão), Armadilha (espingarda, muzua) (inverno)	
14	Tomti	Rabo de Couro	Chapada		X	X			
15	Tomtikahati	Gogolu	Mata				X		
16	Krôkâcaprê	Canastra	Chapada, beira dos brejos				X		
16	Pâtre	Mambira	Chapada, Mata, Serra	Oco do pau	chão	X	X	Com facão, acompanha o rasto.	Estaleiro, Vamos Ver, Aldeinha, Veneza
18	Xôrê	Raposa Vermelha	Chapada	X		X		Com cachorro	Mato Seco, Aldeinha
19	Puké	Cangambá	Chapada e Mata	X	X		X	Com cachorro	Aldeinha
20	Croj	Quandu	Mata, beira de brejo	X	X		X	À procura, à espera	Estaleiro, Vamos Ver, Veneza

M. Castilho

Nº	Nome		Científico	Ecossistema	Época		Horário		Técnica de captura	Pontos de caça importantes
	Rancocamekrá	Português			Verão	Inverno	Dia	Noite		
21	Mã	Ema	<i>Rhea americana</i>	Chapada	X		X		À espera, tocaia de cerca	
22	Ropoty	Suçarana	<i>Puma concolor</i>	Mata, Caatinga.	X	X		X	Com cachorro	Mato Seco, Curicaca, Atolador
23	Ropo tihere	Onça preta	<i>Panthera onca</i>	Mata					Com cachorro	Serra das Alpercatas
24		Onça pintada	<i>Panthera onca</i>	Mata, Caatinga					Com cachorro	
25	Cakryt	Anta	<i>Tapirus terrestris</i>	Mata Bruta					Barreiro	Apenas na Serra das Alpercatas
26	Amxô Caprec	Rato do mato Vermelho	<i>Rhagomys rufescens</i>	Mata						
27	Croj Kriti	Rato Peludo								
28	Pât-cati	Tamanduá Bandeira	<i>Myrmecophaga tridactyla</i>	Serra	X		X		Acompanha o rastro	Vão da Serra
29	Txép-re	Morcego		Oco de buritizeiro				X	Derrubada da árvore (caça coletiva)	
30	Cukôj	Macaco		Beira de Brejo					À espera no roçado	
31	Cupyt	Guarida	<i>Alouatta sp.</i>	Mata						
32	Wakô	Coati	<i>Nasua sp.</i>	Caatinga, mata bruta e brejo			X		À espera	Estaleiro, Serra das Alpercatas
33	Cumium	Capivara	<i>Hydrochaeris sp.</i>							
34	Caprán	Jabuti	<i>Geochelone sp.</i>	Serra						Serra do Alpercatas, Curicaca
35	Tety	Lontra	<i>Lutra sp.</i>	Águas dos rios e riachos			X	X		

Nº	Nome		Ecosistema	Época		Horário		Técnica de captura	Pontos de caça importantes
	Ranocamekrá	Português		Verão	Inverno	Dia	Noite		
36	Mim	Jacaré					X		Veneza
37	Patcahiacre	Preguiça							

Anexo E

M. Castillo

Plantas utilizadas para "espera" de animais

Nº	Nome		Ciência	Ecosistema	Parte Atrativa	Animais atraídos
	Ramkôkammehkra	Português				
1	Cute	Murici	<i>Byrsonima</i> spp.	Chapada	Fruta/flor	Tatu, ema, paca, caítiu
2	Awar	Inajá	<i>Maximiliana</i> sp.	Mata	Coco (nov/dez.)	Tatu, paca, caítiu, quando, cutia, mucura, preá
3	Crow	Buriti	<i>Mauritia flexuosa</i>	Mata	Fruta	Tatu, paca, cutia
4	Cukâtilhy	Fava d'anta	<i>Dimorphandra</i> sp.	Chapada	Fruta	Veado mateiro
5	Kjê	Puça		Chapada	Fruta (setembro)	Veado
6	Inxy-capréc	Araça	<i>Psidium</i> spp.	Chapada	Fruta	Veado
7	Acirê	Cajui	<i>Anacardium microcarpum</i>	Chapada	Fruta	Raposa
8		Pau Marfim	<i>Balfourodendron</i> spp.	Chapada	Flor/fruta	Cutia, jabuti, caítiu
9	Tacrepô	Pau d'Arco	<i>Tabebuia</i> sp.	Chapada	Flor	Ema
10	Pihcacure	Pau Mole		Chapada	Flor	Ema
11	Pycajkô	Pau Pombo	<i>Tapirira</i> sp.	Chapada	Flor	Paca, cutia, veado mateiro
12	Intoxô	Mirindiba	<i>Lafoensia</i> spp.	Chapada	Fruta	Veado, jacu, cutia, paca
13	Prynkorekô				Fruta	Morcego
14		Inharé	<i>Brosimum</i> spp.	Serra	Fruta (agosto)	Mateiro, jacu
15	Prin	Pequi	<i>Caryocar coriaceum</i>	Chapada	Flor	Veado, paca, cutia
16	Pi - rohtijôkwakâ	Sapucaia	<i>Lecythis</i> sp.	Mata	Flor	Sutinga, mateiro, cutia, paca
17	Catxerê				Flor	Ema
18	Arâmhoc	Pau de Leite	<i>Sapum glandularum</i>	Chapada	Flor	Campeiro, Catingueiro

Nº	Nome		Ecosistema	Parte Atrativa	Animais atraídos
	Ramkôkammehkra	Português			
19		Mandioca braba	Chapada	Flor/folha	Campeiro Catingueiro
20		Mameluca		Fruta	Quandu
21		Tucum	Chapada, Mata	Fruta	Caititu
22	Catêti	Bruta	Chapada	Fruta	Raposa

Anexo F

M. Catullo

Aves encontradas na Terra Indígena Kanela e características ecológicas

Nº	Nome		Ecosistema	Outras informações
	Ramkókammehkra	Português	Científico	
1	Xôt	Sabiá	<i>Turdus sp.</i>	Mata
2	Xôt-crô Jacaré	Sabiá branco	<i>Turdus sp.</i>	Mata
3	Tawre	Ferreira		Mata
4	Jarcwacre	Aracua	<i>Oriolus sp.</i>	Mata
5	Waké	Chico Preto		Mata
6		Graúna	<i>Scaphidura oryzivora</i>	Mata
7	Kija-kim	Can-Can		Mata
8	Péhâti	Xexéu	<i>Cassicus cella</i>	Chapada
9	Krýt-jatujre	Curio	<i>Oryzoborus angolensis</i>	
10	Caku	Anu-preto	<i>Crotophaga ani</i>	Todo lugar
11	Crêre	Periquito Estrela	<i>Brotogeris spp.</i>	Todo lugar
12	Kêre	Periquito verde	<i>Brotogeris spp.</i>	Chapada
13	Kêt-catôtojre	Periquito	<i>Brotogeris spp.</i>	Mata
14	Krýtji-crâhtep-ti	Papagaio Verdadeiro	<i>Amazona sp.</i>	Todos
15	Krej-ti-crâhtycti	Papagaio Comum	<i>Amazona sp.</i>	Todos
16	Pyt-têc	Jacu	<i>Penelope sp.</i>	
17	Pêkêti	Perdiz	<i>Rhynchotus rufescens</i>	Chapada
18	Pêkêré	Perdiz menor		
19	Pjec-re	Siricema	<i>Cariama cristata</i>	Chapada
20	Hâc-ti-pô-quê	Cavião da fumaça		Chapada
				Aparece em tempo de queimada

Proc. nº 26/5/82
Fls. 520
Rúbrica *Leone*

mtcastillo

Nº	Nome		Ecosistema	Outras informações
	Ramkókammehkra	Português	Científico	
21	Hã-ti-pé-Kwyrá-re	Gavião verdadeiro		Alimenta-se de cutia
22	Hãre-krij-re	Gavião miúdo	<i>Accipiter sp.</i>	Chapada
23	Hãre-krijre-crore	Gavião pequeno pintadinho	<i>Accipiter sp.</i>	Chapada
24	Hã-cali	Gavião grande		Chapada
25	Tiprópre	Andorinha		
26	Têê-re	Garça		
27	Capure	Jão do mato	<i>Crypturellus noctivagus</i>	Mata
28	Ken-toj-re	Galinha d'água		
29	Xaj	Pica-Pau	<i>Picumnus sp.</i>	
30	Xaj-krij-re	Pica-Pau miúdo	<i>Picumnus sp.</i>	
31	Xaj-tep-re	Pica-Pau vermelhinho	<i>Picumnus sp.</i>	
32	Xaj-jacare-cayuec-tycre	Pica-Pau branco de dorso preto	<i>Picumnus sp.</i>	
33	Xajxajré	Pica-pau cor de perdiz	<i>Picumnus sp.</i>	Avisa quando há gente por perto
34	Ahtórore	Lambu	<i>Crypturellus sp.</i>	Chapada e capoeira
35	Kapuré	Lambu do pé roxo	<i>Crypturellus sp.</i>	
36	Tutre	Rolinha da chapada		Chapada
37	Tutre-capréc-re	Rolinha vermelha do mato		Mata
38	Tut-Jô-Krã-Kaxê	Rolinha do mato		Mata
39	Crôkrôc	Corujão	<i>Otus sanctaecatarinae</i>	
40	Papej-re	Corujinha	<i>Pionopsitta sp.</i>	Todos
41	Koinré	Curica	<i>Icterus icterus</i>	
42		Corrupião	<i>Oryzoborus maximiliani</i>	
43	Krýtiatujre	Bicudo		
44		Canarinho		
44	Txororé	Bico de Brasa	<i>Monasa sp.</i>	Mata
45	Purcaxu	Juriti	<i>Leptotila sp.</i>	

M. Castello

DOMINGO

Anexo G

Frutas comestíveis da mata e do cerrado

mCastello

Nome		Ecosistema	Usos	Época												Outras informações
Ramkôkammehkra	Português			J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	
Cumxê	Bacuri	Chapada	Fruta <i>in natura</i>												X	
Capêr	Bacaba	Brejos	Fruta <i>in natura</i>								X	X	X	X	X	
Têrti	Juçara	Brejos	Fruta <i>in natura</i>								X	X	X	X	X	
Crotot-re	Puçá vermelha	Chapada	Fruta <i>in natura</i>											X	X	
Critin-re	Puçá Preto	Chapada	Fruta <i>in natura</i>											X	X	
Ahkryt-re	Cajui da Chapada	Chapada	Fruta <i>in natura</i>													
Crowra	Buritirana	Nascentes d'água	Fruta <i>in natura</i>											X	X	
Rôr	Babaçu	Mata	Amêndoa e casca													Produção de azeite, leite, carvão e utilizado na pintura corporal.
Prîn	Pequi	Chapada	Fruta, medicinal	X											X	Flor branca, entre os meses de set. e nov.
Caprân Jô Xô	Cajá do Mato	Mata	Fruta <i>in natura</i>													
Cutê re xô	Murici	Chapada	Fruta													Flor amarela, em março
Crow	Buriti	Brejos	Fruta <i>in natura</i> , suco oleoso, medicinal											X	X	
Têcryj-re	Araçá		Fruta <i>in natura</i>										X	X	X	
Pen hoc xô	Mangaba	Chapada	Fruta <i>in natura</i> , látex.										X	X	X	Flor branca, entre os meses de abr. e jun. e em outubro
Pôj	Jatobá	Chapada	Fruta <i>in natura</i> , medicinal.						X	X	X					Indicador de antigos aldeamentos
Awâr	Naja	Mata		X												

Dr. Castello

Anexo II

Tinturas Usadas

Nome		Usos	Processamento
Ranchohkammehkra	Português		
Apraty Par	Pau Marfim		
Py Par	(Pau) Urucum	Tintura vermelha	
Pörti Par	(Pau) Genipapo	Tintura preta	
	Pau de terra	Tintura preta	Utiliza-se o carvão

Anexo I

Resinas usadas

Nome		Usos	Processamento
Ranchohkammehkra	Português		

M. Castilho

Pew xô hóc	Leite de Mangaba Almáçega	Fazer bola Empenar	Não encontrada na área. Trazem de longe, da mata bruta (Ironcati). A resina é guardada numa folha de bananeira brava. Para empenar é preciso misturar a almáçega com a saliva leitosa da amêndoa de babaçu.
Ariâmhóc	Pau de Leite	Para fixar tintura de carvão	Tira o leite passa no carvão e pinta no corpo e/ou na peça artesanal.

Anexo J

Abelhas e outros insetos utilizados pelos Rancohkammehkrá

Proc. nº 2615/82
 Fls. 555
 Rubrica elune

Outras informações

Usos

Ambiente

Nome

MCastellano

Ranchohka mmehkrá	Português	Chapada (espécies como Pau Terra e Pequí)	Medicinal (catarro, gripe).	Produz o melhor mel.
Hikutin-xý	Abelha Tiuba	Cupinzeiros da chapada	Medicinal (catarro)	Mel doce como da Tiuba.
Cuherárenxý	Abelha Italiana	Cupinzeiros da chapada	Curar ferida na boca de criança.	
Puwapej	Abelha Cupim	Cupinzeiros dos paus da chapada		
Cuherárenxý	Abelha Tataira		Medicinal (catarro)	"É valente". É um bom indicador de caça.
Hikacuranxý	Abelha Xupé	Casa de barro duro		Furar com pau.
		Cupins	Quando o cão está ruim de faro esfrega a abelha no nariz do cachorro.	Mansa. Abelha pequena e pretinha.
	Tanajura	Ninhos em solos arenosos.	Isca para pegar Pacu e Piaú Cabeça gorda	Revoadas de tanajuras no início das primeiras chuvas do inverno.
Krukoti	Marimbondo de chapéu		Sapeca os "filhos" na água para atrair os peixes.	
Amtxi	Marimbondo	Mata, nas proximidades do brejo.	Idem acima.	

As abelhas são responsáveis pela polinização da maior parte das plantas do cerrado.

Anexo K

As Cobras

mtcastillo

Nº	Nome			Ecosistema	Observações
	Rancocamekrá	Português	Científico		
1	Ratti	Cascavel	<i>Crotalus durissus</i>	Chapada/Caatinga	
2	Pycaxy-re	Jararaca	<i>Bothrops sp.</i>		
3	Parupup	Jararacussu		Chapada/Caatinga	
4	Parupup Jizejakare	Jararacussu do rabo branco		Chapada/Caatinga	
5	Cacã Craré	Cobra cipó		Mata	
6	Cacã Pej-re	Cobra que anda por debaixo da terra			É miudinha e muito venenosa. Um homem da aldeia teve de amputar a perna por conta da picada.
7	Rohti	Sucuri		Mata de Galeria/brejos	

Na Terra Indígena Kanela é grande o número de histórias contadas sobre pessoas que foram picadas. A principal delas é a cascavel.

Proc. nº 2615/89
Fls. 557
Rúbrica Elaine

McCastello

ANEXO L**Lista dos Setores de Roça e suas respectivas localizações**

M. Castello

ANEXO M

Mapa temático com as localizações de setores de roça, áreas de caça, pesca, coleta, bem como as áreas de atrito com os não-índios.

MTCastillo

8 BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, F. S.; MARTINS, F.R. & SHEPARD, G. J. Variações estruturais e florísticas do carrasco, CE. In: **Revista Brasileira de Biologia**. 59(4): 663-678. 1999.

AB'SABER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000.

CROCKER, William; CROCKER Jean. **The Canela Bonding Through Kinship**, Ritual and Sex. Smithsonian Institut. 1994.

Gerência de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (GEPLAN)/Instituto de Estudos e Análises Socioeconômicas do Maranhão (IEASE). **Maranhão em Dados 2003**.

KER, Warwick E. Agricultura e Seleções genéticas de plantas In: RIBEIRO, Berta G. **SUMA etnológica brasileira**. 2. ed. atualizada do Handbook of South American Indians. Petrópolis, RJ: FINEP, 1987. 159-171 p.

Ladeira, Maria Elisa. Uma Aldeia Timbira. In: Novaes, Sylvia Caiuby (org.) **Habitações Indígenas**, Editora Nobel - São Paulo, 1982.

LORENZI, Harri. **Palmeiras brasileiras e exóticas cultivadas**. Nova Odessa. Instituto Plantarum, 2004.

MELATTI, Júlio Cezar. **Curt Nimuendajú e os Jê**. Série Antropologia n. 49, Brasília: Unb. 1985

OLIVEIRA, Rafael; PROENÇA, Carolyn & SILVA, Ana Palmira. **Flores e Frutos do Cerrado**. Brasília: Ed. Unb; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. 2000.

PDPI. **Projeto Proteger**. Associação Comunitária Canela. 2002.

PINTO, Maria Novaes. **Cerrado**: caracterização, ocupação e perspectivas. 2. ed. Brasília: Editora Unb, 1994.

MCastello

Proc. nº 2615/82
Fls. 661
Rúbrica *[assinatura]*

Relatórios do Arquivo de Documentação da Funai

PROCESSO FUNAI/BSB/4083/77 – Requer Vistoria referente ao contrato de empreitada de medição e demarcação da área indígena denominada “Posto Indígena Canela”.

PROCESSO FUNAI/BSB/2615/82 - Identificação e delimitação da Terra Indígena Kanela, localizada no Município de Barra do Corda, Estado do Maranhão.

PROCESSO FUNAI/BSB/3147/82 – Homologação da Demarcação Topográfica.

PROCESSO FUNAI/BSB/2659/91 – Proposta de Unificação das Áreas Indígenas Kanela e porquinhos, sob a jurisdição da ADR Barra do Corda/4 SUER

Sites visitados:

<http://www.conservation.org.br>.

<http://www.lbge.gov.br>.

<http://www.pnud.org.br>.

<http://www.wwf.org.br/bioma>

<http://www.portalpopular.org.br/amazonia2004/meio-ambiente>.

<http://www.eco.ib.usp.br/cerrado>.

Mariana Wiecho V. de Castilho

ALDEIA ESCALVADO, 06 DE DEZEMBRO DE 2011

Proc. nº 2615/82
Fls. 562
Rúbrica elaine

NÓS, DA ETNIA KANELA - RAMKOKAMEKA, ESTIVEMOS
REUNIDOS NA ALDEIA ESCALVADO NESTE DIA PARA
DISCUTIR A QUESTÃO DA DEMARCAÇÃO DA TI KANELA
E ESTAMOS DE ACORDO COM OS SEGUINTEs LIMITES:
AO SUL ACOMPANHANDO O RIO ALPERCATAS CONFRONTANDO
COM O PARQUE ESTADUAL DO MIRADOR; A LESTE
CORRIGINDO A LINHA SECA DO SACUPI NOS TRATINHO,
ACOMPANHANDO O CORREÇO CURRACINHO E O RIO CO-
RUIVEI ATÉ A LOCALIDADE DE MESMO VOMÉ; A
PARTIR DAÍ, AO NORTE, SEQUE A ESTRADA "ROD PRAT
X'A" (CAMINHO DA ONÇA) ATÉ A LOCALIDADE DENOMI-
NADA PORCOS E A PARTIR DAÍ SEQUE O CORREÇO
PELO GROSSO, A OESTE, ATÉ ENCONTRAR O POLO EN-
QUANTO, CONFRONTANDO COM A TI PORQUINHOS.

Quilino Kenomene Kanela - Caciamp

Francisquinho Tep-hot Kanela
Major



José Polino Xun Canela



Raimundinho Krakra



José Diogo Peprer Canela



Severino Ropkra Canela



Antonio Tunco Canela



Antonio Panhice Canela

Raimundinho, POPKRO Canela



Edinaldo Riku Canela

Major Roberto Canela

Lenon Kôri Canela

Raimundinho COTIKU Canela

José Carlos KAUT Canela

Tramam Preatka Canela

Carloman Kogan Canela

ACTOMIR KROATO Canela

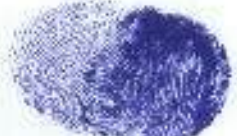
 Renato Coton Canelar

 Santo Kvaktyj Canela

Murilo Zati Canela

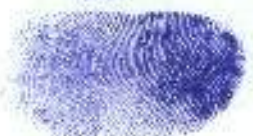
 Francisco Guroa Canela

Sady Krost Canelo

 Paracir Cokcapro Canela

 Augustinho Catutka Canela

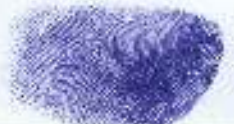
 Antonio Tahpa Canela

 Cristino Jante Canela

 Paulo Hactovot Canela

 Antonio Incer Canela

Antacio Jõe Canela


 Siriacos Maxy Canela

Histórias de *Catxe Cwy*

Versão 1

Catxe Cwy, a estrela, desceu e se casou com um rapaz, [...]. Ninguém sabia, até que começaram a desconfiar e o rapaz contou: "Ela desceu, veio lá de cima, por que estava com pena de mim que estava toda vida sozinho, mas agora ela já é de casa, ela é da gente."

Aí então ela procurou: o que o povo comia? E o marido respondeu: Come pau "pubo" (podre). Não tinha nem fogo, comia pau "pubo". Aí então ela falou: amanhã cedo eu vou descobrir esta comida para vocês.

E indo para a fonte, de manhã bem cedo, ela levou uma cuia e chegando lá falou: Vamos ali pegar buriti? Chegou lá e estava só pegando buriti mole, foi comendo e dando para o marido. Foi oferecendo até quando ele pegava, pois não era acostumado com aquilo. "experimenta?" e o marido com medo de morrer!

"Experimenta, esta é a alimentação da gente, eu vou descobrir, amanhã eu vou mostrar outra coisa..."

Foram então para casa e ofereceram a todos. O pessoal não queria, mas adulando eles comeram e aprenderam. No outro dia ela mostrou o milho novo e quebrou logo um bocado; trouxe também a folha da banana brava. Ralou e fez um berubu de milho. Colocou no moquém e quando tirou ela apresentou o *Pôhy*. "Este a gente planta, nasce, a gente quebra e pode assar".

No outro dia foi mostrar macaxeira. O povo não estava querendo comer este alimento, mas iam adulando e eles comiam. Ela mostrou um pau que tem a casca igual ao ralo, ela tirou a casca e descobriu..., Primeiro ela apresentava para o pessoal da casa e depois para os outros.

Foi inventando toda comida, também a bacaba e os outros.

[...] Mas o marido dela nunca mexeu nela, estava casado mas nunca mexeu. Um dia o marido foi para uma caçada e quando ela foi para a fonte [...] seu compadre adulou e mexeu na mulher dele e toda rapaziada ajudou.

Quando no outro dia ela falou para o marido e disse " Eu estou com muita vergonha, você não me mexeu, mas seu compadre mexeu, agora eu vou fazer um remédio só para os que me mexeram e depois eu vou voltar novamente, toda coisa que eu já descobri vocês ficam usando, mas eu vou subir de madrugada.

Agora todo dia você pode ver aquela estrela que vêm nos olhar primeiro e que é muito grande e brilhante. Ela é *Catxe Kwy*." (Avelino Canela, 2000)

Versão 2

A estrela d'alva veio do céu diz que tinha um índio dormindo sozinho, no meio do pátio. Aí a estrela d'alva tava vendo ele, tava dormindo, sozinho. Solteiro, né. Aí ela veio e cuspiu na barriga dele. Aí diz que ele falou: 'quem é que ta me cagando'? Passo a mão e tirô, né. Aí fico, lá, assim, deitado. Aí, poca hora depois cuspiu de novo. Aí tiro de novo, com a mão. 'Mas, porque ta me botando esse cuspe? Aí, com poca hora ela (a estrela d'alva) viro como um sapo e caiu na barriga dele (índio). Ele joga fora. 'Que diacho, esse sapo ta só me atrapalhando! Aí, com poca hora o sapo caiu de novo na barriga dele. Quando ele foi tirando com a mão: 'é eu que to te fazendo isso, me chamo

Elaine

a estrela d'alva! É eu que vim aonde ta você pra ensina um negócio aqui pra você. Não mexe mais comigo, não! Ai ela se viro como uma mulher branca, branca, branquinha, alvinha. Ai ele viu: 'mas, rapaz, quem foi que veio aqui'? Ai ela disse pra ele: 'eu sou a estrela d'alva (na lingua Catxetykoy)'.

Ai ela conversou com ele:

- 'Olha, eu vim aqui porque vocês estão no meio do recurso que vocês não tão nem aproveitando. Então, eu vim, você ta aqui sozinho. Eu vim pra descobrir uma comida, uma alimentação que vocês têm aqui por perto de vocês'.

Ai o índio disse:

- 'Tá bom, então nós vamos pra casa'.

Ai quando deu quase de manhã ela perguntou:

- 'Vocês têm alguma coisa onde eu me escondê'?

Ai ele disse:

- 'Eu não tenho nada, mas eu tenho uma cabaça muito comprida, chamada cumbuca'.

- 'Pois, então, vamo lá, você vai me escondê'.

- 'Tá bom'.

Ele levou pra casa. Ela diminuiu e ele boto dentro da cumbuca, tampo e marro.

O índio ia com os outros homens pra caçada ou pra corrida de tora, quando chegava ia diretamente onde tava a cumbuca. Ai, abria ela, destampava e sorria pra ela.

O índio tinha uma irmã – era adoentada – deitada no girau olhava pro irmão e pensando:

- 'Mas, o que é que o irmão tanto olha na cumbuca e sorri quando chega'!

Ai quando o irmão saiu, a irmã levantou – devagarinho –, e foi até a cumbuca, olhou para ela e sorriu e a estrela d'alva sorriu também. Quando ela viu direito, abaixou a cabeça e ficou com vergonha.

Ai quando o índio chego de volta e olhou logo pro tecomimento da cumbuca, desconfiou. Foi mal tecido. Ai, ele viu:

- 'Mas, quem foi que mexeu na cumbuca'?

Ai, ele foi abrir, a estrela d'alva tava com a cabeça baixa. Balançou a cumbuca pra poder olhar para ela. Ai ele perguntou:

- 'O que foi que você viu que você ta triste'?

- 'Você me deixou sozinha, tua irmã veio aqui, olho pra mim eu sorri pra ela achando que era você. Eu to com vergonha por causa disso'.

- 'Não, mas não fica com vergonha, não. Ela é minha irmã'.

Ai ela falo:

- 'Agora eu vô sai, vô sai mesmo, pra todo mundo me vê'.

Ai ela saiu. Todo mundo comentou na aldeia que era a estrela d'alva: 'Ityty caso com a estrela d'alva, caso com Catxetikoy'. Todo mundo ajunto, olho pra ela: 'bonita..., toda, branquinha, alvinha'.

Ai lá ela falo pra Ityty:

- 'Agora vamo lá pra beira do brejo'.

Ai ele foi com ela. Ela disse:

- 'Esse pé de buriti é comida de vocês. Vocês têm que comer esse buriti'.

- Lá ela quebro uma folha de buriti, fez um cofinho, ai boto um bucado dentro e levô pra casa. Ai lá ela fez aquele caldo. Ai ela bebeu e disse:

- 'Vocês come é isso, experimenta'!

Ityty experimentou: 'é bom demais'! Ai deu pra familia todinha.

- 'Isso á é que é comida de vocês! Tem mais outro ainda'.

Ai foi com ele de novo pra mostrar o pé de milho. Ai ela disse:

Elaine

- 'Esse pé de milho é comida de vocês também'.
- (Disseram que era um pezão muito grande.)
- 'É mesmo?'
- 'Quer ver? Tira uma espiga'.

Aí, ela subiu e tirou uma espiga, levou pra casa e ralou, ralou, fez berubu pra ele. Chamo as cunhadas pra fazer berubu de milho. Aí ela ensinou tudinho. Mando fazer fogo e aí moquiaram. Com pedaço de hora tiraram da moquia. Aí os homens já tinham saído pra poder correr com as toras. Aí o *Ityty* saiu com eles. Nessa hora da tora, parece que foi de tarde, aí tiraram da moquia e partiram de pedacinho em pedacinho. Aí deram pra família de casa. Aí, tinha uma criança de uns 7 anos pego um pedaço e foi saindo assim, na roda da aldeia.

Aí os homens viram:

- 'Mas, que é que essa criança tá comendo'? Era bem vermelhinho, na mão. Todo mundo viu, aí chamo ele: 'em cá, vem cá, que é que você tá comendo'?

Aí ele (a criança) voltou correndo lá pra casa, não queria dar pros homens, não. Aí todos os homens chegaram lá, tiraram um pedaço pra eles: 'isso que é comida, mesmo'? Então, foi assim que foi ensinado (Zé Pires *Karroro* Canela, Aldeia Escalvado, dez. 2004).

Pai



Zé Diogo *Preprêr*

Francisquinho *Tep-Hot* e Abilinho *Itomin*



Raimundo Roberto *Kapeletuch*

Car



Cacique Marcelino Hauppy



Zé Abílio Krotô



Getúlio Canela

Carri



Ruínas de ocupações
de não-índios na
região do Estaleiro e
Curralinho



Pequizeiro
no limite
leste da área,
na região do
Bacuri dos
Trajino



Ruínas do posto da
antiga aldeia do
Ponto

22

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA KANELA/MEMORTUMRÉ

Referência: Processo FUNAI/BSB/2615/82. Terra Indígena: Kanela/Memortumré, anteriormente denominada Kanela/Buriti Velho. Localização: Municípios de Barra do Corda e Fernando Falcão, Estado do Maranhão. Superfície aproximada: 100.221ha. Sociedade Indígena: Canela-Ramkokamekra. Família linguística: Jê. População: 1.961 pessoas (2004). Identificação e Delimitação: Grupo Técnico constituído por meio da Portaria n. 1122/PRES de 30 de outubro de 2000 e complementado por meio da Portaria n. 1359, de 1º novembro de 2004, coordenado pelo antropólogo Jaime Garcia Siqueira Jr.

I - DADOS GERAIS

Os Canela-Ramkokamekra estão localizados no centro do estado do Maranhão, na parte meridional dos municípios de Barra do Corda e Fernando Falcão. Falam um dialeto pertencente à família linguística Jê e são considerados um dos grupos dos chamados Timbira Orientais; os outros são os Krahô, Gavião-Pykobjê e Krikati. É consenso histórico que os Timbira Orientais habitaram ao norte e a leste do rio Tocantins, espalhando-se por toda a bacia do Gurupi, do baixo e médio Pindaré, do baixo Grajaú e do baixo Mearim. Habitante tradicional de uma região de cerrado entre o sul do estado do Maranhão e o norte do estado do Tocantins, a nação Timbira soma uma população total de aproximadamente 10.000 índios, distribuída em mais de 60 aldeias. Seus territórios são descontínuos, formam "ilhas" de 50 a 150 mil hectares cercadas por fazendas de criação de gado, em uma região onde a luta pela posse da terra é violenta. A colonização da região de cerrados que constitui o território tradicional dos grupos Timbira no Maranhão resultou da ação de diferentes frentes expansionistas que se desenvolveram, respectivamente, a partir de meados do século XVII e entre a segunda metade do séc. XVIII e a primeira metade do séc. XIX. De um lado, uma frente agrícola, partindo do litoral do Maranhão e tendo São Luís como centro irradiador, ocupou os vales dos rios centrais desta Capitania, especialmente o Rio Itapecuru, e teve como limite as terras situadas entre a então vila de Caxias e o distrito de Pastos Bons. De outro lado, mais ao sul, uma vasta região de campos e cerrados foi ocupada por agentes da frente pastoril tradicional nordestina, especialmente pela sua vertente baiana, a qual expandia-se lentamente, desde o século anterior, do vale do Rio São Francisco em direção à açucareira nordestina de caráter exportador, tendo Pernambuco e Bahia como seus centros de irradiação e mercados exclusivos. A ação dessas "bandeiras", bem como das expedições "oficiais" organizadas pela administração colonial teriam desencadeado o processo de conquista territorial e de dominação dos grupos Timbira. Todas estas expedições foram feitas contra os Ramkokamekra, Xacamekra e Pykopjê, grupos que dominavam os sertões a noroeste do rio Alpercatas e que vinham impedindo o avanço da frente pastoril em direção ao Tocantins. Nas primeiras décadas do século XIX, os indígenas formavam várias aldeias que se estendiam por esse território, o qual em suas porções sul e sudeste, se avizinhava com fazendas de criação e povoados já estabelecidos pela frente pastoril, desde Pastos Bons. De outro lado, em sua porção nordeste, recebiam os impactos das bandeiras de colonos que procuravam estabelecer fazendas agrícolas e de criação, ao longo do alto Itapecuru, e do Alpercatas. Desse modo, o território dos Canela-Ramkokamekra situava-se em área de confluência entre a frente agrícola que se expandia pelo vale do Itapecuru, e depois também pelo Mearim e Grajaú, e a frente pastoril, que a partir de Pastos Bons, avançava em várias direções rumo ao Tocantins. Portanto, a *dominação colonial* dos Timbira foi resultante do processo de ocupação dos territórios habitados por esses e outros grupos indígenas pelos agentes coloniais no Maranhão, vinculados a essas duas grandes frentes de expansão. A pressão sobre os Timbira, especialmente sobre os territórios controlados pelos grupos mais orientais, como os *Sakamekran* e *Capiekran* no alto Itapecuru, foi realizada, num momento inicial, pelos agentes da frente agrícola que, partindo do litoral, ocupou gradativamente os vales dos rios centrais do Maranhão, especialmente o vale do Itapecuru, onde, a partir de meados do século XVIII, se desenvolveu a economia agro-exportadora fundada na grande propriedade algodoeira de produção extensiva, e baseada na força de trabalho escrava africana. De outro lado, o território Timbira, situado nas chapadas e no cerrado ao sul do Maranhão, foi devassado pelos agentes da frente de expansão pastoril que, a partir dos sertões do rio São Francisco, após um movimento secular, atingiu, nesse mesmo período, as terras banhadas pelo rio Parnaíba e, a partir de Pastos Bons, organizou "bandeiras" e tropas oficiais para a conquista e o avanço da ocupação até o rio Tocantins. Esse empreendimento contou com a decisiva participação do Estado, por meio da administração colonial portuguesa no Maranhão. Autorizando os fazendeiros a fazer guerra contra os Timbira e outros grupos, enviando tropas e recursos materiais, distribuindo direito de ocupação sobre os territórios conquistados e promulgando instrumentos legais que favorecessem essa ocupação e a "redução" dos grupos "pacificados", o Estado teve participação direta na conquista dos territórios e da sociedade Timbira, o que determinou o estabelecimento da dominação colonial sobre esse grupo, fato que fragilizou a organização sociopolítica Timbira. Buscando adequar os limites da TI Kanela às exigências da legislação

vigente, tendo em vista que a primeira demarcação, anterior a 1988, não se baseou em estudos técnicos especializados de natureza multidisciplinar, a FUNAI publicou, em 30 de outubro de 2000, a Portaria nº 1122, por meio da qual foi constituído Grupo Técnico para realizar os estudos de identificação e delimitação das Terras Indígenas Kanela - Buriti Velho e Porquinhos - Aldeia Chinela, ambos coordenados pelo antropólogo Jaime Garcia Siqueira Jr. Todavia, a memória viva do massacre ocorrido em 1963 e dos recentes conflitos com não-índios gerou um clima de insegurança junto aos Canela da aldeia Escalvado, o que levou à priorização do processo de identificação e delimitação da TI Porquinhos. Em 2004, em uma atmosfera de maior segurança, os Canela Ramkokamekra voltaram a pleitear a demarcação de sua terra, manifestando-se pela continuidade dos estudos de identificação já iniciados, os quais foram retomados com a publicação da Portaria nº 1359, em 1º de novembro de 2004. Com a retomada dos estudos, os Ramkokamekra solicitaram o acréscimo do termo *Memortumré* ao nome da terra indígena Kanela. O termo, que significa "raiz", é uma forma de marcar a relação com os antepassados e a terra que tradicionalmente ocupam.

II - HABITAÇÃO PERMANENTE

Segundo o antropólogo Crocker, os Canela-Ramkokamekra estabeleceram moradia pelo menos em seis locais diferentes entre 1880 e 1914, sendo que ele mesmo afirma ter visitado, nos anos 1950, locais onde teriam existido dois aldeamentos entre os anos de 1880 e 1890. De acordo com levantamentos realizados em 1936 pelo etnólogo Curt Nimuendajú e outros agentes, tentou-se realizar uma demarcação judicial das "Terras dos índios Canela". Da perspectiva dos indígenas, a demarcação de suas terras, ainda que residuais, seria uma forma de frear com as invasões cada vez mais intensas e permanentes do gado dos criadores e das roças e povoações estabelecidas por lavradores nessa região. Esse levantamento fundiário de Nimuendajú junto aos Canela-Ramkokamekra, resultaria numa tentativa de demarcação daquilo que, mais tarde, no final dos anos 1970, seria a "Terra Indígena Kanela". No entanto, a área proposta por Nimuendajú chegava a 330.000 hectares, dos quais, segundo ele, somente uma décima parte se prestava à lavoura.

A despeito da presença de agentes do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) na região, os massacres contra os índios prosseguiram nos sertões maranhense e goiano ao longo da primeira metade do século XX. Em 1963, os indígenas foram objeto de uma tentativa de massacre organizada por criadores do sertão cordino, localizados nos povoados limítrofes à área indígena. Como consequência desse ataque, os Canela-Ramkokamekra permaneceram até 1968 habitando em uma aldeia dos Guajajara, na região florestal de Barra do Corda, quando retornaram gradativamente ao seu antigo território; sob a tutela de agentes da Fundação Nacional do Índio teve início o processo de demarcação da Terra Indígena Kanela. A história de contato dos Canela-Ramkokamekra foi marcada pelo esbulho de seu território, que inviabilizou temporariamente o exercício da posse plena indígena sobre a totalidade das áreas ocupadas tradicionalmente. A demarcação da Terra Indígena Kanela ocorreu entre os anos de 1977 e 1978, sendo homologada pelo Decreto n. 87.960, de 21/12/1982 do então presidente da República, João Batista Figueiredo, registrada no CRI e Secretaria do Patrimônio da União (SPU) em 1983 (FUNAI, 1982), com 125.212 ha e um perímetro de 148,879 km. Atualmente, uma população de quase 2.000 índios está concentrada na aldeia Escalvado, implantada em 1966. O acesso à aldeia dá-se por estradas carroçáveis, a partir dos municípios de Fernando Falcão e Barra do Corda. O limite sul da Terra Indígena fica em grande parte delimitado pela serra das Alpercatas. A denominação Kanela-Buriti Velho refere-se a uma pequena faixa de terras a leste da TI, que ficou de fora dos atuais limites, em função de acordos realizados na época da demarcação (a partir de 1971) pelo então cacique Pedro Gregório Ketxy Canela com famílias de moradores que ocupavam aquele local. O referido local, denominado na verdade como Bacuri dos Resplandes (ou dos Trajino), continua ocupado por famílias de moradores não-índios. Apesar de estarem estabelecidos em uma única aldeia, os Canela-Ramkokamekra nunca deixaram de percorrer e utilizar as terras, seja mais ao norte, próximo aos vizinhos Guajajara, com quem mantêm constantes relações de troca e onde realizam incursões para coleta, caça e pesca; seja ao sul, na região do Alpercatas; seja a oeste, na região do Por Enquanto e Bacabal do Maciel, próximo aos vizinhos Canela-Apãjekra, com quem mantêm intensas relações rituais e de troca. Uma das bases a partir das quais os Canela-Ramkokamekra realizam o manejo de seu território são os acampamentos de roça. Esses acampamentos são geralmente ocupados por famílias extensas. Grande parte do território é habitado e gerido a partir destes aldeamentos que são estrategicamente posicionados em função da disponibilidade de recursos naturais: áreas de caça e pesca, pontos para instalação de roças; áreas de coleta de espécies de usos culturais, medicinais ou de extrativismo comercial. Cada aldeamento tem seus limites definidos a partir de regras mais ou menos flexíveis e combinação entre as famílias. Durante praticamente metade do ano, todas as famílias Canela-Ramkokamekra passam mais tempo nos acampamentos de roças do que propriamente na aldeia. Trata-se claramente de uma estratégia singular de ocupação do território, especialmente das faixas de terras mais produtivas, cada vez mais escassas. Essa escassez de recursos disponíveis tem dificultado as técnicas

cai

adequadas de pousio e diminuído a quantidade e qualidade alimentos produzidos, prejudicando diretamente a segurança alimentar do grupo. Essa situação foi destacada inclusive por Nimuendaju já em 1936, perdurando e agravando-se até os dias atuais. Portanto, é importante observar que a habitação permanente não se restringe às áreas onde os Ramkokamekra constroem suas casas, mas se refere a toda a área por eles habitada, utilizada para seu sustento e necessária à preservação de sua identidade cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Ressalte-se que, no passado, não houve estudos técnicos de caráter multidisciplinar para subsidiar a definição de limites da Terra Indígena de acordo com a legislação vigente. Além disso, a primeira demarcação foi marcada por conflitos locais.

III - ATIVIDADES PRODUTIVAS

Os Canela-Ramkokamekra combinam as atividades agrícolas à prática extrativista, realizada especialmente pelas mulheres. Entre os produtos advindos do extrativismo estão: o buriti, a buritirana, a bacaba, o babaçu, o pequi, a fava d'anta, mel. Tais recursos são importantes, uma vez que permitem preservar sua cultura, mediante práticas sociais, econômicas e de cura. Tais recursos também são fonte de alimento, servem para construção das moradias e confecção de utensílios domésticos, além de gerar renda, com a venda de subprodutos, como óleo de babaçu, mel e artesanato. As plantas medicinais possuem um lugar de destaque na sociedade Canela-Ramkokamekra, com as quais os pajés praticam rituais de cura. Apesar da dominância crescente da agricultura, a caça tem mantido sua importância, seja como fonte principal de proteínas – muito mais valorizada culturalmente pelos Timbira como um todo do que a pesca – ou sobretudo como a atividade masculina por excelência. A escassez crescente de animais de caça não impede que esta atividade seja ainda o assunto preferencial das conversas dos homens. Queixadas, emas, caititus, veados e antas – antes abundantes – são hoje raros. Esta atividade é realizada individualmente por rastejamento (na estação das chuvas) ou na “espera” (no “verão” ou estação seca). Por ocasião dos grandes rituais, são realizadas caçadas coletivas. A principal fonte de proteína para os índios Canela-Ramkokamekra é a carne de caça e, em menor escala, a carne de peixe. A quantidade de animais é limitada pelo pequeno suporte dos ecossistemas de cerrado. Ao mesmo tempo, a pressão de caça nos arredores da aldeia e dos acampamentos de roça, espalhados por toda a área, é muito alta, levando a diminuição ou mesmo desaparecimento de algumas espécies. Esta atual situação de escassez só poderá ser revertida com o aumento da área para que o manejo dos Ramkokamekra possa ser implementado, baseado no distanciamento entre as unidades de uso que são os acampamentos de roça. Os pontos de caça pertencentes ao território Kanela, e necessários para a manutenção das atividades de subsistência do grupo, estão assim distribuídos: *Kaikaikô* (Veneza); a mata do rio Alpercatas, único local onde ainda é possível encontrar anta e o macaco guariba; Ribeirão Papagaio; encontro do rio Ourives com o Riacho Santo Estevão; *Kenakrin* (Vão da aldeia), local de antigo aldeamento; *Pódi Txuáputi* (Ribeirão), testemunho de grandes caçadas. Além disso, o manejo dos peixes efetuado pelos índios conflita com os interesses dos não-índios, que constroem grandes “paris” que impedem a subida dos peixes, o que compromete a pesca pelos Canela-Ramkokamekra, bem como propicia uma diminuição nos estoques pesqueiros, impedindo a subida dos peixes para a desova. Em todos os rios citados a seguir, ainda encontram-se quantidades razoáveis de peixes, cuja diversidade de espécies vem diminuindo drasticamente em função da pesca predatória de invasores não-índios: rio Alpercatas, em toda a sua extensão; rio Ourives; Riacho Pau Grosso e Baixão do Por Enquanto; Riacho Santo Estevão; Barreira dos Lobos; *Kaikaikô* (Veneza); *Akritô* (Brejo do Cajueiro). A delimitação da Terra Indígena Kanela Memortumré, permitirá disponibilizar novos ambientes para a manutenção das práticas de agricultura, caça e pesca, bem como a reprodução física e social do grupo em futuro próximo. As áreas de roça estão bastante adensadas nos riachos distribuídos por todas as porções da Terra Indígena com esta aptidão. A partir do levantamento realizado pode-se supor não haver na Terra Indígena qualquer área com aptidão para a agricultura que não esteja alterada por esta atividade, seja ela atual ou passada. A agricultura migratória praticada pelos índios tem impacto relativamente pequeno, em função do tamanho médio das roças e da recuperação que se segue. Mas, dado o padrão de crescimento populacional das últimas décadas e a proliferação de capoeiras, que têm sido aproveitadas cada vez com um ciclo menor de pousio (crescimento), e considerando a baixa fertilidade dos solos, a fragilidade climática e a fragilidade dos ecossistemas de mata de galeria fica evidente que, ao se manter a atual área reduzida, não haverá perspectiva de sustentabilidade para a agricultura, e que certamente as futuras gerações estarão submetidas a condições de penúria. As áreas necessárias para o desenvolvimento da agricultura entre os Canela-Ramkokamekra acompanham os principais rios do território, próximos às suas matas de galeria, que são: Ourives, Por Enquanto, Alpercatas, Santo Estevão e Pau Grosso.

IV - MEIO AMBIENTE

O manejo de áreas de cerrado, do ponto de vista animal e vegetal, estará sempre vinculado a áreas de grande extensão, em função da baixa capacidade de suporte dos ecossistemas assentados sobre solos muito pobres. Grandes extensões da Terra Indígena Kanela são dominadas por solos de areia quartzosa. O fato de estes

Elaine

solos possuem uma fragilidade estrutural e terem pequena disponibilidade de nutrientes, leva a que os ecossistemas a eles associados sejam de altíssima fragilidade e de imensa dificuldade de recuperação quando alterados. Baseado no aproveitamento dos recursos pela população atual, considera-se o território insuficiente para a aplicação de um plano sustentável de gestão dos recursos naturais, ou seja, não há perspectivas de segurança alimentar para as próximas gerações dentro dos atuais limites territoriais. A Terra Indígena Kanela/Memortumré está localizada entre as bacias hidrográficas do rio Mearim e Itapicuru. Os principais cursos d'água dentro dos limites atualmente demarcados da Terra Indígena Kanela são os brejos da Curicaca e dos Bois, os riachos Santo Estevão, Estaleiro, Currallinho e Sussuarana, que desembocam no rio Ourives, que por sua vez deságua no rio Corda. O riacho do Pau Grosso desemboca diretamente no rio Corda. A maioria destes cursos d'água apresenta fundo de areia e águas claras, com baixo teor de matéria orgânica e argila em suspensão. As áreas banhadas pelos brejos e riachos são zonas de perambulação do grupo em atividades de caça, pesca, coleta e fixação de setores de roça. A região às margens do rio Ourives também sofre muita pressão de caçadores e pescadores, que invariavelmente também invadem a TI Kanela no limite norte. Toda essa área oferece recursos naturais importantes para a sobrevivência do grupo indígena. O trecho próximo aos córregos Sussuarana, Currallinho e Estaleiro, afluentes do Ourives, é rico em babaçu, constituindo-se na maior incidência dessa espécie em toda a TI. Seguindo o curso do Ourives, existem terras favoráveis à agricultura e boa oferta de peixes, sendo que no extremo norte da área proposta, próxima do Santo Estevão, também é um dos poucos locais onde é possível encontrar madeiras de lei. A TI Kanela atualmente demarcada é constituída em sua maioria de chapadas e possui pouquíssimas áreas de mata, sendo que os índios são obrigados a se utilizar intensivamente das matas de galeria dos córregos que cortam a área. Essa pressão está aumentando em função também do crescimento populacional do grupo, diminuindo-se o tempo de pousio da maioria das capoeiras e fazendo com que a produtividade agrícola venha diminuindo. Isso coloca riscos não apenas em relação à segurança alimentar dos Canela-Ramkokamekra, mas também em relação à sustentabilidade de suas atividades rituais e cerimoniais. Boa parte dessa produção agrícola, principalmente arroz e mandioca, é destinada à alimentação durante os *amikin* (festas), cujo sucesso depende em grande medida da quantidade de alimento disponível para o *krin* (aldeia). Isso inclui evidentemente a carne, que provem tradicionalmente da caça, mas tem sido progressivamente substituída pela carne de gado. A escassez de áreas de mata dificulta não apenas a viabilidade da agricultura de subsistência do grupo, mas especialmente as condições de reprodução de espécies animais importantes para a dieta alimentar e atividades rituais dos indígenas. Espécies como a anta e a ema por exemplo, já são difíceis de serem encontradas na área. A Terra Indígena Kanela é ainda banhada por uma série de córregos e riachos, cujos cursos seguem o sentido sudoeste – nordeste e cujas cabeceiras não se encontram protegidas dentro da Terra Indígena, à exceção dos pequenos córregos. Cortam a TI ora identificada os seguintes córregos, riachos e rios: Rio Alpercatas – ao sul, limitando com o Parque Estadual do Mirador; Riachos Pau Grosso e Por Enquanto – a oeste e noroeste, limitando com a TI Porquinhos; Ourives, a norte da TI; Currallinho, a nordeste da TI, afluente do Ourives. O atual modelo de desenvolvimento da região é baseado no *agrobusiness* da soja, de grandes impactos sociais e ambientais. Esse sistema agrícola tem ocupado vastas áreas na região de abrangência da Terra Indígena, muitas vezes ligadas a ações de grileiros com interesse em ocupar as serras das Alpercatas, o que implicaria em expor as cabeceiras dos rios da região a impactos gravíssimos. O divisor de águas é formado pela serra das Alpercatas, que tem direção oeste-leste, e forma o limite sul do sistema. Considerando que a água é elemento fundamental para garantia da sobrevivência do grupo, as cabeceiras dos principais riachos que cortam a área, atualmente necessitam estar protegidas. Além disso, os Canela-Ramkokamekra afirmam que somente nessa região podem ainda ser encontrados animais de grande porte, como a anta. É importante destacar que o riacho do Ribeirão e os brejos do Bacuri da Rita e Cajueiro, desembocam no rio Alpercatas, principal afluente do Itapicuru, em seu alto curso. Os tabuleiros individuais que compõem o complexo das Serras das Alpercatas devem ser protegidos, por meio de sua exclusão em planos regionais de ocupação para a agricultura, caso contrário estarão expostos ao risco de contaminação das águas da bacia, erosão e aterramento de lagos e cursos d'água.

V - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

As aldeias dos Canela-Ramkokamekra, como a dos Timbira em geral, são circulares. O círculo está formado pelas casas, que constituem o espaço doméstico e feminino. No centro da aldeia está o pátio, lugar masculino, onde se realizam os rituais e onde os homens se reúnem ao amanhecer e ao pôr do sol. As casas são habitadas por várias famílias extensas relacionadas entre si pela linha feminina (avó/mãe/filha). Assim, uma mulher nasce, cresce, procria, vive e morre na mesma casa. Os homens, quando se casam, vão residir na casa da esposa, mas sempre mantêm um forte laço com sua casa de origem, onde residem sua mãe e irmãs, pois será onde transmitirão seus nomes. Cada uma das casas que compõem a periferia abriga as unidades

Elaine

domésticas mais bem definidas da vida cotidiana Timbira, a família elementar e o grupo doméstico (a casa propriamente dita). No plano político, todos os grupos Timbira estão organizados em aldeias autônomas e independentes umas em relação às outras; a aldeia é a unidade política mais inclusiva. Entre os Timbira é a atividade ritual que determina o ritmo e o tempo das atividades de subsistência. Nestas aldeias, o tempo de dispersão das famílias elementares para as lides de roça é em grande parte (e em termos comparativos) comparável ao tempo em que, outrora, os grupos familiares gastavam quando dispersavam-se pelos cerrados, caçando e coletando, no período da alta estação seca (maio/agosto até setembro). Para os Timbira, estas atividades – restritas à família elementar ou ao grupo doméstico – são determinadas em última instância pela atividade ritual: sempre um grupo doméstico estará “produzindo” algum rito ligando ao ciclo de vida (nascimento do primeiro filho; fim de um resguardo ou de um luto etc.) – quando não estiver engajado na animação de um cerimonial maior. Praticamente toda atividade ritual desse grupo exige o consumo coletivo de carne de caça, por meio dos “paparutos”. Com a pressão dos moradores não-índios sobre a área, a escassez de caça tem aumentado e conseqüentemente tem prejudicado a realização de muitos rituais, seja em termos do cumprimento de todas as prerrogativas rituais envolvidas, seja na quantidade de participantes convidados de outras aldeias para esses eventos. Uma maior disponibilidade de terras para a renovação de áreas para a agricultura e para a reprodução da caça e pesca é importante para que existam condições objetivas para a realização dos chamados resguardos, que determinam inúmeras e rigorosas prescrições alimentares, culturalmente definidas, respondendo pela formação pessoa Canela-Ramkokamekrá, crucial para a reprodução física e cultural do grupo. A taxa de natalidade dos indígenas tem aumentado consideravelmente, sendo que nos últimos 30 anos sua população praticamente quadruplicou. As projeções de crescimento da população Canela-Ramkokamekra são ascendentes e o estado de higidez do grupo é também razoavelmente estável o que nos faz prever uma grande recuperação populacional nos próximos anos. Essa demanda populacional necessariamente vai gerar também maiores demandas por áreas de produção para garantia da segurança alimentar das famílias indígenas.

VI - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

Assim como ocorreu em relação à grande propriedade açucareira no Nordeste, a pecuária, atividade dominante nos sertões do Maranhão desde o início do século XIX, acabou por determinar não somente sua organização produtiva, mas também a forma de ocupação do território. Esta foi a principal unidade de povoamento da região, absorvendo quase toda a população existente. As fazendas de criação formaram, ainda, as unidades econômicas e sociais básicas, em torno das quais gravitaram os núcleos populacionais no sertão pastoril. Isso explica a pouca expressividade populacional desses núcleos, tanto em relação ao seu número, quanto a seus índices demográficos. Assim, em 1820, em todo o território de Pastos Bons havia apenas a vila principal e algumas poucas povoações: São Félix das Balsas, Passagem da Manga, Passagem Franca, Príncipe Regente, Riachão, Chapada e São Pedro de Alcântara. Entre o final do século XVIII e início do XIX, foram distribuídos muitos títulos de terra em sesmaria no distrito de Pastos Bons e nos territórios confluentes, dentre os quais quarenta e cinco datas apenas no rio Grajaú; vinte e cinco na ribeira do Itapecuru; doze na do Alto Mearim, além de outros não especificados. Em sua maior parte essas datas mediam três léguas de comprimento por uma de largura, estendidas ao longo das “ribeiras”, o que demonstra o interesse da administração colonial portuguesa em regulamentar essa ocupação, ainda que em grandes extensões de terra. A distribuição de datas de terras na ribeira do Alto Itapecuru no início do século XIX teria sido tão abusiva e indiscriminada que vários títulos de uma mesma área foram concedidos a diferentes sesmeiros, causando dissensões entre estes e a administração colonial. A despreocupação existente em relação ao tamanho das terras, abundantes e de fácil obtenção, decorria da própria estrutura agrária dominante. De valor irrisório, uma grande fazenda poderia ter um preço atribuído em menos da metade do valor de um escravo. Por outro lado, o baixo nível técnico da exploração e a extensão das pastagens impôs, provavelmente, essa tendência latifundiarista das fazendas pastoris. A continuidade dessa ocupação das matas do alto Mearim por contingentes agrícolas decorrentes de sucessivas ondas migratórias nordestinas, especialmente nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, as quais avançavam sobre os territórios indígenas, estabelecendo “centros” agrícolas nas matas que constituíram uma série de povoados, daria origem a um campo intersocietário específico e conflituoso nas terras situadas ao norte da vila de Barra do Corda. As contradições e tensões inerentes a esse campo se expressariam numa série de conflitos ainda no século XIX, no plano das colônias indígenas e diretorias parciais, e de maneira mais contundente na virada do século XX, em conflito de maior proporção, como a “hecatombe” ou o “massacre do Alto Alegre”. Como se pode observar, o processo de formação e desenvolvimento das relações intersocietárias no Centroeste Maranhense, entre os Canela-Ramkokamekrá e a sociedade brasileira regional, se deu a partir das frentes de expansão coloniais e pós-coloniais. Esse processo se explica em termos do estabelecimento de uma situação

gi

histórica, com a qual se implantou a dominação colonial sobre os Timbira em geral, e especificamente sobre os Canela-Ramkokamekrá, comprovando, desta forma, o esbulho renitente praticado contra os indígenas em seu território de ocupação tradicional. O município de Barra da Corda foi fundado em 1835, por Manoel Rodrigues de Melo Uchoa, na confluência do rio Corda e Mearim. Está localizado no centro geográfico do Estado (5°30'latitude Sul e 45°longitude Oeste), às margens da BR 226, a 425 km da capital São Luiz e a 350 km de Teresina. Possui área territorial de 7.962,43 km² e está situado a 83 m acima do nível do mar. Limita-se ao sul com Fernando Falcão, ao norte com Itaipava do Grajaú, a leste com Tuntum e a oeste com Grajaú. Em todo o município são 153 povoados, os maiores com mais de 3 mil habitantes e os menores com pouco mais de 30 pessoas. Atualmente o município conta com uma população de 78.147 habitantes dos quais 56% encontram-se na área urbana e 44% na área rural (IBGE, 2000). A economia barra-cordense está centrada no setor de serviços (66,8%) e na agropecuária (30,9%). O arroz é o cereal mais cultivado, representando 60% da área útil para plantio. Segundo dados do IBGE (1996), o município é o terceiro produtor do Maranhão. O milho e a mandioca (macaxeira) vêm em seguida, consumidos no mercado interno. Frutas como acerola, abacaxi, banana e melancia vêm crescendo a área de cultivo ano a ano. A soja está em expansão, uma tendência de todo sul-maranhense. O rebanho de gado é considerável e mantém o consumo da população local. Criação de suínos e caprinos vem em seguida. No município há também criação de frangos, totalmente consumidos no mercado interno. O município de Fernando Falcão se emancipou de Barra do Corda, por plebiscito, em 1996, estabelecendo sua sede no povoado do Jenipapo dos Resplandes. Localiza-se ao sul de Barra do Corda e ao norte do Parque Estadual do Mirador. A superfície territorial do município é de 3.506,45 km² e a densidade demográfica, de 1,22 hab/km². A população é de 4.823 habitantes (IBGE, 2000), dos quais 85% encontram-se na área rural e os restantes 15%, na área urbana. A população indígena (índios Canela-Ramkokamekrá e Apanjekrá) representa 35,8% da população total do município, que habitam as Terras Indígenas Kanela e Porquinhos. A maioria dos estabelecimentos é de pequenos produtores que têm na mão de obra familiar seu maior recurso. A economia, em geral, é de subsistência e os principais produtos são o arroz e a mandioca, cultivados em sistemas de corte, queima e pousio de baixa tecnologia. Estes pequenos produtores ocupam, na paisagem, as porções mais baixas, próximos da água e das matas de galeria, onde estabelecem suas roças, em áreas geralmente dominadas por solos arenosos e de baixa fertilidade, zonas de depósito de areia e sedimentos decompostos e assoreados das áreas mais altas. Também é comum a presença de animais de grande e pequeno porte, como reserva de valor. A situação fundiária das regiões de Barra do Corda e Fernando Falcão é tensa, sendo comum ainda hoje a grilagem de terras. Com a grande expansão da fronteira agrícola e crescente demanda de carvão vegetal, áreas significativas de vegetação do cerrado têm sido desmatadas, reduzindo drasticamente o número de espécies não apenas florísticas, mas também faunísticas. No que diz respeito ao trabalho de campo para levantamento fundiário da ocupação não indígena, a orientação adotada foi de não efetivar o levantamento de benfeitorias a todo custo devido ao clima de tensão latente, e por isso foram solicitadas ao Incra informações sobre os Projetos de Assentamentos eventualmente atingidos. Após verificada a questão dos assentamentos, situados fora dos limites ora identificados, foram constatadas ainda as seguintes situações: 25 ocupantes permitiram o levantamento de suas benfeitorias, sendo preenchidos Laudos de Vistoria e tiradas fotografias das benfeitorias; 10 ocupantes não se encontravam no local ou não autorizaram o levantamento das benfeitorias, sendo identificados por meio de coordenadas geográficas no local. As localidades que não foram vistoriadas, mas que também foram identificadas por coordenadas geográficas, juntamente com os nomes e apelidos de seus ocupantes, foram: Bacabal do Maciel, Brejo de Cima, Brejinho e Jussara. O Instituto de Colonização e Terras do Maranhão - ITERMA solicitou manifestação da Funai no âmbito do processo de arrecadação sumária dos imóveis Brejo de Cima e Bacuri da Rita, ambos localizados no município de Fernando Falcão. Ressalte-se que estas terras foram consideradas devolutas pelo estado do Maranhão. A Funai manifestou objeção à continuidade do referido processo e as informações fornecidas pelo Instituto foram incorporadas neste levantamento fundiário. Os estudos de natureza fundiária estão inseridos no Processo FUNAI/BSB/0544/2010 - Levantamento Fundiário da Terra indígena Kanela/Buriti Velho. Ao todo, são 164 ocupantes não-indígenas na terra indígena ora delimitada. A Funai dirigiu-se ao Cartório de Barra do Corda por meio de ofício, solicitando o registro dos imóveis incidentes nos limites em estudo, mas não houve resposta. Registre-se que a avaliação detalhada das ocupações e benfeitorias será realizada após a expedição da portaria declaratória da Terra Indígena Kanela/Memortumré.

Nº	NOME DO OCUPANTE	NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	LOCALIDADE (DATUM WSG-84)
1	Pedro Rodrigues da Silva	Pau Grosso	Fernando Falcão	Pau Grosso/ S 06°08'50,2" W 045°15'14,7"
2	Clovis Soares da Silva	S/ denominação	Fernando Falcão	Pau Grosso/ S 06°08'50,4" W 045°15'13,1"
3	Oziel Soares da Silva	S/ denominação	Fernando Falcão	Pau Grosso/ S 06°08'49,8" W 045°15'14,6"
4	Gerson Soares da Silva	S/ denominação	Fernando Falcão	Pau Grosso/ S 06°08'49,9" W 045°15'15,1"

5	Oriel Soares da Silva	S/ denominação	Fernando Falcão	Pau Grosso/ S 06°08'51.8" W 045°15'14.3"
6	Pedro Horácio Filho	S/ denominação	Fernando Falcão	Pau Grosso/ S 06°08'51.2" W 045°15'16.6"
7	Luzia Soares da Silva	S/ denominação	Fernando Falcão	Pau Grosso/ S 06°08'49.8" W 045°15'20.6"
8	Jacinto Soares da Silva	S/ denominação	Fernando Falcão	Pau Grosso/ S 06°08'46.6" W 045°15'20.6"
9	Riba		Fernando Falcão	Pau Grosso/ S 06°08'56.4" W 045°15'37.3"
10	Joacir Gomes Jorge	Curumim	Barra do Corda	Brejo Seco/ S 05°55'37.8" W 044°57'39.9"
11	Waldemar Martins Jorge	S/ denominação	Barra do Corda	Brejo Seco/ S 05°55'30.8" W 044°57'43.6"
12	Adilão Benoldo Câmara	S/ denominação	Barra do Corda	Brejo Seco/ S 05°55'03.3" W 044°58'17.1"
13	Eliezio Ferreira da Silva	S/ denominação	Barra do Corda	Brejo Seco/ S 05°54'54.5" W 044°58'24.3"
14	Raimundo Martins Jorge	Faz. Água Fria	Fernando Falcão	Água Fria/ S 05°54'05.0" W 044°59'15.0"
15	Osvaldo Dias Martins	S/ denominação	Fernando Falcão	Água Fria/ S 05°54'24.9" W 044°58'52.3"
16	Antonio Pereira dos Santos		Fernando Falcão	Água Fria/ S 05°54'24.9" W 044°58'52.3"
17	Sebastião Ferreira	Faz. Papa Mel	Fernando Falcão	Papa Mel/ S 06°06'28.1" W 044°57'54.0"
18	Ocione Pereira Santiago	Bacuri dos Trajinos	Fernando Falcão	Bacuri dos Trajinos/ S 06°06'25.9" W 044°57'57.9"
19	Jessui Pereira Santiago	Bacuri dos Trajinos	Fernando Falcão	Bacuri dos Trajinos/ S 06°06'20.7" W 044°57'41.4"
20	Ozeas Pereira Santiago	Bacuri dos Trajinos	Fernando Falcão	Bacuri dos Trajinos/ S 06°06'15.3" W 044°57'08.7"
21	Reinaldo Lobo dos Santos	S/ denominação	Fernando Falcão	Brejo de Cima/ S 06°20'28.8" W 045°16'42.9"
22	Maria Lobo dos Santos	S/ denominação	Fernando Falcão	Brejo de Cima/ S 06°20'29.6" W 045°16'43.4"
23	Alcione dos Santos Duarte	S/ denominação	Fernando Falcão	Brejo de Cima/ S 06°20'30.9" W 045°16'42.6"
24	Antonio José Maciel dos Santos	S/ denominação	Fernando Falcão	Brejo de Cima/ S 06°20'30.0" W 045°16'40.1"
25	Renato Romão da Conceição	S/ denominação	Fernando Falcão	Brejo de Cima/ S 06°20'29.3" W 045°16'39.9"
26	José Edivan Medeiros dos Santos	S/ denominação	Fernando Falcão	Brejo de Cima/ S 06°20'29.4" W 045°16'47.3"
27	José Medeiros	S/ denominação	Fernando Falcão	Brejo de Cima
28	Natal (irmão finado Jerônimo)	S/ denominação	Fernando Falcão	Brejo de Cima
29	Dirceu		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
30	Arthur		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
31	Edgar		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
32	Deinha		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
33	Alberto		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
34	Rosetti		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
35	Toinho		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
36	Martinho "Vermelho"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
37	Domingos		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
38	"Domeio"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
39	Luiz		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
40	Raimundinho		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
41	Tatá		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
42	Arthurzinho		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
43	Ribamar		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
44	"Neguinho"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
45	Pedro Horácio		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
46	Oziel		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
47	Oriel		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
48	"Maninho"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
49	"Capão"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
50	Eulides		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
51	"Golô"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
52	Luzia "do Dirceu"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
53	"Nenem" (neto Ribamar)		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
54	Júlia (mãe Ribamar)		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
55	Teresa (filha Júlia)		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
56	Cícero		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
57	Otávio		Barra do Corda	Brejinho
58	Irmão do finado Abílio		Barra do Corda	Brejinho
59	"Nêgo"		Barra do Corda	Brejinho
60	"Ouro"		Barra do Corda	Brejinho
61	"Galego"		Barra do Corda	Brejinho
62	Passos		Barra do Corda	Brejinho
63	"Curio"		Barra do Corda	Brejinho
64	Agrícola Camburim	Faz. Vale do Rio Ourives	Barra do Corda	S 06°08'55.8" W 045°15'58.0"
65	Adécio Contó		Barra do Corda	Curralinho/ S 05°56'52.8" W 044°57'02.5"
66	José Paulo		Barra do Corda	Fortuna/ S 05°56'26.8" W 044°57'12.7"
67	Edmilson		Barra do Corda	Vamos Ver/ S 05°56'09.5" W 044°57'20.4"
68	José de Rita		Fernando Falcão	Proximidades da Aldeia Velha
69	Cardoso (ex-prefeito de São Raimundo das Mangabeiras)		Fernando Falcão	Proximidades da Aldeia Velha/ S 06°15'31.6" W 045°01'55.5"
70	Eli Alves Cavalcante		Fernando Falcão	Proximidades da Aldeia Velha/ S 06°17'18.6" W 045°20'50.0"
71	Herdeiros de José Melquiades Filho		Fernando Falcão	Proximidades da Aldeia Velha

¹ A localidade Bacabal do Maciel tem a seguinte referência geográfica: S 06°09'34.1" W 045°17'04.5"

² A localidade Brejinho tem a seguinte referência geográfica: S 06°18'03.1" W 045°10'01.2"

Sei

	(conhecido como Caicó)			
72	Teinho de Souza Filho	Faz. de José Melquiades Filho	Fernando Falcão	Jussara/ S 05°50'20.0" W 045°07'33.3"
73	Roberto Carlos da Silva	Faz. de José Melquiades Filho	Fernando Falcão	Jussara/ S 05°50'20.0" W 045°07'33.3"
74	Matilde Pereira da Silva	Faz. de José Melquiades Filho	Fernando Falcão	Jussara/ S 05°50'20.0" W 045°07'33.3"
75	Antonio Soares de Souza	Faz. de José Melquiades Filho	Fernando Falcão	Jussara/ S 05°50'20.0" W 045°07'33.3"
76	Elaine Alves de Souza	Faz. de José Melquiades Filho	Fernando Falcão	Jussara/ S 05°50'20.0" W 045°07'33.3"
77	Jesus Vieira da Silva	Faz. de José Melquiades Filho	Fernando Falcão	Jussara/ S 05°50'20.0" W 045°07'33.3"
78	Deuzinho Vieira da Silva	Faz. de José Melquiades Filho	Barra do Corda	Jussara/ S 05°50'20.0" W 045°07'33.3"
79	Otávio Augusto Martins Melo		Fernando Falcão	Brejo de Cima
80	Paulo Roberto Clemente da Silva		Fernando Falcão	Brejo de Cima
81	Paulo Rogério Araújo dos Santos		Fernando Falcão	Brejo de Cima
82	Pedro Pereira de Sousa		Fernando Falcão	Brejo de Cima
83	Pedro Ribeiro Neto		Fernando Falcão	Brejo de Cima
84	Pedro Rodrigues Neto		Fernando Falcão	Brejo de Cima
85	Quintino Gomes da Silva		Fernando Falcão	Brejo de Cima
86	Raimundo Francisco Rodrigues Santos		Fernando Falcão	Brejo de Cima
87	Pedro Pereira de Sousa		Fernando Falcão	Brejo de Cima
88	Pedro Ribeiro Neto		Fernando Falcão	Brejo de Cima
89	Pedro Rodrigues Neto		Fernando Falcão	Brejo de Cima
90	Quintino Gomes da Silva		Fernando Falcão	Brejo de Cima
91	Raimundo Francisco Rodrigues Santos		Fernando Falcão	Brejo de Cima
92	Raimundo Nonato dos Santos		Fernando Falcão	Brejo de Cima
93	Roseli		Fernando Falcão	Brejo de Cima
94	Thadeu Silva Pessoa		Fernando Falcão	Brejo de Cima
95	Tiago José Pivetta		Fernando Falcão	Brejo de Cima
96	Valdeci Alves Viana		Fernando Falcão	Brejo de Cima
97	Vilceu Roberto Pivetta		Fernando Falcão	Brejo de Cima
98	Zenóbio Pivetta		Fernando Falcão	Brejo de Cima
99	Adão de Oliveira Silva		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
100	Antônio Gomes de Oliveira		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
101	Antonio Ildefonso Batista de Santana		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
102	Associação dos Pequenos Produtores Rurais Serra da Piaçaba		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
103	Carlos Maciel Santana Almeida		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
104	David Costa e Silva		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
105	Felix Pereira Lima		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
106	Francisco das Chagas Carvalho Abreu		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
107	João Nunes da Costa		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
108	Jose Orlando Noleto de Sousa		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
109	Jose Pinheiro Sandes		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
110	Maria José de Sousa Lima		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
111	Miguel Santos Gonçalves		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
112	Milton César da Silva Neto		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
113	Nilton Belo Gomes de Oliveira		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
114	Natal (irmão finado Jerônimo)	S/ denominação	Fernando Falcão	Brejo de Cima
115	Dirceu		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel ²
116	Arthur		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
117	Edgar		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
118	Deinha		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
119	Alberto		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
120	Roseli		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
121	Toinho		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
122	Martinho "Vermelho"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
123	Domingos		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
124	"Domeio"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
125	Luis		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
126	Raimundinho		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
127	Tatá		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
128	Arthurzinho		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
129	Ribamar		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
130	"Neguinho"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
131	Pedro Horácio		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
132	Oziel		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
133	Oriel		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
134	"Maninho"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
135	"Capão"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
136	Euclides		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
137	"Golô"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel

² A localidade Bacabal do Maciel tem a seguinte referência geográfica: S 06°09'34.1" W 045°17'04.5"

Flavio

138	Luzia "do Dirceu"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
139	"Noveen" (neto Ribamar)		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
140	Júlia (mãe Ribamar)		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
141	Teresa (filha Júlia)		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
142	Cícero		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
143	Otávio		Barra do Corda	Brejinho ⁴
144	Irmão do finado Abílio		Barra do Corda	Brejinho
145	"Nêgo"		Barra do Corda	Brejinho
146	"Ouro"		Barra do Corda	Brejinho
147	"Galego"		Barra do Corda	Brejinho
148	Passos		Barra do Corda	Brejinho
149	"Curjó"		Barra do Corda	Brejinho
150	Agrícola Camburim	Faz. Vale do Rio Ourives	Barra do Corda	S 06°08'55.8" W 045°15'38.0"
151	Adécio Cotó		Barra do Corda	Curralinho/ S 05°56'52.8" W 044°57'02.5"
152	José Paulo		Barra do Corda	Fortuna/ S 05°56'26.8" W 044°57'12.7"
153	Edmilson		Barra do Corda	Vamos Ver/ S 05°56'09.5" W 044°57'20.4"
154	José de Rita		Fernando Falcão	Proximidades da Aldeia Velha
155	Cardoso (ex-prefeito de São Raimundo das Mangabeiras)		Fernando Falcão	Proximidades da Aldeia Velha/ S 06°15'31.6" W 045°01'55.5"
156	Eli Alves Cavalcante		Fernando Falcão	Proximidades da Aldeia Velha/ S 06°17'18.6" W 045°20'50.0"
157	Herdeiros de José Melquiades Filho (conhecido como Caicó)		Fernando Falcão	Proximidades da Aldeia Velha
158	Touinho de Souza Filho	Faz. de José Melquiades Filho	Fernando Falcão	Jussara/ S 05°50'20.0" W 045°07'33.3"
159	Roberto Carlos da Silva	Faz. de José Melquiades Filho	Fernando Falcão	Jussara/ S 05°50'20.0" W 045°07'33.3"
160	Matilde Pereira da Silva	Faz. de José Melquiades Filho	Fernando Falcão	Jussara/ S 05°50'20.0" W 045°07'33.3"
161	Antonio Soares de Souza	Faz. de José Melquiades Filho	Fernando Falcão	Jussara/ S 05°50'20.0" W 045°07'33.3"
162	Eliene Alves de Souza	Faz. de José Melquiades Filho	Fernando Falcão	Jussara/ S 05°50'20.0" W 045°07'33.3"
163	Jesus Vieira da Silva	Faz. de José Melquiades Filho	Fernando Falcão	Jussara/ S 05°50'20.0" W 045°07'33.3"
164	Deuzinho Vieira da Silva	Faz. de José Melquiades Filho	Barra do Corda	Jussara/ S 05°50'20.0" W 045°07'33.3"

VII - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

LIMITE NORDESTE: Através do córrego Curralinho, afluente do Ourives, na região conhecida por Estaleiro e Vamos Ver. Trata-se de uma região excelente para roça e provavelmente um dos únicos trechos da TI com boa oferta de babaçu, cujo coco e palhas são muito aproveitados pelos índios, principalmente no Vamos Ver e Estaleiro. LIMITE NORTE/NOROESTE: Seguindo o limite natural do curso do rio Ourives a partir da foz do Curralinho até a localidade também denominada Ourives, a partir de onde segue a estrada que dá acesso às localidades Ponte Nova e Veneza, a sudoeste, até confrontar com o limite nordeste da TI Porquinhos, no córrego Pau Grosso. LIMITE OESTE/SUDOESTE: Linha seca juntando com a TI Porquinhos, a partir da cabeceira do Por Enquanto até o rio Alpercatas. LIMITE SUL: Confrontando com o Parque Estadual do Mirador, acompanhando o rio Alpercatas. LIMITE LESTE: Linha seca englobando o chamado Buriti Velho (*Kuntxêco*) ou Bacuri dos Trajino. Diante do exposto, verifica-se que a área delimitada, ocupada em caráter permanente pelo povo Canela-Ramkokamekra, reúne as condições necessárias ao desenvolvimento de suas atividades produtivas, a seu bem-estar e a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições, configurando-se, portanto, uma terra tradicionalmente ocupada, nos termos do art. 231 da Constituição Federal.


Jaime Garcia Siqueira Jr.
Antropólogo - coordenador do GT

⁴ A localidade Brejinho tem a seguinte referência geográfica: S 06°18'03.1" W 045°10'01.2"



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT
COORDENAÇÃO GERAL DE GEOPROCESSAMENTO - CGGeo

MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO

Imóvel	: Terra Indígena Kanela Memortumré
Grupo Indígena	: Kanela
Aldeias Integrantes	: Escalvado
Municípios	: Barra do Corda e Fernando Falcão
Unidade Federativa	: Maranhão
CR da FUNAI	: Palmas - TO
Superfície	: 100.221,00 ha (cem mil, duzentos e vinte e um hectares), aproximadamente.
Perímetro da Área	: 262,7 km (duzentos e sessenta e dois quilômetros e setecentos metros), aproximadamente.
Delimitada e Regularizada	: aproximadamente.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Área - 1

Superfície: 13.213,00 ha (treze mil, duzentos e treze hectares), aproximadamente.
Perímetro: 120,0 km (cento e vinte quilômetros), aproximadamente.

Partindo do ponto **P-01**, de coordenadas geográficas aproximadas 05°46'43" S e 45°10'22" WGr., situado na margem esquerda do Rio Ourives; daí segue pela referida margem, a montante, até o ponto **P-02**, de coordenadas geográficas aproximadas 05°57'02" S e 44°56'36" WGr., localizado na confluência com o Riacho do Curralinho; daí segue pela margem esquerda do referido riacho, a montante, até o ponto **P-03**, de coordenadas geográficas aproximadas 05°57'39" S e 44°56'57" WGr., situado na margem esquerda do Riacho Curralinho e divisa com a Terra Indígena Kanela (Decreto 87.960 de 21/12/82); daí segue confrontando coma a referida terra indígena passando pelos seguintes marcos com suas respectivas coordenadas geográficas: **M-30A**, 05°57'00" S e 44°56'59" WGr.; **M-28A**, 05°56'05" S e 44°57'22" WGr.; **M-24A**, 05°54'58" S e 44°59'43" WGr.; **M-22A**, 05°53'48" S e 44°59'43" WGr.; **M-20B**, 05°53'16" S e 45°00'51" WGr.; **M-20A**, 05°53'11" S e 45°00'50" WGr.; **M-17A**, 05°52'43" S e 45°01'52" WGr.; **M-09A**, 05°51'51" S e 45°06'20" WGr.; **MC-01**, 05°52'54" S e 45°10'41" WGr.; **M.O.**, 05°52'49" S e 45°10'51" WGr.; **M.O.B.**, 05°53'40" S e 45°11'20" WGr.; **M-1A**, 05°53'40" S e 45°11'25" WGr.; **M-16**, 05°59'48" S e 45°16'19" WGr.; situado na margem direita do Ribeirão Cabeceira do Meio ou Pau Grosso; daí segue pela margem do referido ribeirão, sentido jusante, até o ponto **P-17**, de coordenadas geográficas aproximadas 05°58'43" S e 45°17'11" WGr., situado na margem direita do Ribeirão Cabeceira do Meio ou Pau Grosso com a faixa de domínio de uma estrada vicinal; daí segue pela faixa de domínio da referida estrada, sentido geral norte, até o ponto **P-18**, de coordenadas geográficas aproximadas 05°50'54" S e 45°11'29" WGr., situado no entroncamento com outra estrada vicinal; daí segue pela faixa de domínio da referida estrada, sentido geral norte, até o ponto **P-01**, início da descrição deste perímetro.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Continuação do memorial descritivo da T. I. Kanela_Memortamre

Área - 2

Superfície: 84.595,00 ha (oitenta e quatro mil, quinhentos e noventa e cinco hectares), aproximadamente.

Perímetro: 224,0 km (duzentos e vinte e quatro quilômetros), aproximadamente.

Partindo do ponto **P-16 = P-03**, da Terra Indígena Porquinhos dos Canela-Apãnjekra (Portaria nº 1.122, de 30/10/00) de coordenadas geográficas aproximadas 06°01'46" S e 45°16'22" WGr., situado na confluência do Baixão Por Enquanto com Ribeirão Cabeceira do Meio ou Pau Grosso; daí segue pela margem direita do referido ribeirão, a montante, até o marco **M-17**, da Terra Indígena Kanela (Decreto 87.960 de 21/12/82) de coordenadas geográficas 06°11'28" S e 45°15'39" WGr., situado na margem direita do Ribeirão Cabeceira do Meio ou Pau Grosso e divisa com a Terra Indígena Kanela; daí segue confrontando com a referida terra indígena passando pelos seguintes marcos com suas respectivas coordenadas geográficas: **M-19**, 06°12'28" S e 45°15'14" WGr.; **M-20A**, 06°12'28" S e 45°15'14" WGr.; **M-21**, 06°13'01" S e 45°14'25" WGr.; **M-23**, 06°13'07" S e 45°13'22" WGr.; **M-25**, 06°13'42" S e 45°12'29" WGr.; **M-29A**, 06°15'42" S e 45°10'59" WGr.; **M-31**, 06°15'41" S e 45°10'18" WGr.; **M-33**, 06°16'01" S e 45°09'26" WGr.; **MC-09**, 06°16'35" S e 45°08'23" WGr.; **M-36**, 06°16'14" S e 45°08'00" WGr.; **M-37**, 06°15'51" S e 45°07'45" WGr.; **M-38A**, 06°15'09" S e 45°07'06" WGr.; **M-40**, 06°14'13" S e 45°07'04" WGr.; **M-81A**, 06°13'56" S e 45°06'38" WGr.; **M-78A**, 06°13'28" S e 45°05'19" WGr.; **M-76A**, 06°13'59" S e 45°04'12" WGr.; **M-68A**, 06°14'18" S e 44°59'46" WGr.; **M-66A**, 06°14'28" S e 44°59'00" WGr.; **M-64B**, 06°14'03" S e 44°58'04" WGr.; **M-64A**, 06°13'48" S e 44°57'46" WGr.; daí segue por uma linha seca até o ponto **P-10**, de coordenadas geográficas aproximadas 06°13'59" S e 44°57'50" WGr., situado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí segue pela margem direita do referido igarapé, a jusante, até o ponto **P-11**, de coordenadas geográficas aproximadas 06°15'00" S e 44°57'22" WGr., situado na confluência com um riacho sem denominação; daí segue pela margem direita do referido riacho, a jusante, até o ponto **P-12**, de coordenadas geográficas aproximadas 06°15'21" S e 44°54'41" WGr., situado na confluência com o Rio Alpercatas; daí segue pela margem esquerda do referido rio, a montante, até o ponto **P-13 = P-06** da Terra Indígena Porquinhos dos Canela-Apãnjekra, de coordenadas geográficas aproximadas 06°25'30" S e 45°27'12" WGr., situado no lugar denominado Beira do Rio ou Fazenda do Benedito; daí segue confrontando com a referida terra indígena passando pelos seguintes pontos com suas respectivas coordenadas geográficas aproximadas: **P-14 = P-05**, 06°10'25" S e 45°20'06" WGr., **P-15 = P-04**, 06°04'00" S e 45°18'35" WGr., situado nas cabeceiras do Baixão do Enquanto; daí segue pela margem direita do referido baixão, a jusante, até o **P-16 = P-03**, início da descrição deste perímetro.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Continuação do memorial descritivo da T. I. Kanela_Memortumre

Área - 3

Superfície: 2.413,00 ha (dois mil, quatrocentos e treze hectares), aproximadamente.
Perímetro: 38,0 km (trinta e oito quilômetros), aproximadamente.

Partindo do marco **MC-05**, da Terra Indígena Kanela (Decreto 87.960 de 21/12/82); de coordenadas geográficas 06°02'09" S e 44°56'36" WGr., situado na divisa com a Terra Indígena Kanela; daí segue por uma linha seca até o marco **M-60A**, de coordenadas geográficas 06°11'45" S e 44°57'31" WGr.; situado na divisa com a Terra Indígena Kanela; daí segue confrontando coma a referida terra indígena passando pelos seguintes marcos com suas respectivas coordenadas geográficas: **M-58A**, 06°10'38" S e 44°57'37" WGr.; **M-52A**, 06°07'47" S e 44°59'04" WGr.; **M-50A**, 06°06'48" S e 44°58'43" WGr.; **M-48A**, 06°05'56" S e 44°57'51" WGr.; **M-47A**, 06°05'49" S e 44°57'29" WGr.; **MC-05**, início da descrição deste perímetro.

- OBS:**
- 1- Base cartográfica utilizada na elaboração deste memorial descritivo: SB.23-V-D-VI, SB.23-X-C-IV, SB.23-Y-B-III e SB.23-Z-A-I - Escala 1:100.000 - DSG - 1979/1982.
 - 2- As coordenadas geográficas citadas neste memorial são referenciadas ao Datum Horizontal SAD 69.

Brasília, 15/08/2012

Resp. Téc. Definição limites


Jaime Garcia Siqueira
Antropólogo
Consultor

Resp. Téc. Identificação limites

Renato Eduardo Pereira D'Alencar
Eng. Agrimensor
CREA DF 4.210/D
Consultor FUNAI/UNESCO

Visto do Coord. da CGGeo


José Antonio de Sá
Engenheiro Cartógrafo
CREA nº 15.455/D - PR